

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1982

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE - 3049 COIMBRA — PORTUGAL

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1982

(Página deixada propositadamente em branco)

VASCO GIL MANTAS

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

INSCRIÇÕES ROMANAS DO MUSEU MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Conimbriga, XXI (1982), 5-99

SUMÁRIO: O autor publica treze inscrições funerárias romanas conservadas no Museu Municipal de Torres Vedras. O conjunto, insuficientemente estudado até à data e que inclui uma inscrição inédita (n.º 6), provém de achados fortuitos verificados na cidade e na região, onde são numerosos os vestígios romanos. Tipologicamente muito variadas, as epígrafes do Museu permitem compreender melhor o processo regional da romanização, especialmente entre os séculos i e iii, realçando quer a existência de um estrato populacional indígena pouco romanizado, conservador, quer a presença de um importante grupo directa ou indirectamente relacionado com a colonização romana e reflectindo a proximidade de *Olisipo* (sete referências à tribo Galéria e doze denominações através dos *tria nomina*).

RÉSUMÉ: L'auteur publie treize inscriptions funéraires romaines, conservées au Musée Municipal de Torres Vedras. L'ensemble, insuffisamment étudié jusqu'à ce jour et comportant un document inédit (n.º 6), provient de trouvailles fortuites, faites dans la ville et dans la région, où les vestiges romains sont nombreux. Ces inscriptions très variées permettent de mieux comprendre le processus régional de la romanisation, spécialement entre les I^{er} et III^{ème} siècles, en mettant en relief tantôt l'existence d'une couche de population indigène, peu romanisée et conservatrice, tantôt la présence d'un groupe important, en relation plus ou moins directe avec la colonisation romaine et reflétant la proximité d'*Olisipo* (on dénombre sept références à la tribu Galeria et douze dénominations par *tria nomina*).

(Página deixada propositadamente em branco)

INSCRIÇÕES ROMANAS DO MUSEU MUNICIPAL DE TORRES YEDRAS

O Museu Municipal de Torres Vedras, fundado em 1929 e actualmente instalado no edifício oitocentista da Misericórdia, conserva, entre as suas colecções arqueológicas, um interessante conjunto epigráfico constituído por treze inscrições funerárias romanas (1). Tais inscrições, provenientes, com uma única excepção,

(*) A bibliografia em que se referem as inscrições de que trata este estudo é considerável: ANDRÉ DE RESENDE, *Codex Valentianus*, (ms. extraviado. Évora, 1550?); J. STRADA, *C. Julii Caesaris rerum gestarum Commentarios*, Francoforte, 1575 (anexo); J. GRUTER, *Thesaurus Inscriptiones*, Heidelberg, 1601; L. MARINHO DE AZEVEDO, *Primeira Parte da Fundação, Grandeza e Antiguidade da mui insigne cidade de Lisboa*, Lisboa, 1652; A. MURATORI, *Novus Thesaurus veterum inscriptionum, in praecipuis earundem collectionibus praetermissarum*, Milão, 1740; V. SALGADO, *Collecção dos Monumentos Romanos descobertos em Portugal, e extrahidos de varios autores e da curiosidade do collector o R. P. Fr. Vicente Salgado, no ano de 1796* (ms. n.º 592 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa); LEVY MARIA JORDÃO, *Portugaliae Inscriptiones Romanas*, Lisboa, 1859; M. MADEIRA TORRES, *Descrição Historica e Economica da Villa e Termo de Torres Vedras*, Coimbra, 1861² (edição anotada por J. da Gama Leal e por J. de Faro e Vasconcelos); E. HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum, II, Inscriptiones Hispaniae Latinae; Supplementum*, Berlim, 1869, 1892 (— *CIL* II); PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, I, IX, Lisboa, 1873, 1880; J. VIEIRA, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Torres Vedras, 1926; A. RICARDO BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. Epigrafia luso-romana*, «Badaladas», 48, 49, 50, 51, 56, 57, 62, 1952; 77, 85, 1953; 98, 101, 1954; 138, 1955; 143, 144, 146, 1956; 230, 1959 (= BELO, «Baladadas»); A. RICARDO BELO, *Símbolos astrais das lápides luso-romanas*, Lisboa, 1959 (= BELO, *Símbolos*); *Notícias*, «Conimbriga», I, 1959, p. 157; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXII, Lisboa, 1960 (=GEPB)\ J. MENDES DE ALMEIDA/F. BANDEIRA FERREIRA, *Varia Epigraphica*, «Revista de Guimarães», LXXVI, 3-4, 1966,

de Torres Vedras e do seu termo (mapa I), situado numa das zonas lusitanas de maior riqueza epigráfica ⁽²⁾, representam percentagem importante das epígrafes romanas encontradas na região e permitem entrever o processo regional de romanização, processo decerto positivamente influenciado pela proximidade de *Olisipo* e pela fertilidade natural dos amplos vales e suaves colinas dos campos torresãos.

O concelho de Torres Vedras é particularmente abundante em vestígios representativos de uma intensa ocupação humana que se estende da Pré-História aos nossos dias: a fortificação miliarense do Zambujal, contemporânea dos primeiros metalurgistas peninsulares, e o forte de S. Vicente, um dos mais importantes do complexo defensivo das *Linhas de Torres*, constituem significativas balizas de uma história prestigiosa e movimentada, cujas nebulosas fases primitivas só a arqueologia permite esclarecer.

Pouco sabemos acerca das populações locais pré-romanas: os Túrdulos, oriundos da bacia do Guadalquivir, terão emigrado, cerca do século vi a.C., para o litoral entre o Tejo e o Mondego, onde ocupariam os *oppida* globalmente referidos por Estrabão⁽³⁾; topónimos como Runa e Turcifal apontam para a coexistência de elementos linguísticos indo-europeus com outros bastante exóticos ⁽⁴⁾, fenómeno a que alude Tovar em relação às divindades do Ocidente peninsulari⁽⁵⁾. As forças de Décimo Júnio Bruto devem ter atingido a região em 138 a.C., quando o cônsul

p. 341-343 (= MENDES DE ALMEIDA/BANDEIRA FERREIRA, *Varia*); J. VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, I-II, Barcelona, 1971, 1972 (— ILER). Outras fontes abreviadas: *Prosopographia Imperii Romani*, Berlim-Lípsia (= PIR); *Hispania Antigua Epigraphica*, Madrid (= *fiAE*); G. ALFÖLDY, *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, I-II, Berlim, 1975 (= RIT); R. HURTADO DE SAN ANTONIO, *Corpus Provincial de Incripciones Latinas*, Cáceres, 1977 (= CPIL).

⁽²⁾ J. UNTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965, p. 18, mapa B.

⁽³⁾ ESTRABÃO, II, 3, 5.

⁽⁴⁾ A linguística considera o elemento *turgi=turci* como uma formação ibérica, derivada da base toponímica **ur*, pertencente ao substracto mais profundo.

⁽⁵⁾ A. TOVAR, *Les noms ibériques*, «Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 288 (= TOVAR, *Actes*).

estabeleceu uma das suas bases principais em *Olisipo*. Mais tarde, no sector imediatamente a norte de Torres Vedras, o grande tesouro de denários encontrado em Columbeira (Bombarral) reflecte perturbações relacionadas com o episódio sertoriano ⁽⁶⁾; a fase final da campanha de Júlio César contra os Lusitanos teve lugar precisamente nessa mesma zona.

Os vestígios arqueológicos da ocupação romana são muito numerosos e a sua distribuição permite, eventualmente, traçar um esboço da rede viária regional. Uma parte desses vestígios, remanescentes de antigas *villae*, se não também de ⁽⁷⁾ atesta uma importante implantação rural durante todo o período romano. A Quinta de S. Gião e a povoação de Penedo forneceram os materiais mais interessantes até agora recuperados. As invasões germânicas não terão alterado profundamente a estrutura económica e social da região, tanto mais que Lisboa se manteve como grande cidade comercial e portuária ⁽⁸⁾. Infelizmente, as características agrícolas da zona não facilitam as escavações e a publicação dos materiais nela recolhidos é parca.

Os monumentos epigráficos de que nos ocupamos neste artigo, embora não se encontrem inéditos, exceptuando o n.º 6, constituem um exemplo flagrante da necessidade imperiosa de rever e completar o *CIL* II, problema regularmente debatido mas ainda não resolvido ⁽⁹⁾. Com efeito, das treze inscrições recolhidas no Museu, Hübner publicou apenas cinco (*CIL* II 261, 269, 280, 308, 321), precisamente as mesmas que J. Vives incluiu na sua antologia (*ILER* 5550, 3623, 6339, 6171, 4749), facto que nos pareceu suficientemente significativo para justificar este trabalho, visto que o recurso à epigrafia permanece como um dos mais importantes meios de recuperar múltiplos aspectos da obliterada história da Lusitânia romana.

⁽⁶⁾ MÁRIO HIPÓLITO, *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*, «Conimbriga», II-III, 1960-1961, p. 75-77.

⁽⁷⁾ E. HÜBNER, *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa, 1871, p. 14 (= HÜBNER, *Noticias*).

⁽⁸⁾ L. GARCIA MORENO, *Colonias de comerciantes orientales en la Peninsula Ibérica. S. V-VII*, «Habis», 3, 1973, p. 148-149.

⁽⁹⁾ R. ÉTIENNE, *Le Centre Pierre Paris et la révision des inscriptions grecques et latines de la Péninsule Ibérique*, «Conimbriga», XI, 1977, p. 83-88.

1 — S. GIÃO. Fotos 1 e 2

a) *Descrição*

Cupa de calcário lioz, arciforme e monolítica, encontrada em 1931 perto da antiga ermida de S. Gião, freguesia de Santa Maria, Torres Vedras. Quase intacta, desprovida de conduta para libações, é moldurada junto à base, lateralmente, por um escape. O campo epigráfico ocupa, sem qualquer ornato, toda a superfície de urna das extremidades. Na zona de Torres Vedras foi registado outro monumento idêntico: descoberto na Praia de Santa Cruz, conserva-se em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia⁽¹⁰⁾.

Dimensões: 88x44x37. Campo epigráfico: 44x37.

IVLIA . L (*ucii*) . F (*ilia*) . AMOE/NA . AN (*norum*) . XII .
H(íç) . S (*ita*) . E {*st*} ! MA (*ter*) . D(*e*) . S (*uo*) . F (*ecit*)

Júlia. Amena, filha de Lúcio, de doze anos de idade, está aqui sepultada. A mãe mandou fazer à sua custa (este monumento).

Altuia das letras: 4,7. Espaços: 1:12; 2:0,8; 3:0,8; 4:9.

b) *Bibliografia, e variantes*

BELO, «Badaladas», 62, 1952 (desenho).

1. 1: BELO omite a indicação do ponto final.

1. 3: M.D.S.F. (BELO).

c) *Comentário*

A paginação, apesar do recurso ao traçado de um eixo vertical e de linhas auxiliares, não visíveis, é medíocre: a fórmula final foi

⁽¹⁰⁾ F. ALVES PEREIRA, *Tampa de sepultura da época *•«omana, <<0 Archeologo Português», XIV, 1909, p. 261-265.*

inscrita numa posição excêntrica e o cognome, cortado. *O ductus* é, com algumas incertezas, regular. A pontuação, correcta, consta de sinais pequenos, circulares. Os caracteres, verticalmente alongados, são do tipo monumental e denunciam uma fase, não muito recuada, da chamada *boa época*: a incisão é triangular, de abertura variável mas nítida; o A difere nas 1.1 e 2; barras do E e do F idênticas, e, como a do L, curtas; o M é aberto e o X, desajeitadamente afastado do algarismo seguinte, na 1.2, é do tipo cursivo. A qualidade do desenho do S é má: forma semelhante ocorre, por exemplo, numa inscrição da necrópole alentejana de Camugem¹¹). O D aparenta uma forma vulgar no século II. Finalmente, o solitário nexa MA, cuja leitura escapou a Ricardo Belo, é dos mais frequentes da epigrafia latina.

O prestigioso gentílico registado na epígrafe ocupa o primeiro lugar entre os mais documentados da Hispânia, atingindo notável concentração no município olisiponense⁽¹²⁾. A sua grande difusão na Lusitânia ficou a dever-se, fundamentalmente, a liberalidades de Césari e de Augusto, os quais agregaram à *gens lulia* uma multidão de famílias de origem étnica e social diversa. *Amoenus*, *a* é um cognome latino cuja frequência na região lusitana entre o Tejo e o Douro, muito especialmente na área de Lisboa, contrasta de forma evidente com a sua extrema raridade nas restantes regiões da Península⁽¹³⁾. Kajanto situa-o no grupo dos *cognomina* alusivos a condições espirituais e destaca o estatuto livre de metade das mulheres que o utilizaram na Hispânia⁽¹⁴⁾. Segundo hipótese enunciada por M. L. Albertos⁽¹⁵⁾, a expansão deste cognome terá sido facilitada por uma eventual concordância de sentido com um nome indígena, tal como parece indiscutível em relação a *Maternus*

⁽¹¹⁾ JOSÉ D'EN CARNAÇÃO, *Inscriptions mal connues du Conventus Pacensis «Conimbriga»*, XVI, 1977, p. 50-51, n.º 3, p. 3 (= ENCARNAÇÃO, *Inscriptions*).

⁽¹²⁾ R. KNAPP, *The Origins of Provincial Prosopography in the West*, «Ancient Society», 9, 1978, p. 199-200, 214.

⁽¹³⁾ UNTERMANN, p. 55-56, mapa 8.

⁽¹⁴⁾ I. KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 64, 282 (= KAJANTO, *Cognomina*).

⁽¹⁵⁾ M. L. ALBERTOS, *Nuevos antropónimos hispánicos*, «Emerita», XXXII, 2, 1964, p. 219 (= ALBERTOS, *Antropónimos*).

e a *Paternus*⁽¹⁶⁾. O esquema onomástico presente na *cupa* de S. Gião reflecte, com as simplificações inerentes à condição feminina, o princípio estabelecido pela *Lex Iulia Municipalis*, tal como era observado no século i⁽¹⁷⁾. Todavia, devemos atribuí-lo a um ambiente de indígenas romanizados, suposição sugerida pela hipótese linguística cilada, reforçada pelas características da distribuição geográfica do cognome e pelo seu repetido registo unido a formas de antroponímia indígena, e plenamente confirmada por outra epígrafe com a mesma origem (*CIL* II 296), levada para França no século xix⁽¹⁸⁾: trata-se de uma *tabella* que, segundo Resende, se encontrava «aa janella da casa que esta junto a S. Gian dante as vinhas de Torres vedras» e cujo texto — *Iulia . C . f . Ton/ceta . ami . XX / h . s . e . Iulia . L . f . / Amoena . mater / f . c* — destaca, exemplarmente, não só a inserção do cognome em causa num meio indígena fortemente romanizado como também a persistência da antroponímia pré-latina, sob a forma de *cognomina*, entre os indivíduos de sexo feminino⁽¹⁹⁾. O duplo testemunho da Quinta de S. Gião revela-se, assim, significativamente elucidativo. As *Amenas* da *gens Iulia*, ressaltando um testemunho incerto proveniente dos arredores de Tarragona (*RIT* 914), ocorrem exclusivamente na Lusitânia Ocidental: concentradas na região de Lisboa, não se lhes conhecem mais de quatro representantes dispersas pelo restante território da província (anexo I). A forma masculina correspondente foi registada uma única vez, em Mérida: *I) . M . S . / L . lidio Amoeno / ann . XXIII / h.s.e.s.t.t.l. / ;Cassia Amoena / filio piissimo / fecit (ILER 4246)*. Lima inscrição anforária do Testaccio, datada de meados do século ii, parece referir um *mercator* denominado *C. lulius Amoenus*⁽²⁰⁾.

(16) UNTERMANN, p. 142-143, mapa 59; p. 144-145, mapa 59 bis.

(17) R. CAGNAT, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914⁴, p. 37-38, 296.

(18) BELO, «Badaladas», 66, 1952.

(19) M. L. ALBERTOS, *La mujer hispanorromana a través de la epigrafía*, «Revista de la Universidad Complutense», XXVI, 109, 1977, p. 183-184; J. P. REY-COQUAIS, *Onomastique et histoire de la Syrie gréco-romaine*, «Actes du VII^e Congrès Internationale d'Épigraphie Grecque et Latine», Bucarest-Paris, 1979, p. 177.

(20) E. RODRIGUEZ ALMEIDA, *Monte Testaccio: I mercatores delVolio della Letica*, «Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)», 91, 1979, 2, p. 889.

As fórmulas finais expressas na epígrafe são normais e encontram-se copiosamente documentadas.

O estudo das *cupae* ⁽²¹⁾, monumentos funerários parcialmente relacionados com a prática da incineração e aos quais I. Berciu e W. Wolski atribuem, de forma convincente, significado *oikomorfo* ⁽²²⁾, suscita problemas de difícil solução. As *cupae* constituem uma série tipologicamente coerente, mas variada, representada em várias regiões do Império Romano ⁽²³⁾, sendo muito numerosas na Hispânia ⁽²⁴⁾. Na Lusitânia predominam dois tipos: os monumentos em forma de meio cilindro, como o de S. Gião, encontram-se fracamente representados no Algarve ⁽²⁵⁾ e na Beira Litoral ⁽²⁶⁾, atingindo concentrações invulgares em Mérida ⁽²⁷⁾ e na

⁽²¹⁾ E. FERNIQUE, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, I, 2, Paris, 1908, p. 1594-1595; A. MEILLET, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, Paris, 1959⁴, p. 158.

⁽²²⁾ I. BERCIU/W. WOLSKI, *Un nouveau type de tombe mis à jour à Apulum et le problème des sarcophages à voûte de l'Empire romain*, «Latomus», XXIX, 4, 1970, p. 927-932, 962 (= BERCIU/WOLSKI, *Apulum*); J. A. ABÁSOLO/M. L. ALBERTOS/J. C. ELORZA, *LOS monumentos funerarios de época romana, en forma de casa, de la region de Poza de la Sal*, Burgos, 1970, p. 82-83. São particularmente elucidativos os testemunhos contidos em: J. KUBINSKA, *Les monuments funéraires dans les inscriptions grecques de l'Asie Mineure*, Varsóvia, 1968, p. 94-99, pi. XVI; A. BESCHAOUCH/R. HANOUNE/Y. THÉBERT, *Les ruines de Bulla Regia*, Roma, 1977, p. 117, fig. 118.

⁽²³⁾ BERCIU-WOLSKI, *Apulum*, p. 944-961, fig. 21.

⁽²⁴⁾ DOLORES JULIA, *Les monuments funéraires en forme de demi-cylindre dans la province romaine de Tarragonaise*, «Mélanges de la Casa de Velasquez», I, 1965, p. 29-30, pi. XIX (= JULIA, *Monuments*), BERCIU/WOLSKI, *Apulum*, p. 936.

⁽²⁵⁾ S. LAMBRIÑO, *Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos*, «O Arqueólogo Português», 2.^a série, IV, 1962, p. 298, n.º 16, p. 290, n.º 17, p. 291, n.º 19, p. 292, n.º 20, p. 295, n.º 25.

⁽²⁶⁾ V. CORREIA, *Dois monumentos sepulcrais romanos*, «O Archeólogo Português», XIX, 1914, p. 200-216; M. L. RODRIGUES, *Inscrições romanas do Museu Machado de Castro*, «Humanitas», XI-XII, 1959-1960, p. 112-132, n.º 2, 5, 6, 7, 13, 18 (a classificação de uma parte dos monumentos eminienses como *cupae* parece-nos duvidosa); R. ÉTIENNE/G. FABRE/P. e M. LÉVÊQUE, *Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1977, (Fouilles de Conimbriga, II), p. 53-54, n.º 26, pi. VIII [= *Fouilles*].

⁽²⁷⁾ M. B. GALÁN, *Las necrópolis de Mérida. Las cupae emeritenses*, «Actas del Bimilenario de Mérida», Madrid, 1976, p. 149-150, lám. LXIIb.

região de Lisboa ⁽²⁸⁾; no Alentejo, nomeadamente na área de Beja⁽²⁹⁾, são vulgares as *cupae* em forma de meio tonel, incluindo, não poucas vezes, representações realistas das aduelas e das tampas, tipo também registado na Sardenha ⁽³⁰⁾. A interpretação proposta por Bercio e Wolski parece-nos razão suficiente para considerarmos distintos os monumentos do grupo alentejano, embora reconhecendo a comodidade da designação geralmente aplicada às pedras cupiformes e arciformes.

Segundo parece, o túmulo de cobertura semicilíndrica penetrou na Península durante o século i e por intermédio da África do Norte: as numerosas analogias verificadas, as intensas e tradicionais relações entre as duas regiões da *Romania*, a distribuição geográfica dos testemunhos, prioritariamente relacionados com grandes centros comerciais e administrativos, tudo aponta francamente nesse sentido ⁽³¹⁾. Contudo, quando considerada como solução global visando explicar a origem das *cupae* e não apenas a sua difusão, a hipótese africana resulta incompleta, senão incorrecta. As *cupae* de pedra hispânicas constituem um grupo específico quase sem representação fora da Península ⁽³²⁾, muito provavelmente resultante de influências asiáticas, lícias segundo Berciu e

⁽²⁸⁾ J. FONTES, *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra, 1970², p. 14-16, 36-42; JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Inscrições romanas de Cascais*, «Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães», 2, 1971, p. 89-112, n.º 2, 3, 4, 7, 8 (= ENCARNAÇÃO, *Cascais*); J. C. RIBEIRO, *Três novos monumentos de época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense*, «O Arqueólogo Português», 3.ª série, VII-IX, 1974-1977, p. 277-329.

⁽²⁹⁾ ABEL VIANA, *Museu Regional de Beja. Catálogo da Secção Lapidar*, Beja, 1946, p. 5-59, n.º 14-26, 52, 55, 62, 64, 68, 70; ABEL VIANA, *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, «Arquivo de Beja», XII, 1955, p. 7 (= VIANA, *Notas*).

⁽³⁰⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1913, p. 402-403, 405, fig. 175 (= LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões*).

⁽³¹⁾ JULIÁ, *Monuments*, p. 48-54, pi. XIX; I. BERCIU/W. WOLSKI, *Contribution au problème des tombes romaines à dispositif pour les libations funéraires*, «Latomus», XXXII, 2, 1973, p. 375 (= BERCIU/WOLSKI, *Contribution*); GALÁN, p. 151-153.

⁽³²⁾ Na necrópole romana do Monte das Oliveiras, em Jerusalém: BERCIU/WOLSKI, *Apulum*, p. 964-965; em *Bulla Regia*, na Tunísia: Beschauoch/Hanoune/Thébert, p. 117-119.

Wolski⁽³³⁾. Tais influências, embora pouco explícitas na Lusitânia, encontram-se patentes no material arqueológico ⁽³⁴⁾ e foram suficientemente fortes para determinarem a construção do grande monumento funerario de Zalamea ⁽³⁵⁾ e para transparecerem, mais tarde, nas tarifas do *Édito do Máximo* ⁽³⁶⁾. Não podemos esquecer, também, a aparente origem oriental da maioria dos libertos ⁽³⁷⁾, a quem conjuntamente com os escravos se têm atribuído as *cupae* ⁽³⁸⁾. Todavia o rigor desta atribuição é, na província lusitana, social e etnicamente relativo : na Herdade da Salsa (Serpa), por exemplo, encontra-se uma *cupa* cuja epígrafe alude à mulher de um senador ⁽³⁹⁾ ; os numerosos monumentos reunidos em S. Miguel de Odrinhas apenas facultaram uma inscrição referindo directamente libertos ⁽⁴⁰⁾; a origem indígena confirmada no caso das duas Amenas de S. Gião, estende-se, sem dúvida, a um grupo de dimensões bem mais vastas do que Dolores Juliá supôs quando analisou os túmulos arciformes da região lisboeta ⁽⁴¹⁾. Quanto à hipótese de uma possível influência itálica sobre as *cupae* hispânicas, sugerida por G. Fabre ⁽⁴²⁾, não parece aplicável à Lusitânia, atendendo à cronologia relativamente baixa dos monumentos italianos. Resta o problema do sentido religioso das

⁽³³⁾ BERCIU/WOLSKI, *Apulum*, p. 950-953, 962; R. GARTER, *The Submerged Seaport of Aperlae [Turkey]*, «The International Journal of Nautical Archaeology», VII, 3, 1978, p. 184, ñg. 8.

⁽³⁴⁾ JORGE DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973; p. 151-152 (= ALARCÃO, *Portugal*).

⁽³⁵⁾ A. GARCIA Y BELLIDO, *El monumento funerario de Zalamea de la Serena, la antigua Iulipa*, «Noticiario Arqueológico Hispánico», V, 1962, p. 237-240 (= GARCIA Y BELLIDO, *Zalamea*).

⁽³⁶⁾ M. GIACCHERO, *Edictum Diocletiani et Collegarum de pretiis rerum venalium in integrum restitutum e latinis graecisque fragmentis*, I, Génova, 1974, p. 310.

⁽³⁷⁾ P. PETIT, *La Paix Romaine*, Paris, 1967, p. 285-286.

⁽³⁸⁾ JULIÁ, *Monuments*, p. 45-46; BERCIU-WOLSKI, *Contribution*, p. 375.

⁽³⁹⁾ VIAN A, *Notas*, XII, 1955, p. 5-7, est. I, 5.

⁽⁴⁰⁾ M. CARDOZO, *Catálogo das inscrições lapidares do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra, 1956, p. 63-64, n.º XVI (= CARDOZO, *Catálogo*).

⁽⁴¹⁾ JULIÁ, *Monuments*, p. 48.

⁽⁴²⁾ G., FABRE, *Un affranchi impérial à Conimbriga: P. Aelius Ianuarius*, «Revue des Études Anciennes», LXXV, 1-2, 1973, p. 113-114.

cupae: as teorias enunciadas por Leite de Vasconcelos (43), W. Deonna (44), S. Lambrino (45) e J. M. Blázquez (46), embora aliantes, não o resolveram.

Atendendo aos factos realmente conhecidos — como a relevante onomástica africana e oriental registada nas epígrafes — uma análise seguia da problemática proposta pelas *cupae* hispânicas parece-nos implicar o reconhecimento de uma dupla influência asiática e africana (47), influência cuja origem relacionamos concretamente com a conquista da Mauritania, assim como um cuidadoso exame dos monumentos cupiformes do grupo alentejano, posteriores aos da região de Lisboa e evidentemente diferentes não obstante as confusões complacentes da terminologia (*CIL* II 6178).

A Quinta de S. Gião, situada nos arredores ocidentais de Torres Vedras, perto do Sizandro, ocupa o local de uma importante *villa* romana. Entre os vestígios encontrados dispersos no local e que foi possível recolher no Museu, destacam-se duas lucernas de bronze, a base e o coroaamento de uma (?) grande ara e a *cupa* de *lulia Amoena*. Na estrutura da ermida de S. Gião, pequeno templo várias vezes reconstruído e presentemente arruinado, foram reutilizados numerosos materiais antigos, entre os quais pelo menos três inscrições (n.º 2 = *CIL* II 280; n.º 3 — *CIL* II 269; *CIL* II 296).

d) *Datação*

A ausência de fórmula funerária inicial, o uso do nominativo, a indicação da idade, a expressão simples dos laços familiares e

(43) LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões*, III, 1913, p. 401-405.

(44) \y DEONNA, *Quand dieu roule ses tonneaux*, «Genava», XXIV, 1946, p. 120.

(45) S. LAMBRINO, *Le dieu lusitanien Endovellicus*, «Bulletin des Etudes Portugaises», XV, 1951, p. 129-132.

(46) J. M. BLÁZQUEZ, *Religiones Primitivas de Hispania*, I, Roma-Madrid, 1963, p. 163 (= BLÁZQUEZ, *Religiones*).

(47) ESTRABÃO, II, 3, 5; JULIA, *Monuments*, p. 45-46; BERCIU/WOLSKI, *Contribution*, p. 375; G. CID PRIEGO, *El sepulcro de torre mediterráneo y sus relaciones con la tipologia monumental*, «Ampurias», XI, 1949, p. 95-96, 112.

o gentílico, são elementos que, aliados aos dados sugeridos pela análise paleográfica e pela problemática das *cupae*, permitem atribuir este monumento ao período de transição entre os séculos i e ii.

2 — S. GIÃO. Foto 3

Cipo de calcário lioz recuperado na ermida da Quinta de S. Gião, freguesia de Santa Maria, Torres Vedras, onde se encontra aplicado como soleira de porta. Muito simples, não apresenta vestígios de ornamentação; tem as faces laterais alisadas e o dorso picado. O estado de conservação é mau: o topo semicircular quase desapareceu; a base encontra-se truncada. A reutilização da pedra deteriorou gravemente a inscrição, provocando a perda da metade final das 1.2, 3 e 4, cuja destruição corresponde, curiosamente, ao «desgaste» referido por Ricardo Belo. O campo epigráfico coincide com a totalidade da fachada do monumento, onde a epígrafe parece ter ocupado uma posição central.

Dimensões: 131x54,5x42. Campo epigráfico: 131x54,5.

C(aius). CAECILIVS/C (*aii*). F {*Mus*}. GA[L(*ma tribu*). GAE]/
/[T]VLIC[VS . AN (*norum*)]/[X]VII[.]H(ic)[. S(itus) . E(st)]

Gaio Cecílio Getúlico, filho de Gaio, da tribo Galéria, de dezassete anos de idade, está aqui sepultado.

Altura das letras : 1. 1: 8,2 ; 1. 2: 8,2 ; 1. 3: 8,5 ; 1. 4: 8. Espaços :
1. 59, 5; 2: 1,5; 3: 1; 4: 1; 5: 35.

b) Bibliografia e variantes

RESENDE, f. 46v; STRADA, p. 174, 7; MURATORI, 1647,9; *CIL* II 280; PINHO LEAL, IX, 1880, p. 690; BELO, «Badaladas», 77, 1953; *ILER* 6339.

1.1: COECILIVS (STRADA); omitida por PINHO LEAL.

1.2: omitida por PINHO LEAL.

1.2/3: COECILIVS, CAECILIVS (MURATORI).

1.3: AN omitido por RESENDE; IVII (PINHO LEAL).

1.4: omitida por RESENDE; XVIII (PINHO LEAL).

Conimbriga, 21 (1982), 5-99

c) *Comentário*

As variantes referidas e a indicação de Muratori de que a inscrição se encontrava «*in oppido Mont forte*») levaram Hübner a considerar a hipótese de se tratar de inscrições diferentes. J. Vives indica-a como sendo proveniente de Lisboa, transcrevendo-a de Hübner com errada pontuação. Apesar dos estragos sofridos, o monumento sugere ainda a boa qualidade inicial. A paginação, embora transgredindo a regra de não cortar os nomes, talvez devido ao espaço disponível, pode considerar-se boa. O texto foi disposto segundo um eixo de simetria e, tanto quanto o estado actual da inscrição permite verificar, ocupava todo o espaço central do campo epigráfico. O impecável alinhamento dos caracteres garante a utilização de linhas auxiliares. A pontuação sobrevivente é correcta e sóbria, formada por pequenos sinais circulares colocados a meia altura. A letra, bem proporcionada e de incisão triangular, é do tipo capital quadrada ⁽⁴⁸⁾: G e G bem recortados; o A tem o travessão horizontal e as hastes, tal como no V, formam um triângulo isósceles; as barras do E e do F são idênticas e o desenho dos caracteres, clássico. O remate das letras foi cuidadosamente trabalhado. Há ainda que destacar a significativa ausência de nexos.

O que subsiste da inscrição não levanta quaisquer problemas de leitura e concorda com a transcrição de Hübner, confirmando a veracidade do texto, ainda que incompleto, transmitido por Resende.

A denominação do cidadão romano Gaio Cecílio Getulico corresponde ao que a *LCM Iulia Municipalis* prescrevia. *Caius* é um prenome vulgar, registado directa ou indirectamente em numerosas inscrições da região de Lisboa, nomeadamente numa outra epígrafe da Quinta de S. Gião (*CIL* II 296). O gentílico *Caecilius* é um dos mais frequentes da epigrafia hispano-romana ⁽⁴⁹⁾,

⁽⁴⁸⁾ P. BATLLE HUGUET, *Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946, p. 8; CAGNAT, p. 500, pi. VI, 2.

⁽⁴⁹⁾ ILLER, p. 671-672; KNAPP, p. 217.

representando 24% dos *nomina* assinalados na ilha de Maiorca ⁽⁶⁰⁾. Segundo Tovar, tal abundância de testemunhos poderá reflectir relações de clientela com os *Caecilii* ligados à conquista e à administração da Península ⁽⁵¹⁾, como o cônsul *Q. Caecilius Mettelus Pius*, cujo gentílico se encontra em dois topónimos do itinerário Mérida/Astorga, por Salamanca (*ILER* 1778, III): *Castra* perto da moderna Cáceres, e *Vicus Caecilius*, na Serra de Gredos. Por outro lado, se o cognome usado por *Caecilia Marina*, presente numa inscrição de Faro (*CIL* II 5142), denuncia uma origem itálica ⁽⁵²⁾, então poderemos relacionar com a imigração transalpina alguns dos testemunhos registados; outros, como a emeritense *Quinta Caecilia Mauriola* (*ILER* 5018) ou ainda como *L. Caecilius Optatus*, centurião da *Legio VII Gemina* e posteriormente magistrado municipal em Barcelona, terão origem africana ⁽⁶³⁾. No termo de Torres Vedras, os *Caecilii* estão representados em dois outros locais, além de S. Gião: Praia de Santa Cruz ⁽⁵¹⁾ e Carvoeira (*CIL* II 261). Em Lisboa, o gentílico foi assinalado onze vezes ⁽⁵⁵⁾. Uma das inscrições foi dedicada pela cidade ao questor da Bética *L. Caecilius Celer Rectus* (*CIL* II 190); outra refere o edil *P. Caecilius Gallus* (*CIL* II 192). O cognome *Gaetulicus*, muito raro na Hispânia, parece relacionado com indivíduos de elevada posição social. Kajanto considera-o derivado do nome de um povo nómada berbere do Norte de África, os ⁽⁵⁶⁾, o que no presente caso poderá reflectir uma situação idêntica àquela que levou o cônsul sufecto do ano 81, possivelmente fdho do governador da Lusitânia *L. Calventius Vetus Carminius* a denominar-se *L. Carminius Lusitanicus* (*PIR* 434). Os Getulos eram excelentes cavaleiros que nomadizavam nas estepes dos Altos-Planaltos, a sul do Tell. Foram duros aliados de Jugurta na guerra contra os

⁽⁶⁰⁾ KNAPP, p. 199.

⁽⁵¹⁾ TOVAR, *Actes*, p. 278.

⁽⁵²⁾ SCHULZE, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966², p. 188-189.

⁽⁵³⁾ PATRICK LE ROUX, *Recherches sur les centurions de la Legio VII Gemina*, «Mélanges de la Casa de Velázquez», VIII, 1972, p. 133-134.

⁽⁵⁴⁾ ALVES PEREIRA, p. 264.

⁽⁵⁵⁾ A. VIEIRA DA SILVA, *IEpigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, p. 277.

⁽⁵⁶⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 50.

Romanos, a quem não poucas vezes colocaram em situação difícil. Como sucedia com outros povos da região, o seu policiamento era extremamente penoso e problemático; constituirá sempre um grave factor de insegurança ⁽⁶⁷⁾, obrigando a numerosas intervenções militares e, inclusive, a uma tentativa de estabelecimento do *limes* mais a sul, apoiado no *oued* Djedi⁽⁵⁸⁾. Uma parte dos Getulos serviu como *auxilia* no exército romano. Kajanto enumera vinte e nove exemplos deste cognome em África e vinte e cinco em Roma⁽⁵⁹⁾. Na Hispânia ocorre apenas quatro vezes: na inscrição de S. Gião, em Tortosa (*CIL* II 4066), em Campillo de Arena (Jaen, *CIL* II 2093) e em Ibiza (Balears) na seguinte epígrafe: *C. Iulio C. f. Gall Tironi Gaetulico j quaest. urb / tr. pl. praetori j amico optimo / L. Sempronius L. f. Quir. / Senecio* (*CIL* II 3661). Uma inscrição norte-africana refere um legado da *Hispania Citerior* denominado *Iulius Gaetulicus* (*CIL* Vili 8421). Há ainda um *L. Numisius Gaetulus*, em Córdoba (*CIL* II 2298), um *Porcius Gaetulus*, em Málaga (*CIL* II 1976), e uma *Iulia Gaetula*, em Godella (Valência, *CIL* II 3780).

A hipótese do cognome *Gaetulicus* denunciar uma origem africana é reforçada pela análise da antroponímia dos cidadãos de *Volubilis*, cidade da Mauritania Tingitana onde o gentilício *Caecilius* representa uma percentagem muito importante do total conhecido ⁽⁶⁰⁾ e onde foram assinalados outros nomes que confirmam a existência de estreitas relações entre esta região africana e o Ocidente peninsular⁽⁶¹⁾. Não devemos esquecer, inclusive, que a ocupação definitiva da Mauritania foi apoiada logisticamente a partir da Bética e do Sul da Lusitânia e que as duas margens do golfo de Cádiz constituem um todo geográfico permeável, bem

⁽⁵⁷⁾ G. CHARLES-PICARD, *La Civilisation de VAfrique Romaine*, Paris, 1959, p. 4-5; P. ROMANELLI, *Storia delle province romane dell'AFrica*, Roma, 1959, p. 133, 177, 183-187.

⁽⁵⁸⁾ E. F. GAUTIER, *Le Passé de VAfrique du Nord*, Paris, 1952, p. 210-214.

⁽⁵⁹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 260.

⁽⁶⁰⁾ J. GASCOU, *La succession des bornia vacantia et les tribus romaines de Volubilis*, «Antiquités Africaines», 12, 1978, p. 115-121.

⁽⁶¹⁾ GASCOU, p. 118 (*G. Gellius Seneca*), p. 120 (*Cornelia Amma*)\ UNTERMANN, p. 159-160, mapa 68, p. 53, mapa 7; FONTES, p. 18-20.

conhecido dos marinheiros locais de todas as épocas ⁽⁶²⁾, onde os grandes portos héticos dominaram os circuitos das exportações lusitanas e mauritanas para a Itália ⁽⁶³⁾.

Na época imperial, a indicação da tribo exprime, com o sistema dos *tria nomina*, completando-o, a condição de direito do individuo, integrado numa sociedade rigorosamente hierarquizada ⁽⁶⁴⁾. É, com o gentilício, um símbolo da cidadania romana completa ⁽⁶⁵⁾, tornado obsoleto depois da *Constitutio Antoniana*. Muito rara após meados do século ni, desaparece no período que medeia entre Aureliano e Diocleciano, registando-se um último exemplo numa inscrição de 333/337 referindo uma personagem equestre de *Hispellum* ⁽⁶⁶⁾. Entre as várias tribos registadas na Península Ibérica, a tribo Galéria é a mais frequente ⁽⁶⁷⁾, nela tendo sido enquadrados os cidadãos do município olisiponense ⁽⁶⁸⁾.

A fórmula que encerra a inscrição é das mais vulgares, aparecendo frequentemente isolada.

d) Dotação

A paleografia, o uso do nominativo, o sistema onomástico adoptado, a indicação da idade e a ausência de consagração aos deuses Manes permitem atribuir esta inscrição à segunda metade do século i.

⁽⁶²⁾ RAUL BRANDÃO, *Os Pescadores*, Lisboa, 1972, p. 176-177.

⁽⁶³⁾ ESTRABÃO, II, 3, 4; III, 1, 8; H. CAMPS-FABRER, *U olivier et V huile dans VAfrique Romaine*, Argel, 1953, p. 75-77.

⁽⁶⁴⁾ M. GRANT, *O Mundo de Roma*, Lisboa, 1967, p. 119-124; PETIT, p. 227-281.

⁽⁶⁵⁾ G. ALFÖLDY, *Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans VEmpire romain*, «Latomus», XXV, 1, 1966, p. 37-39, 55-57 (=ALFÖLDY, *Notes*).

⁽⁶⁶⁾ G. FORNI, *Il ruolo della menzione della tribu neWonomastica romana*, «Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 99.

⁽⁶⁷⁾ ILER, p. 698; CIL II, p. LXV, p. 1134-1135.

⁽⁶⁸⁾ VIEIRA DA SILVA, p. 44; CAGNAT, p. 78.

3 — S. GIÃO. Foto 4

a) *Descrição*

Cipo funerário de calcário lioz proveniente da ermida da Quinta de S. Gião, freguesia de Santa Maria, Torres Vedras. Sucessivas reutilizações tiveram consequências desastrosas para o monumento, provocando a quase total destruição do topo, de forma abaulada, e a perda de uma parte da inscrição, bastante escavada na parcela subsistente. O campo epigráfico ocupava, aparentemente, toda a face do cipo, cujo dorso se encontra picado. Não há sinais de quaisquer molduras ou elementos decorativos.

Dimensões: 43x46x31. Campo epigráfico: ?x46.

L(ucio) . ANICIO OPTATO / ATTIVS MONTANVS / [D(e) . S(uo) . F(aciendum) . C(uravit)] / [H(ic) . S(iius) . E(st)]

Átio Montano mandou fazer à sua custa (este monumento) a Lúcio Anicio Optato (que) está aqui sepultado.

Altura das letras: 1.1: 6,4 (0 = 5,5); 1.2: 6,4 (0 = 5,5).
Espaços: 1: 21,5(?); 2: 1,2; 3: 1,2(?).

b) *Bibliografia e variantes*

RESENDE, f. 46v; STRADA, p. 174, 8; GRUTER, 880, 8; SALGADO, p. 307; LEVY, 254, 593; *CIL* II 269; BELO, «Badaladas», 146, 1956; *ILER* 3623.

1. 1: BELO assinala a sigla L; MECIO (STRADA, GRUTER, SALGADO, LEVY).

1. 2: ANIVS (BELO); BELO assinala o nexu NT.

c) *Comentário*

Hübner, que não viu a inscrição, apoiou-se no texto transmitido por André de Resende, no qual a fórmula H. S. E. ocupa uma posição invulgar, repetindo-se apenas uma vez na região

olisiponense (60). Resende não indica a linha final da epígrafe que, na mesma folha do manuscrito e também proveniente de S. Gião, antecede a presente inscrição, linha que, na verdade, inclui a fórmula em causa (n.º 2). Terá sido transposta para o epitáfio de Optato? Na l.2, a leitura *Anius*, proposta por Ricardo Belo, não é autorizada pela análise da epígrafe : não só a inclinação do N seria diferente da que se verifica nos restantes casos, como o travessão do primeiro T é perfeitamente visível. Confirma-se, assim, a leitura ATI IVS. Na bibliografia, Hübner indica, poi lapso, Levy 255, 596. Este, por sua vez e seguindo Fr. Vicente Salgado, atribuiu o monumento a Silves; J. Vives, observando a lição de Hübner, situa-o, porém, em Lisboa.

Apesar de algumas anomalias, a paginação obedeceu a um esquema exigente, reservando as duas primeiras linhas para indicação dos nomes do defunto e do ofertante e as duas últimas para o formulário. O recurso a linhas auxiliares permitiu obter um alinhamento rigoroso dos caracteres, denunciando um *ordinator* muito hábil e simultaneamente pouco formalista. O aspecto variegado das letras resulta, precisamente, desta última característica e não de rusticidade ou incapacidade do artista, o qual procurou conscientemente utilizar as letras como elementos decorativos (70). Pontuação aparentemente impecável, com sinais circulares. Os caracteres, bem gravados, de incisão triangular, são do tipo monumental, verticalmente alongados, acusando, todavia, influência da escrita actuária (71), bem patente no S e no característico N, o qual ocorre com frequência em inscrições monumentais da segunda metade do século II (72). C e O de excelente recorte, o último ligeiramente achatado: a pança do P é aberta; o travessão dos L e T, muito curto, é decididamente horizontal. O nexos NT é um dos mais vulgares da epigrafia latina. Pequenos ápices marcam a extremidade das letras.

Optato usava os *tria nomina* o que, por si só, não é suficiente para o classificar como cidadão romano, considerando a

(69) VIEIRA DA SILVA, p. 272-273, n.º 144, h.

(70) CAGNAT, p. 4, pi. V, 3.

(71) BATLE HUGUET, p. 8.

(72) CAGNAT, p. 501, pi. XIV, 1.

inscrição anterior ao século ui. Em princípio, depois de Vespasiano, não houve na Hispânia senão duas categorias de cidadãos: *eives latini* e *eives romani* (73). Assim, a ausência total de referências familiares na inscrição leva-nos a atribuir-lhe a condição de liberto e a integrá-lo entre os cidadãos de direito latino (74). *Anicius* é um gentílico extremamente raro(75), aliás nem sempre referenciado entre os *nomina* (CIL II 2458); a inscrição de S. Gião faculta o único exemplo registado na Lusitânia. O cognome *Optatus* é romano e relativamente frequente na Hispânia não indo-europeia, especialmente na Bética(76). Na Lusitânia, província onde uma parte considerável dos testemunhos se situa entre as elites locais (77), foi assinalado nos seguintes pontos, além de S. Gião: Lisboa (CIL II 182, 206), Ferreira do Zêzere (CIL II 336), Faro (CIL II 5141), Mertola (CIL II 15), Mérida (CIL II 486, 564), Serra de Monsanto (ILER 683) e Zalamea de la Serena, onde se registou um *Optatus* da tribo Galéria pertencente à *gens Attia* e membro da *ordo decurionum* (ILER 6845). Kajanto engloba este cognome no grupo relacionado com as circunstâncias de nascimento, atribuindo-lhe um significado próximo de «agradável» (78) ; dos oitocentos e trinta e um exemplos conhecidos na *Romania*, cento e quarenta pertencem a escravos, o que representa uma percentagem importante (79). Este facto pode explicar, em parte, a distribuição do cognome na Península, nomeadamente a sua concentração na rica região da bacia do Guadalquivir e nalguns dos grandes portos hispânicos, como Cádiz (CIL II 1753, 1778, 1779, 1807, 1858, 1874), o que destaca imediatamente uma activa intervenção em actividades comerciais

(73) ALFÖLDY, *Notes*, p. 49-50; ALARCÃO, *Portugal*, p. 55.

(74) O. HIRSCHFELD, *Kleine Schriften*, Berlim, 1913, p. 298; ALFÖLDY, *Notes*, p. 55-57.

(75) ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 220; XL, 2, 1972, p. 13.

(76) UNTERMANN, p. 140-141, mapa 58; ILER, p. 727.

(77) O conjunto inclui um Augustal, um duúnviro, um magistrado municipal indeterminado e a mulher de um liberto imperial *tabularius* da Lusitânia.

(78) KAJANTO, *Cognomina*, p. 73-75.

j⁷⁹) KAJANTO, *Cognomina*, p. 77, 296.

e marítimas, em grande parte controladas por libertos ⁽⁸⁰⁾, as quais justificarão o *Optatus* do testemunho isolado registado em Grava (Pontevedra, *ILER* 587), região relacionada com a rota atlântica dos minérios. Conhecem-se dois *Optati* Augustais: um *C. Arrias Optatus*, em Lisboa (*CIL* II 182), e um *0. Valerius Optatus*, em Alcaudete (Jaén, *CIL* II 1721). A família dos *Aelii Optati*, grandes exportadores de azeite estabelecidos na Bética⁽⁸¹⁾, merece uma referencia especial: as suas marcas anforárias foram encontradas em varios locais do mundo romano ⁽⁸²⁾, incluindo Roma⁽⁸³⁾, e é provável que o *L. Aelius Optatus* de uma muito deteriorada inscrição de Faro (*CIL* II 5141) lhe pertença, atendendo ao local do achado, escala importante da rota que ligava o Tejo aos grandes centros portuários da Bética e presumível sede de uma procuradoria das minas do Su] da Lusitânia ⁽⁸⁴⁾ ; o teor honorífico do monumento, típico do grupo social que controlou a vida económica e política regional e provincial, reforça consideravelmente a relação estabelecida. Quanto à *gens Attia* tem raros representantes na Hispânia ⁽⁸⁵⁾. Ausente das regiões limítrofes de Torres Vedras, este gentílico, dos mais antigos do Lácio, tem no *Conventus Pacensis* uma distribuição significativa: Faro (*CIL* II 5141), *Mirobriga* (Santiago do Cacém, *CIL* II 21), Tróia e arredores de Eivas ⁽⁸⁶⁾; em Faro, a inscrição funerária de *L. Attius Nisus* refere um raríssimo *misolio sub ascia*, facto que podemos considerar como indicador, quase certo atendendo ao gentílico, de relações com a Narbonense ⁽⁸⁷⁾; a epígrafe de *Miro-*

(80) *PETIT* p. 285-287.

(81) E. THOUVENOT, *Una familia de negociantes en aceite establecidos en la Bética en el siglo II: los Aelii Optati*, «*Archivo Español de Arqueología*», XXV, 86, 1952, p. 225-231; M. PONSICH, *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*, Madrid, 1974, p. 150-152, 157.

(82) M. H. CALLENDER, *Roman Amphorae*, Londres, 1965, p. 199, n.º 1266.

(83) E. RODRIGUEZ ALMEIDA, *Novedades de epigrafia anforaria del Monte Tesiaccio*, «*Recherches sur les Amphores Romaines*», Roma, 1972, p. 130-137.

(84) M. EUZENAT, *Lingots espagnols retrouvés en mer* «*Etudes Classiques*», 3, 1968-1970, p. 95-98.

(85) KNAPP, p. 121.

(86) ENCARNAÇÃO, *Inscriptions*, p. 54.

(87) KNAPP, p. 196, 215, 218.

briga foi consagrada a Esculápio pelo médico pacense *C. Attius Ianuarius*. O cognome itálico *Montanus* é mais vulgar. Kajanto relaciona-o com factores de ordem geográfica, traduzindo-o por «montanhês» V⁸⁸). Foi assinalado praticamente em todo o Império⁽⁸⁹⁾, contando fraca representação na Hispânia⁽⁹⁰⁾ onde eventualmente surge relacionado com a elite municipal provincial⁽⁹¹⁾. Em Portugal foi ainda referenciado em Lisboa (*CIL* II 221, 4999), Beja (*CIL* II 68), Aljubarrota (*CIL* II, 355) e numa ara consagrada a Júpiter, em Monsanto (*CIL* II 459). Uma inscrição de Mérida poderá referir um *Q. Attius Montanus* (*CIL* II 535); um dos *seviri Augustales* de Tarragona denominava-se *M. Raecius Montanus* (*CIL* II 4304); o cognome foi também registado nas Baleares: melhor situado no *cursus* do culto imperial, *Maecius Maecianus Montanus* foi flâmine provincial da Hispania Citerior, como informa a epígrafe de uma base de estátua encontrada em Mahón (*CIL* II 3711); outra referência provém de Palma de Maiorca (*CIL* II 5222). Da Mauritania conhecemos um governador da Tingitana, contemporâneo de Antonino, denominado *Q. Aeronius Montanus* (*CIL* Vili 21825). As observações anteriormente feitas acerca do estatuto social de Optato são igualmente válidas para Montano, mas, neste caso, fortemente contrariadas pelo cognome: dos trezentos e vinte e três exemplos conhecidos, apenas vinte se referem a libertos e escravos⁽⁹²⁾; a ausência do prenome, vulgar a partir do século m⁽⁹³⁾, não impede a sua classificação como cidadão⁽⁹¹⁾. Os cognomes *Optatus* e *Montanus* aparecem associados numa inscrição, relacionada com os *Aelii Optali* já citados, proveniente de Peñafior (Lora del Rio, *CIL* II 2329 /2330); um outro ramo dos *Aelii* peninsulares, talvez de

⁽⁸⁸⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 80-81.

⁽⁸⁹⁾ D. PROTASE, *O familie de origine italica la Apulum*, «Apulum», IX, 1971, p. 355-356.

⁽⁹⁰⁾ ILLER, p. 722.

⁽⁹¹⁾ M. M. ALVES DIAS, *M. Fabius Paulinus and L. Numisius Montanus. A Contribution to the Knowledge of the Hispanic Municipal Elites under Hadrian*, «Madrider Mitteilungen», 19, 1978, p. 263-271.

⁽⁹²⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 309.

⁽⁹³⁾ HUGUET, p. 73.

⁽⁹⁴⁾ ALFÖLDY, *Notes*, p. 38; *Fouilles*, p. 93-95, n.º 71 (séc. ii).

origem bética ⁽⁹⁰⁾, encontra-se representado em S. Miguel de Odrinhas por uma notável inscrição (*CIL* II 267). O gentílico *uAttius* e o cognome *Montanus* ocorrem igualmente numa inscrição pintada sobre uma ânfora D. 20 do Castro Pretorio, em Roma (*CIL* XV 3644), referindo um *Montanus*, aparentemente proprietário de um *fundus* situado na região hética de Arcai⁹⁶⁾, e o *negotiator* e possível armador *P. Attius Severus*. Desta forma, e apesar da qualidade e exiguidade dos testemunhos lusitanos, não nos parece inviável considerar L. Anicio Optato e Átio Montano relacionados com actividades inerentes às exportações peninsulares para Roma, as quais, embora centradas na Bética, foram suficientemente importantes em *Olisipo* para que delas ainda hoje subsistam traços na epigrafia (*CIL* II 293, 5019).

d) *Datação*

A análise interna e externa desta epígrafe truncada não é das mais fáceis. Permite, contudo, atendendo à não consagração aos deuses Manes, ao uso do dativo, à sobriedade do texto e aos factores paleográficos, datá-la da segunda metade do século n.

4 —TORRES VEDRAS. Foto 5

a) *Descrição*

Grande pedestal funerário de calcário lioz, proveniente da capela de S. João Baptista, freguesia de S. Pedro, Torres Vedras. No século XVI, como refere Strada, encontrava-se no interior, perto do altar, local de onde foi posteriormente deslocado, tendo sido redescoberto em 1847 reutilizado num cunhal exterior ⁽⁹⁷⁾. Sem decoração, cuidadosamente alisado na face e nos flancos, este

⁽⁹⁰⁾ UNTERMANN, p. 159-161, mapa 68.

⁽⁹⁸⁾ PONSICH, p. 155, 160, 166, fig. 65.

⁽⁹⁷⁾ PINHO LEAL, IX, 1880, p. 664; VIEIRA, p. 5.

monumento pouco deteriorado situa-se entre os melhores que se conservam no Museu. No topo ostenta três entalhos geometricamente dispostos, dois junto à aresta posterior e um terceiro, maior, aberto numa posição central. O dorso, desbastado e picado, é característico deste tipo de monumento. O campo epigráfico ocupa todo o rosto do pedestal sem que todavia a inscrição o preencha por completo.

Dimensões: 143x73x41. Campo epigráfico: 143x73.

M (*arco*) . IVLIO . M(*arci*) . F (*ilio*) . GA Ueria tribu) / CRES-
CENTI / L(*udas*) . VALERIVS . ARCO . SOCER / EX . T(*esta-*
mento) . F (*faciendum*) . C (*aravit*) . S (*it*) . T (*ibi*) (*hedera*) T (*erra*). L (*evis*)
[*hedera*]

A Marco Júlio Crescente, filho de Marco, da tribo Galéria, o sogro, Lúcio Valério Arcão, por disposição testamentária, mandou fazer (este monumento). Que a terra te seja leve!

Altura das letras: 1. 1: 7,5; 1. 2: 6,5 (M=8); 1. 3: 5,5 (O = 5,8; ÊR = 5,8); 1. 4: 5,3. Espaços: 1: 10; 2: 2,5; 3: 1,8; 4: 2; 5: 102.

b) *Bibliografia, e variantes*

STH A D A, p. 173, 8; GRUTER, 567, 3; LEVY, 249, 583; TORRES, p. 19; *CIL* II 321; PINHO LEAL, IX, 1880, p. 664; VIEIRA, p. 5; BELO, «Badaladas», 57, 1952; *GEPB*, XXXII, 1960, p. 277; *ILER* 4749.

1.1: TALLIO (STRADA, GRUTER, LEVY, *CIL* II, *ILER*), CA (PINHO LEAL), CAI (VIEIRA), CA. (*GEPR*).

1.3: STRADA, CRUTER, LEVY, *CIL* II, VIEIRA e *ILER* omitem a sigla L; ACRO (STRADA, GRUTER, LEVY, *CIL* II, *ILER*), ARCOS (PINHO LEAL), SOCR (STRADA, GRUTER, LEVY, TORRES *CIL* II, PINHO LEAL, VIEIRA, BELO, *CPER*, *ILER*).

1.4: pontuação incompleta em STRADA, GRUTER, LEVY, TORRES, *CIL* II, VIEIRA, *ILER*; PINHO LEAL omite o F.

c) *Comentário*

J. Vives indica Lisboa como local de proveniência desta epígrafe incontestavelmente tómensê, registada e recuperada numa zona da cidade onde os vestígios antigos não faltam⁽⁹⁸⁾. A paginação foi cuidadosamente elaborada e dela resultou uma distribuição do texto agradável e equilibrada, ocupando apenas o terço superior do campo epigráfico. O *lapidarius* utilizou linhas auxiliares, ainda muito fracamente visíveis nalguns pontos. Todavia, toda a inscrição está ligeiramente inclinada sobre a esquerda, notando-se ainda uma pequena deslocação das 1. 2 e 4 no sentido da direita. O *ordinator* respeitou habilmente a regra da integridade das palavras ao variar as dimensões das letras, usando as duas primeiras linhas para identificação privilegiada do defunto, reservando a segunda para o cognome, que assim se destaca vigorosamente no conjunto do texto; a 1.3 contém a identificação do executor testamentário, ficando o formulário confinado na última linha. Pontuação rigorosamente colocada e trabalhada com intenção decorativa, ostentando três tipos de sinais: «vírgulas*, triângulos e heras cordiformes. A gravação, em bisel, é muito regular e perfeitamente nítida. Escrita do tipo capital quadrada, bem proporcionada e, salvo uma ou outra irregularidade, de bom desenho, com os ápices ligeiramente traçados; M, N, O e G de recorte clássico; o G é próprio da escrita actuária e encontra-se documentado em numerosas inscrições dos séculos I e II⁽⁹⁹⁾; o R apresenta a haste oblíqua recta e com o ponto de partida da pança muito afastado da haste vertical, forma que ocorre, por exemplo, em epígrafes luso-romanas do início da época imperial encontradas em Idanha-a-Velha⁽¹⁰⁰⁾ e Silveirona, perto de Estre-

(98) LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Objectos inéditos lusitano-romanos de Torres Vedras*, «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», 61-62, 1960, p. 269-273 (= LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Objectos*).

(99) BATTLE HUGUET, p. 12-13; CAGNAT, p. 500, pi. Y, 1, 5; *Fouilles*, p. 49-51, n.º 24, pi. VII; em Lisboa, por exemplo, ocorre na inscrição do *proscenium* do teatro romano: Vieira da Silva, p. 172-175, n.º 70.

(100) D. FERNANDO DE ALMEIDA, *Egitânia. Arqueologia e História*, Lisboa, 1956, p. 140-141, n.º 1, fig. 105 (= ALMEIDA, *Egitânia*).

moz⁽¹⁰¹⁾; os L, A e T têm os travessões geralmente rectos, idênticos em comprimento no E, acusando certa influência cursiva, nomeadamente no 1.2. O nexos ER não é dos mais frequentes: colocação e isolamento sugerem uma datação recuada ⁽¹⁰²⁾. No final da 1. 1 o L, embora muito prejudicado, é de fácil identificação. Na 1.3 o L da abreviatura do prenome *Lucius* subsiste e a sua leitura não exige esforço especial.

A qualidade da inscrição e as dimensões do suporte obrigam imediatamente a relacionar este monumento com um ambiente social e económico elevado e plenamente romanizado. A referência à tribo Galéria, os *tria nomina* e as implicações jurídicas da fórmula final afirmam a cidadania de *M. Julius Crescens* e de *L. Valerius Areo*. A identificação do último concorda com a identificação simplificada, omitindo filiação e tribo, de indivíduos confirmadamente cidadãos responsáveis pela execução de monumentos funerários. O gentílico *Julius* é, como já vimos, um dos que reúne maior representação na Península. O muito vulgar cognome romano *Crescens*, para o qual Irijanto refere a longínqua possibilidade de uma origem geográfica, a partir do rio *Crescens*, afluente do Reno ⁽¹⁰³⁾, é relativamente frequente na Península ⁽¹⁰⁴⁾, sobretudo nas grandes cidades do Levante, assim como na Bética e na Lusitânia. Na província lusitana, que concorre com cerca de metade dos exemplos registados, é desconhecido no *concentus* pacense e tem fraca representação no escalabitano, onde, além do testemunho torriense, se conhecem outros, provenientes de S. Sebastião do Freixo (*CU* II 5235) e de Idanha-a-Velha (*CIL* II 439), se é que o território dos *Igaeditani* lhe pertencia; atinge, porém, notável concentração no *concentus* emeritense, tendo sido assinalado em Merida (*ILER* 4606), Villagarcía (Badajoz, *CIL* II 1035), Reina (Badajoz, *ILER* 2535), Cáceres (*CIL* II 697, 705), Torquemada (Cáceres, *ILER* 5077), Arroyomolinos (Cáceres, *ILER* 6167), Trujillo (*ILER* 2272, 6754), Cória (*CIL* II 765)

⁽¹⁰¹⁾ JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Epigrafia do Nordeste alentejano*, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 67-68, n.º 5, fot. 8 (= ENCARNAÇÃO, *Nordeste*).

⁽¹⁰²⁾ BATLE HUGUET, p. 17.

⁽¹⁰³⁾ IVAJANTO, *Cognomina*, p. 234.

⁽¹⁰⁴⁾ *ILER*, p. 684.

e Oropesa (*CIL* II 994). Uma das epígrafes de Cáceres nomeia um *L. Iulius Crescens* (*CIL* II 705). Na Bética, o cognome foi assinalado entre os grandes *negotiatores* provinciais, destacando-se, pelo volume da sua produção anforária, o astigitano *L. Fabius Crescens* ⁽¹⁰⁵⁾. O gentílico *Valerius*, extraordinariamente bem documentado na Hispânia ⁽¹⁰⁶⁾, não é raro na região de Lisboa (*CIL* II 254, 259, 321, 322, 323); em *Conimbriga* registaram-se dez exemplos ⁽¹⁰⁷⁾, relacionados, na maioria, com o meio indígena. No presente caso, o cognome de origem céltica *Arco* permite estabelecer idêntica relação ⁽¹⁰⁸⁾. Vulgar na área calaico-lusitana ⁽¹⁰⁹⁾, é raro na região olisiponense, onde apenas se lhe conhece outro testemunho, assinalado em Mafra (*CIL* II 5223). Presente, como teónimo, em Sigüenza ^(no), *Arco* constitui o radical de um dos epítetos da deusa *Navia* (*ILER* 891) e do topónimo *Arcobriga* (*CIL* II 765, 2419). O rio Arcão, afluente do Sado, poderá reflectir o mesmo étimo.

Nesta epígrafe deparamos, mais uma vez, com um fenómeno de aculturação típico do processo de romanização e traduzido na acloção da antroponímia latina e simultânea sobrevivência de nomes indígenas, introduzidos no sistema legal dos *tria nomina* como cognomes, mas não propriamente integrados, permanecendo como indicativo seguro da origem étnica e social dos indivíduos, como defende Kajanto ^(m). Dada a qualidade da romanização na região em torno de *Olisipo*, iniciada ainda no século n a.C., não nos parece por completo viável, contrariando Tovar ⁽¹¹²⁾, atribuir a persistência dos nomes indígenas no Ocidente peninsular, nomeadamente na referida zona, a um processo romanizador lento. Teremos que procurar outra explicação, ou uma explicação complementar, relacionada não tanto com os sucessos militares e políticos,

⁽¹⁰⁵⁾ CALLENDER, p. 153-155, n.º 851.

⁽¹⁰⁶⁾ ILER, p. 760-762; KNAPP, p. 191, 218, 221.

⁽¹⁰⁷⁾ Fouilles, p. 225-226.

⁽¹⁰⁸⁾ ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 223-224.

⁽¹⁰⁹⁾ UNTERMANN, p. 58-59, mapa 10.

⁽¹¹⁰⁾ BLÁZQUEZ, *Religiones*, p. 103.

^(m) I. KAJANTO, *The Significance of Non-Latin Cognomina*, «Latomus», XXVII, 3, 1968, p. 517-534 (= KAJANTO, *Non-Latin Cognomina*).

^(na) TOVAR, *Actes*, p. 268.

mas fundamentalmente com uma nova ordem cultural propiciada por uma flexível *interpretatio* de tudo o que podia ser assimilado ou tolerado, a qual permitiu que a *Romania* fosse bastante mais do que um simples quadro político e jurídico.

O formulário que encerra o epitáfio é normal. Por ele sabemos que *Arco* foi o executor testamentário do genro, incumbência vulgar mas que não raramente suscitava contendas familiares⁽¹¹³⁾.

d) *Datação*

A ausência de consagração aos deuses Manes, a falta de indicação da idade, a lacónica referência a laços familiares são factores que, aliados à paleografia, permitem atribuir este importante monumento à primeira metade do século i.

5 — TORRES VEDRAS. Foto 6

a) *Descrição*

Placa funerária, truncada, de calcário lioz, encontrada em 1948 no entulho de uma cisterna antiga situada a meia encosta do Monte do Castelo, freguesia de Santa Maria, Torres Vedras. Muito simples, sem ornamentação, a metade que dela resta encontra-se razoavelmente conservada e faculta um texto que, apesar de incompleto, permite uma leitura coerente. A placa era de forma rectangular e foi afeiçoada no reverso e cuidadosamente alisada na face principal, aparentemente ocupada na totalidade pelo campo epigráfico.

Dimensões: 50x40x26,5. Campo epigráfico: 50 X ?

[...] Q (*uinti*) . F (*Mus*) . GAL {*cria tribu*} / [...] S . ANN (*orum*) .
XIX / [...] . IVLIA / [... M]ATER F(*aciendum*) C(*uravit*)

⁽¹¹³⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 185-186.

(...)s, filho de Quinto, da tribo Galéria, de dezanove anos de idade (...)• A mãe Júlia (...) mandou fazer (este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 6,3; 1. 2: 6,3; 1. 3: 5,6; 1. 4: 5,6.
Espaços: 1: 6; 2: 2,5; 3: 2,5; 4: 2,5; 5: 12,5.

b) *Bibliografia e variantes*

BELO, «Badaladas», 56, 1952 (foto).

1. 1: CAL (BELO).

1. 4: BELO indica um ponto de separação antes da fórmula final.

c) *Comentário*

O que resta da epígrafe permite reconstituir a paginação, uma vez que possuímos aproximadamente metade do texto e que este, pela sua natureza, correspondia a regras seguramente estabelecidas e amplamente documentadas. Observando um procedimento normal, o *ordinator* concentrou a inscrição, reservando as 1.1 e 2 para indicar a identidade e a idade do defunto, recebendo as 1.3 e 4 o nome da dedicante e as fórmulas finais habituais. Uma tentativa de restituição completa do texto, possível a partir do cálculo das dimensões originais da placa, resultaria forçosamente suspeita sem nada adiantar aos elementos concretos facultados pelo monumento. Assim, referiremos apenas o seguinte : o gentílico contido na 1.1 ocuparia pouco espaço, não sendo de excluir a hipótese de ter sido gravado abreviado ⁽¹¹⁴⁾, como se verifica na inscrição torriense da igreja de Santa Maria do Castelo (n.º 6); na 1.2 subsiste a última letra de um cognome extenso, decerto terminado em VS; a 1.3 incluiria, pelo menos, a fórmula H.S.E.; finalmente, a 1.4 compreendia um cognome de desenvolvimento médio, pequeno no caso de ser precedido pela filiação (*CILII* 261, 296). O alinhamento, nitidamente guiado, valorizou a inscrição alternando a extensão das linhas. A pontuação, correcta, tem os sinais em forma de acento agudo, o que

⁽¹¹⁴⁾ CAGNAT, p. 51-52.

não é muito vulgar ⁽¹¹⁵⁾; a omissão do ponto entre as duas siglas da fórmula FC é frequente. A gravação, pouco profunda, é de incisão triangular. As letras, bem documentadas em inscrições dos séculos i e n ⁽¹¹⁶⁾, acusam ligeira inclinação sobre a direita; ostentam ápices e são do tipo capital quadrada, com franca influência actuária, eventualmente devida a uma *ordinatio* desenhada a pincel, presente no traçado ondulado dos travessões do F; o Q tem uma forma oval rematada por uma cauda pequena e graciosa; R do tipo aberto, com a haste oblíqua recta. No conjunto, é uma epígrafe não desprovida de elegância, embora um tanto ou quanto rígida, denunciando um tratamento algo despreocupado, de qualidade mediana.

A referência à tribo Galéria é perfeitamente normal, admitindo a integração da região de Torres Vedras nos confins do território de *Olisipo*, município indubitavelmente adstrito àquela tribo, a mais difundida na Península antes da época flaviana ⁽¹¹⁷⁾. O pronome de base numeral *Quintus*, embora vulgar, tem distribuição pouco equilibrada: frequente em Lisboa, onde foram registados vinte e quatro exemplos ⁽¹¹⁸⁾, concentração que se reflecte no único testemunho eborense (*CIL* II 124), rareia ou falta por completo noutras grandes cidades lusitanas. Em Torres Vedras repete-se na inscrição de Santa Maria do Castelo (n.º 6) e foi assinalado, nos arredores, em Matações (n.º 3). Carvoeira (n.º 12 = = *CIL* II 261) e Azueira (*CIL* II 302). Quanto ao gentílico registado é, como já vimos, o mais vulgar da epigrafia hispano-romana, o que em parte se relaciona com a presença de Augusto na Península ⁽¹¹⁹⁾. A fórmula F(*aciendum*) C(*uravit*) é habitual; precedida da palavra MATER, que ocorre eventual mente como cognome ⁽¹²⁰⁾, repete-se, por exemplo, em S. Gião (*CIL* II 296) e, associada a D. M., em Santa Cruz (*CIL* II 114).

⁽¹¹⁵⁾ BATLLE HUGUET, p. 26.

⁽¹¹⁶⁾ BATLLE HUGUET, p. 114-115.

⁽¹¹⁷⁾ CAGNAT, p. 78; R. ÉTIENNE/G. FABRE, *C. I irra?dus Ru;us de Conimbriga*, «Conimbriga», XI, 1972, p. 200-203.

⁽¹¹⁸⁾ VIEIRA DA SILVA, p. 276-283.

⁽¹¹⁹⁾ DIÃO GÁSSIO, 54, 25.

⁽¹²⁰⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 80, 103.

Em Torres Vedras têm sido descobertos significativos vestígios da época romana, decerto relacionados com uma povoação que ocuparia, de forma não contínua, o Monte do Castelo, onde na vertente norte se situam as ruínas de duas cisternas talvez romanas ⁽¹²¹⁾, numa das quais foi encontrada a presente inscrição, e a zona antiga da cidade que se estende para oriente até ao Sizandro. Nas muralhas e na igreja de Santa Maria do Castelo, de cuja escadaria provém a árula recentemente recolhida no Museu (n.º 6), é visível a reutilização de materiais antigos e temos conhecimento da descoberta de uma moeda do Baixo-Império e de fragmentos de vidro no interior da fortaleza.

d) Dalação

O tipo de escrita, a simplicidade do formulário subsistente, o gentílico, a ausência de adjectivos, a indicação da idade, são factores que permitem atribuir esta inscrição ao final do século T.

6 — TORRES VEDRAS. Foto 7

à) Descrição

Árula funerária de calcário lioz, retirada em 1979 do muro esquerdo da escadaria de acesso à igreja de Santa Maria do Castelo, freguesia de Santa Maria, Torres Vedras. O monumento, trabalhado nas quatro faces, encontra-se muito danificado: uma fractura antiga eliminou o capitel e prejudicou o campo epigráfico, estabelecido sem decoração sobre uma das faces principais do fuste. A base, terminada por uma espécie de plinto destinado a fixar a árula num soco, possui uma moldura, muito destruída,

(121) VIEIRA, p. 4, 82.

de perfil relativamente complicado algo semelhante à de uma base ática. O mau estado geral da pedra é ainda agravada por alterações de origem química.

Dimensões: 52,5 (base: 20,5; fuste: 32) x34,5x22. Campo epigráfico: ?x34,5.

Q(uinto) BOVIO ATIM/ETIONI VICTORI / (Quinti) B(am)
MARCIANI / ANN(orum) LXX/⁵ Q(uintus) B(ovius) POTITVS /
/ PATRI OPTVMO

A Quinto Bóvio Atimecião Vítor, (filho) de Quinto Bóvio Marciano, de setenta anos de idade. Quinto Bóvio Potito (mandou fazer este monumento) a seu excelente pai.

Altura das letras: 1. 1: 4; 1. 2: 4 (ET: E=3,2); 1. 3: 4; 1. 4: 4;
1. 5: 4; 1. 6: 3 (1 = 2,2). Espaços: 1:1 ; 2:1 ; 3: 0,5; 4: 0,5; 5: 0,5; 6: 2.

b) *Bibliografia e variantes*

Inédita.

c) *Comentário*

Na zona de Lisboa, as ámulas funerárias são relativamente raras: no Museu de S. Miguel de Odrinhas, por exemplo, há apenas duas ⁽¹²²⁾. A que agora se descobriu em Torres Vedras constitui, assim, um testemunho valioso da implantação das formas plásticas romanas na região. O *ordinator* teve a preocupação de conseguir uma paginação elegante e correcta, utilizando um esquema perfeitamente clássico, distribuindo o texto segundo um eixo de simetria e fazendo alternar a extensão das linhas. Tendo em conta a qualidade da paginação, é de admitir que as deficiências verificadas na epígrafe se devam, sobretudo, ao lapidário. Na 1. 1 a translineação cortou o cognome sem atender à divisão silábica. Na 1.3

(i22) MÁRIO GARDOZO, *Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas*, Sintra, 1958, p. 11-12, n.º 3, p. 17, n.º 8 (= GARDOZO, *Inscrições*).

e 5 o gentílico, em parte devido ao espaço disponível, em parte devido a já se encontrar desenvolvido na 1.1, foi indicado em sigla. Não há vestígios de pontuação. A regularidade do conjunto denuncia a existência de linhas auxiliares, desaparecidas. A letra é do tipo monumental, com forte influência actuária; tem razoável gravação em bisel. Ligeiramente inclinada sobre a direita, acusa uma ou outra irregularidade no *ductus* e mostra traços de ápices. Destacaremos apenas o seguinte: o Q, circular, assenta na linha apenas a extremidade da cauda, o que provoca um efeito deselegante; o B, de panças desiguais, tem um desenho clássico ⁽¹²³⁾ ; o O, elíptico, difere por completo do corpo do Q; travessões perfeitamente horizontais, a meia altura no A, muito curtos no T ; R com a haste oblíqua recta, obtido a partir do P, aberto; o M tem as hastes exteriores divergentes e o ângulo interno, como no V, bem colocado ao centro, sobre a linha; o S é próprio da escrita actuária ⁽¹²⁴⁾. O nexu ET é normal ⁽¹²⁵⁾.

A epígrafe apresenta alguns problemas de leitura. É possível que tenha existido uma primeira linha contendo a fórmula D.M. ou D.M.S., considerando o esquema geral do texto ⁽¹²⁶⁾. Na 1. 1 o gentílico BOVIO lê-se com facilidade, o mesmo não sucedendo, porém, com as letras iniciais do cognome, ATIM. Na 1.2 o problema complica-se, mas a fotografia e a análise directa da pedra permitem afirmar a existência do nexu ET : teremos, assim, o dativo ATIMĒTIONI. Segue-se a palavra VICTORI, na qual pouco resta das duas letras iniciais. Na 1. 3 a sigla do prenome está representada pela cauda do Q e por uma fractura que o sugere; o cognome, bastante maltratado, mostra a seguir ao M vestígios nítidos de um A, assim como um R, de que resta a pança e a extremidade da haste oblíqua, e um C, custosamente visível, seguido de IANI, o que dá o genitivo MARCIANI. Na 1.4 subsistem traços do segundo N da abreviatura ANN. Na 1.3 falta a sigla ou abreviatura de *filius*: lapso do *lapidarius*? O texto de uma sofisticada inscrição de *Conimbriga* (CIL II 391),

⁽¹²³⁾ HUGUET, p. 11.

⁽¹²⁴⁾ HUGUET, p. 15-16.

⁽¹²⁵⁾ HUGUET, p. 20; CARDOZO, *Inscrições*, p. 25-26, n.º 14.

⁽¹²⁶⁾ Fouilles, p. 214.

que fornece um paralelo elucidativo ao esquema da epígrafe torriense, repetido numa inscrição proveniente de Lourel (Sintra, *CIL* II 299), leva-nos a aceitar tal hipótese, tanto mais que se trata de um facto muito vulgar na epigrafia hispano-romana de menor qualidade ⁽¹²⁷⁾. A solução proposta, sem ser a única possível, como veremos, parece-nos a mais plausível.

O gentílico *Bovius*, considerado por Schulze de origem etrusca ⁽¹²⁸⁾, poderá ter como radical o indo-europeu **gwou*— boi, vaca ⁽¹²⁹⁾. Os poucos testemunhos peninsulares conhecidos situam-se quase todos na Lusitânia Ocidental: patente em inscrições de Oeiras (*CIL* II 5011) e de Coimbra, esta de grande qualidade (*CIL* II 378), foi assinalado como nome único em monumentos de Louriceira, perto de Tones Vedras (n.º 11), Sacóias (Bragança, *ILER* 2609), Meixedo (Bragança, *ILER* 5044), Albuquerque (*ILER* 2451) e Idanha-a-Velha ⁽¹³⁰⁾. A sua leitura como cognome, numa *cupa* da Praia de Santa Cruz, é francamente duvidosa ⁽¹³¹⁾. *Atimetio* é um cognome de indiscutível origem grega ⁽¹³²⁾ que, segundo julgamos, aqui surge pela primeira vez na Hispânia. Um antropônimo parecido, utilizado como nome de escravo e como cognome, *Atimetus* ⁽¹³³⁾, foi registado em Tarragona (*CIL* II 4089, 4118), Valência (*CIL* II 4813), Cádiz (*ILER* 3001), Itálica (*CIL* II 1142), Mérida (*CIL* II 532), Conímbriga ⁽¹³⁴⁾ e numa marca de lucerna, de origem desconhecida (*CIL* II 49699). *Atimetio* está documentado em Roma por uma inscrição funerária (*CIL* VI 34559) e por marcas anforárias do começo do século ru (*CIL* XV 4098, 4100, 4108, 4112). *Victor* é um cognome latino, não anterior ao século m a.C. e que terá sido inicialmente um *agnomen ex virtute*, por fim transformado em *cognome ex hereditate*, talvez por influência dos epítetos atribuídos a

⁽¹²⁷⁾ HUGUET, p. 32.

⁽¹²⁸⁾ SCHULZE, p. 234.

⁽¹²⁹⁾ ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 213.

⁽¹³⁰⁾ ALMEIDA, *Egítânia*, p. 167, n.º 40, fig. 123.

⁽¹³¹⁾ ALVES PEREIRA, p. 264.

⁽¹³²⁾ *Thesaurus Linguae Latinae*, II, Lipsia, 1909, p. 1039.

⁽¹³³⁾ *Thesaurus*, II, 1909, p. 1039.

⁽¹³⁴⁾ *Fouilles*, p. 69-70. n.º 40.

certas divindades (135). No caso presente trata-se, sem dúvida, de um segundo cognome, uso pouco frequente na epigrafia da região de Lisboa (*CIL* II 256, 354), explicável pelo processo de multiplicação dos *cognomina* verificado a partir do século ii (136). Dos mil quinhentos e sessenta e oito exemplos deste cognome referidos por Kajanto, seis pertencem à classe senatorial, cinquenta e um são escravos e libertos e setecentos e setenta e um foram assinalados no Norte de África (137). Largamente representado na Península Ibérica (138), em especial no Sul e no Levante, região onde, naturalmente, se destaca Tarragona (*CIL* II 4187, 4303, 4416, 6109), tem limitada ocorrência na Lusitânia: já referenciado em Mérida (*ILER* 4142, 4390), Cáceres (*CPIL* 154), Ibahernando (Cáceres, *CPIL* 283), Coria (*CIL* II 427) e Beja (*ILER* 6240), era ainda desconhecido no *conventus* escalabitano. Derivado em *anus* de *Marcus* (139), *Marcianus*, é um cognome latino (140), segundo Kajanto raramente usado por escravos e libertos (141). Relativamente frequente na Hispania (mapa II), principalmente no litoral, onde Tarragona reúne o maior número de testemunhos (*CIL* II 4118, 4122/4259, 4182, 9111; *RIT* 398, 589) surge não poucas vezes associado a onomástica de origem grega, como sucede, por exemplo, em epígrafes de *Ralsa* (*CIL* II 5161), Évora (142) e Lisboa (*CIL* II 4998). Tal facto, já de si indicador de uma situação sócio-cultural especial, é ainda destacado pela adesão de indivíduos portadores deste cognome a formas culturais tão específicas como os cultos greco-orientais. A inscrição eborense de *T. Caicus Marcianus*, membro de uma associação de fiéis da deusa

(135) *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, (e.r.), 16, Estugarda, 1958, p. 2057-2058.

(136) CAGNAT, p. 53.

(137) KAJANTO, *Cognomina*, p. 18, 278.

(138) *ILER*, p. 267.

(139) SCHULZE, p. 466; H. THYLANDER, *Étude sur VÉpigraphie Latine*, Lund, 1952, p. 113-114; *ILER*, p. 716-717.

(140) KAJANTO, *Cognomina*, p. 27, 35.

(141) KAJANTO, *Cognomina*, p. 150.

(142) JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Notas sobre epigrafia romana de Évora, «Humanitas», XXIX-XXX, 1977-1978, p. 83-85, n.º 4 (ENCARNAÇÃO, Évora)*. Haverá relação entre as aras funerárias e a onomástica grega?

grega Némésis (*CIL* II 5191), os *amici Nemesiaci*, faculta um excelente testemunho dessa adesão, reveladora de incontestáveis influências culturais mediterrânicas, helenísticas, a que já aludimos neste artigo (n.º 1), bem como de uma situação social em que nitidamente transparecem laços com os *liberti* (143), ainda que juridicamente já ultrapassados. A seguinte passagem de Tácito não é menos reveladora: *Nec minor gratia Icelo, Galbae liberto quem anulis donatum equestri nomine Marcianum cognomine ornatus*(144). Na Lusitânia, o cognome *Marcianus* foi registado com certa frequência no *conventus* Pacense (145), em Cadafais (*CIL* II 288) e em duas esclarecedoras inscrições de Lisboa: *Matidiaej I Aug I Fel . Iul . Olisipo / per Q . Antonium Galium / T. Marcium Marcianum / Ilvir* (*CIL* II 4993); *D . M j M . Cassi... / Marciani I an . XXIII Annia j Corinthia / nepoti / pio* (*CIL* II 4998). Quanto ao cognome latino *Potitus* (146), relacionado com uma importante família patricia, ligada desde o século iv a.C. ao culto de Hércules, em Roma(147), tem fraca representação na Hispânia (anexo II), onde quase repete a distribuição do cognome *Marcianus*. Até agora, abstraindo das marcas cerâmicas, foi assinalado em Várzea do Douro (*CIL* II 2377), Arroyo de la Luz (Cáceres, *ILER* 6426), Mérida (*ILER* 3666), Sevilha (*CIL* II 1172), Adra (Almeria, *CIL* II 1990), Liria (*CIL* II 3796, 3799), Vivei (Castellón, *CIL* II 4006) e Tarragona (*ILER* 4328). Há ainda um *Potitianus* em Itálica (*ILER* 3419). A análise das epígrafes referidas fornece alguns elementos interessantes, nomeadamente o grupo de quatro em que a referência à tribo, a Galéria, exprime inequivocamente a cidadania (*CIL* II 3799, 4006; *ILER* 3666, 4328): três destas incluem onomástica registada nas inscrições torrienses (*CIL* II 3799; *ILER* 3666, 4328); uma delas insere um cognome grego feminino (*ILER* 4328).

A análise antroponímica permite afirmar que estamos perante elementos estranhos à população indígena: distribuição e qualidade

(143) ALARCÃO, *Portugal*, p. 172-175.

(144) TÁCITO, *Hist.*, 7, 13.

(145) ENCARNAÇÃO, *Évora*, p. 85.

(146) KAJANTO, *Cognomina*, p. 354.

(147) *Paulys Realencyclopädie*, (e. r.), 43, 1953, p. 1183-1186.

dos *cognomina* assim o sugerem francamente. A presença dos *tria nomina* e da filiação indica tratar-se de cidadãos latinos *ingenui* ⁽⁴⁴⁸⁾. Todavia, o cognome grego de Q. Bóvio Atimecião Vítor, aliado ao lapso verificado no final da denominação de Q. B. Marciano suscita reticências quanto à filiação de Atimecião: será filho ou liberto de Marciano? Considerar este como patrono é hipótese a ter em consideração, mas pela qual não optamos, tendo em conta os dados disponíveis, nomeadamente a repetida indicação, na região olisiponense, da situação de servo ou liberto — só por excepção incluída depois do cognome ⁽¹⁴⁹⁾ — mesmo quando se não indica o nome do dono ou patrono ⁽¹⁵⁰⁾, o qual só ocorre plenamente desenvolvido numa inscrição de Lisboa (*CIL* II 216) e numa outra, aliás de leitura duvidosa, proveniente de Lameiras (*CIL* II 265). Por outro lado, é possível que a filiação através dos *tria nomina* visasse destacar a origem livre de *Atimetio*, uma vez que o seu cognome grego, sem denunciar obrigatoriamente um passado servil ⁽¹⁵¹⁾, poderia levantar suspeitas, visto que a onomástica helénica, frequente no *conventus* pacense e em Lisboa ⁽¹⁵²⁾, se situa em grande parte num ambiente de libertos ⁽¹⁵³⁾, com os quais parece possível relacionar os *Bovii* torrienses. A sua presença nesta região reflecte a influência do grande porto do Tejo sobre o vasto território rural olisiponense, confirmada, ao nível da *ordo decurionum*, pela inscrição da Serra de S. Julião (n.º 12).

A menção da idade, por razões de ordem psicológica, é — ou parece — mais frequente nos epitáfios de pessoas jovens ⁽¹⁵⁴⁾. Uma reacção semelhante, relacionada com a média de vida, não conduziria a destacar os casos de longevidade ?

⁽¹⁴⁸⁾ ALFÖLDY, *Notes*, p. 51; P. LE ROUX/G. FABRE, *Inscriptions latines du Musée de Coimbra*, «Conimbriga», 10, 1971, p. 129.

⁽¹⁴⁹⁾ CAGNAT, p. 8.

⁽¹⁵⁰⁾ CARDOZO, *Catálogo*, p. 63-64, n.º XV).

⁽¹⁵¹⁾ F. G. MAIER, *Römische Bevölkerungsgeschichte und Inschriftenstatistik*, «Historia», 1954, p. 341-344.

⁽¹⁵²⁾ F. BANDEIRA FERREIRA, *Varia Epigraphica*, «Revista da Faculdade de Letras», III, 2, 1958, p. 158-161; VIEIRA DA SILVA, p. 276-283.

⁽¹⁵³⁾ KAJANTO, *Non-Latin Cognomina*, p. 519-529.

⁽¹⁵⁴⁾ L. HE NRY, *L'âge au décès dans les inscriptions funéraires*, «Population», 1959, p. 327-329.

A expressão PATRI OPTVMO, muito vulgar, encontra-se largamente documentada. A troca do I por V, repetida noutras epígrafes regionais (n.º 7, 12), exprime a pronúncia ⁽¹⁵⁵⁾, ocorrendo, inclusive, em inscrições monumentais importantes, como a do arco de Augusto (*CIL* V 7231), em Susa, na Itália.

d) *Datação*

O uso do dativo e do adjectivo *optumo*, a indicação da idade, a tendência para valorizar o cognome, a paleografia, levam-nos a datar esta inscrição do final do século n.

7— QUINTA DA MACHEIA. Foto 8

d) *Descrição*

Pedestal funerário monumental, de calcário lioz, encontrado em 1959 a cerca de uma centena de metros da casa principal da Quinta da Macheia, freguesia de Matacães, Torres Vedras. É um monumento imponente, austero, em forma de paralelepípedo ; os lados foram meticulosamente alisados. Muito bem conservado, mostra nos flancos dois grandes entalhos em forma de cauda de andorinha, idênticos e simétricos, relacionados, segundo nos parece, com uma reutilização do pedestal como peso numa prensa de lagar, ainda em época romana¹⁵⁶). O campo epigráfico ocupa quase toda a superfície da face que contém a inscrição, cujas oito linhas se concentram na metade superior; a base da última linha corresponde precisamente à divisória entre as duas metades;

⁽¹⁵⁵⁾ M. NIEDERMANN, *Phonétique historique du Latin*, Paris, 1953, p. 18-19.

⁽¹⁵⁶⁾ CAMPS-FABRER, p. 47, pi. VII, p. 62, pi. XVI; M. CHRISTOFLE, *Essai de restitution d'un moulin à huile de l'époque romaine à Madaure*, Argel, 1930, p. 12, 40, flg. 17, p. 67-69; MENDES DE ALMEIDA/BANDEIRA FERREIRA, *Varia*, LXXVI, 3-4, 1966, p. 341, fot. 3; PONSICH, p. 380, fot. LXXXIV. Não é impossível, contudo, que os entalhos se relacionem com a fixação da *imago* referida na inscrição.

o espaço compreendido entre as 1.1 e 8 é igual ao que se desenvolve inferiormente a esta, até à base em que se encasava o monumento.

Dimensões: 124x59x57. Campo epigráfico: 111x59.

LICINIA . P (*ublii*) . F (*ilia*) . MAXS/VMA . M (*arcus*) ANTIS-
TI/VS . M (*arci*) . F (*ilius*) . GAL(*ma tribu*). FACVND/VS . H (*ic*) .
S (*iti*) . S (*um*) I⁵ CORNELIA . T (*iti*) . F (*ilia*) . BOYTIA / QVIVS .
POSITA . EST / IN PRIMA . PARTE . IMA/GO . VIVA . SE .
F(*aciendum*) . C(*uravit*)

Licinia Máxima, filha de Públio, e Marco Antístio Facundo, filho de Marco, da tribo Galéria, estão aqui sepultados. Cornélia Búcia, filha de Tito, cujo retrato está colocado na parte superior, mandou em sua vida fazer (este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 5,5; 1. 2: 5,3 (T = 6); 1. 3: 5,3 (V—4,8
M intercalado = 1,5; F intercalado = C2) ; 1. 4: 5,3; I. 5: 4,5 (T=4,8;
B, 2.0 O, F=4,2); 1. 6: 4,6 (O=4,3); 1. 7: 3,7 (T=4,2); 1. 8: 4.
Espaços: 1: 11; 2: 2; 3: 1,6; 4: 2; 5: 1,6; 6: 1,7; 7: 1; 8: 1,2; 9: 64.

b) *Bibliografia e variantes*

BELO, «Badaladas», 230, 1959 (foto); transcrito em «Conimbriga», I, 1959, p. 157; ALMEIDA/FERREIRA, *Varia*, LXXVI, 3-4, 1966, p. 341-343 (fotos); Vives cita o artigo da «Revista de Guimarães» sem o utilizar (*ILER*, p. 823).

1.1: pontuação incorrecta (BELO; «Conimbriga»).

1. 3: VS . CAL . FACVND (BELO; «Conimbriga»), VS . F . GAL .
FACVND (Almeida/Ferreira).

1.4: pontuação incorrecta (BELO; «Conimbriga»).

1.5: BOVTI (BELO; «Conimbriga»; Almeida/Ferreira).

1.6: pontuação incorrecta, N (BELO; «Conimbriga»).

1.8: pontuação incorrecta (BELO; «Conimbriga»).

c) *Comentário*

O *ordinator* e o *lapidarius* executaram neste notável monumento um trabalho de responsabilidade. Contudo, a paginação resultou muito cerrada e um pouco confusa, devido certamente à necessidade de compartimentar a inscrição, atendendo à natureza do suporte. A economia do texto é, no fundamental, clássica, mas a *ordinatio* que a traduz está longe de ser exemplar: verifica-se corte de palavras em quase todas as translineações, nomeadamente no final da l. 1 o corte do cognome *Maxsuma* e logo na l. 2 o do gentílico *Antistius*; na l. 4 há um desequilíbrio sensível na distribuição das letras, sacrificadas a um alinhamento à esquerda resultante da omissão na l. 3 das siglas M e F ; no final da l. 5 foi incluído um pequeno A para evitar o corte do cognome da construtora do monumento. A ausência de nexos, que se multiplicaram depois de Augusto, sugere desde logo uma datação alta. O alinhamento, à esquerda e à direita, é flexível. As linhas foram cuidadosamente guiadas por dois traços auxiliares paralelos, que é necessário subentender. *Puncti distinguentes* de forma triangular, usados com generosa sobriedade; entre as siglas intercaladas há um pequeno ponto circular. A escrita é do tipo capital quadrada, de boa gravação em bisel, com um *ductus* francamente vertical, salvo uma ou outra hesitação. Pequenos ápices marcam as extremidades das letras; destacam-se, porém, pelo desenho e dimensões, os remates do S. Os travessões são todos horizontais, tendo recebido um tratamento especial os do T, letra que sobressai sistematicamente das restantes. São de bom recorte o C, O, Q e G, próprios do século i; P aberto, R executado a partir do P, com a haste oblíqua recta; o N inscreve-se perfeitamente num quadrado e ostenta apenas dois ápices; o A tem a forma de um triângulo isósceles; o M é muito aberto, com o ângulo inferior bem desenhado; o desenho do S é irregular e o D tem pança semicircular.

A leitura da inscrição não suscita problemas complicados. Entre o primeiro M da l. 2 e o S da l. 3 é perfeitamente visível um pequeno M; envolvido pela parte inferior do primeiro A da l. 2 destaca-se com grande nitidez um F reduzido; no final da l. 5 subsiste parte de um pequeno A; finalmente, no início da l. 7 restam vestígios de um I representado pelos ápices. Mendes de

Almeida e Bandeira Ferreira não detectaram o M intercalado, nem o A da l. 5 e consideraram a grafia *Botiti* como um lapso ortográfico, subentendendo o I da l. 7. Assim, a sua tentativa de interpretação da l. 3 — YS . [G.] F[.] GAL — revela-se inviável e desnecessária. Nenhuma das quatro letras acima referidas foi registada por Ricardo Belo, lapso que se repete, naturalmente, na nota da revista «Conimbriga».

Licinia Maxsuma era, como prova a indicação do nome do pai, *ingenua*. A precedência que lhe foi atribuída na identificação revela um procedimento não totalmente regular ⁽¹⁵⁷⁾, relativamente documentado na região a norte do estuário do Tejo (*CIL* II 268, 290 293). O gentílico *Licinius* apesar de raro no Centro e Norte da Lusitânia conta com numerosos testemunhos na Hispânia ⁽¹⁵⁸⁾, nomeadamente em Lisboa ⁽¹⁵⁹⁾ e na zona de Sintra ⁽¹⁶⁰⁾; perto de Torres Vedras ocorre numa inscrição de Aldeia Gavinha (n.º 13 = = *CIL* II 308). Extremamente raro entre libertos ⁽¹⁶¹⁾, o vulgaríssimo cognome latino, *Maximus*, a, situado por Kajanto no grupo dos *cognomina* protectores ⁽¹⁶²⁾, é muito frequente na epigrafia peninsular, como se pode ver pelos índices do *CIL* e do *ILER*.

A forma *Maxsuma* contém dois elementos arcaizantes: a utilização do grupo XS por X e a grafia em V da vogal apofónica ⁽¹⁶³⁾, esta igualmente registada nas fórmulas dedicatórias de duas inscrições conservadas no Museu (n.º 6, 12). Estaremos perante uma manifestação de compreensível fatuidade ? As formas *Masxuma* e *Maxima* podem coexistir ⁽¹⁶⁴⁾. Totalmente latino, o nome do cidadão *M. Antistius Facundus* compreende um gentílico pouco vulgar ⁽¹⁶⁵⁾, usado por uma *gens* com personagens

⁽¹⁵⁷⁾ CAGNAT, p. 292.

⁽¹⁵⁸⁾ *ILER*, p. 711; KNAPP, p. 217.

⁽¹⁵⁹⁾ VIEIRA DA SILVA, p. 280-281.

⁽¹⁶⁰⁾ FONTES, p. 32-35.

⁽¹⁶¹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 275-276; A. M. DUFF, *Freedmen in the early Roman Empire*, Cambridge, 1958, p. 58.

⁽¹⁶²⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 29.

⁽¹⁶³⁾ NIERDERMANN, p. 18.

⁽¹⁶⁴⁾ J. B. MOREIRA, *Das inscrições funerárias romanas na igreja de S. Lourenço dos Francos*, «Conimbriga», XV, 1976, p. 130.

⁽¹⁶⁵⁾ SCHULZE, p. 124; *Thesaurus*, II, 1906, p. 190.

de elevada posição sócio-económica, incluindo senadores e cavaleiros (*PIR* 753, 777), a qual teve na Hispânia como principal representante o legado de Augusto *G. Antistius Vetus*, experiente general vencedor dos Cantabros em *Aracillum* ⁽¹⁶⁶⁾. A Lusitânia reúne parte importante dos muito dispersos testemunhos peninsulares (mapa III), entre os quais destacaremos *Antistia Maela*, em Lisboa (*CIL* II 4996), *Manius Antistius Agripinus*, em Tentúgal ⁽¹⁶⁷⁾ e *L. Antestius Persicus*, duúnviro e pontífice perpétuo, em Mérida⁽¹⁶⁸⁾. *Antistiana* era o nome de uma estação da via Cádiz/Roma, situada a vinte e nove milhas romanas de Tarragona (*ILER* 1779), cidade onde duas inscrições referem a *gens Antistia* (*CIL* II 4324; *RIT* 507); numa *tessera hospitalis* proveniente de Sasamón (Burgos, *CIL* II 5812), o gentílico ocorre, mais uma vez sob a forma feminina, associado com outros antropónimos referenciados na região torriense. O cognome *Facundus* deriva do adjectivo homónimo e é extremamente raro na Península, onde apenas se conhecem mais cinco exemplos, registados respectivamente em marcas cerâmicas de Tarragona (*CIL* li 4969³⁵, 4970¹⁸⁵) e em inscrições de Córdova (*CIL* II 2294; *ILER* 6833) e Villagorda, perto de Jaén (*CIL* II 3326). Considerando as características gerais do monumento, que sugerem abertamente uma datação recuada, é provável que se trate de um emigrante ou descendente de emigrantes de origem itálica. Todavia, apesar de não ser possível relacioná-lo concretamente com *Cornelia Routia*, há que ter em conta uma ligação estreita com as camadas superiores da população indígena romanizada, ligação também nitidamente evidenciada pelo cognome *Maela* presente na epígrafe lisboeta⁽¹⁶⁹⁾. O gentílico *Cornelia* reflecte, possivelmente, antigas relações de clientela com alguma das prestigiosas figuras que o introduziram na Hispânia, onde é muito vulgar ⁽¹⁷⁰⁾, mas de distribuição irregular. Na zona entre o Tejo e o Atlântico tem

⁽¹⁶⁶⁾ FLORO, II, 33, 51; DIÃO CASSIO LUI, 25, 7.

⁽¹⁶⁷⁾ *Fouilles*, p. 57-58, n.º 30.

⁽¹⁶⁸⁾ J. F. MARTIN, *LOS magistrados municipales en Lusitania durante el Alto-Imperio*, «Memorias de Historia Antigua», I, 1977, p. 232-233.

⁽¹⁶⁹⁾ UNTERMANN, p. 129-130, mapa 52.

⁽¹⁷⁰⁾ *ILER*, p. 682-684; KNAPP, p. 194, 212, 221.

fraca representação: apenas foi assinalado em Lisboa (*CIL* II 211, 5001) e perto de Sintra ⁽¹⁷¹⁾. No *conventus* pacense a falta de representatividade quantitativa é compensada pela qualidade dos testemunhos, que incluem o *sevir* ossonobense *M. Cornelius Eridanus* (*CIL* II 2) e o tribuno da *Legio III Augusta* e flâmine provincial *L. Cornelius Bocchus*, recordado em inscrições de Tróia (*CIL* II 5184) e de Alcácer do Sal (*CIL* II 35); citaremos ainda uma excelente placa funerária da Graça do Divor, Évora, por mencionar duas representantes femininas das *gentes* Cornélia e Valéria usando, respectivamente, os cognomes *Maxuma* e *Amoena* ⁽¹⁷²⁾, significativamente presentes na epigrafia torriense. *Boutia* é um antropônimo típico da área indo-europeia peninsular, especialmente bem representado na região lusitana oriental, onde se situaria o seu centro de difusão ⁽¹⁷³⁾; poderá ter como raiz o céltico **blioudhi* — vitória ⁽¹⁷⁴⁾. Na zona atlântica do *conventus* escalabitano foi registado em Conímbriga ⁽¹⁷⁵⁾, no termo de Sintra ⁽¹⁷⁶⁾, onde uma das epígrafes refere uma mulher de nascimento livre denominada *Licinia Boutia* ⁽¹⁷⁷⁾ e, na região torriense, nesta inscrição da Quinta da Macheia; no *conventus* pacense encontramos-lo em Montemor-o-Novo (*CIL* II 123), Alcácer do Sal (*CIL* II 5182) e Panóias, perto de Ourique ⁽¹⁷⁸⁾. Poderá ocorrer em epígrafes de Maceira (*CIL* II 343) e Messejana ⁽¹⁷⁹⁾, assim como na *cupa* da Praia de Santa

⁽¹⁷¹⁾ FONTES, p. 33, n.º IX.

⁽¹⁷²⁾ ENCARNÇÃO, *Évora*, p. 80-83, n.º 3.

⁽¹⁷³⁾ UNTERMANN, p. 72-73, mapa 15; ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 231.

⁽¹⁷⁴⁾ M. L. ALBERTOS, *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Leticia*, Salamanca, 1966, p. 60-61 (= ALBERTOS, *Onomástica*); M. PALOMAR LAPESA, *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanca, 1957, p. 50-51.

⁽¹⁷⁵⁾ *Fouilles*, p. 78, n.º 51, p. 180-181, n.º 394.

⁽¹⁷⁶⁾ FONTES, p. 32-3.5

⁽¹⁷⁷⁾ CARDOZO, *Inscrições*, p. 14, n.º 5.

⁽¹⁷⁸⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Inscrição romana de Panóias*, «O Arqueólogo Português», XIII, 1908, p. 283-284.

⁽¹⁷⁹⁾ JOSÉ D'ENCARNÇÃO, *Estelas romanas inéditas do Sudoeste alentejano*, «Conímbriga», XVII, 1978, p. 46-47, fot. 3 (= ENCARNÇÃO, *Sudoeste*).

Cruz ⁽¹⁸⁰⁾, monumento que nos dá a conhecer uma *Caecilia Max uma*, filha de *Julia Boiitia* (?).

A fórmula VIVA . SE . F . C, embora pouco vulgar, não é rara: perto de Lisboa foi assinalada, com ligeiras variantes, no epitáfio do *aquilifer* Flávio Quadrado (*CIL* II 266). A inclusão da expressão «mandou fazer em sua vida» permite deduzir que *Cornelia Boutia* repousou igualmente na sepultura decorada com a sua imagem, assim se explicando um facto aparentemente estranho ⁽¹⁸¹⁾. Não podemos calcular com exactidão qual o tipo de imagem referida no texto, tanto mais que as pedras funerárias com representações esculpturadas, de estilo clássico, parece terem sido raras na Lusitânia ^(1a2). Ainda assim, basta a alusão à desaparecida *imago* para conferir a este monumento um lugar especial entre os que chegaram até nós, alusão que, por si só, permite atribuir a um estrato social privilegiado as pessoas nele referidas, representantes do grupo produzido pela fusão de elementos romanos com a elite indígena assimilada, grupo que constituiu durante o Alto-Império um dos mais activos e seguros difusores da romanidade e da ideia imperial.

Ressalvando a qualidade da execução, o tipo de letra patente nesta inscrição é idêntico ao que ocorre na célebre epígrafe de Idanha-a-Velha que comemora a oferta de um relógio de sol à capital dos *Igaeditani*, no ano 16 a.C. ⁽¹⁸³⁾. Esta coincidência não só auxilia a datar aproximadamente o pedestal da Quinta da Macheia, como proporciona um padrão aferidor da qualidade da romanização, no dealbar do século i, no interior da Lusitânia e nas regiões adjacentes aos grandes centros do litoral, contrastando cruamente a rusticidade do monumento público da *Civitas Igaeditanorum* e o cuidadoso acabamento de um monumento particular proveniente de uma *villa* do *territorium* olisiponense.

A Quinta da Macheia situa-se numa zona onde os vestígios da implantação rural romana atingem notável densidade, relacionada com as qualidades agrícolas dos solos locais e com as

⁽¹⁸⁰⁾ ALVES PEREIRA, p. 264.

⁽¹⁸¹⁾ CAGNAT, p. 292, 471.

⁽¹⁸²⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 186.

⁽¹⁸³⁾ ALMEIDA, *Egitânia*, p. 140-141, n.º 1, fig. 105.

antigas vias de comunicação. Uma parte importante dos vestígios registados consiste nas necrópoles praticamente inexploradas e muito destruídas da Macheia, Juncai, Moirinha e Portuqueira ⁽¹⁸⁴⁾*

d) *Datação*

O tipo de letra, a ausência de nexos e o recurso a caracteres retraídos, a falta de invocação aos deuses Manes, o uso do nominativo, a extrema simplicidade do formulário e a omissão de idades, permitem atribuir este importante monumento à primeira metade do século i.

g— QUINTA DO JUNCAL. Foto 9

a) *Descrição*

Placa funerária quadrangular, de calcário lioz, encontrada em 1859 nas cercanias da casa de habitação da Quinta do Juncai, freguesia de Matacães, Torres Vedras. De execução singela e regularmente cuidada, a placa, que sofreu fracturas importantes nas orlas esquerda e inferior, com consequências graves para a última linha da inscrição, encontra-se presentemente fixada numa das paredes da sala de epigrafia do Museu. O campo epigráfico, ligeiramente rebaixado, é envolvido por uma moldura simples, de filete exterior, sem diagonais e dotada de um astrágalo suplementar.

Dimensões: 39x39x5,5(?). Campo epigráfico: 27x27(?).

D (*is*) . M(*anibus*) . Q(*uinto*) . IVLI/O . Q (*uinti*) . F (*ilio*) . GAL
 {*evia tribu*} . FR/ONTONI . AN(*orum*). / XVII . IVLIA^s QVIN-
 TILLA MAT(er) . F(*aciendum*) C{*aravit*}

⁽¹⁸⁴⁾ TORRES, p. 21, 23.

Aos deuses Manes. A Quinto Júlio Frontão, filho de Quinto, da tribo Galéria, de dezassete anos de idade. A mãe, Julia Quintila, mandou fazer (este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 3,8; 1. 2: 4,1 ($0=4$; $Q^3,8$); 1. 3: 4; 1. 4: 4,3 (XVII=4,1); 1. 5: 4 ($C=1,6$). Espaços: 1: 3; 2: 0,8; 3: 0,8; 4: 0,6; 5: 0,7; 6: 0,7(?).

b) *Bibliografia e variantes*

TORRES, p. 21; BELO, «Badaladas», 85, 1953 (foto).

1.5: LVINTILLA (TORRES); TORRES e BELO omitem o ponto que antecede a fórmula FG.

c) *Comentário*

A epígrafe apresenta uma paginação cerrada, não isenta de irregularidades provocadas pela necessidade de inserir um texto relativamente extenso, impecavelmente clássico na sua concepção, numa superfície muito reduzida. Tal facto permite supor que a placa se encontrava anteriormente pronta e disponível numa oficina local, tanto mais que a moldura e o tipo de letra da inscrição funerária de *Avita*, conservada na parede sul da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Matacães (*CIL* II 278), situada a poucas dezenas de metros da Quinta do Juncaí, são semelhantes ⁽¹⁸⁵⁾. Aliás, tendo em conta o que sobre «letreiros» e «pedras» desta igreja escreveram autores monásticos não é de todo impossível que a presente inscrição tivesse a mesma proveniência inicial ⁽¹⁸⁶⁾. A existência de linhas auxiliares é evidenciada pela regularidade do traçado das letras, ainda assim ligeiramente descaídas. Apesar da aparente tentativa de alinhamento executada pelo *ordinator*, que não conseguiu evitar o corte de palavras nas 1. 1 e 2, a inscrição parece deslizar da esquerda para a direita. Os pontos

⁽¹⁸⁵⁾ MENDES DE ALMEIDA/BANDEIRA FERREIRA, *Varia*, LXXVI, 1-2, 1966, p. 33-37.

⁽¹⁸⁶⁾ MENDES DE ALMEIDA/BANDEIRA FERREIRA, *Varia*, LXXVI, 1~2#, 1966, p. 34-35.

de separação, utilizados correctamente, são triangulares; condicionados pelo espaço disponível, ondulam acentuadamente, ocupando posições muito variadas. O *ductus* é francamente irregular, variando muito a inclinação dos caracteres, deficiência particularmente visível nas l. 3 e 5, e a gravação, nítida, não muito profunda e em bisel. A escrita é do tipo capital quadrada, degradada, com letras de tamanho nem sempre uniforme, rematadas por ápices. A influência da escrita actuaría transparece nos desgraciosos O e Q⁽¹⁸⁷⁾, este com uma cauda totalmente horizontal denunciando o traçado de linhas auxiliares; o N hesita entre a forma clássica, patente na l. 5, e uma forma de origem cursiva, documentada na Hispânia pelo menos desde o século n⁽¹⁸⁸⁾. O grande G da l. 2, claramente destinado a valorizar a referência à tribo Galéria, é a letra mais trabalhada da epígrafe; destaca-se, sobretudo, pelo desenho invulgar do pequeno segmento vertical, assinalado, por exemplo, em inscrições de Merida⁽¹⁸⁹⁾ e de Conímbriga⁽¹⁹⁰⁾, ambas do século n. Notaremos ainda: R com as extremidades da pança e da haste oblíqua, recta, coincidentes, quase tocando a haste vertical; L, T e F com os travessões horizontais rigorosamente rectos e, no caso do F, ressaltando a excepção cursiva, da l. 5, idênticos; D deselegante, frequente em inscrições dos séculos n e m; os vértices do M e do A terminam em ápices horizontais. Destacaremos ainda a ausência de nexos e a pequena letra G que encerra a última linha, na qual não nos parece possível ler um cognome diferente de QVINTILLA.

O texto não apresenta conteúdo excepcional mas elucida-nos sobre o estatuto social de uma família que situaremos, certamente sem grandes probabilidades de erro, entre as que compartilhavam a posse dos campos torrienses. Os antropónimos presentes na epígrafe da Quinta do Juncaí são exclusivamente latinos, pelo que poderemos estar em presença de elementos de origem itálica.

⁽¹⁸⁷⁾ CAGNAT, p. 307.

⁽¹⁸⁸⁾ Fouilles, p. 28-30, n.º 10, pi. II.

⁽¹⁸⁹⁾ M. A. BASCH, *Antigüedades de Merida en el Museu Arqueológico Nacional*, «Actas del Bimilenario de Merida», Madrid, 1976, p. 131, lam. XLVIIIc.

⁽¹⁹⁰⁾ Fouilles, p. 53-64, n.º 26, p. VIII.

O relevo conferido à abreviatura GAL, porém, tanto poderá reflectir o orgulho de uma família não indígena, ligada à *gens Julia*, por uma cidadania de raiz, como, pelo contrário, indicar uma concessão relativamente recente. O cognome romano *Fronto* ⁽¹⁹¹⁾, muito misturado com a antroponímia indígena, encontra-se bem representado na Hispânia Ocidental e Mediterrânea ⁽¹⁹²⁾, especialmente em Tarragona (*CU* II 1316, 4136, 4139, 4255, 4256; *ILER* 1317, 4428, 6363). Deriva, com numerosas variantes, de *frons* e foi utilizado, indiscriminadamente, como cognome, como gentílico (*CIL* II 5256) e como nome individual (*CIL* II 5875). Na Lusitânia, para além de Matacães, foi registado em Viseu (*CIL* II 406), Conímbriga ⁽¹⁹³⁾, Penacova (*CIL* II 6275a), Mileu (Guarda, *ILER* 4577), Idanha-a-Velha (*CIL* II 450; *ILER* 4699, 4855, 5215), Hinojosa del Duero (*ILER* 2857), Casillas (*CIL* II 798), Villamiel (*ILER* 2722), Coria (*CIL* II 772), Leiria (*CIL* II 345), Almourol (*CIL* II 6271), Villar (*CIL* II 844), Torre de D. Miguel (*CIL* II 754), Torremenga (*ILER* 939), Oliva (*CIL* II 836), Mérida (*ILER* 6412), Badajoz (*ILER* 3601), Loulé (*CIL* II 5135) e, ainda, numa inscrição de origem incerta, talvez de Évora (*CIL* II 73), assim como, de forma dubitativa, num fragmento de lintel encontrado na mesma cidade ⁽¹⁹⁴⁾. *Quintilla*, uma das muito difundidas variantes femininas de *Quintus* ⁽¹⁹⁵⁾, é um cognome relativamente habitual na epigrafia hispano-romana, com notável representação na Lusitânia, nomeadamente na região olisiponense, onde o testemimho da Quinta do Juncai é acompanhado por outros registados em S. Miguel de Odrinhas (*CIL* II 267) e Lisboa (*CIL* II 245; *ILER* 4759). No *conventus* escalabitano foi assinado em Valado, perto de Alcobaça, numa ara consagrada a

⁽¹⁹¹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 17, 26, 118, 236; J. PERIN, *Lexicon Totius Latinitatis*, V, Pavia, 1940, p. 643.

⁽¹⁹²⁾ J. RUBIO ALIJA, *Espanoles por los caminos del Imperio Romano (Estudios epigráfico-onomásticos en torno a Reburus y Reburinus)*. «Cuadernos de Historia de España», XXIX-XXX, 1959, p. 22, mapa 5; N. CORREIA BORGES, *Noca leitura da inscrição CIL II 6275a, «Conímbriga»*, XV, 1976, p. 123-124, mapa 2.

⁽¹⁹³⁾ Fouilles, p. 79-80, n.º 52, pi. XII, p. 138, n.º 300a,b.

⁽¹⁹⁴⁾ ENCARNAÇÃO, *Évora*, p. 75-77, n.º 1.

⁽¹⁹⁵⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 78.

Minerva em memória de uma *Carisia Quintilla* (*CIL* II 301), e na área de *Collipo* ⁽¹⁹⁶⁾; está igualmente presente em Idanha-a-Velha (*ILER* 2691). No *conventus* emeritense foi registado em Mérida (*CIL* II 571) e em Cáceres (*ILER* 1528), cidade onde ocorre uma *Iulia Quintilla*, mulher do edil e duúviro *Q. Norbanus Capito*, enquanto que no *conventus* pacense foi referenciado em inscrições provenientes da Herdade da Silveirona, nos arredores de Estremoz ⁽¹⁹⁷⁾, e de Beja, esta referindo uma outra *Iulia Quintilla*, dita *Eborensis* (*CIL* II 5187).

De uma maneira geral os testemunhos relacionam-se com um meio social e cultural profundamente romanizado, situando-se grande parte deles num ambiente rural onde o estabelecimento de colonos itálicos correspondeu certamente a uma realidade; outros, como sugere o perfil da distribuição no território lusitano, poderão reflectir actividades administrativas, militares ou mineiras.

As fórmulas utilizadas na inscrição são muito simples e vulgaríssimas; D.M. resulta da simplificação da fórmula primitiva, não anterior, na Hispânia, ao final do século i ⁽¹⁹⁸⁾.

d) *Datação*

A paleografia, a invocação aos deuses Manes, abreviada, o uso do dativo e a indicação da idade apontam francamente para a segunda metade do século II.

9 _ QUINTA DA PORTUCHEIRA. Foto 10

a) *Descrição*

Esteia funerária de arenito, de topo semicircular, proveniente de uma das sepulturas de inumação descobertas em 1930

⁽¹⁹⁶⁾ D. DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO, *Epigrafia romana coliponense*, «Conimbriga», XI, 1972, p. 142.

⁽¹⁹⁷⁾ ENCARNAÇÃO, *Nordeste*, p. 72-73, n.º 8.

⁽¹⁹⁸⁾ THYLANDER, p. 56-57.

junto à casa da Quinta da Portucheira, freguesia de Matacães, Torres Vedras. O aspecto geral do monumento, que se encontra em bom estado, é rude mas equilibrado. O termo inferior gasto e pequenas falhas no canto direito não prejudicam a inscrição. A face principal, bordada por um filete quase desaparecido na base, comporta três campos distintos: o campo superior ostenta um arco em contrafilete e uma rosácea cruciforme, em relevo, inscrita num círculo rebaixado, ladeado por dois duplos círculos concêntricos. A zona intermédia da estela corresponde ao campo epigráfico, ocupando a inscrição três cartelas rectangulares rebaixadas, sensivelmente descaídas sobre a direita; o campo inferior é decorado com um motivo em forma de segmento de coroa circular, cujas extremidades se apoiavam na fracção obliterada do filete, lateralmente sobrepujado por dois círculos concêntricos semelhantes aos do campo superior e envolvendo um traço horizontal interrompido. O dorso é sumariamente afeiçoado.

Dimensões: 93x70x15,5. Campo epigráfico: 40x59. Cartelas: 9,5x49; 9,5x47; 9,5x46.

REBVRVS . / TVSCI . F (*Mus*) . ET / TVSCA . TVSCIF(¿M

Reburro, filho de Tusco, e Tusca, filha de Tusco (estão aqui sepultados).

Altura das letras: 1. 1: 7,5; 1. 2: 7,5; 1. 3: 7/7,5 (IF: 1=9; F=~-6,5). Espaços entre as cartelas: 5,5.

b) *Bibliografia e variantes*

BELO, «Badaladas», 143, 144, 1956; BELO, *Símbolos*, p. 43, 55 (desenho).

c) *Comentário*

Entre o espólio, largamente destruído e disperso, da Quinta da Portucheira, a presente estela ocupa um lugar especial, quer por representar elucidativamente uma certa realidade

sócio-cultural indígena subjacente numa região onde a adesão à romanidade foi nítida e rápida, quer por ter sido registada, embora de forma duvidosa, uma parte do contexto em que se integrava. Com o presente monumento foi descoberta uma segunda lápida, (n.º 10), também publicada por Ricardo Belo (199). Não obstante grande parte do material recolhido no local, nomeadamente as lucernas (200), sugerir uma datação tardia, as características francamente arcaicas do monumento favorecem a hipótese de se tratar de uma reutilização. Ricardo Belo refere como tendo sido encontrados «na mesma ocasião» alguns tijolos de curioso recorte, conservados no Museu, e uma lucerna, entretanto extraviada (201). Todavia estes elementos não são suficientes para resolver o problema: os tijolos, apesar de integrados na sepultura, não asseguram qualquer datação; quanto à lucerna, datável da primeira metade do século m e ostentando uma marca com palma referenciada noutros locais da Lusitânia (202), inclusive, embora sem a sigla AL, numa peça encontrada no mercado de Torres Vedras (203), nada garante ter pertencido ao espólio em causa, o que, a ter-se verificado, não invalidaria uma quase certa reutilização da pedra, prática aparentemente generalizada a partir de meados do século III(204); por essa mesma época começa a difundir-se na Lusitânia o rito da inumação, aliás já anteriormente utilizado (205).

A paginação, sem palavras cortadas, denota um certo cuidado. O texto, alinhado à esquerda e à direita, distribui-se equilibra-

(199) BELO, «Badaladas», 101, 1954.

(200) LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Objectos*, p. 266-269.

(201) A. RICARDO BELO, *Jsótulas sobre quatro lucernas romanas de barro, inéditas*, «Boletim da Junta de Província da Estremadura», p. 50-52, 1959, p. 105-107, est. II, 3.

(202) ADILIA M. ALARCÃO/SALETE DA PONTE, *AS lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa*, «Conimbriga», XV, 1976, p. 76-77, 82-83, est. III, VII.

(203) LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Objectos*, p. 266, est. III, 5.

(204) S. MROZEK, *À propos de la répartition chronologique des inscriptions latines dans VHaut-Empire*, «Epigraphica», XXXV, 1-2, 1973, p. 118.

(205) ALARCÃO, *Portugal*, p. 183; exemplo de inumação no século II: ENCARNAÇÃO, *Sudoeste*, p. 44-45, n.º 2 (trata-se de urna *Iulia Amoena* indubitavelmente indígena).

damente pelas três cartelas destacando, decerto de forma intencional, o antropônimo *Reburrus*, isolando-o na l. 1, preterindo a identificação de *Tusca*, comprimida na última linha. Pontuação circular, nem sempre necessária, como no final das l. 1 e 2. Os caracteres, de gravação vigorosa mas irregular, conservam reminiscências do tipo monumental e denunciam forte influência actuária e cursiva; ápices grosseiramente marcados. A pança do R é muito reduzida, ligada à haste vertical de forma quase imperceptível a partir do ponto onde começa a haste oblíqua, ligeiramente arqueada; o B apresenta panças desproporcionadas, unidas à haste vertical a dois terços da altura desta por um travessão horizontal idêntico ao do R; o vértice do V é acentuadamente arredondado; o traçado do S, estreito e ondulante, é extremamente rude; os travessões do E, F e T são horizontais e, no caso dos dois primeiros, idênticos entre si. Os nexos TV e IF, concentrados na l. 3, são normais; contudo, IF destaca-se pela sua relativa raridade. Uma esteia do século i encontrada no sítio de Carvalho, perto de Odemira, faculta caracteres algo semelhantes aos do monumento da Quinta da Portuqueira, o que reforça a hipótese de uma datação remota para este ⁽²⁰⁶⁾.

Um dos elementos mais interessantes desta epígrafe reside na decoração de tipo normalmente designado por astral, vulgar no Noroeste da Península ⁽²⁰⁷⁾, pouco frequente no território actualmente português abaixo de uma linha imaginária quase coincidente com o limite sudoeste do grupo *Pint* da onomástica indígena ⁽²⁰⁸⁾. O duplo problema da origem e possível significado de tais motivos, apesar de amplamente debatido, encontra-se longe de uma solução geralmente aceite. Porém, quer se recorra, atendendo à sua grande dispersão geográfica e cronológica, à teoria

⁽²⁰⁶⁾ ENCARNACÃO, *Sudoeste*, p. 49-50, n.º 6, fot. 6.

⁽²⁰⁷⁾ A. GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas Romanas de España y Portugal*, Madrid, 1949, p. 321-327 (= GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas*).

⁽²⁰⁸⁾ RUBIO ALIJA, p. 23, mapa 7. Parece-nos interessante que tal linha se denuncie nos mapas geológicos e linguísticos: Serviços Geológicos de Portugal, *Carta geológica de Portugal* (1/1000000), Lisboa, 1968; MANUEL DE PAIVA BOLEO, *O mapa dos dialectos e falares de Portugal*, «Estudos de Linguística Portuguesa e Românica», I, Coimbra, 1974 (mapa junto à p. 352).

das soluções idênticas para problemas idênticos, enunciada por B. Bandinella²⁰⁹), quer se lhe reconheça origem exterior, é obitório considerar os temas em questão indiscutivelmente anteriores à ocupação romana (210). De maior complexidade se reveste o problema do possível simbolismo desta temática vivaz, na qual os astros representariam a morada dos mortos e os arcos a entrada do *Hades* (2ⁿ). Na verdade possuímos algumas referências concretas acerca de cultos siderais praticados na Hispânia durante a Antiguidade mas sabemos realmente muito pouco sobre os rituais e a ideologia de tais cultos. A ideia da imortalidade celeste encontra-se expressa nalguns raros epitáfios romanos, eventualmente num tom bem tocante (212); contudo, apesar de Sílio Itálico afirmar que os Celtiberos não sepultavam os guerreiros caídos em combate para facilitar a ascensão das almas ao céu (213), a epigrafia hispano-romana não contribuiu ainda de forma relevante para a solução do problema. Remetendo para os *intermundia* da investigação as hipóteses sem conteúdo, há que considerar apenas os dados disponíveis e reconhecer que as características geométricas simples da maioria das representações consideradas aconselham uma interpretação restrita que favoreça a intenção decorativa (214). Expressão gráfica de uma robusta tradição, presente na Cultura Castreja e preservada durante o período romano por grupos notavelmente conservadores (215), a temática astral, que poderá ter conhecido um certo revivalismo coincidente com o ocaso romano na Península (216), foi alvo como símbolo

(209) R. BIANCHI BANDINELLA *Storicità deVArte Classica*, Bari, 1973, p. 383-385.

(210) DOLORES JULIA, *Étude épigraphique et iconographique des stèles funéraires de Vigo*, Heidelberg, 1971, p. 24-27 (= JULIA, *Vigo*).

(211) F. CUMONT, *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*, Paris, 1942, p. 37-41; García y Bellido, *Esculturas*, p. 336-337.

(212) R. BLOCH, *Épigraphie Latine*, Paris, 1964, p. 65-66.

(213) SILIO ITÁLICO, III, 341-343.

(214) JULIA, *Vigo*, p. 38; ALARCÃO, *Portugal*, p. 186, 205.

(215) ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 85-87.

(216) DIEGO SANTOS, *Romanización de Asturias a través de la epigrafía romana*, Oviedo, 1963, p. 27-36. É significativa a cronologia baixa (séc. iii-séc. v) das lápidas cántabras datadas pela *era consular*: J. M. IGLESIAS, *Onomástica prerromana en la epigrafía cántabra*, Santander, 1974, p. 210-216.

de um passado pagão, da intervenção repressiva do I concílio de Braga ⁽²¹⁷⁾. Sobreviveu, porém, ao *Götterdämmerung* e, acolhida ao reduto da arte popular, à qual não era estranha, aí se manteve, provando elucidativamente a sua profunda implantação e permanente vocação decorativa. Assim, parece-nos aceitável atribuir às representações consideradas astrais um duplo valor, fazendo depender a sua qualidade decorativa ou simbólica do contexto em que se inserem. Todavia, tal conclusão não significa que alguns dos motivos, como os círculos e as rosáceas, possuam mais do que um simples valor decorativo.

Nesta esteia da Quinta da Portucheira o elemento decorativo preponderante é a rosácea cruciforme, corrente na arte castreja ⁽²¹⁸⁾, possível representação do Sol ⁽²¹⁹⁾. Os círculos concêntricos, repetidos no campo inferior, muito vulgares no Noroeste, têm sido objecto de múltiplas interpretações, nomeadamente quando, como no caso presente, acompanham uma figura central ⁽²²⁰⁾. Quanto aos arcos dos campos superior e inferior, Ricardo Belo considerou-os, respectivamente, representações da abóbada celeste e do arco-iris, interpretações que nos parece exemplificarem perfeitamente os perigos da superinterrogação de documentos incapazes de permitirem, por si mesmos, reconstituições ideológicas ⁽²²¹⁾. Quanto a nós, o arco em contrafilete não é susceptível de qualquer interpretação, funcionando apenas como limite do campo destinado a receber a decoração; o arco inferior representará a estilização, normal numa esteia, da abertura real ou simulada que, nos monumentos *oikomorphos* do Noroeste, constitue elemento fundamental ⁽²²²⁾.

A análise antroponímica não suscita quaisquer problemas. O antroponimo *Reburrus* e as suas variantes constituem o grupo mais numeroso da onomástica indígena peninsular, podendo segu-

⁽²¹⁷⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Ensaio Etnográfico*, II, Lisboa, 1903, p. 71.

⁽²¹⁸⁾ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões*, III, 1913, p. 73, fig. 36,

⁽²¹⁹⁾ ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 69.

⁽²²⁰⁾ ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 69-70.

⁽²²¹⁾ STUART PIGGOTT, *Ancient Europe*, Edimburgo, 1973, p. 229-230.

⁽²²²⁾ ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 79-84, lám. II-XXIII

ramente atribuir-se-lhe origem hispânica ⁽²²³⁾, embora o seu significado e etimologia não estejam ainda incontroversamente estabelecidos ⁽²²⁴⁾. Tem importante projecção na especialmente ao longo das fronteiras renana e danubiana, na África do Norte e em Roma (*CIL* V 2729, 3256, 8041, 10056); uma epígrafe de Òstia informa-nos que um *L. Cassius Rebut rus* desempenhou nesse grande centro portuário o cargo de duúnviro XIV 413). O nome ocorre ainda sobre ânforas hispânicas ⁽²²⁶⁾ e em marcas de *terra sigillata* sud-gálica ⁽²²⁷⁾. Na Península, o domínio principio! do *Reburus* G das suas variantes situa-se na aiea indo-europeia, sobretudo na zona entre o Tejo e o Minho ⁽²²⁸⁾. Na região de Lisboa foi assinalado nesta inscrição e em duas outras de S. Miguel de Odrinhas ⁽²²⁹⁾, ambas referindo indivíduos profundamente romanizados. Atendendo à coincidência da localização dos *Reburri* com outros fenómenos culturais indígenas parece-nos extremamente interessante o seu registo nesta região ⁽²³⁰⁾. , a, é um cognome romano de sentido geográfico, derivado de um etnônimo. Invulgar entre escravos e libertos atinge a maior frequência, curiosamente, na Península: vinte e três de um total conhecido de quarenta e quatro testemunhos ⁽²³¹⁾, todos provenientes da Hispânia Ulterior ⁽²³²⁾. O seu significado e a sua distribuição ao longo das bacias do Tejo, do Guadiana e do Guadalquivir reflectem, aparentemente, o estabelecimento de elementos itálicos nessas zonas, potencialmente ricas e aptas para uma intensa colonização agrícola, hipótese que a anomalia verificada na sua ocorrência quase confirma. As relações entre representantes deste grupo e a capital do Império estão, aliás, documentadas por

⁽²²³⁾ RUBIO ALIJA, p. 23-31, 112.

⁽²²⁴⁾ RUBIO ALIJA, p. 105-112.

⁽²²⁵⁾ RUBIO ALIJA, p. 79-104, mapa 12.

⁽²²⁶⁾ CALLENDER, p. 101, n.º 344, p. 344, p. 103, n.º 362, p. 211,

n.º 1370(2).

⁽²²⁷⁾ RUBIO ALIJA, p. 99-104, mapa 13.

⁽²²⁸⁾ RUBIO ALIJA, p. 49-52, mapa 9; UNTERMANN, p. 155-156, mapa 66.

⁽²²⁹⁾ CARDOZO, *Catálogo*, p. 37-38, n.º III, p. 65-66, n.º XVII.

⁽²³⁰⁾ RUBIO ALIJA, p. 58-70; Garcia y Bellido, *Esculturas*, p. 321-322.

⁽²³¹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 51, 188; ALBERTOS, *Onomástica*, p. 240.

⁽²³²⁾ UNTERMANN, p. 179-180, mapa 79; KAJANTO, *Cognomina*, p. 51.

uma inscrição funerária proveniente de Almourol (*CIL* II 6271). Na epígrafe da Quinta da Portucheira o nome não representará mais do que um exemplo da adopção por parte da população peregrina de nomes romanos isolados, os *nuda nomina*, inicialmente como símbolo de adesão à *Romanitas* (233). O cognome e as variantes são frequentes na Lusitânia, inclusive na área do *municipium* olisiponense onde, por exemplo, numa *cupa* de S. Miguel de Odrinhas encontramos uma *Licinia Tusca* e um *Albanus Tuscus* (234); entre os numerosos testemunhos lisboetas destacaremos uma inscrição monumental em honra do imperador Cómodo referindo como co-dedicante o duúviro *M. Fulvius Tuscus* (*CIL* II 187). Em Alenquer o cognome está igualmente bem representado (*CIL* II 275).

O esquema onomástico adoptado, de tipo peregrino (235), exterioriza um estatuto social pouco elevado. Por fim, tendo em conta que as mulheres conservaram prolongadamente os nomes indígenas, em consequência de uma maior vinculação ao meio tradicional, não deixa de ser interessante verificar ter sido a irmã de *Reburus* a receber o nome latino do pai.

Epígrafe e decoração permitem relacionar este monumento com um ambiente social e cultural pouco evoluído, típico de uma região onde longamente coexistiram as novidades romanas e as tradições indígenas.

d) *Datação*

Os elementos facultados pela análise paleográfica, pela análise interna — ausência de consagração aos deuses Manes, uso do nominativo, denominação de tipo peregrino—e pela decoração, sugerem abertamente uma datação alta: a primeira metade do século i.

(233) KNAPP, p. 189-190.

(234) CARDOZO, *Catálogo*, p. 77-78, n.º LXIX.

(235) ALFOLDY, *Notes*, p. 37, 55-57.

10 —QUINTA DA PORTUCHEIRA. Foto TI

a) *Descrição*

Estela funerária de calcário, ligeiramente trapezoidal, encontrada em 1930, na mesma ocasião e nas mesmas circunstâncias que a epígrafe anteriormente descrita, numa necrópole situada perto da casa de habitação da Quinta da Portucheira, freguesia de Matacães, Torres Yedras. Reutilizada como soleira de porta numa dependência da quinta, onde se manteve até 1980, o monumento tem um aspecto algo medíocre, apesar de alisado, denunciando uma feitura local; muito gasto e com algumas mossas e falhas, perdeu por fractura a quase totalidade do topo, conservando, em contrapartida, uma espécie de pedúnculo para melhor fixação ao solo. O campo epigráfico, em que se destacam duas carteias levemente marcadas, parece ter ocupado cerca de metade da face principal da esteia, cujo campo inferior é decorado com um motivo templiforme de desenho muito esquemático, quase desaparecido devido ao desgaste provocado pela reutilização da pedra.

Dimensões: 128x58x10. Campo epigráfico: ?x58. Carteias: 1: ?x39,5; 2: 7x39,5.

MASCELLI / MACRI

(Sepultura) de Máscelo, (filho) de Macro.

Altura das letras: 1. 1: 6,5 (?); 1. 2: 6,5. Espaço entre as carteias: 17.

b) *Bibliografia e variantes*

BELO, «Badaladas», 101, 1954 (desenho); BELO, *Símbolos*, p. 50 (desenho).

1. 1 : omitida por Belo.

c) *Comentário*

Esta estela da Quinta da Portucheira, local de copiosos achados romanos, constitui um exemplo eloquente de como é necessário rever uma parte importante das inscrições publicadas, revisão que exige, naturalmente, a análise directa das epígrafes. Com efeito, as difíceis condições de observação oferecidas pelo monumento enquanto reaproveitado na quinta influenciaram negativamente a notícia que dele nos deixou Ricardo Belo; a omissão da l. 1, então coberta por uma ombreira de porta, a indicação de dimensões menos correctas e a referência a um filete decorativo inexistente constituem os lapsos mais importantes. O mesmo não sucede com a referência ao motivo considerado como «frontaria de casa, ou antes de templo», confirmada pelo investigador torriense Leonel Trindade e concordante com os vestígios remanescentes.

O *lapidarius* delimitou com cuidado as carteias, horizontais e bem centradas, nas quais inscreveu os *cognomina*. Todavia, a irregularidade do *ductus* prejudicou o equilíbrio procurado: na l. 2, como o I ocupa pouco espaço, toda a verba parece deslizar para a esquerda; na l. 1 terá sucedido o contrário. Os caracteres, próprios da escrita capital quadrada, foram gravados na vertical, em bisel, com notória imperícia: o M é muito aberto, deselegante, com o ângulo interior assente na linha; o R tem a haste oblíqua recta e ligada à pança num ponto afastado da haste vertical, forma que já encontramos numa epígrafe de Torres Vedras (n.º 4); os travessões horizontais ocupam uma posição a meia altura do E e do A.

A l. 1, apesar de prejudicada — pouco resta do M e do A iniciais — não implica problemas de leitura, permitindo reconhecer o genitivo MASCELLE

Os temas de inspiração arquitectónica, talvez de origem helenística^(23G), são pouco vulgares em território português⁽²³⁷⁾,

⁽²³⁶⁾ J. BOARDMAN, *Greek Art*, Londres, 1964, p. 149, fig. 138; J. M. Toynbee, *A Arte dos Romanos*, Lisboa, 1972, p. 95-96, 105.

⁽²³⁷⁾ Sobre este assunto, e não obstante o seu interesse evidente, não existe qualquer estudo actualizado, pelo que nos limitamos a destacar alguns dos testemunhos mais interessantes: LEITE DE VASCONCELOS, *Reli-*

apesar de frequentes, sob várias formas, na arte funerária hispano-romana ⁽²³⁸⁾. Embora a sua interpretação suscite dúvidas, é possível que, como pretende Cid Priego ⁽²³⁹⁾, a representação de edifícios templiformes em lápidas funerárias constitua uma deliberada e compreensível alusão, que parece nítida no caso das aras e dos sarcófagos ⁽²⁴⁰⁾, ao importante monumento que era o mausoléu ⁽²⁴¹⁾. Uma atitude psicológica semelhante explicará a ocorrência de representações do mesmo tipo, mas agora comprometidas no reforço do carácter sagrado dos compromissos assumidos pelos contratantes, numa ou noutra *tessera hospitalis*, como a de Munigua (*ILER* 5831). O pouco que sobreviveu ao desgaste da pedra não permite, infelizmente, uma interpretação segura do tipo de edifício cuja fachada, composta de estilóbato, quatro colunas, arquitrave e frontão triangular, se representou na esteia da Portuqueira.

Relacionado com o sexo masculino e nitidamente pertencente a um estrato onomástico popular, *Mascellius* é um cognome extremamente raro ⁽²⁴²⁾, aqui registado pela primeira vez na Península, onde apenas se conhecem formas aparentadas ⁽²⁴³⁾, entre as quais *Mascellio* ⁽²⁴⁴⁾, cognome presente em inscrições de Itálica (*CIL* II 1110), Castro el Rio (*CIL* II 1578), Córdova (*CIL* II 2293), Astorga (*CIL* II 2639), Tarragona (*CIL* II 4299), Segisama (*CIL* II 5812) e, na região torriense, numa epígrafe da ermida da Serra de S. Julião ⁽²⁴⁵⁾. A maior parte dos testemunhos referidos situa-se num ambiente social modesto no qual avulta o séviro tarraconense *Marcus Herennius Mascellio* (*CIL* II 4299),

giões, III, 1913, p. 389, 390, fig. 169, p. 414, fig. 185, p. 423, fig. 205; E. BORGES GARCIA, *Um templo visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré)*, «Arqueologia e História», XII, 1966, p. 208, fot. 22-23.

⁽²³⁸⁾ GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas*, p. 286-287, 301, 334-336; ABÁSOLO/ALBERTOS/ELORZA, p. 74-78.

⁽²³⁹⁾ C. CID PRIEGO, *La Torre del Breny sepulcro romano en las cercanias de Manresa*, «Ampurias», XII, 1950, p. 46.

⁽²⁴⁰⁾ ABÁSOLO/ALBERTOS/ELORZA, p. 83, 86; Toynbee, p. 104.

⁽²⁴¹⁾ TOYBEE, p. 91-94, fot. 55; ALARCAO, *Portugal*, p. 187.

⁽²⁴²⁾ *Lexicon*, VI, 1940, p. 224.

⁽²⁴³⁾ *CIL*, II, p. 1086; *ILER*, p. 718.

⁽²⁴⁴⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 307.

⁽²⁴⁵⁾ BELO, «Badaladas», 51, 1952.

seguramente um liberto. Quanto ao cognome *Macer*, muito raro entre libertos e escravos e que Kajanto considera relacionado com defeitos físicos ⁽²⁴⁶⁾, tem razoável representação na Hispânia, onde, além da Quinta da Portuqueira foi referenciado em: Valença do Minho (*CIL* II 2465), Aramenha (*CIL* II 159), Nisa⁽²⁴⁷⁾, Cuba (*CIL* II 5187), Caparra (*CIL* II 834, 835; *CPIL* 818), Montoro (*CIL* II 2166, 2172), Cabra (*CIL* III 1625), Osuna (*CIL* II 1407), Granada (*CIL* II 5511), Antequera (*CIL* II 2042), Córdoba (*CIL* II 2238), Adra (*CIL* II 1992), Tarragona (*CIL* II 4120) e na região de Valência (*CIL* II 4970 ²⁸⁹). Na área olisiponense a variante *Macrinus* está documentada em epígrafes de S. Miguel de Odrinhas (*CIL* II 303) e de Lisboa (*CIL* II 174). Os testemunhos conhecidos, em grande parte provenientes do Sudoeste, integram um grupo de estatuto social elevado, ao qual não são estranhas, aliás, ligações com a elite indígena romanizada. Algumas das sete inscrições lusitanas são muito elucidativas a este respeito: *Publius Cornelius Macer*, questor e duúviro de *Ammaia* (Aramenha), recebeu a cidadania do imperador Cláudio (*CIL* II 159); *M. Fidius Macer*, devoto de Trebaruna, foi, antes de ascender à ordem equestre, *magister* e duúviro de Cáparra (*CIL* II 834, 835; *CPIL* 818), onde construiu o grande *tetrapylon*⁽²⁴⁸⁾; *Publius Carminius Macer*, assinalado numa ara proveniente de um possível santuário indígena dos arredores de Nisa, poderá estar relacionado com *L. Calventius Vetus Carminius*, governador da Lusitânia em 44/45 ⁽²⁴⁹⁾. As personagens mais importantes que testemunham o cognome *Macer* na Hispânia são, todavia, o governador da província lusitana entre 194 e 197, *C. Caesonius Macer Rufinianiis* ⁽²⁵⁰⁾ e o procônsul da província de Creta e Cirene, *Q. Gargilius Macer Acidinus*, conhecido por uma epígrafe de Tarragona (*CIL* II 4120).

Que relação poderemos estabelecer entre *Mascellius* e *Macer* ?

No caso presente parece possível, uma vez mais, subentender uma

⁽²⁴⁶⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 244.

⁽²⁴⁷⁾ ENCARNACÃO, *Nordeste*, p. 65-66, n.º 3.

⁽²⁴⁸⁾ A. GARCIA Y BELLIDO, *El tetrapylon de Capera (Cáparra, Cáceres)*, «Archivo Español de Arqueología», XLV-XLVII, 125-130, 1972-1974, p. 45-90.

⁽²⁴⁹⁾ ENCARNACÃO, *Nordeste*, p. 65-66, n.º 3.

⁽²⁵⁰⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 209.

filiação de tipo indígena, expressa apenas pelo genitivo, como pensamos suceder nas inscrições de Santa Maria do Castelo (n.º 6) e da Louriceira (n.º 11), embora a qualidade dos *cognomina*, sugerindo ambientes sociais diferentes, permita considerar *Mascellius* escravo ou liberto de *Macer*, hipótese pela qual preferimos não optar.

d) *Datação*

A extrema simplicidade do texto, a terminação em *i* do genitivo de *Mascellius* (2^o1), as características da escrita, permitem atribuir este monumento, tal como o anterior, à primeira metade do século i.

11—LOURICEIRA. Foto 12

a) *Descrição*

Esteia funerária de calcário, de grandes dimensões, encontrada em 1857 numa terra próxima da povoação de Louriceira, freguesia de S. Pedro, Torres Vedras. Inicialmente considerada como marco fundiário, a esteia aparenta a forma de uma espátula, de feitura e aspecto rudes, com o topo semicircular e a face posterior grosseira mente desbastada. A pedra encontra-se alterada por reacções químicas, as quais quase provocaram a destruição da inscrição, cuja leitura é, presentemente, muito difícil; acusa ainda algumas falhas e erosão generalizada dos contornos, deficiências em parte devidas à sua reutilização como soleira de porta. O campo superior da esteia, limitado por um rebordo boleado, comporta um ornato grosseiro em forma de arco, separado do rebordo por uma espécie de escocia, do qual se destaca, mediante uma depressão vigorosamente escavada, um crescente lunar invertido, de secção semicircular. O campo central do monumento integra ²⁵¹

(251) p MONTEIL, *Elements de Phonétique et de Morphologie du Latin*, Paris, 1970, p. 162.

três registos: o registo superior, a que corresponde aparentemente o campo epigráfico, é ocupado por uma cartela rectangular em rebaixo contendo a inscrição; os registos médio e inferior são preenchidos, respectivamente, por um rectângulo escavado e por dois quadriláteros paralelos, também escavados, um e outros toscamente delineados e despídos de quaisquer elementos decorativos. Os lados do termo inferior da esteia, destinado a fixá-la ao solo, estreitam progressivamente terminando numa ponta arredondada.

Dimensões: 155x40x22. Campo epigráfico: 8x33.

RVFI BOVII

(Sepultura) de Rufo, (filho) de Bóvio.

Altura das letras: 6,5.

b) *Bibliografia e variantes*

TORRES, p. 20; BELO, «Badaladas», 98, 1954 (desenho); BELO, *Símbolos*, p. 43, 50, 56 (desenho).

c) *Comentário*

Dada a simplicidade da epígrafe e o seu péssimo estado de conservação, a análise paleográfica fornece poucos elementos aproveitáveis. O *lapidarius* limitou-se a inscrever o texto de forma a ocupar o registo superior da esteia, sem recorrer aos restantes. Os caracteres, verticalmente alongados e perfeitamente apumados, foram gravados com profundidade. Ricardo Belo referiu o tipo de letra desta inscrição como «a da boa época», afirmação hoje muito difícil de verificar a partir do que a pedra nos oferece. Ainda assim podemos: deduzir para o R uma haste oblíqua recta e para o O um desenho circular bastante razoável; reconhecer o traçado clássico do B; notar a forma ligeiramente arredondada do V. O que resta sugere uma forma rústica da escrita capital quadrada. Não há vestígios de pontuação. Os editores de Madeira

Torres não propuseram qualquer leitura ou tradução da epígrafe, correctamente transcrita. Ricardo Belo, nos trabalhos citados, traduziu, respectivamente, «Rufo, filho de Bóvio» e «Rufus, escravo de Bovius», sem explicar a razão desta última versão, aliás possível ⁽²⁵²⁾. Ainda que a filiação não se encontre directamente expressa, facto normal entre os *adtributi* superficialmente romanizados ⁽²⁵³⁾, preferimos a primeira das traduções. Na área que mais directamente interessa ao nosso estudo apenas uma epígrafe da Praia de Santa Cruz refere um escravo: *D . M / Pultari / / Flaviani ; ser . ann . XXV / Voluptas / mater . f . c* (*CIL* II 314). O sistema do nome único persistiu na Hispânia para além da concessão do *Latium minus* por Vespasiano ⁽²⁵⁴⁾; no presente caso refere certamente um peregrino. A análise cuidada das duas últimas letras da inscrição, bem conservadas, impede a leitura do antropónimo de que fazem parte como *Bouti*; a leitura correcta, embora menos habitual, é *BOVII*.

Rufus é um cognome latino ⁽²⁵⁵⁾, usado de acordo com os testemunhos conhecidos, por indivíduos de origem livre entre os quais setenta e cinco senadores ⁽²⁵⁶⁾; deriva do adjectivo *rufus*, a, *um* — ruivo, avermelhado — e é muito frequente na epigrafia hispano-romana ⁽²⁵⁷⁾, especialmente em zonas de predominância céltica, como a actual província espanhola de Cáceres ⁽²⁵⁸⁾. Na região de Torres Vedras voltamos a encontrá-lo numa inscrição da ermida da Serra de S. Julião, onde é referido um *Rufus* executor testamentário e da qual nos ocupamos de novo adiante (n.º 12). De áreas limítrofes temos testemunhos provenientes de Colares (*CIL* II 320), Montelavar ⁽²⁵⁹⁾, Almoster (*CIL* II 310) e Lisboa

⁽²⁵²⁾ JULIO MANGAS MANJARES, *Esclavos y libertos en la Espana Romana*, Salamanca, 1971, p. 29.

⁽²⁵³⁾ ILER, p. 255.

⁽²⁵⁴⁾ ALFÖLDY, *Notes*, p. 51. Por outro lado, é preciso ter em conta que a aplicação do novo estatuto se verificou gradualmente, prolongando-se quase até ao final do século i: ALARCÃO, *Portugal*, p. 55.

⁽²⁵⁵⁾ SCHULZE, p. 264, 295.

⁽²⁵⁶⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 229.

⁽²⁵⁷⁾ ILER, p. 741-742.

⁽²⁵⁸⁾ CPIL, p. 370.

⁽²⁵⁹⁾ FONTES, p. 35, n.º CXXXV, p. 41.

(CIL II 214, 225, 227, 4996, 5227); uma das epígrafes da capital alude ao edil designado *C. Iulius Rufinus* (CIL II 225). A norte do termo tómente o cognome *Rufus* tem, com as suas variantes normais, assinalável representação em *Collipo* ⁽²⁶⁰⁾ e em *Conimbriga* ⁽²⁶¹⁾, cidade onde no último quartel do século i o cidadão *C. Turranius Rufus* surge como expoente conhecido de uma das mais importantes famílias locais ⁽²⁶²⁾. Recordaremos, ainda, uma personalidade provincial : *C. Caesonius Macer Ruñnianus*, governador da Lusitânia pelo final do século n ⁽²⁶³⁾. O gentílico *Rovius*, a que já nos referimos largamente neste artigo, a propósito da inscrição torriense de Santa Maria do Castelo (n.º 6), surge aqui utilizado como nome único. Dado que tal facto se verifica exclusivamente em ambientes célticos, inclusive em Egitânia, onde ocorre associado ao cognome *Amoena* numa esteia decorada com um crescente lunar ⁽²⁶⁴⁾, estaremos, como supõe M. L. Albertos ⁽²⁶⁵⁾, perante a latinização de um antropónimo indígena semelhante ?

A rude esteia da Louriceira enquadra-se num grupo de monumentos com particular representação no Noroeste peninsular, com alguns dos quais possui elucidativa semelhança ⁽²⁶⁶⁾. Apesar das ambiguidades propostas pela decoração astral, já suficientemente referidas (n.º 9), parece-nos necessário analisar rapidamente o tema do crescente lunar, um dos elementos mais frequentes da iconografia funerária hispânica ⁽²⁶⁷⁾, discutivelmente interpretado como símbolo da «morada dos mortos» ⁽²⁶⁸⁾, da «protecção sobrenatural» ⁽²⁶⁹⁾, da «esperança no além»⁽²⁷⁰⁾ ou, ainda, do culto de

⁽²⁶⁰⁾ PINHO BRANDÃO, p. 142.

⁽²⁶¹⁾ *Fouilles*, p. 227.

⁽²⁶²⁾ *Fouilles*, p. 91-93, n.º 70, pi. XIV, p. 99.

⁽²⁶³⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 209.

⁽²⁶⁴⁾ ALMEIDA, *Egitânia*, p. 167, n.º 40, fig. 123.

⁽²⁶⁵⁾ ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 231.

⁽²⁶⁶⁾ JULIÁ, *Vigo*, p. 12-13, pi. 6a; F. MANUEL ALVES, *Guia epigráfico do Museu do Abade de Baçal*, Bragança, 1975 (reedição), p. 85, n.º 48.

⁽²⁶⁷⁾ GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas*, p. 331-334.

⁽²⁶⁸⁾ CUMONT, p. 117.

⁽²⁶⁹⁾ A. D. NOCK, *Sarcophagi and Symbolism*, «American Journal of Archaeology», L, 1942, p. 142.

⁽²⁷⁰⁾ M. LEGLAY, *Saturne Africain*, Paris, 1966, p. 173.

Diana ⁽²⁷¹⁾. Na região de Lisboa, numeroso material arqueológico da Cultura do Tejo sugere a existência de um importante culto lunar pelo menos a partir da primeira metade do III milénio a. C. ⁽²⁷²⁾. Alguns acidentes do terreno surgem nas fontes antigas directamente relacionados com o culto lunar: a Serra de Sintra e o Cabo da Roca denominavam-se respectivamente, segundo Ptolomeu, *Mons Lunae* e *Promontorium Lunae* ⁽²⁷³⁾; nessa zona foram registadas algumas inscrições votivas romanas ao Sol e à Lua⁽²⁷⁴⁾, consagração que se repete noutros locais da Hispânia em relação ao último dos astros (*ILER* 345, 347, 639, 640, 641); Avieno refere como igualmente consagrada à Lua uma ilha ao largo de Málaga ⁽²⁷⁵⁾. O santuário da *Lux Divina* perto de Sanlúcar de Barrameda, na foz do Guadalquivir, estaria de igual modo relacionado com uma divindade lunar ⁽²⁷⁶⁾. Estrabão, numa passagem preciosa, refere os Calaicos como ateus e cita a propósito as danças executadas pelos Celtiberos e seus vizinhos nortenhos, nas noites de plenilúnio e em frente das casas, em honra de uma divindade inominada ⁽²⁷⁷⁾, divindade que não era outra, certamente, senão a Lua, da qual como sucedia entre outros povos, não era permitido pronunciar o nome ⁽²⁷⁸⁾.

O que fica exposto é suficiente para provar a importância e antiguidade do culto lunar na Península, sem que, todavia, seja possível avaliar a influência sobre ele exercida na época romana por fenómenos de *interpretatio*, que poderão ter assimilado o culto indígena aos cultos de Diana ou da *Dea Caelestis*, versão romanizada da deusa púnica Tanit⁽²⁷⁹⁾, de quem o crescente invertido era um

⁽²⁷¹⁾ ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 73-74; *ILER*, p. 43.

⁽²⁷²⁾ H. SAVORY, *Espanha e Portugal*, Lisboa, 1969, p. 126-140.

⁽²⁷³⁾ PTOLOMEU, II, 5, 3.

⁽²⁷⁴⁾ As inscrições *CIL* II 258 e 259; muito provavelmente também a de *C. Iulius Celsus*: S. Lambrino, *Les inscriptions de São Miguel de Odrinhas*, «Bulletin des Études Portugaises», XYI, 1952, p. 142-150, n.º 24 (= LAMBRINO, *Odrinhas*).

⁽²⁷⁵⁾ AVIENO, 367-368, 428-431.

⁽²⁷⁶⁾ BLÁZQUEZ, *Estudios*, p. 462.

⁽²⁷⁷⁾ ESTRABÃO, III, 4, 16.

⁽²⁷⁸⁾ BLÁZQUEZ, *Estudios*, p. 451-452. Na região de Torres Vedras é vulgar a Lua ser designada como *Madrinha do Céu*.

⁽²⁷⁹⁾ D. HARDEN, *OS Fenícios*, Lisboa, 1968, p. 85-87.

dos símbolos ⁽²⁸⁰⁾, e por doutrinas escatológicas cósmicas ⁽²⁸¹⁾, Urna vez que a Hispânia é a região do Império Romano onde o culto de *Caelestis* melhor documentado se encontra depois de Roma e da África do Norte ⁽²⁸²⁾ parece razoável atribuir ao crescente invertido uma origem africana, hipótese sugerida pela relativa raridade dos testemunhos e sua distribuição geográfica, essencialmente litoral, assim como pelo registo de outros símbolos de irrecusável natureza púnica, nomeadamente em Vigo ⁽²⁸³⁾ e em Barcelona ⁽²⁸⁴⁾. Ao influxo cultural púnico ⁽²⁸⁵⁾, sobre o qual se torna urgente um estudo profundo visando o território português, se deverá, ainda que parcialmente, a fraca representação dos cultos célticos a sul do Tejo ⁽²⁸⁶⁾. Resta referir as tão numerosas quão nebulosas sobrevivências do culto lunar, ou de outros com ele relacionados, nas tradições populares hispânicas e norte-africanas ⁽²⁸⁷⁾, entre as quais destacaremos a execução de danças em honra da Lua, danças que persistiram na Galiza até ao princípio deste século ⁽²⁸⁸⁾.

O belo jarro púnico-tartéssico encontrado em Torres Vedras, conservado no Museu ⁽²⁸⁹⁾, constitui um prometedor indício do tipo

⁽²⁸⁰⁾ JYP HOURS-MIÉDAN, *Les représentations figurées sur les stèles de Carthage*, «Cahiers de Byrsa», I, 1950, p. 36; HARDEN, p. 96-97, fig. 24-25.

⁽²⁸¹⁾ GRANT, p. 191-195; PETIT, p. 202-205.

⁽²⁸²⁾ A. GARCIA Y BELLIDO, *El culto a Dea Caelestis en la Península Ibérica*, «Boletín de la Real Academia de la Historia», CXL, 1957, p. 468-485.

⁽²⁸³⁾ JULIA, *Vigo*, p. 29-30.

⁽²⁸⁴⁾ I. RODÁ DE MAYER, *La dispersion del poblamiento en el término de Barcelona en la época anterromana*, «Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad», XVII, 1977, p. 80-82, fig. 10. Comparar com: HARDEN, p. 271, fot. 35.

⁽²⁸⁵⁾ J. M. BLÁZQUEZ, *Economía de la Hispania Romana*, Bilbao, 1978, p. 619-646 (BLÁZQUEZ, *Economía*).

⁽²⁸⁶⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 168; JORGE DE ALARCÃO, *Sobre a economia rural do Alentejo na época romana*, «Conimbriga», XV, 1976, p. 8-9.

⁽²⁸⁷⁾ GAUTIER, p. 146-148.

⁽²⁸⁸⁾ BLÁZQUEZ, *Estudios*, p. 453.

⁽²⁸⁹⁾ LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Acerca do vaso «piriforme» tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras*, «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», 63-64, 1965, p. 175-183; A. GARCIA Y BELLIDO, *Algunas novedades sobre la arqueología púnico-tartéssica*, «Archivo Español de Arqueología», XLIII, 1970, 121-122, p. 28-31.

de relações que poderão ter introduzido na região elementos culturais como o crescente invertido.

d) *Datação*

Atendendo ao aspecto geral, à ausência de fórmulas e à denominação em genitivo, atribuímos este monumento à segunda metade do século i.

12 —SERRA DE S. JULIÃO. Foto 13

Tampa de arca cinerária de calcário lioz proveniente de uma parede do pátio da Quinta da Rainha, para onde fora levada da ermida da Serra de S. Julião, freguesia da Carvoeira, Torres Vedras, onde se encontrava aproveitada como pedra de altar. O monumento, regularmente conservado, sofreu a perda da primeira linha da epígrafe, o que poderá ter sucedido quando foi colocado na parede da quinta; as cinco linhas restantes acusam razoável desgaste e algumas mossas. A inscrição era enquadrada por uma moldura, picada para aplanar a superfície da pedra por altura da reutilização no altar da ermida, virtualmente patente nos bordos laterais e inferior, cuja aspereza contrasta com o cuidadoso acabamento do campo epigráfico. O dorso foi apenas afeiçoado a picão e possui um rebordo para assentar sobre a arca cinerária (290). O monumento encontra-se depositado no Museu por especial deferência dos herdeiros de D. Segismundo de Alarcão.

Dimensões: 174x61x17. Campo epigráfico: 146x53(?).

[DIS . MANIBVS] / Q (*uinti*) . CAECILI . (*Quinti*) . F (*ilii*) .
 GAL (*terta tribu*) CAECILIANI . AEDILIS/AN (*norum*) . XXXX .
 / M (*arci*) . CAECILI . Q (*uinti*) . F (*ilii*) . GAL(*ma tribu*) . AVITI /
minorum) . XVIII / IVLIA . M (*arci*) . F (*ilia*) . MARCELLA .
 MARITO . OPTVMO / ⁵FILIO . PISSIMO . DE . SVO . FECIT

(290) ALARCÃO, *Portugal*, p. 184-185.

Aos deuses Manes de Quinto Cecilio Ceciliano, filho de Quinto, da tribo Galéria, edil, de quarenta anos de idade, e de Marco Cecilio Avito, filho de Quinto, da tribo Galéria, de dezoito anos de idade. Julia Marcela, filha de Marco, ao seu excelente marido e filho tão piedoso mandou fazer à sua custa (este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 6; 1. 2: 6; 1. 3: 6; 1. 4: 6; 1. 5: 7.
Espaços: 1: 1,5; 2: 1,8; 3: 1,8; 4: 1,5; 5: 6.

b) Bibliografia e variantes

AZEVEDO, 3, p. 82; TORRES, p. 18; PINHO LEAL, IX, 1880, p. 663-664; *CIL* II 261; BELO, «Badaladas», 48, 49, 50, 51, 1952; *ILER* 5550.

1. 1: não foi transcrita por TORRES e PINHO LEAL.

1. 2: Q . GAI . C . III . Q . I . GAL . CAL . C . III . (AZEVEDO), Q . CAE . C . III . Q . I . GAI . CA . C . III . AN . I (PINHO LEAL).

1. 2/3: translineação correcta apenas em TORRES, PINHO LEAL e BELO).

1.3: AN . I . (AZEVEDO), IXXXX (TORRES, PINHO LEAL).

1. 4: M . GAI . OHI . OI . GAL . AVIII (AZEVEDO), I . GAI . AVIII (TORRES), M . CAICILI . Q . I . CAI (PINHO LEAL).

1. 5: E . MARCILLA MARIIO (AZEVEDO), I . MARCILIA . MARIIO . O . PIMO (TORRES), E . MARCILIA . MARIIO . OPTIMO (PINHO LEAL).

1. 6: OPIVMO . IIII . 0 (AZEVEDO).

c) Comentário

As transcrições de Marinho de Azevedo, Madeira Torres e Pinho Leal estão longe de concordarem, quer entre si, quer com o texto real. Os dois últimos autores duplicaram a inscrição iludidos pela transferência do monumento da ermida de S. Julião para a Quinta da Rainha, deslocação efectuada numa data indeterminada entre 1633 e 1861, pelo que referimos apenas as variantes verificadas nas transcrições feitas a partir da observação directa da epígrafe, eliminando as que se filiam no texto de Azevedo.

A inscrição foi cuidadosamente concebida, apresentando um texto equilibrado e esteticamente agradável, apesar da franca deslocação das l. 4 e 5 no sentido da esquerda e do grande espaço que, na l. 3, medeia entre a sigla e o numeral; tal espaço contribui, aliás, para o equilíbrio do conjunto. Todo o texto foi disposto em torno de um eixo de simetria; a regularidade da escrita garante a utilização de linhas auxiliares. Pontuação de sinais circulares, muito apagada, austera e correcta, embora nem sempre necessária, como na l. 6. O desenvolvimento da inscrição é clássico: a primeira linha foi reservada para a consagração, abreviada, aos deuses Manes; a segunda, terceira e quarta linhas contêm a identificação do marido e do filho da dedicante, com indicação das idades e do cargo desempenhado pelo primeiro: as duas últimas linhas informam-nos sobre os laços familiares e sobre as circunstâncias da construção do monumento funerário. A gravação é profunda, de incisão triangular. Escrita de tipo capital quadrada, vertical, denotando um *ductus* nem sempre perfeito e com certa tendência para adernar sobre a esquerda. O espaço disponível dispensou o recurso a nexos e a letras reduzidas. A análise dos caracteres, limitados por pequeníssimos ápices, destaca o seguinte: o desenho do O é ligeiramente elíptico e a partir dele foram obtidos o C e o Q, este com uma haste inclinada e recta relativamente longa; o G pertence a um tipo rústico, frequente no século i, como já vimos (n.º 4), e muito Amigar no século ii⁽²⁹¹⁾; M muito aberto, com as hastes externas inclinadas e o ângulo interior sobre a linha; o S acusa certa influência actuária; P aberto, regular, a partir do qual se desenhou o R; os E, F, T e L têm os travessões curtíssimos, dificilmente AÚsíveis, característica frequente no século II⁽²⁹²⁾; o traçado do A e do V corresponde a um triângulo isósceles; o X tem desenho normal, com as hastes formando as diagonais de um rectângulo; o D é típico do século n.

A onomástica presente na inscrição é perfeitamente latina, tendo parte dela grande representação na Península. Acerca do

(291) RATLLE HCGUET, p. 12-13, 227, lám. VII, 1; CAGNAT, p. 501, pi. X, 3.

(292) CAGAAT, p. 18.

gentílico *Caecilius* já tecemos algumas considerações neste artigo, a propósito de *L. Caecilius Gaetulicus* (n.º 2). Todavia, referiremos a existência, em Sagunto, de um edil e pontífice *Q. Caecilius* pertencente à tribo Galéria (*CIL* II 3857) e recordaremos o já citado edil designado olisiponense *C. Caecilius Gallus* (*CIL* II 192), magistrado que J. F. Martin relaciona com os *Caecilii* da presente inscrição⁽²⁹³⁾; o cognome *Gallus* encontra-se sobretudo nas regiões mais romanizadas⁽²⁹⁴⁾. Uma inscrição funerária recolhida no Redondo, perto de Évora, alude a um *L. Caecilius Gallus*, tio de um *M. Fulvius Caecilianus* (*CIL* II 193), indivíduos muito provavelmente aparentados com os *Caecilii* edis. O cognome *Caecilianus* parece ter sido frequente entre pessoas de posição social elevada⁽²⁹⁵⁾. O sufixo *ilianus*, versão divulgada de *Miamis*, derivará de formas em *iUusJULa*⁽²⁹⁶⁾ no caso de *Caecilianus* trata-se, sem dúvida, de uma terminação em *anus* formada sobre o gentílico paterno⁽²⁹⁷⁾, sob a forma mais tardia e vulgar *ianus*⁽²⁹⁸⁾. Dos cem exemplos deste cognome registados no *CIL* cinquenta e sete pertencem ao volume Vili. É pouco habitual na Península, onde por volta de 320 foi usado por um governador da Lusitânia⁽²⁹⁹⁾, tendo sido assinalado em Mérida (*ILER* 3668), Cabra (Córdova, *CIL* II 1620), Redondo (*CIL* II 5193), Alcalá de Henares, onde ocorre um *Caecilius Caecilianus* (*CIL* II 3039), e Tarragona (*CIL* II 4153, 4199) onde a segunda das inscrições recorda o duúmviro e flâmine provincial *L. Caecilius Caecilianus*, personagem inserita, porém, na tribo Quirina; em Ibiza foi referenciado um *Cecilianius* (*ILER* 3411). O *Itinerário de Antonino* refere uma povoação *Caeciliana*, situada entre *Caetobriga* (Setúbal) e *Malececa* (Marateca?), topónimo derivado regular-

⁽²⁹³⁾ MARTIN, p. 238-239.

⁽²⁹⁴⁾ UNTERMANN, p. 111-112, mapa 41.

⁽²⁹⁵⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 35, 142.

⁽²⁹⁶⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 13-14.

⁽²⁹⁷⁾ THYLANDER, p. 113-114.

⁽²⁹⁸⁾ SCHULZE, p. 17; H. SOLIN, *Die innere Chronologie der Römischen Cognomens*, «Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 138-139.

⁽²⁹⁹⁾ ALAHCÃO, *Portugal*, p. 209.

mente do gentílico de Q. Cecilio Metelo Pio ⁽³⁰⁰⁾. Na Mauritãma Tingitana, região com a qual o Sudoeste hispânico manteve intensas relações, inclusive de ordem política ⁽³⁰¹⁾, a cidade de *Volubilis* teve como patrono o legado imperial *Sextus Sentius Caecilianus* ⁽³⁰²⁾. Atendendo à transmissão regular dos nomes familiares romanos é possível que *Q. Caecilius Caecilianus* ocupasse o segundo lugar na ordem de nascimento ⁽³⁰³⁾. O cognome *Avitus* é muito frequente na Península, em especial na *Hispania Citerior* e na região de Sagunto ⁽³⁰⁴⁾. M. L. Albertos destaca a sua grande difusão em zonas célticas, onde poderá recobrir um nome indígena ⁽³⁰⁵⁾. Referenciado em todas as camadas sociais, mas pouco frequente entre os libertos, ilustra laços de parentesco — *avitus* [*a/um*: que vem dos avós — e derivará de um substracto itálico pré-latino ⁽³⁰⁶⁾; foi muito utilizado, entre outros, pelas *gentes* Flávia e Júlia ⁽³⁰⁷⁾. Presente no aro tómente nesta inscrição e, também sob a forma feminina, na que se conserva na igreja de Matacães (*CIL* II 278), o cognome *Avitus* atinge notável concentração nos municípios de *Olisipo* ⁽³⁰⁸⁾, *Collipo* ⁽³⁰⁹⁾ e *Conimbriga* ⁽³¹⁰⁾. Em *Olisipo* duas importantes inscrições comemorando Adriano e Sabina aludem ao duúviro *L. Iulius Avitus* (*CIL* II 186, 4992); *Caecilia Avita* é o nome da dedicante, em Conimbriga, de urna ària a Apolo Augusto (*ILER* 169), acto religioso e político que nos conduz ao ambiente específico das elites municipais, bem reflectido na epígrafe da Serra de S. Julião. Em *Norba*, a moderna Cáceres, foi assinalado um *Q. Caecilius Avitus* (*CIL* II 700). *lidia Marcella* usou um cognome do qual se conhecem cinquenta

⁽³⁰⁰⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 68, 70; SCHULZE, p. 453-455; C. BÉMONT, *Liciniana Officina*, «*Latomus*», XXVII, 3, 1968, p. 610-616.

⁽³⁰¹⁾ BLÁZQUEZ, *Economia*, p. 652.

⁽³⁰²⁾ GASCOU, p. 115.

⁽³⁰³⁾ CAGNAT, p. 68-69.

⁽³⁰⁴⁾ UNTERMANN, p. 65-66, mapa 14.

⁽³⁰⁵⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 18, 80; ALBERTOS, *Antropónimos*, XXXII, 2, 1964, p. 227.

⁽³⁰⁶⁾ ALBERTOS, *Onomástica*, p. 45.

⁽³⁰⁷⁾ *Lexicon*, V, 1940, p. 231-232.

jsosj VIEIRA DA SILVA, p. 276-283, n.º 72, 91, 102, 106, 115, 121, 131.

⁽³⁰⁹⁾ PINHO BRANDÃO, p. 141, n.º XIV, XX, XXX, XXXI.

⁽³¹⁰⁾ *Fouilles*, p. 226.

e dois exemplos peninsulares, vinte e nove deles femininos ⁽³¹⁾. O nome completo repete se, ainda, em inscrições de Palência (*CIL* II 2717), Lamego (*CIL* II 5251), Terena, esta dedicada a Endovélico (*CIL* II 5204), Sines (*ILER* 3201) e numa outra proveniente de um local indeterminado da Lusitânia Ocidental (*CIL* II 77); em Santiago do Cacém uma inscrição perdida — mas que nos parece insuspeita — refere o caudicário *M. Iulius Marcellus*, edil e duúnviro mirobrigense (*CIL* II 25); em Toledo registou-se uma *Caecilia Marcella* (*CIL* II 3075). Terminaremos esta longa enumeração, da qual naturalmente não podemos extrair relações familiares concretas mas que comprova o estatuto social elevado de uma parte importante dos testemunhos, referindo o duúnviro olisiponense *L. Iulius Avitus*, o qual desempenhou o cargo em 121/122 (*CIL* II 186).

As dimensões e qualidade do monumento estão de acordo com uma família pertencente à *ordo decurionum*; abstraindo da hipótese céltica do cognome *Avita*, nada obsta a que lhe atribuamos uma possível origem itálica, sem esquecer, todavia, a simbiose entre elementos indígenas e itálicos, ampiamente melificada por toda a parte e nitidamente confirmada na região torriana. A edilidade era uma magistratura municipal própria das cidades de constituição romana, muito rara nas regiões célticas e germânicas ⁽³²⁾. As leis *Ursonensis* (*CIL* II 5459), *Malacitana* (*CIL* II 1963) e *Salpensana* (*CIL* II 1964) permitem uma visão correcta das instituições municipais na Hispânia ⁽³³⁾, onde as cidades peregrinas constituíram a esmagadora maioria até à reforma administrativa flaviana ⁽³⁴⁾. Os magistrados eram normalmente quatro: os *duoviri* e os *aediles*, formando o colégio anual dos *quattuorviri*; estes podiam ascender à ordem equestre por *adlectio*, através do *cursus* municipal (*CIL* II 49; *ILER* 1394). No sector português da Lusitânia foram referenciados mais sete edis: cinco em Lisboa

⁽³¹⁾ *ILER*, p. 716.

⁽³²⁾ E. DE RUGGIERO, *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, I, Roma, 1961², p. 266-268.

⁽³³⁾ ALVARO D'ORS, *Epigrafia Jurídica de la España Romana*, Madrid, 1954, p. 135-346.

⁽³⁴⁾ BLÁZQUEZ, *Economia*, p. 14-15.

(CIL II 192, 193, 194, 225, 262), um em *Mirobriga* (Santiago do Gacém, CIL II 25) e um em Beja (CIL II 50). A epígrafe da Serra de S. Julião não indica, infelizmente, qual o município em que *Caecilianus* exerceu o cargo. No Sudoeste do *conventus* escalabitano conhecemos várias cidades além de *Scallabis* e de *disipo*: *Ierabriga* (arredores de Alenquer), *EburobriUium* (Amoreira de Óbidos) e *Trutobriga* (?) (arredores do Cadaval), as duas últimas municípios ílavianos. Sobre o estatuto de *Ierabriga* estamos mal informados ⁽³¹⁵⁾, mas o facto das inscrições locais referirem apenas a tribo Galéria, aliado ao silêncio de Plínio, sugere uma possível integração no território de uma das cidades de estatuto romano mais próximas, *disipo* ou *Scallabis*. Por outro lado, não parece crível tratar-se de um edil de *Eburobritium*, município tardio, adstrito á tribo Quirina ⁽³¹⁶⁾, cuja área não incluiria decerto uma zona tão nitidamente relacionada com a tribo Galéria como é a região de Torres Vedras; o mesmo argumento é válido em relação ao obscuro município de *Trutobriga* ⁽³¹⁷⁾. Assim, tendo em conta a permanente vocação olisiponense da região torriana, resultante das realidades geográficas e económicas e favorecida pelas vias de comunicação existentes, nomeadamente o troço local de uma estrada cujo percurso a descrição pliniana da faixa costeira entre o Mondego e o Tejo sugere ⁽³¹⁸⁾, preferimos incluir *L. Caecilius Caecilianus* no *album* dos magistrados municipais de *disipo*. Esta inclusão é francamente apoiada, aliás, não só pela expressão da cidadania como pela distribuição do gentílico *Caecilius* e do cognome *Avitus* e pela invulgar representação olisiponense da magistratura edilitária. A atribuição proposta é ainda confirmada pelo significativo registo em Dois Portos, nos arredores de Torres Vedras, do epitáfio de *Q. Coelius Aquila* (CIL II 284), filho do duumviro olisiponense *Q. Coelius Cassianus*, um dos dois magistrados referidos na já citada inscrição lisboeta de 178/180 comemorando o imperador Cómodo (CIL II 187).

⁽³¹⁵⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 75-76; A. TOVAR, *Iberische Landeskunde*, 2, Baden-Baden, 1976, p. 265-266 (= TOVAR, *Landeskunde*).

⁽³¹⁶⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 85; TOVAR, *Landeskunde*, p. 263-264.

⁽³¹⁷⁾ TOVAR, *Landeskunde*, p. 265.

⁽³¹⁸⁾ PLÍNIO, *N. H.*, IV, 21: *Aeminium\Conimbriga\Collipo\Eburobritium\Iolisipo*. A esta via pertenceu um marco miliário, inédito, de Alfeizerão.

As expressões MARITO OPTVMO e FILIO PISSIMO são normais e encontram-se abundantemente documentadas, o mesmo se verificando em relação à fórmula final. A troca do I por V no superlativo *optiimo* foi já referida neste artigo, numa fórmula semelhante (n.º 6) e num cognome (n.º 7). Conservadorismo ou pronúncia ⁽³¹⁹⁾?

Os vestígios íomanos são abundantes na freguesia da Carvoeira. Na parede do pátio da Quinta da Rainha ⁽³²⁰⁾, além da presente inscrição, havia uma outra, hoje desaparecida: *Terentia / C. f. Stacte I h . s . e . sit. tibi / tera (sic) . levis* ⁽³²¹⁾. A ermida da Serra de S. Julião conservou numa parede, até há bem poucos anos, a seguinte epígrafe truncada: [...] *ascellio / [...]/**. *Severo / [...]* *ins Rufus I [...]* *stamento / [...]* ⁽³²²⁾; anteriormente já fora destruído um sarcófago colocado na parede do adro, sarcófago cujas dimensões, aliás, não coincidiam com as do monumento que analisamos ⁽³²³⁾. Na encosta de S. Julião há restos antigos tradicionalmente atribuídos aos Mouros; entre os numerosos materiais ultimamente recuperados na área contam-se fragmentos de ânforas e tesselas de vidro, achados que confirmam a existência de uma importante estação arqueológica, antes sugerida pelos monumentos epigráficos.

d) *Datação*

Quer a análise paleográfica, quer os elementos postos em relevo pela crítica interna, nomeadamente a invocação aos deuses Manes, o uso do dativo, a indicação das idades e a utilização de adjectivos para qualificar *maritus* e *filius* permitem considerar de meados do século n esta notável inscrição.

⁽³¹⁹⁾ NIEDERMANN, p. 24.

⁽³²⁰⁾ A Quinta da Rainha deve o nome a ter pertencido à infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, rainha de Leão, que a doou ao convento de Santa Maria de Celas, extramuros de Coimbra.

⁽³²¹⁾ BELO, «Badaladas», 50, 1952.

⁽³²²⁾ BELO, «Badaladas», 51, 1952. **A ermida foi objecto de obras em meados da década de setenta, em virtude das quais a inscrição ficou (?) oculta. As autoridades eclesiásticas, como responsáveis directas pela conservação de um imenso património semelhante, deveriam fiscalizar rigorosamente a realização deste tipo de obras para evitar depredações perfeitamente evitáveis e francamente condenáveis.**

⁽³²³⁾ BELO, «Badaladas», 51, 1952.

13 -- QUINTA DO CARACOL. Foto 14

a) *Descrição*

Grande estela funerária rectangular, de calcário, encontrada alguns anos antes de 1873 na Quinta do Caracol, freguesia de Aldeia Gavinha, Alenquer. Razoavelmente bem conservada, apresenta na base uma fractura oblíqua que prejudicou o final das l. 4 e 5 da inscrição; a erosão provocou alterações nos contornos e obliterou parcialmente a decoração, constituída por uma rosácea hexapétala inscrita num duplo círculo radiado, decoração que ocupa o sector superior da face principal da esteia, preenchida no restante espaço pelo campo epigráfico. O reverso foi irregularmente desbastado.

Dimensões: 155x63x9. Campo epigráfico: 98x63.

L(*ucius*) . LICINIV/S . TEMPO/RANVS / A(*nnorum*) .
XXXV . H(*ic*). S(*itus*). E(*st*) *l*MA(*ter*). S(*ua*)

Lúcio Licínio Temporão, de trinta e cinco anos de idade, está aqui sepultado. Sua mãe (mandou fazer este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 9; 1. 2: 9; 1. 3: 9,5; 1. 4: 9,5; 1. 5: 9,5.
Espaços: 1: 3; 2: 10; 3: 10; 4: 10; 5: 1; 6: 17.

b) *Bibliografia e variantes*

PINHO LEAL, I, 1873, p. 86; HÜBNER, *Notícias*, p. 18; *CIL* II 308; BELO, «Badaladas», 138, 1955 (desenho); BELO, *Símbolos*, p. 43, 52 (desenho); *ILER* 6171.

1. 1: HIRCYNIY (PINHO LEAL).

1. 4: H . S (BELO).

1. 5: D . M . (PINHO LEAL), C (HÜBNER, *CIL* II, BELO).

c) *Comentário*

Hübner, nas *Noticias Archeologicas de Portugal* ⁽³²⁴⁾, ao referir indirectamente a inscrição de Aldeia Gavinha, local onde terão aparecido outros vestígios luso-romanos, exprimiu uma opinião que não nos parece indiscutível, apesar da medíocre qualidade do monumento, vagamente atribuído por J. Vives à região de Lisboa. A paginação é péssima, não obstante a tentativa de alinhamento a partir de um eixo longitudinal. A translineação cortou o nome e o cognome do defunto, no primeiro caso sem grande necessidade; as linhas descaem acentuadamente para a direita e a sua distribuição pelo campo epigráfico é muito irregular. A pontuação foi marcada correctamente: o primeiro dos sinais é cruciforme; os restantes oscilam entre as formas triangular e circular. Gravação muito profunda e de incisão triangular, indecisa. Os caracteres são do tipo monumental, degradado, com forte influência das escritas actuária e cursiva. A irregularidade é geral: a inclinação, o tamanho das letras, os espaços que as separam, o desenho dos ápices, tudo varia. O vértice do Y é arredondado; o L e o T têm os travessões estreitos; a pança do R está longe da forma clássica semicircular normal; o travessão do A, contudo, ocupa uma posição central, o mesmo sucedendo com o do H; o P tem um desenho arcaico; o O é quase circular. O nexa MA nada tem de especial, salvo o seu *ductus* tortuoso.

O gentílico *Licinius*, já assinalado na inscrição da Quinta da Macheia (n.º 7), é, como vimos, vulgar na região de Lisboa. À *gens* Licinia pertenceram alguns cônsules, entre os quais destacaremos P. Licinio Crasso, governador da *Hispania Ulterior* na primeira década do século i a.C., e L. Licinio Sura, general de Trajano em honra de quem foi construído o arco honorífico de Bará, perto de Tarragona (*CIL* II 4282), individualidade com a qual podemos certamente relacionar muitos dos *Licinii* peninsulares (*ILER* 1339-1356). Em Cauche el Viejo, perto de Málaga, uma extensa inscrição enumera vários detentores do nome, alguns deles usando *cognomina* referenciados na área torriense (*CIL* II 2056); o mesmo sucede com a epígrafe gaditana de L. *Licinius*

(³²⁴) HÜBNER, *Noticias*, p. 18.

Rufus (ILER 2658). Na Lusitânia conhecemos um *Q. Licinius Saturninus*, cluúviro de *Metellinum* (Medellin, *CIL* II 610). No *concentus* pacense o gentílico ocorre, por exemplo, em Juro-menha (ILER 3729) e Faro (325), usado por indivíduos com os *tria nomina*. A análise, ainda que parcial, das inscrições em que ocorre deixou-nos a impressão de ter sido vulgar entre um grupo social ligado ao iundo populacional indígena e contendo importante percentagem de libertos. Quanto ao cognome *Temporanus*, Kajanto relaciona-o com as circunstâncias de nascimento — nascido no bom momento, benvindo — como derivado em *anus* de *tempus* (326) ; o facto de ter sido referenciado, em toda a *Romania*, apenas nesta epígrafe, confere-lhe um interesse especial. Um cognome aparentado, *Tempestivus*, foi assinalado, na Hispânia, em Lérida (*CIL* II 3012), Puebla de Castro (*CIL* II 5840), Tarragona (*CIL* II 2478) e Tortosa (*CIL* II 4027). Formulário : a abreviatura de *annorum* reduzida ao A, embora pouco frequente, é normal (327). A fórmula final suscita um problema de interpretação, não de leitura, correctamente efectuada por Levy Jordão como MA. S, formula que interpretada como MA(ww) . S(*ua*) nos indicaria um suicídio, hipótese apoiada por um único paralelo peninsular registado numa inscrição bética de *Astigi* (*GIL* II 1501); assim, preferimos interpretá-la como MA (*ter*) . S (*ua*). Tratando-se certamente de uma inscrição anterior ao século m, cujo teor obedece às leis fundamentais da epigrafia funerária latina, a ocorrência dos *tria nomina* em conjugação com a falta de referências à tribo e à filiação do defunto favorecem a hipótese de se tratar de um liberto.

O elemento fundamental da decoração desta esteia, cujas circunstâncias da recuperação foram saborosamente descritas por Ricardo Belo no jornal torriense «Badaladas», consiste numa grande rosácea hexapétala inscrita num duplo círculo radiado. Normalmente interpretada como símbolo solar (328), a rosácea é,

(32Ö) M. LYSTER FRANCO, *Uma inscrição inédita de Ossonoba*, «Gosta de Oiro», 64, 1940, p. 9-10.

(32Ö) KAJANTO, *Cognomina*, p. 108, 296.

(327) CAGNAT, p. 408.

(328) ABÁSULO/ALBERTOS/ELORZA, p. 69.

com numerosas variantes, um dos temas decorativos mais vulgares da arte indígena peninsular, com especial projecção nas regiões do Centro e Noroeste ⁽³²⁹⁾. No litoral túrdulo do *conventus* escalabitano é pouco frequente: ocorre na lápida funerária de *Annia Maxsuma*, encontrada muito perto de Aldeia Gavinha, em Arruda dos Vinhos ⁽³³⁰⁾; ausente nos monumentos epigráficos olisiponenses e coliponenses, afirma-se substancialmente em Conímbriga ⁽³³¹⁾. A ampla representação da rosácea na iconografia funerária do sector céltico ou celtizaclo da população hispânica levou numerosos investigadores a considerá-la como um produto típico do celtismo ⁽³³²⁾, interpretação que nos parece francamente exagerada porquanto ignora ou minimiza o seu largo emprego em ambientes culturais e geográficos completamente diferentes. Dentro de uma perspectiva alargada recordaremos que a rosácea é um elemento decorativo habitual nos mosaicos do Alto Império ⁽³³³⁾, nomeadamente nos mosaicos herodianos da Palestina ⁽³³⁴⁾, ocorrendo ainda, embora de forma degradada, como sobrevivência e não como inovação bárbara, em obras tardias, entre as quais destacaremos o célebre mosaico emeritense de *Annius Ponius* ⁽³³⁵⁾. Outro exemplo significativo reside na extraordinária importância que a referida temática assume na decoração funerária hebraica do século i ⁽³³⁶⁾. Assim, parece-nos extremamente difícil atribuir

⁽³²⁹⁾ JULIÁ, *Vigo*, p. 26.

⁽³³⁰⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lápides lusitano-romanas de Arruda dos Vinhos*, «Homenagem a Martins Sarmiento», Guimarães, 1933, p. 191-192.

⁽³³¹⁾ Fouilles, p. 211-212.

⁽³³²⁾ R. BIANCHI BANDINELLI, *Roma. La fine dell'Arte Antica*, Milão, 1976², p. 184, 192.

⁽³³³⁾ A. BLANCO FREIJEIRO, *Mosaicos romanos de Italica* (Corpus de Mosaicos Romanos de España, II), Madrid, 1978, p. 26-27, lám. 8-10.

⁽³³⁴⁾ Y. YADIN, *Masada. La dernière citadelle d'Israël*, Paris, 1966, p. 119-121, 124-125.

⁽³³⁵⁾ A. BLANCO FREIJEIRO, *Los mosaicos romanos de Merida*, «Actas del Bimilenario de Merida», Madrid, 1976, p. 192-193, lám. XC. Para a evolução do tema: PEDRO DE PALOL, *Arqueologia Cristiana de la España Romana*, Madrid, 1967, p. 254, flg. 90.

⁽³³⁶⁾ V. TZAFERIS, *Jewish Tombs at and near Giv'at hi-Mivtar*, «Israel Exploration Journal», 20, 1-2, 1970, p. 18-32, pi. 12-16; N. AVIGAD, *The Burial-Vault of a Nazirite Family on Mount Scopus*, «Israel Exploration Journal», 21, 4, 1971, p. 185-200, pi. 40-42.

origem, e significado culturais concretos a um tema de tão grande difusão geográfica e cronológica. A interpretação em termos decorativos de qualquer das formas da rosácea, como estilização floral ou simples ornato geométrico, naturalmente apoiada pelas suas características intrínsecas e pela forma repetitiva que assinala a sua inclusão em numerosos monumentos ⁽³³⁷⁾, quase resulta obrigatória ao ocorrer, mais uma vez sob uma forma considerada tipicamente céltica ⁽³³⁸⁾, numa *bimah* da sinagoga israelita de Chorazin ⁽³³⁹⁾. Desta forma, não nos parece prudente atribuir-lhe, ressaltando uma ou outra eventual utilização simbólica, um significado muito diferente daquele que reveste o uso predominante de motivos cruciformes entre os Tuaregue e nos tapetes argelinos de El-Oued ⁽³⁴⁰⁾.

A dinâmica dos símbolos é complexa e a interpretação destes como tal, desconhecida a motivação criadora, extremamente arriscada: a runa *Hagel*, com os símbolos da vida e da morte entrelaçados, insígnia de duas divisões alemãs durante a Segunda Guerra Mundial ⁽³⁴¹⁾, foi adoptada internacionalmente como emblema do Serviço de Ambulâncias.

d) *Datação*

A ausência de consagração aos deuses Manes, o uso do nominativo e a indicação da idade ⁽³⁴²⁾, são elementos que, aliados à simplicidade do conjunto, sugerem para esta inscrição uma data próxima do final do século i, sugestão não contrariada pela análise paleográfica.

⁽³³⁷⁾ BLÁZQUEZ, *Estudios*, p. 433, fig. 158, 164.

⁽³³⁸⁾ IGLESIAS, p. 138-139.

⁽³³⁹⁾ M. AVI-YONAH, *The Archaeology of Israel*, «Archaeology» (Israel Pocket Library), Jerusalém, 1974, p. 17.

⁽³⁴⁰⁾ ATTILIO GAUDIO, *Les Civilisations du Sahara*, Verviers, 1967, p. 74, 179.

⁽³⁴¹⁾ Duas unidades das *Waffen SS*; as divisões *Nord* e *Polizei IL*

⁽³⁴²⁾ THYLANDER, p. 52.

CONCLUSÕES

A interpretação de material epigráfico como recurso para obter informações sobre a população antiga de uma determinada região revela-se sempre plena de dificuldades e continua a suscitar acentuado cepticismo⁽³⁴³⁾. Por isso mesmo e dado que o número de epígrafes conservadas no Museu está muito longe do mínimo considerado como podendo fornecer dados válidos acerca de uma cidade ou região restrita⁽³⁴⁴⁾, referiremos apenas alguns factores menos prejudicados pela extrema diversidade de formas e de textos — reflexo seguro de diferentes épocas e ambientes — verificada no material disponível.

O conjunto proporciona sete tipos diferentes: uma *cupa* (n.º 1), uma tampa de arca cinerária (n.º 12), duas placas (n.º 5, 8), quatro esteias (n.º 9, 10, 11, 13), dois cipos (n.º 2, 3), dois pedestais (n.º 4, 7) e uma ara (n.º 6). As esteias são, sem dúvida, obras produzidas localmente; outros monumentos, talhados num calcário lioz muito abundante em pedreiras do termo torriense, terão idêntica origem (n.º 1, 2, 3, 5, 6, 8, 12). Os vestígios de *villae* e os numerosos testemunhos epigráficos subsistentes, em grande parte relacionados com cidadãos, provam que os *lapidarii* dispuseram de uma clientela importante e potencialmente interessada nos seus trabalhos, factor necessário e suficiente para possibilitar o funcionamento de oficinas locais. Esta hipótese é praticamente confirmada pela semelhança tipológica entre a placa da Quinta do Juncai (n.º 8) e a da igreja de Matacães (*CIL* II 278) e pelas numerosas irregularidades — nomeadamente de paginação — verificadas na maior parte das epígrafes. A determinação da origem dos grandes pedestais de Torres Vedras (n.º 4) e da Quinta da Macheia (n.º 7) é, atendendo às suas características, mais complicada: sem desprezar a possibilidade de se tratar de trabalhos locais prefe-

⁽³⁴³⁾ M. CLAUSS, *Les problèmes de la statistique de l'âge d'après les inscriptions funéraires romaines*, «Antiquités Africaines», 9, 1975, p. 109-113; PETIT, p. 255-259.

⁽³⁴⁴⁾ CLAUSS, p. 111.

rimos relacioná-los com oficinas do aro olisiponense; o material, calcário lioz, provirá então de Pero Pinheiro ou de Montelavar. Quanto aos textos, evidenciam, igualmente, geral falta de uniformidade. A fórmula de consagração aos deuses Manes, abreviada, ocorre apenas duas vezes: como DIS MANIBVS (n.º 12) e como D . M . (n.º 8). Os dedicantes nem sempre são familiares (n.º 3, 7). O nome do defunto surge em nominativo (n.º 1, 2, 5, 7, 9, 13), dativo (n.º 3, 4, 6, 8) e genitivo (n.º 10, 11, 12). A identificação dos indivíduos compreende filiação e tribo (n.º 2, 4, 5, 7, 8, 12), filiação (n.º 1, 6, 7, 12), filiação indicada pelos *cognomina* (n.º 9, 10, 11) e ausência de filiação (n.º 3, 4, 8, 13). A idade é indicada oito vezes, precedida das abreviaturas ANN (n.º 5, 6) e AN (n.º 1, 2, 8, 12) e da sigla A (n.º 13). H . S . E . encontra-se presente em três das epígrafes (n.º 1, 2, 13); H . S . S . uma vez (n.º 7); S . T . T . L . e EX T{estamento) ocorrem apenas num dos pedestais monumentais (n.º 4), o mesmo se verificando com a expressão VIVA SE (n.º 7). As fórmulas finais são menos matizadas: DE SVO FECIT (n.º 12); D(c) S {ao) F (ecit) (n.º 1); D(c) S {uo) F(aciendum) C(uravit) (n.º 5, 7, 8). Quanto à ortografia há que referir XS por X (n.º 7), V por I antes de M (n.º 6, 7, 12), assim como os nexos ER (n.º 4), ËT (n.º 6) MÃ (n.º 1, 13), NT (n.º 3), TV (n.º 9) e IF (n.º 9).

As inscrições conservadas no Museu apresentam uma certa coerência cronológica, proporcionando informações concretas sobre o estatuto social da população da zona de Torres Vedras nos séculos I e II : o núcleo engloba referências a cidadãos romanos (n.º 1, 2, 4, 5, 7, 8, 12), cidadãos latinos (n.º 3, 6, 13) e peregrinos (n.º 9, 10, 11), realçando paralelamente a desigual — ou inversa — representação epigráfica dos vários corpos sociais representados. A determinação do estatuto económico deste heterogéneo grupo só pode fazer-se indirectamente; contudo, parece lógico atribuir a indivíduos dotados de meios razoáveis, senão importantes (n.º 4, 7, 12), a maior parte dos monumentos estudados. A percentagem dos antropónimos indiscutivelmente hispânicos — *Arco*, *Boutia*, *Reburrus* — é de 12,5%; sem possibilitar uma interpretação exclusivamente étnica, exprime antes uma fase avançada do processo de integração entre os elementos indígenas e os elementos colonizadores romanos, parte dos quais relacionados com a África do Norte (n.º 2). Assim interpretada, e tendo em conta os factores

específicos regionais e o maior horizonte cronológico do material epigráfico, não deixa de ser significativa a comparação com os valores proporcionados por *Collipo*, onde ascende a 35%, e Évora, onde expressivamente desce para 1,6% (*CIL* II 119), 1,9% se abstrairmos das inscrições de Labéria Gala (*CIL* II 114) e de António Flavino (*CIL* II 115). Os testemunhos epigráficos, que incluem referências a divindades indígenas ⁽³⁴⁵⁾, afirmam, muito naturalmente, a natureza céltica ou celtizada do fundo populacional do *hinterland* olisiponense ⁽³⁴⁶⁾, aliás profundamente influenciado pela proximidade de um dos principais centros urbanos da Lusitânia ⁽³⁴⁷⁾: na região de Torres Vedras, zona de vigorosa identidade cultural muito anterior à romanização, o elemento indígena reflecte-se de forma bem evidente nalgumas das epígrafes do Museu, quer na onomástica (n.º 4, 7, 9), quer na decoração (n.º 9, 11, 13), ambas francamente relacionadas com o território hispânico de predominância céltica. O testemunho dos *tria nomina* não é menos relevante quanto à projecção regional de *Olisipo* e à forma como se difundiu no terreno a civilização romana ⁽³⁴⁸⁾. Eis alguns valores expressos através da relação inscrições/referências, sugestivos uns, dramaticamente explícitos outros: núcleo regional do Museu Municipal de Torres Vedras (n.º 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13): 13/12 ; lápidas dos arredores de Estremoz e de Eivas ⁽³⁴⁹⁾: 8/6; núcleo regional do Museu Municipal do Fundão ⁽³⁵⁰⁾: 15/1; inscrições de Cantabria ⁽³⁵¹⁾ : 98/3. As sete referências à tribo Galéria registadas no material do Museu (n.º 2, 4, 5, 7, 8, 12) constituem, como vimos (n.º 12), prova da integração da região

⁽³⁴⁵⁾ JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 91-92, n.º 7, p. 92-97, n.º 8, p. 117-119, n.º 15, p. 206-208, n.º 57, p. 232-233, n.º 72, p. 310 (mapa).

⁽³⁴⁶⁾ LAMBRINO, *Odrinhas*, p. 165-173.

⁽³⁴⁷⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 65-68; D. FERNANDO DE ALMEIDA, *Lisboa Romana e Visigótica*, Lisboa, 1975, p. 6-13.

⁽³⁴⁸⁾ ALFÖLDY, *Notes*, p. 37-57.

⁽³⁴⁹⁾ ENCARNAÇÃO, *Inscriptions*, p. 56-57; ENCARNAÇÃO, *Nordeste*, p. 69-73.

⁽³⁵⁰⁾ J. L. YAZ, *Inscrições romanas do Museu do Fundão, «Conimbriga»*, XVI, 1977, p. 10-11.

⁽³⁵¹⁾ IGLESIAS, p. 217-225.

torriana no município olisiponense e permitem aflorar as relações económicas e sociais entre as grandes cidades e as comunidades rurais dependentes. O importante testemunho epigráfico dos municípios escalabitanos de *Collipo*, com cinco referências à tribo Quirina ⁽³⁵²⁾, e de Conímbriga, apenas com três ⁽³⁵³⁾, confirmam nitidamente o real significado do índice torriense: as epígrafes estudadas reflectem uma situação determinada pela presença próxima da grande cidade do estuário do Tejo. Relacionadas com a minoria que queria e podia fazer inscrições, elas sugerem a existência, confirmada pelos materiais e pelas notícias recolhidas, de numerosas *villae* em torno de Torres Vedras ⁽³⁵⁴⁾, decerto apoiadas no vasto mercado urbano olisiponense, facilmente acessível por via marítima, a partir do Sisandro ⁽³⁵⁵⁾, e, como parece, por estrada, da qual o possível trajecto a sul da região torriense foi esboçado por Estácio da Veiga ⁽³⁵⁶⁾. Os presumíveis proprietários das *villae* locais representavam, pelo menos parcialmente, a burguesia urbana olisiponense, inclusive o seu expoente político, a *ordo decurionum* (n.º 12). A grande dispersão no terreno dos testemunhos epigráficos, e outros, pode explicar-se facilmente pela ausência de *latifundia*, dispersão que, como G. Mansuelli nota em relação à Cisalpina ⁽³⁵⁷⁾, poderá provir de um *diēcismo* de origem céltica. Por outro lado, a concentração cronológica das inscrições nos séculos i e n, que poderia sugerir uma explicação baseada na passagem do regime de *villae* ao regime de *latifundia* ⁽³⁵⁸⁾, concorda com a situação verificada nas restantes regiões do Império, rela-

⁽³⁵²⁾ PINHO BRANDÃO, p. 147.

⁽³⁵³⁾ Fouilles, p. 57-58, n.º 30, p. 91-93, n.º 70, pi. XIV.

⁽³⁵⁴⁾ o topónimo Torres Vedras poderá reflectir a implantação rural romana na região, uma vez que *turris* é sinónimo de *villa*, como se verifica no *conventus* escalabitano pela inscrição da *villa* de Cardílio, nos arredores de Torres Novas (*ILER* 2106). É possível, porém, que se trate de simples referência às fortificações locais.

⁽³⁵⁵⁾ ORLANDO RIBEIRO, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 106.

⁽³⁵⁶⁾ ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades de Maфра*, Lisboa, 1879, p. 50-55.

⁽³⁵⁷⁾ G. MANSUELLI, *I Cisalpini* (3. sec. a. C.-3. sec. d. C.), Florença, 1962, p. 127-128, 141-144.

⁽³⁵⁸⁾ M. VIGIL, *Historia de Espana Alfaguara*, Madrid, 19*73, p. 358-367.

cionando-se com um facto cultural nascido com a *Pax Romana* e com ela desaparecido ⁽³⁵⁹⁾.

Estamos muito mal informados sobre a economia regional na época romana. Os característicos entallos abertos no pedestal da Quinta da Macheia (n.º 7) favorecem a hipótese de uma reutilização romana como peso de lagar; sendo assim, teremos de admitir a existência de olivais nessa zona de solos calcários especialmente aptos para a cultura da oliveira. Os vestígios antigos—*dolia*, muros de cantaria e um pavimento lajeado — descobertos no século passado perto da ermida de S. Gião ⁽³⁶⁰⁾ parece indicarem também a presença de um lagar. As fontes literárias, infelizmente, não ajudam a resolver o problema. Quanto às vinhas ⁽³⁶¹⁾, sabemos, por um testemunho de Políbio, que já se cultivavam no sector meridional da Lusitânia por meados do século n a.C. ⁽³⁶²⁾. Embora faltem provas directas, não parece arriscado considerar a viticultura, mais rentável que a cultura cerealífera e melhor adaptada às condições naturais da região, como uma das actividades básicas das *villae* torrienses, tanto mais que o problema, fundamental, do escoamento e comercialização, teria resposta adequada. A ara consagrada a *Liber Pater*, o deus protector dos vinhedos, encontrada em Lisboa (*ILER* 214), enquadra-se perfeitamente na hipótese esboçada, mesmo que a não consideremos como uma prova absoluta de actividades vitícolas.

As invasões do século v provocaram danos que nos escapam: a *villa* da Quinta de S. Gião, por exemplo, parece ter sobrevivido à efêmera ocupação suévica ⁽³⁶³⁾.

No termo torriense, apesar da contribuição da epigrafia, só a escavação permitirá localizar e interpretar com precisão os restos das *villae* e dos *vici*, enquanto a análise dos materiais regionais conservados nos museus e provenientes de descobertas fortuitas

⁽³⁵⁹⁾ MROZEK, p. 117-118.

⁽³⁶⁰⁾ PINHO LEAL, IX, 1880, p. 662-663.

⁽³⁶¹⁾ VIGIL, p. 328.

⁽³⁶²⁾ POLÍBIO, 34, 9: o rio Tejo constituía a fronteira sul da Lusitânia.

⁽³⁶³⁾ BELO, «Badaladas», 83, 1953. O próprio orago sugere uma ocupação visigótica: a ermida de S. Gião ilustra a persistência da *villa* romana como centro religioso, transformação exemplarmente patente em S. Miguel de Odrinhas.

poderá fornecer informações francamente valiosas, tanto mais que a escavação de estações situadas pela maior parte, parafraseando André de Resende, «entre as vinhas de Torres Vedras», se revela dificilmente praticável. Até lá, teremos de considerar com prudência algumas das hipóteses enunciadas e aguardar a confirmação das conclusões extraídas do estudo das inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras ⁽³⁶⁴⁾, cidade nova de história velha, centro de uma região de paisagens suaves e luminosas a que Horácio não recusaria o seu tarentino *angulus ridet*.

(364) Agradecemos vivamente ao director do Museu Municipal de Torres Vedras e veterano da arqueologia torriense, Sr. Leonel Trindade, todas as informações prestadas e inúmeras facilidades concedidas para elaboração deste trabalho. As fotografias são da autoria de Delfim Ferreira e de Ezequiel Santos (n.º 6). Os mapas foram desenhados por Fernando Coroado.

ANEXO I

IVLIA AMOENA: TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS
E SUA REPARTIÇÃO

i — S. Giáo (Torres Vedras).

Iulia . L . f . Amoena . an . XII . h . s . e / ma . d . s . f
BELO, «Badaladas», 62, 1952.

2 — S. Gião (Torres Vedras).

Iulia . C . f . Ton/ceta . aaa . XX / h . s . e . lidia . L . f . /
/Amoena . mater / f . c
CIL II 296 = /LEÄ 4313.

3 — Cabeça (Sintra).

[/a/¿a]a(?) . L . f . Amoena . h . s . e j [Cl]odius . P . f . Avitus .
aa . XX . /¿ 5 e/[...] ¿ws Civis h . s . e
CIL II 268 - ILE R 2402.

4 — Colares (Sintra).

Terentia . L . f . Maxima mater . Iuliae . C . f . Amoenae / arm.
XXVII . h . s . e . s . t . t . l
CIL II 318 - 7LÆ/? 4286.

5 — Codiceira (Sintra).

/a/¿a . Ç . f . Am/oena . h . s . e
CIL II 5017 - 7L£7? 2405.

6 — Funchal (Sintra).

[7]a/¿a [... imo]/[e]M [...] 7a[/¿a ...]lMatern[a ...]
CARDOZO, *Catálogo*, p. 75, n.º LXVIII.

7 — Alapraia (Cascais).

[V]itorius G [f . [Ga]l. Victor A.[s .] / [e. Iu]lia G . f .
Amj[o]ena a . s . f . c .

ENCARNAÇÃO, *Cascais*, p. 102-104, n.º 7.

8 — Caparide (Cascais).

[^/ç]a(?) G . f. Amo(ena) I h . s . e . Avitas j [ve]t.

leg. XXII p . [f .] / f . c .

ENCARNAÇÃO, *Cascais*, p. 96-98, n.º 4 = *ILER* 6387.

9 — Idanha-a-Velha.

*Iuliae I Varillae / Celeris ff[L. Iulius Qair / Modestus /
statuam / cum basis / f . c ; lidia Amoena / Sabini f . mater j
I auravit*

ALMEIDA, *Egitânia*, p. 200, n.º 93 — *ILER* 1772.

10 — Elvas.

*D . M . S Iulia . Amoenaj ann . XXXII j h . s . e . s . t . t . l / G .
Pomponius / Maxumus . mari/tus . coniugi / carissimae . f . c
CIL II 156 = 4486.*

11 — Conceição (Ourique).

Iulia I Seili. f. / Amoena

ENCARNAÇÃO, *Sudoeste*, p. 44-45, n.º 2.

12 — Fronteira (Bensafrim).

*C . Iulius ! Arenius h . s . e . ; Arbura Bolbi / Arem' uxor / h . s .
[e .] / [] ^ / ç a Amoena / Arem f . h . s . e .*

ILER 6186.

13 — Reus (Tarragona).

[...] o/. *Ingenuo . / [ç/ç]ae(?) / St(ati). I. Amoe[mze h .]m . h .
n . s .*

RIT 914.

ANEXO II

POTITVS E FORMAS DERIVADAS:
TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS E SUA REPARTIÇÃO

1 — Torres Vedras

Q . Bovio Atim/etioni Victori / Q . B . Marciani / ann. LXX
I Q . B . Potitus I patri optumo
inérito.

2 — Várzea do Douro.

Tameobrigo / Potitus / Cunteli / votum / patris / s . I . m
CIL II 2377.

3 — Abação (Guimarães)

[...] /S]ulpic[ius] I [...] & . Po[titus](?)
CIL II 5555.

4 — Arroyo de la Luz (Cáceres)

B[...]evius[...] j viri annor/iim CV h . s . s . / s . v . t . I . Poti/tus
Vecetis f donatum / posit
ILER 6426.

5 — Mérida

Valeria C . f . Aunia j an . L h . s . e . s . t . t . I . j L . Iulius
C . f . Gai . Lupus an . XX A h . s . e . s . t . t . I . / C . Iulius
Potitus / coniugi et f . f . c .
ILER 3666 - 6275.

6 • — Cádiz

Poti(tus) j C . UaZe(m)
CIL II 4970³⁹⁹, 6257¹⁵⁰ (cerâmica).

7 — Sevilha

D . Cutio . Balbino / M . Cornelio Potito / L . Attio . Iuniano j
l Romulo . Ill loir / ciar . cur andar / piissumo . filio / B al-
binus . pater / Prisca . mater
 CIL II 1172.

8 — Sevilha

D . M . £ . Iaelius Pot[it]/[i]anus vix[it] an . j XXXII pius in
[suos] / maritae / benemerenti] / fecit h . s . e .
 ILER 3419.

9 — Adra (Almeria)

Martialis)Martialis . f j ann . XXII;Potita . Martiaßis . f .
Carbo;nis . ann . XXI / h s s
 CIL II 1990.

10 — Liria

Atiliae . M . f . Potijtæ . Iunia . Tanne/gadinia . p . n .
an . AA
 CIL II 3796.

11 — Liria

Ç . Caecilio j Q . f. Gal / Potito / Quintiliae . patronae
 CIL II 3799.

12 — Vível

ilf . Aemilius j M . f. G j Potitus . an [LV h . s . e
 CIL II 4006.

13 — Tarragona

Potiani l Potitia
 CIL II 4970³⁹⁷ (cerâmica).

14 — Tarragona

Potiti
 CIL II 4970³⁹⁸ (cerâmica).

15 — Tarragona

C . Caecilio / C . f. Gal . jPotito / Raecia Irene / filio
 ILER 4328.

16 — Amp úrias

Potiti M[...]
 CIL II 6257¹⁵¹ (cerâmica).

INDIGES EPIGRÁFICOS

I — NOMINA VIRORVM ET MVLIERVM

L. Anicius Optatus, 3.	Iulia, 5.
M. Antistius Facundus, 7.	Iulia Amoena, 1.
Attius Montanus, 3.	Iulia Quintilia, 8.
Q. Bovius Atimetio Victor, 6.	Iulia Marcella, 12.
Q. Bovius Marcianus, 6.	M. Iulius Crescens, 4.
Q. Bovius Potitus, 6.	Q. Iulius Fronto, 8.
M. Caecilius Avitus, 12.	Licinia Maxsuma, 7.
Q. Caecilius Caecilianus, 12.	L. Licinius Temporanus, 13.
C. Caecilius Gaetulicus, 2.	L. Valerius Areo, 4.
Cornelia Boutia, 7.	

II — COGNOMINA VIRORVM ET MVLIERVM

Amoena, 1.	Marcianus, 6.
Areo, 4.	Mascellius, 10.
Atimetio, 6.	Maxsuma, 7.
Avitus, 12.	Montanus, 3.
Boutia, 7.	Optatus, 3.
Bovius, 11.	Potitus, 6.
Caecilianus, 12.	Quintilia, 8.
Crescens, 4.	Reburrus, 9.
Facundus, 7.	Rufus, 11.
Fronto, 8.	Temporanus, 13.
Gaetulicus, 2.	Tusca, 11.
Macer, 10.	Tuscus, 11.
Marcella, 12.	Victor, 6.

III — CIVITAS ROMANA

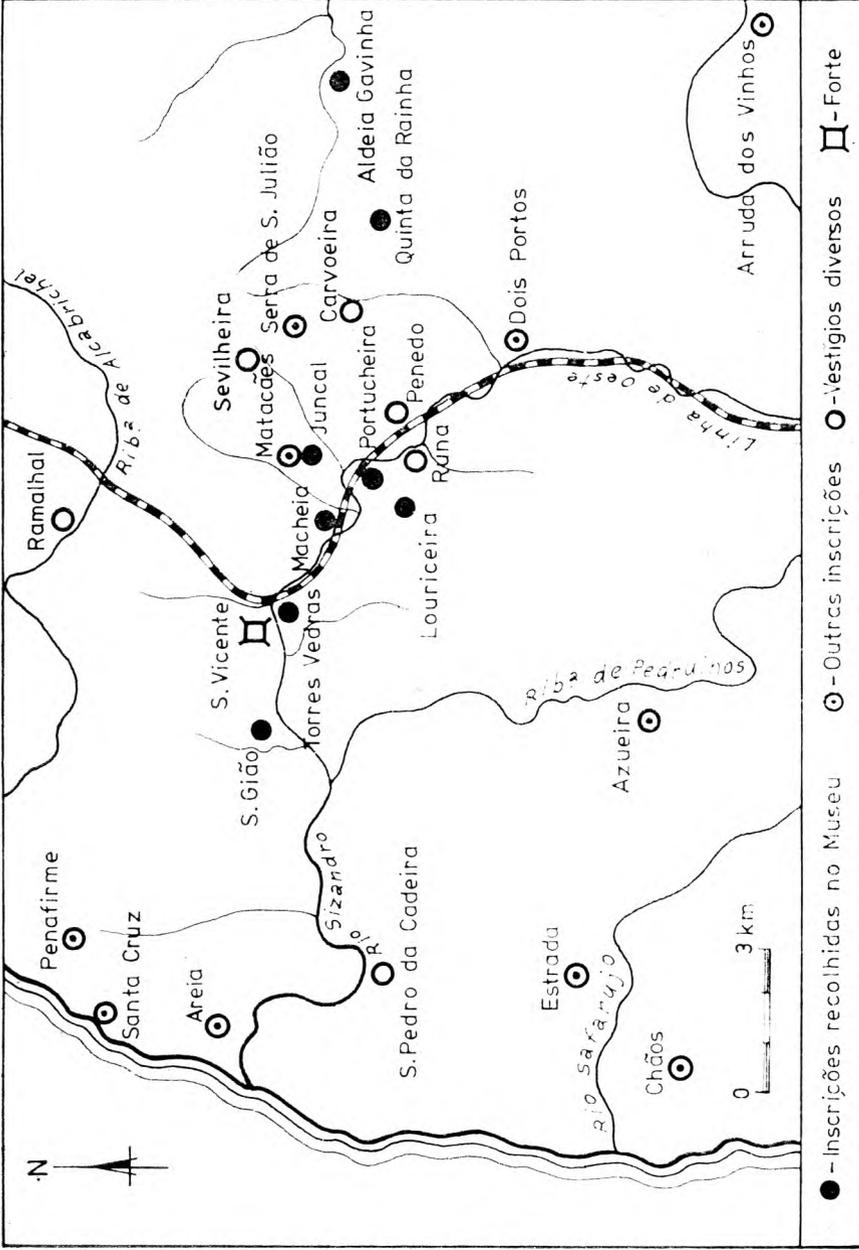
<i>Tribus</i>	Attia: 3.
Galeria: 2, 4, 5, 7, 8, 12.	Bovia: 6.
	Caecilia: 2, 12.
<i>Gentes</i>	Cornelia: 7.
Anicia: 3.	Iulia: 1, 4, 5, 8, 12.
Antistia: 7. *	Licinia: 7, 13.
	Valeria: 4.

IV — RES MVN ICI PALIS

Aedilis

C. Caecilius Caecilianus: 12.

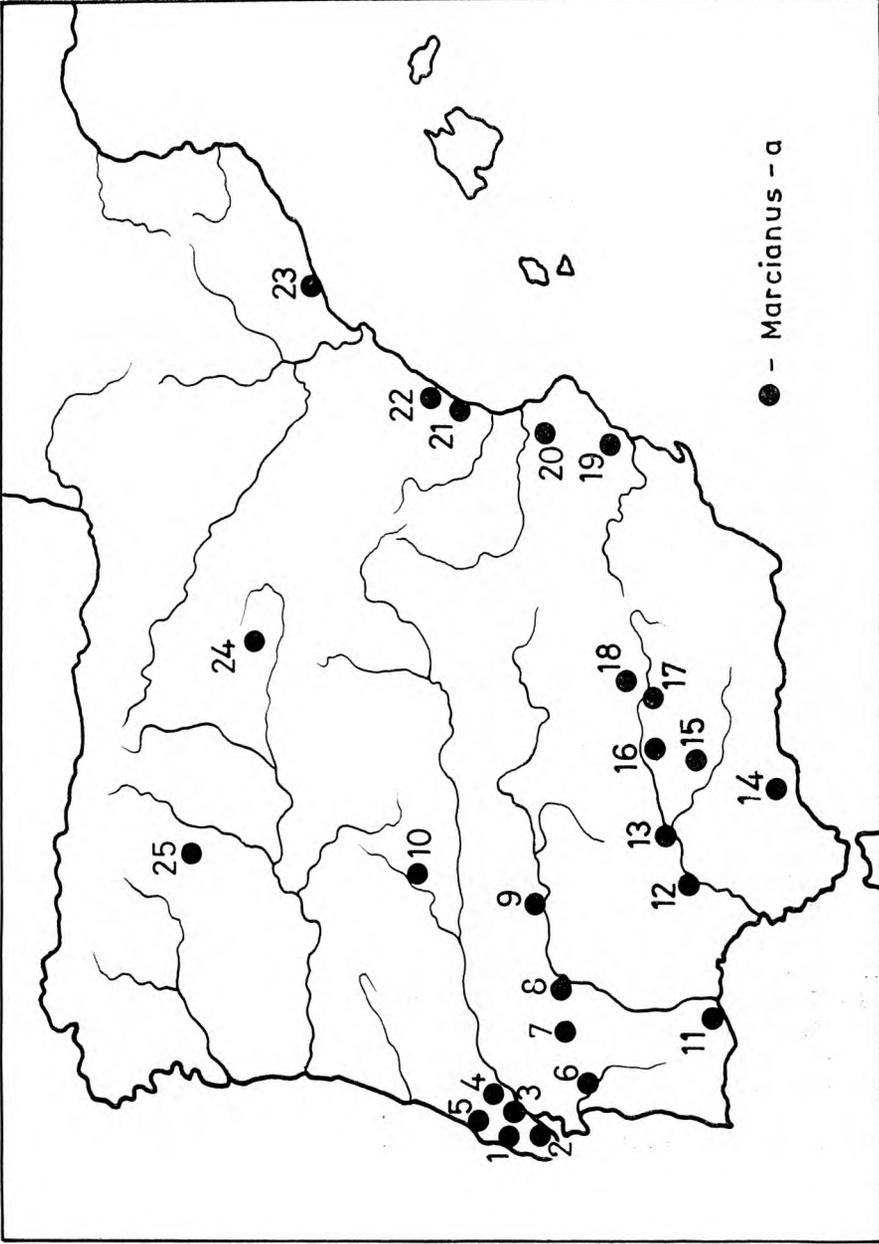
Conimbriga, 21 (1982), 5-99



Mapa I

LEGENDA DO MAPA II

- 1—Torres Yedras: inédita.
- 2—Lisboa: *CIL* II 4993, 4998.
- 3—Cadafais (Alenquer): *CIL* II 288.
- 4—Santarém: *CIL* II 329.
- 5—Alfeizerão: *CIL* II 357.
- 6—Alcácer do Sai: *CIL* II 36.
- 7—Évora: *CIL* II 5191; *ENCARNAÇÃO, Évora*. p. 83-85, n.º 4, p. 89-91, n.º 6.
- 8—S. Miguel da Mota (Alandroal): *CIL* II 5207.
- 9—Mérida: *CIL* II 598 (?).
- 10—Caparra (Cáceres): *CPIL* 346.
- 11—*Balsa* (Luz de Tavira): *CIL* II 4989/5161.
- 12—Itálica: *CIL* II 1110; *HAE* 569.
- 13—Peñaflor (Sevilha): *CIL* II 5539.
- 14—Cartama (Málaga): *CIL* II 1951.
- 15—Lucena: *CIL* II 1632.
- 16—Bujalance (Córdova): *CIL* II 4967⁴⁰.
- 17—Maquíz (Jáen): *CIL* II 5067.
- 18—Linares: *CIL* II 3308.
- 19—Elche: *CIL* II 5953.
- 20—Játiva: *CIL* II 3623.
- 21—Sagunto: *CIL* II 3841.
- 22—Onda: *CIL* II 4035.
- 23—Tarragona: *CIL* II 4118, 4122/4259, 4182, 6111; *RIT* 398, o89.
- 24—Peñalba de Castro (Burgos): *CIL* II 2807.
- 25—Villalís (Leão): *ILER* 24.

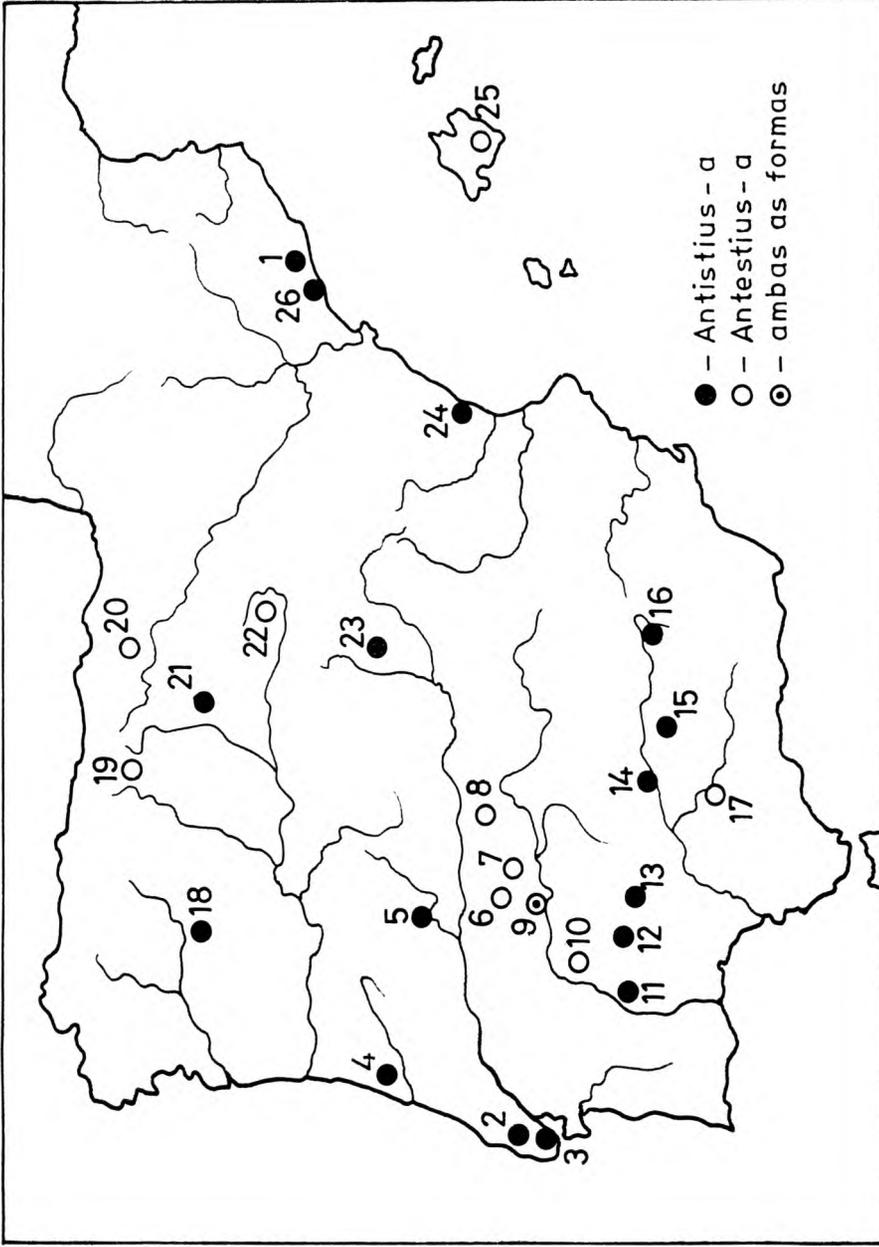


Mapa IJ

LEGENDA DO MAPA III

- 1 — *Antistiana*: *ILER* 1779.
- 2 — Quinta da Macheia (Torres Vedras) ; BELO, «Badaladas», 230, 1959
= «Conimbriga», I, 1959, p. 157 = ALMEIDA/FERREIRA, *Varia*, LXXVI,
1966, p. 341-343.
- 3 — Lisboa: *CIL* II 4996.
- 4 — Tentúgal: *CIL* II 395.
- 5 — Coria: *CIL* II 792.
- 6 — Valdelacasa (Cáceres); *ILER* 967.
- 7 — Escorial (Cáceres) : *ILER* 2685.
- 8 — Valdelacasa de Tajo (Cáceres) : *CPIL* 583.
- 9 — Mérida: *CIL* II 599; *ILER* 557, 4185; Martin, p. 232-233.
- 10 — Olivença: *CIL* II 1023.
- 11 — Pias: *ILER* 3356.
- 12 — Frejenal de la Sierra: *CIL* II 975.
- 13 — Monasterio: *CIL* II 1042.
- 14 — Cordova: *CIL* II 2242.
- 15 — Porcuna: *CIL* II 2139.
- 16 — Toya: *CIL* II 3330.
- 17 — Ecija: *CIL* II 5454.
- 18 — Viana del Bollo: *CIL* II 2523.
- 19 — Villaverde (Santander): *ILER* 5852.
- 20 — Villanañe (Burgos): *CIL* II 2922.
- 21 — Sasamón: *CIL* II 5812.
- 22 — Las Cuevas (Soria): *CIL* II 2840.
- 23 — Torres (Alcalá de Henares): *CIL* II 3046(?).
- 24 — Região de Sagunto: *CIL* II 4034.
- 25 — Santañy: *CIL* II 3672-3674.
- 26 — Tarragona: *CIL* II 4324; *RIT* 507.

Não cartografado — Bética (?): Callender, 803, p. 148.

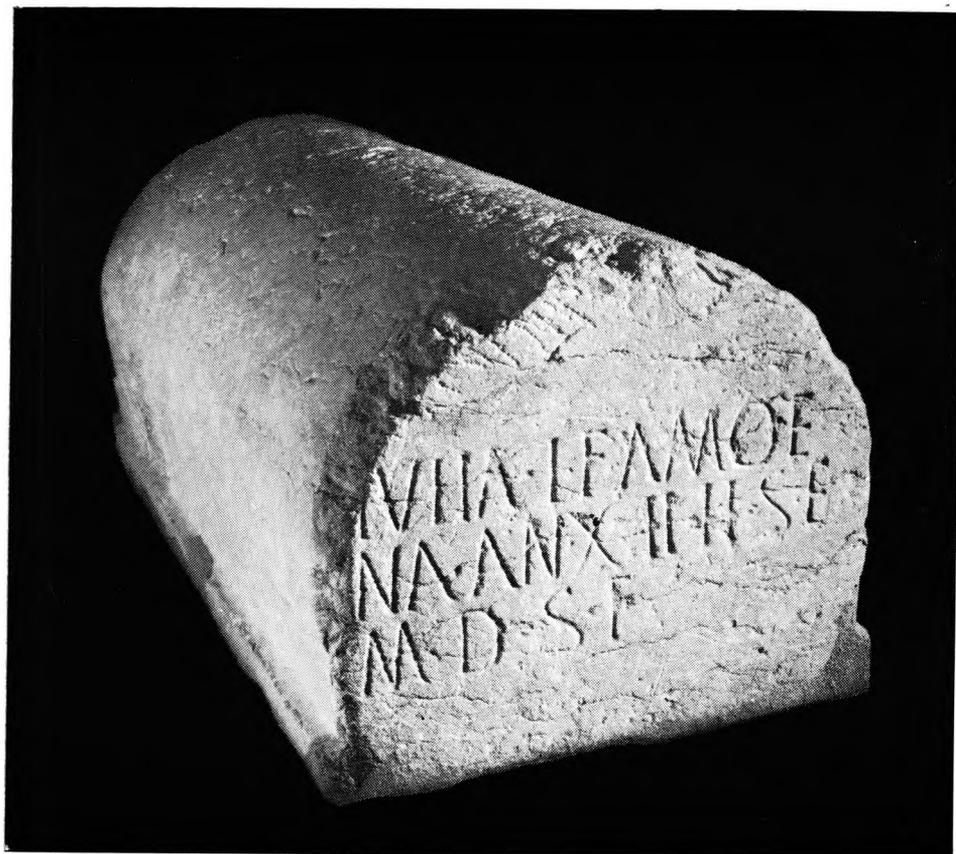


Mapa III

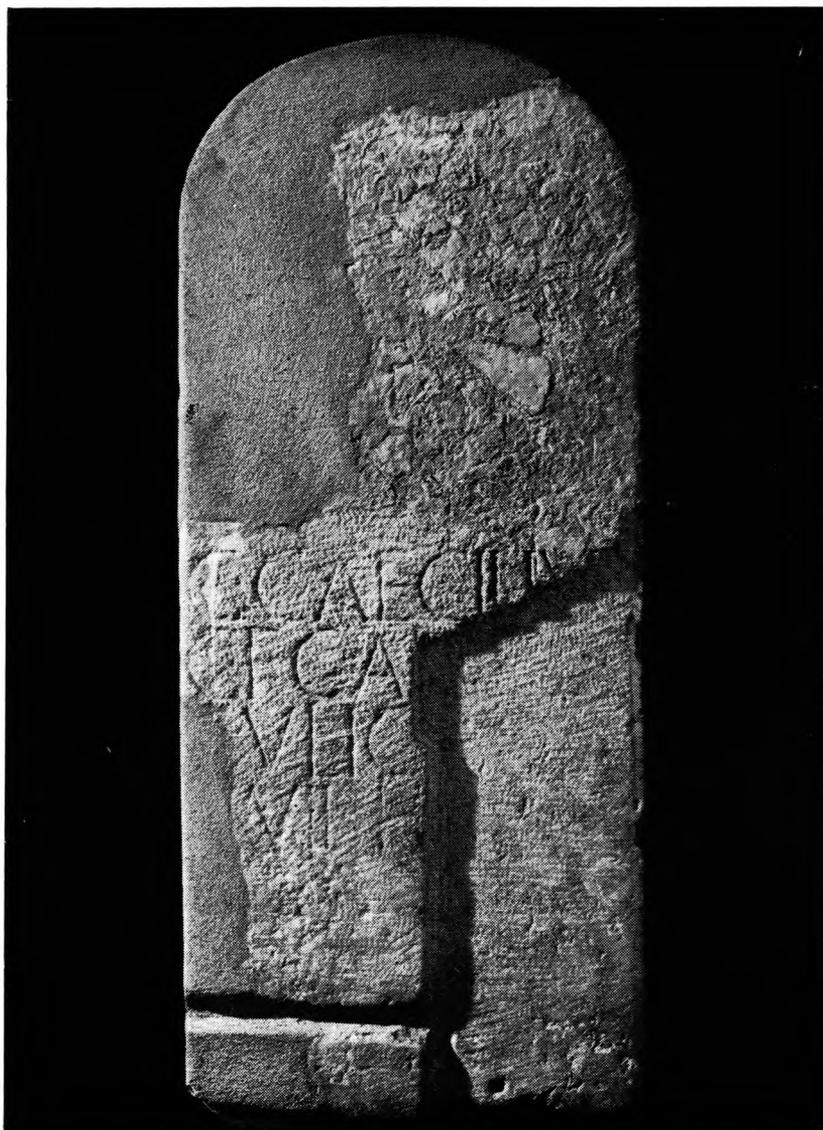
(Página deixada propositadamente em branco)



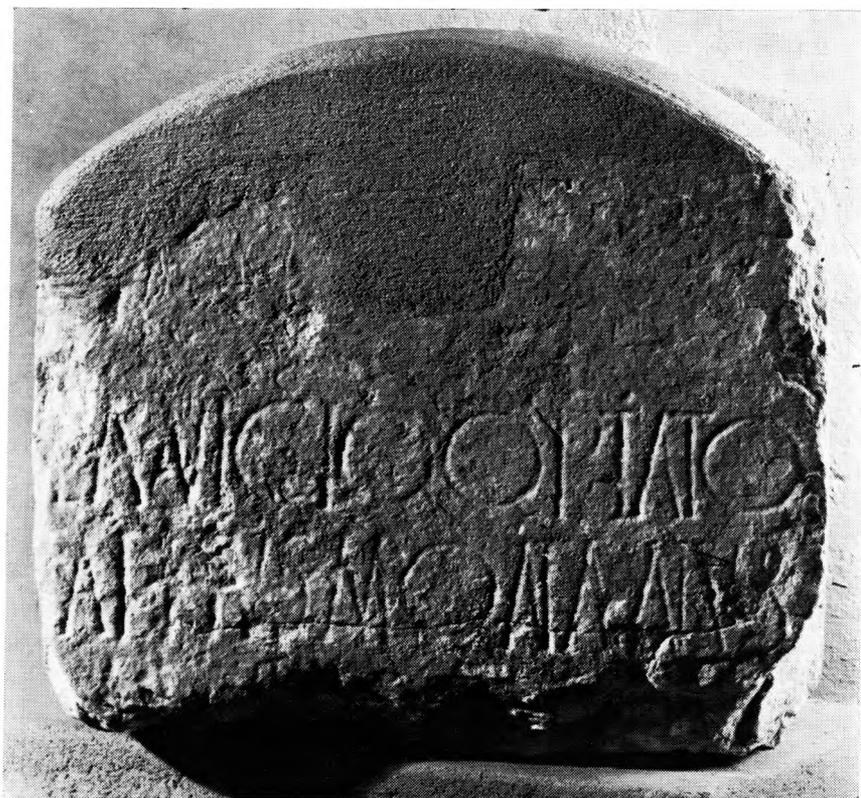
Inscrição n.º 1. Foto 1



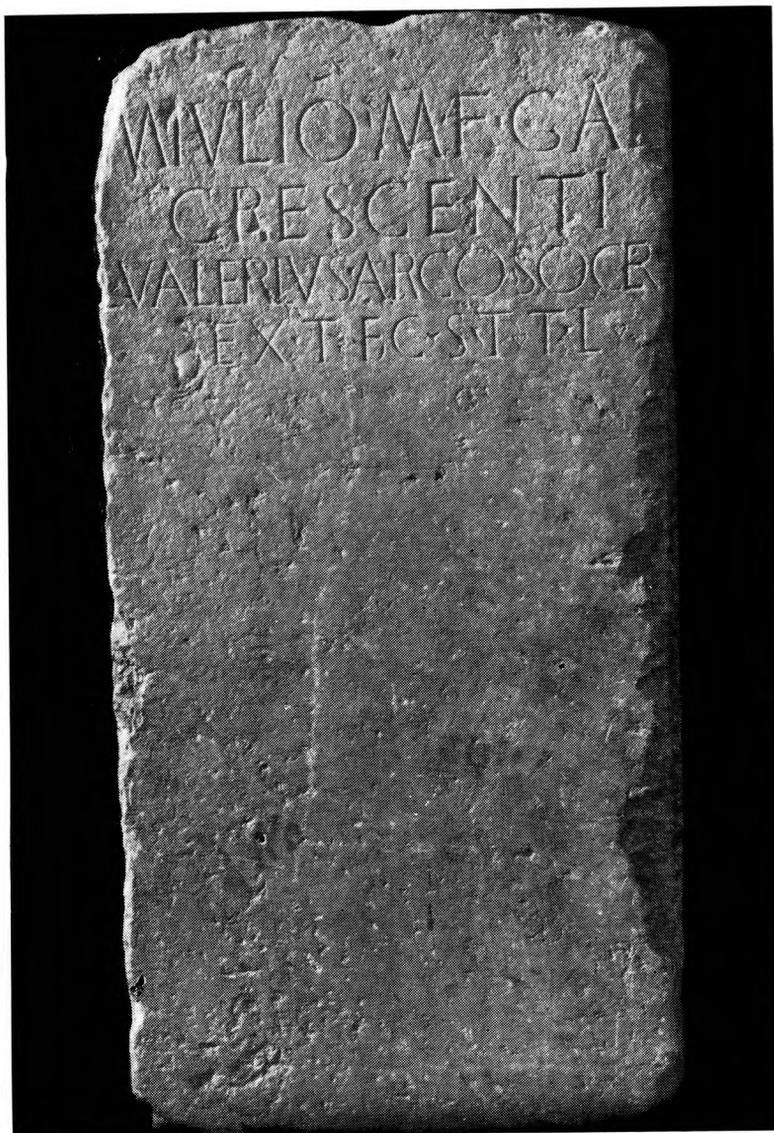
Inscrição n.º 1. Foto 2



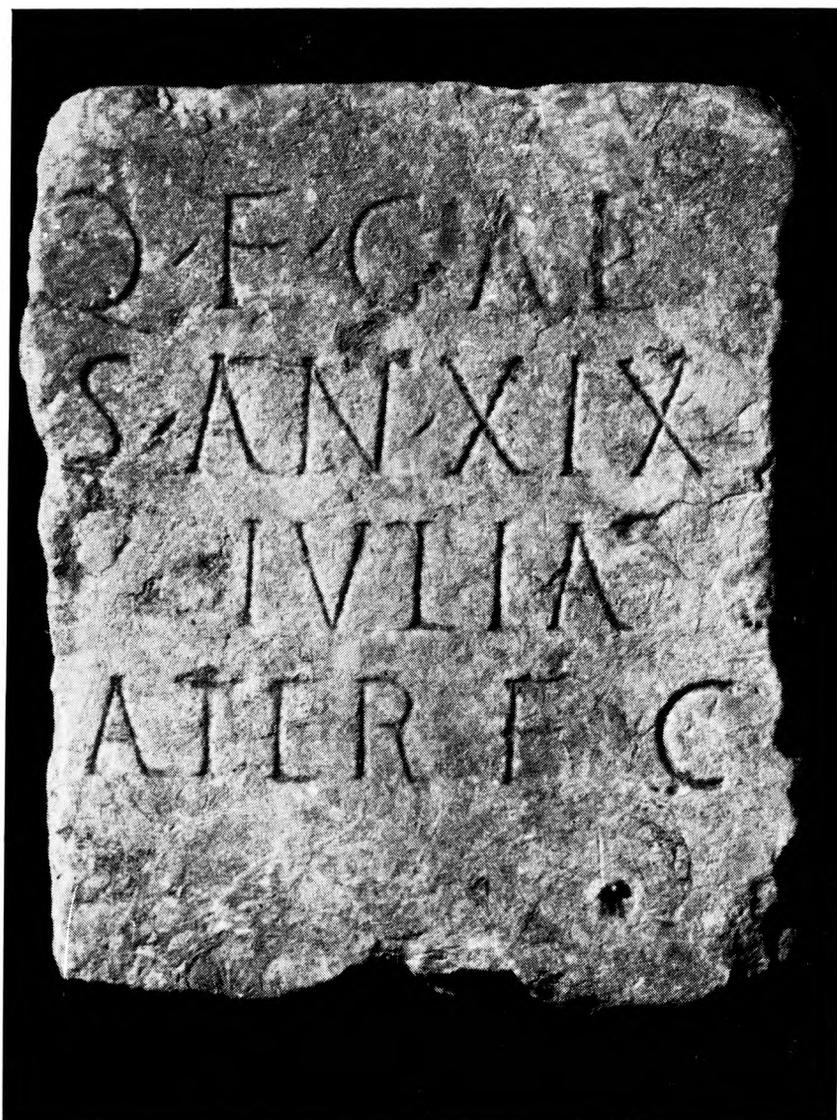
Inscrição n.º 2. Foto 3



Inscrição n.º 3. Foto 4



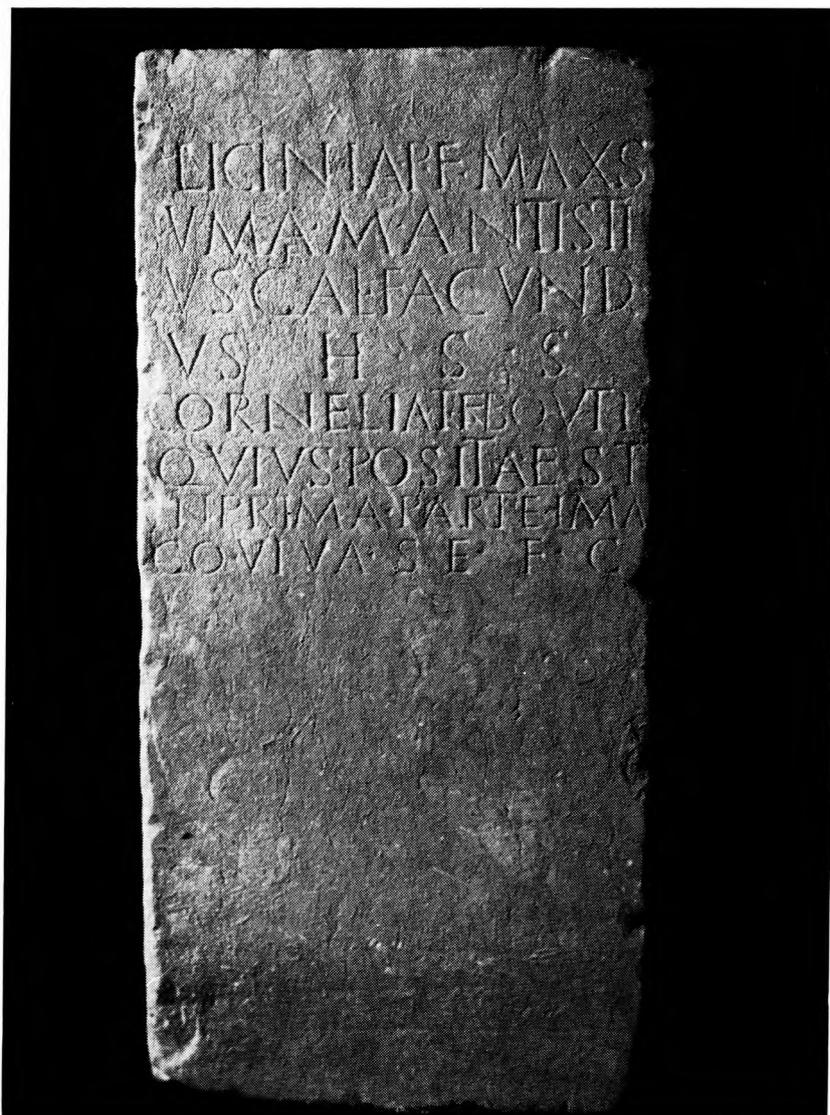
Inscrição n.º 4. Foto 5



Inscrição n.º 5. Foto 6



Inscrição n.º 6. Foto 7



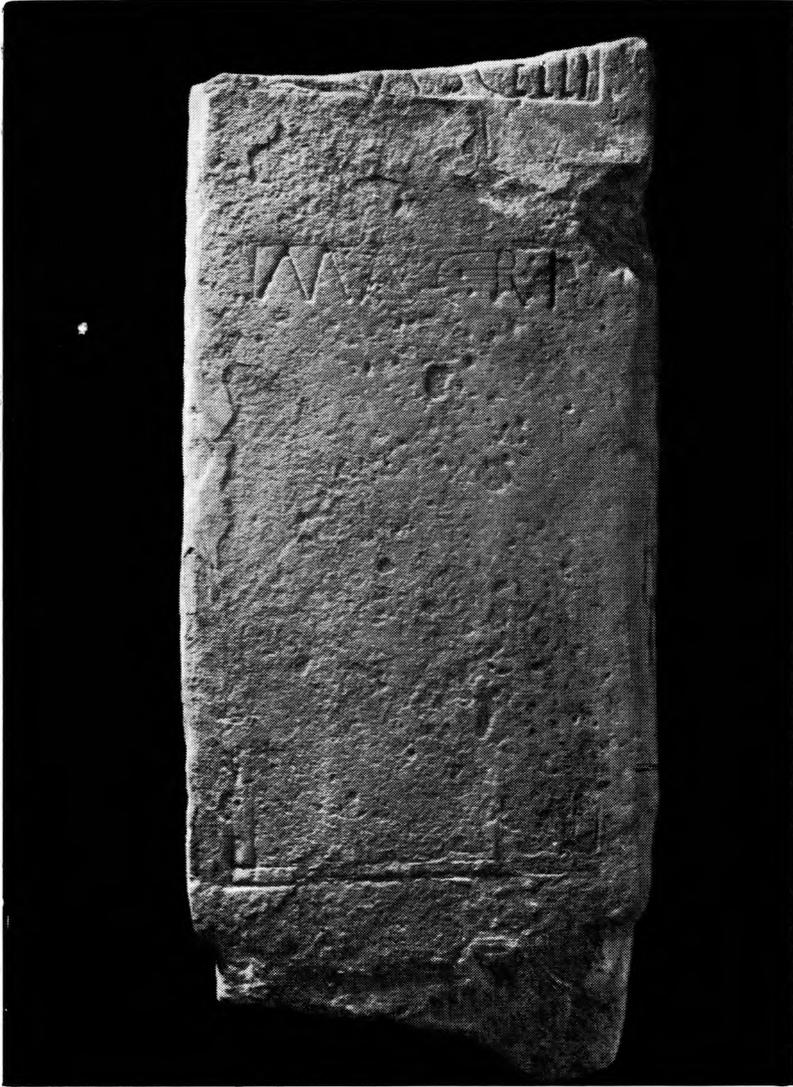
Inscrição n.º 7. Foto 8



Inscrição n.º 8. Foto 9



Inscrição n.º 9. Foto 10



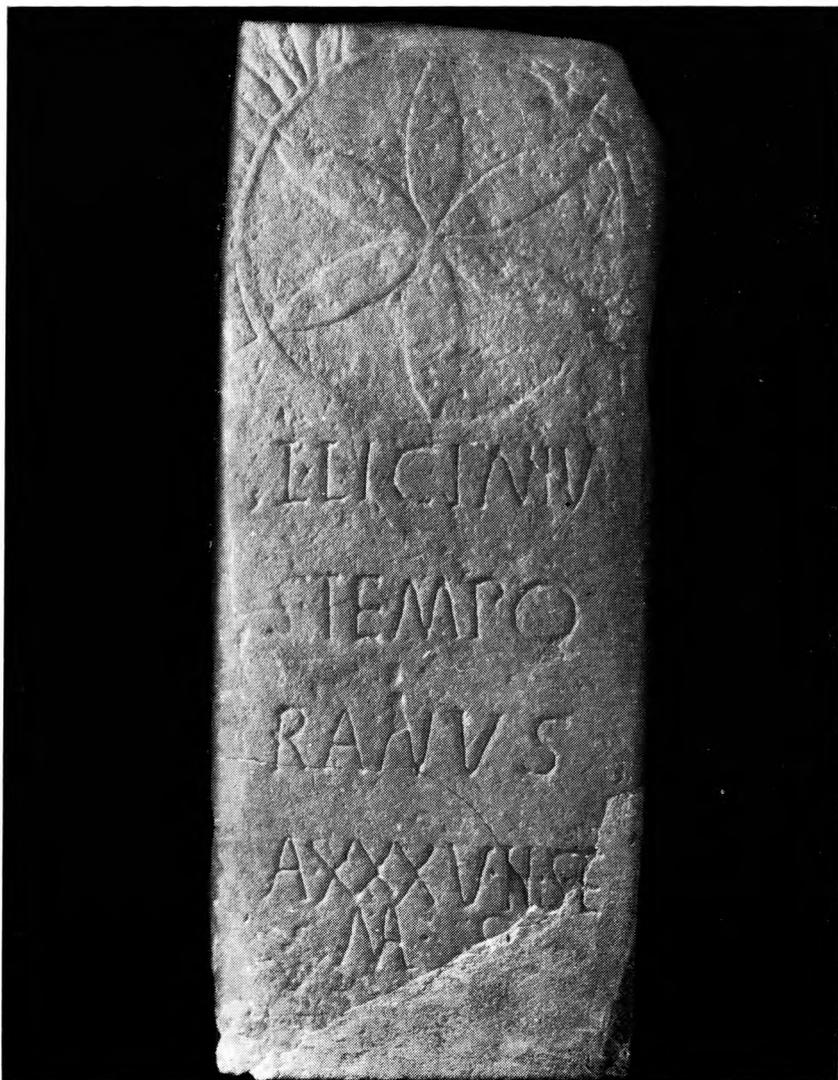
Inscrição n.º 10. Foto 11



Inscrição n.º 11. Foto 12



Inscrição n.º 12. Foto 13



Inscrição n.º 13. Foto 14

A. E. MAIA DO AMARAL

Licenciado em História

SOBRE TRÊS INSCRIÇÕES PERDIDAS DA BOBADELA (OLIVEIRA DO HOSPITAL)

Conimbriga, XXI (1982), p. 101-126

RESUMO: O autor apresenta alguns subsídios provisórios para o estudo de três inscrições monumentais da Bobadela: do fragmento CIL 5245, publica-se fotografia; quanto à dedicatória à *splendidissima civitas*, conhecida por um apógrafo que se demonstra estar incompleto, propõe-se uma restituição baseada num poema seiscentista: o texto íntegro comemoraria a refeção das portas do *forum* por uma flaminica; de um texto funerário sob a invocação à *Pietas*, esclarecem-se equívocos antigos e, com base num fragmento pouco conhecido, é proposta uma nova paginação e uma datação do séc. II d.C.; sugere-se que provenha de um mausoléu.

RÉSUMÉ: Trois inscriptions de Bobadela, réputées perdues, sont étudiées sous quelques aspects de détail, quoique en profondeur. Un gros fragment votif (CIL II 5245) est publié d'après un moulage peu connu. Un autre texte monumental, dédié à la *splendidissima civitas* et dont ne subsiste qu'une copie partielle datée de 1746 (CIL II 397), fait l'objet d'un essai de restitution basée sur un poème du dix-septième siècle: il commémorerait la réfection des portes du *forum*. Pour une inscription qui invoque la *Pietas* (CIL II 396), et qui pourrait provenir d'un mausolée, l'auteur, en ayant repéré un fragment au Musée de Coimbra, propose une nouvelle mise en page et une datation paléographique du IIème siècle ap.J.C.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE TRÊS INSCRIÇÕES PERDIDAS DA BODADELA

(OLIVEIRA DO HOSPITAL) *

Elaborando o «Inventário Arqueológico» do concelho de Oliveira do Hospital, tivemos ocasião de nos demorar no estudo de algumas inscrições latinas, provenientes da Bobadela, sede da freguesia daquele concelho beirão.

Ninguém ignora a importância da ciência epigráfica para os estudos históricos, nomeadamente no que à época romana diz respeito: tanto pela abundância de documentos, como pela variedade das informações que veiculam, como por corresponder, geralmente, o seu achado ao local de fabrico/utilização, como ainda, por se tratar de documentos originais.

Mais, no caso presente, as fontes epigráficas são, de facto, no conjunto, os melhores materiais de que actualmente se dispõe, para o estudo daquela povoação, razões por que não podiam deixar de nos merecer no «Inventário», um lugar de relevo... Não se prevendo, entretanto, a próxima publicação deste trabalho, que decorre ainda, pareceu-nos útil enunciar algumas conclusões provisórias que soubessem suscitar novas reflexões.

Escolhemos, para isso, três inscrições, todas perdidas: o monumental fragmento, provavelmente dedicado à Vitória Eterna

* Agradecemos ao Dr. José d'Encarnação ter acedido a rever e comentar connosco este artigo; às suas pertinentes sugestões muito deve a presente redacção.

(*CIL II 5245*) e verosimilmente picado por volta de 1974, a dedicatória à «*Splendidissima civitas*» (*CIL II 397*) desaparecida após 1746 e uma suposta ara à deusa Piedade (*CIL II 396*), que acompanhou na sorte o paço episcopal de Coja, demolido em finais de Oitocentos.

Desde o século xviii que se conhecem abundantes referências a estas epígrafes, mas todas mais ou menos episódicas. Esforços de síntese, com efeito, nunca tentaram os estudiosos até que, em 1980, a Dr.^a Regina Anacleto redigiu a sua «Bobadela Epigráfica» 0). É este verdadeiramente «um primeiro *Corpus* actualizado das inscrições da Bobadela» (2), e em relação ao qual as omissões inevitáveis a que ser o primeiro dá direito, não tiram a qualidade de obra de referência utilíssima, já para não dizer obrigatória, a quem queira lograr uma panorâmica da epigrafia local. Aproveite-se para deixar claro que este artigo não visa rever ou, muito menos, substituir-se àquele: limitar-nos-emos a apresentar alguma coisa que de novo fomos encontrando sobre as três inscrições, sem a preocupação de suprir omissões ou rever conclusões. Isto porque tal contributo inédito é quanto basta à demonstração de uma vitalidade que julgamos estar longe de esgotada: o *dossier* actual pode ainda ser consideravelmente alterado e aumentado, com o que, sem dúvida, virá a sobressair a importância do local e a urgência de um exercício de reinterpretação.

INSCRIÇÃO N.º 1 (*CIL II 5245 = Bob. Ep. 4*)

Depois de indicar a localização da peça, no andar térreo do solar dito dos Freires de Andrade, onde era uma antiga cozinha

1) REGINA ANACLETO, *Bobadela Epigráfica*, Coimbra, 1981 (= *Bob. Ep.*). Publicado anteriormente (com algumas gralhas importantes) no jornal «A Comarca de Arganil», Arganil, LXXX (8055) 22 Mai. 1980, p. 1, 5; LXXX (8056) 24 Mai. 1980, p. 1, 2; LXXX (8076) 15 Jul. 1980, p. 1, 5; LXXX (8082) 29 Jul. 1980, p. 1, 5; LXXX (8087) 9 Ago. 1980, p. 1, 2; LXXX (8091) 21 Ago. 1980, p. 1, 5; LXXX (8117) 23 Out. 1980, p. 1, 7; LXXX (8122) 4 Nov. 1980, p. 1, 5; LXXX (8129) 20 Nov. 1980, p. 1, 2.

(2) *Bob. Ep.*, p. 8.

e hoje se encontra instalado um mini-mercado e café, a autora de «Bobadela Epigráfica», diz que as paredes foram picadas e rebocadas: «A lápide (!) lá ficou e lá se sumiu debaixo da argamassa» (3). E vê-se obrigada a concluir que «pouco mais do que nada há a dizer (...) pelas razões óbvias da eventual destruição e inexistência de qualquer reprodução fotográfica ou decalque»(4). A propósito destas considerações, nomeadamente sobre o desaparecimento do fragmento, de que só se conhecem desenhos de rigor discutível, uma boa notícia seria já a remota hipótese de ele não ter sido picado; mas o que principalmente pretendemos dar a conhecer é o primeiro documento fotográfico da inscrição perdida (Fig. 1). Foi obtido a partir de um decalque que se exhibe n.o Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra e que, apesar da menção de «fragmento não-localizado», cremos ter razões ponderosas para considerar, desde já, identificado. Não só existem, aí, quase todas as inscrições conhecidas da Bobadela, como é flagrante a semelhança entre a nossa foto e os desenhos que a pretendem representar (Fig. 2); o Prof. Dr. Castro Nunes, que dela viu o original, também a reconheceu.

Não deixa de ser curioso analisar, agora, perante a ansiada fotografia, essas várias versões: é, por um lado, o desenho de Francisco Martins Sarmiento (5), excessivamente regular, como justamente se suspeitava; é, por outro, o de E. Hübner (6) que nos faz acreditar que tenha visto a inscrição, ou obtido dela outra informação que não Sarmiento, que cita — e como explicar de outro modo que soubesse que ela se encontrava na cozinha duma casa próxima da igreja(7), quando o autor citado nada diz para além de que estava na Bobadela? É, finalmente, a «reconstituição provável» de R. Anacleto, sobre um apontamento de memória

(3) *Bob. Ep.*, p. 48.

(4) *Bob. Ep.*, p. 51.

(5) FRANCISCO MARTINS SARMENTO, *Expedição Científica à Serra da Estrella em 1881, Secção de Archeologia: Relatório*, Lisboa, 1883, est. III, fig. 6.

(6) AEMILIUS HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum 11, Supplementum* (— *CIL II*), Berlim, 1892, 5245.

(7) «Extat in culina domus prope ecclesiam sitae».

feito à distância de 25 anos pelo Prof. Dr. João de Castro Nunes, e que bem evidencia as armadilhas em que tal faculdade amiúde nos induz...

Quanto aos comentários epigráfico e histórico feitos pela Dr.^a Regina, o aparecimento do decalque nada altera, antes confirma, no geral, as suas asserções. De novo, podemos dar as dimensões: altura 61 cm, largura (máxima) 32,4 cm; as letras, irregulares, têm entre 12,5 cm (e) e 16,2 cm (i), enquanto os espaços têm: o primeiro 4,2-6,5 cm, o segundo 15,7-16,2 cm e o terceiro 15,5-15,8 cm. Na leitura, o *a* em nexa, no início da segunda linha, deve ser subpontado, já que a pedra está fracturada tanto à direita como à esquerda, onde atinge o *v* e o *a* \ este faz nexa com o *e*, que tem a haste vertical, como se encontrava no desenho de Sarmento: as hastes horizontais desta letra não parecem perfeitamente idênticas, antes a do meio aparenta ser mais curta. Não subsistem linhas auxiliares para a paginação, nem parece que, tendo existido, hajam sido respeitadas: ver, por exemplo, as três letras da linha 1, muito desiguais. Do que pode ler-se não repugna reconstituir:

VIC[TORIAE] / AET[ERNAE]

A pedra foi intencionalmente partida para servir na alvenaria de uma construção, o que leva mais facilmente a pensar num pedestal ou grande bloco (do tipo dos que ornamentavam os *fora*), do que, por exemplo, numa placa... Quanto à tipologia, nada mais se pode, por ora, conjecturar.

Quanto à cronologia, a rudeza do trabalho interdita qualquer aproximação por métodos paleográficos.

INSCRIÇÃO N.º 2 (*CIL II 397 = ILER 6080 = Bob. Ep. 1*)

É esta, sem dúvida, a mais citada inscrição da Bobadela ⁽⁸⁾. O original foi perdido após a demolição da «igreja velha», possi-

⁽⁸⁾ Hübner, em 1869, compilou nove fontes, principalmente manuscritas; R. Anacleto, em 1981, acrescenta como bibliografia «de interesse» mais oito obras; nós próprios já ultrapassámos a meia centena.

velmente do século xv⁽⁹⁾, com as suas «tres naves por banda». Resta-nos um apógrafo deturpado, em granito, que constitui a sobreverga da porta da matriz actual, e onde se lê

«SPLENDIDISSIME CIVITATI JV/LIA MODIS
TAPLAMINIA»

conforme mostra a figura 3. Teria sido gravado em 1746, como o atesta o milésimo que, logo a seguir, se inscreve num rectângulo. A legenda latina encontra-se, ainda, enquadrada por uma explicação «em linguagem»:

«ESTE / LETR(eir)O / SE A=/ [texto latino] CHOV NA /
JGR(ej)A VE / LHA.»⁽¹⁰⁾

A observação da gravura dispensa mais larga descrição, uma vez que as medidas nos parecem, para já, irrelevantes. A deturpação da última parte do texto, onde devia ler-se

[I]VLIA MOD[E]STA [F]LAMINI[C]A

⁽⁹⁾ É o que pode conjecturar-se da existência de diversas peças de calcário do século xv na igreja; salvo se, como bem pode ter acontecido, elas vieram de outro templo, indicariam que a igreja já se encontrava então ao culto: refiram-se um S. Pedro, um Santo António em hábito de franciscano e uma «Virgem e o Menino» (Senhora da Graça) que é orago da freguesia e «obra de categoria», que já foi a Coimbra à Exposição de Cultura Medieval, por ocasião do XVI Congresso Internacional de História de Arte.

⁽¹⁰⁾ «se achou» é, aqui, sinónimo de «esteve» e não de «foi achada», conforme já demonstrou a Dr.^a Regina Anacleto (*Bob. Ep.*, nota 1, p. 16). A inscrição encontrava-se em «hã nave», segundo o manuscrito de 1721 (Prior MIGUEL ALVES CARRILHO, *Informações Paroquiais de 1721 n.º 45*. Bobadela, 1721 Maio, 31. Caderno manuscrito autógrafo do Arquivo da Universidade de Coimbra / A. U. C. sem cota, foi. 2) que consideramos mais exacto que Cardoso e seus imitadores que escreveram «nas costas da Igreja» (P.^o Luís CARDOSO, *Diccionario Geográfico, ou noticia histórica (...) II*. Lisboa, 1752, p. 192).

foi, em grande parte, devida à pouca visibilidade de alguns traços («gastadas letras» diz uma referência antiga). Esta leitura pode confirmar-se através do recurso a outra dedicatória da mesma Júlia Modesta, que vai tratada adiante, no número três.

Depois de restituída, traduzu-se «à esplendidíssima cidade a flaminica Júlia Modesta (dedicou?)».

Há um problema preliminar que, tanto quanto sabemos, nunca foi levantado e que é o da autenticidade desta epígrafe, excessiva, se não mesmo arrogante, aos olhos de quem, hoje, visita a pequena aldeia da Bobadela.

Não nos parece razoável a hipótese de um falso. O apógrafo que conhecemos (1746) é uma cópia sem qualquer intenção de se fazer passar por original. Não se tratando de uma invenção (conhecem-se referências anteriores), poderá ser então cópia de um apócrifo ?

Ignora-se a exacta situação da lápide suposta original: se estivesse integrada como elemento construtivo no corpo original da «igreja antiga», teríamos de recuar a sua execução pelo menos ao século xv, onde se não descortinam nem motivações nem conhecimentos para a execução de um falso tão perfeito como este, que, até hoje, não levantou suspeitas a ninguém.

Se, por outro lado, como nos parece, a inscrição foi somente recolhida na igreja, então só podemos recuar a sua factura à data da primeira referência conhecida, isto é, antes de 1656, em que faleceu o primeiro autor que — tanto quanto sabemos — se lhe refere. Não é crível ver nele a autoria intelectual de um falso: era Brás Garcia Mascarenhas, natural de Avô, então uma próspera vila, vizinha (e rival?) da Bobadela. Grande benemérito da sua terra, onde instituiu festas, restaurou templos e até construiu uma ponte, ali viveu largos anos e aí terá escrito a maior parte da sua obra, de que, aliás, só conhecemos hoje um poema. Se tivesse sido um falsário, por certo encontraríamos Avô e o seu aro no centro de uma constelação de inscrições falsas, o que não acontece; por outro lado, não teria deixado de se referir à sua vila natal como grande centro romano, tanto mais que o enredo do seu «Viriato Trágico» se passa naquela

época e nesta região; mas não: Avô é descrito na época romana como um lugar ermo, e só é introduzido no poema graças a um artifício, o sonho de Viriato:

«Aqui onde então inda a agricultura
 Não compunha, como hoje, as primaveras,
 Que era tudo sylvatica espessura,
 Provinda de aves, povoação de feras;

Viriato Trágico, Canto XIV, oitava 105

O bravo pastor dos Herminios «de um grave sono transportado, sonha estranhezas»: é a vila de 1632-48, onde encontra o próprio poeta que lhe falará daqueles acontecimentos recentes da restauração em que tão valentemente se empenhou. Não obstante a segura existência de vestígios romanos (achados monetários, vias, eventuais resíduos de mineração) Brás Garcia resistiu com honestidade pouco vulgar a fazer da sua vila natal — nem que só no poema — uma fundação romana. Mas, independentemente da sua idoneidade, poderia ele ter sido enganado? Não nos parece, porque assim teríamos de recuar a data de execução do suposto falso, passando então a aplicarem-se os argumentos de inverosimilhança antes referidos. Além do mais, era Brás Garcia um homem culto e viajado, um excelente observador e bom conhecedor da região. Se nos descreve uma inscrição já velha, não só não temos argumentos para descrer, como temos até boas razões para o acreditar.

A segunda questão a abordar prende-se com a fixação do texto e da paginação, indispensáveis à conjectura sobre o aspecto do monumento perdido: desde E. Hübner que o texto está basicamente restituído mas mal paginado, conforme demonstrou a Dr.^a Regina Anacleto, após descobrir e utilizar com proveito, uma nova fonte manuscrita, a «Informação Paroquial de 1721»⁽¹⁾

⁽¹⁾ P^rior MIGUEL ALVES CARRILHO, *Informações Paroquiais de 1721* n.º 45. Bobadela, 1721 Maio 31. Caderno manuscrito autógrafo do A. U. C., sem cota.

de que darnos *facsimile* na figura 4: trata-se de uma transcrição, feita a partir do próprio original, que veio enriquecer consideravelmente o *dossier*, nomeadamente com um possível nexa no final, de *splendidissimae* e com a certeza de que a primeira linha terminava em *modesta*, onde há o cuidado de grafar um pequeno traço vertical: assim, a autora propôs o seguinte «arquétipo» que ela considera, não sem irredutibilidade, a sua última palavra:

SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA
FLAMINICA

E este, portanto, o «estado da questão» (texto-paginação) no que à erudição moderna diz respeito. Mas, para nós, não é satisfatório. Imaginamo-nos a enfrentar a mesma ordem de dificuldades que levaram E. Hübner a atribuir uma lacuna a este texto ⁽¹²⁾ mas, ao contrário do sábio alemão, já não podemos pôr em causa a leitura da primeira linha, que, com base nos materiais disponíveis, se nos afigura bastante sólida. Além disso, e com base nos mesmos materiais, parece-nos «evidente» que — a estar incompleta como cremos — a inscrição continuaria após o termo *flaminica*: não só o autor da «Informação Paroquial» o alinha cuidadosamente pela esquerda, como um pequeno traço vertical assinala, ainda por cima, o início da linha... Resumindo, a nossa proposta resulta no seguinte:

SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA
FLAMINICA.....,.....

Não será esta uma *ordinatio* tão bela nem tão clássica quanto a de Hübner, embora apresente um recorte bastante lógico: na primeira linha, a dedicatória (*splendidissimae civitati*), o nome e o cognome da dedicante (*lidia Modesta*), resultando

(12) «.....
SPLENDI DISSIMaE • CIVITATI
rVLIA • MODESTA • FLAMINicA
(...) Initio aliquid deesse indicavi ego».

daqui ganhar em importância a identificação; na segunda, menciona-se o cargo municipal (*flaminica*) e, certamente na parte não lida, a razão da dedicatória e, talvez, uma fórmula de circunstância. A remota hipótese de mais linhas não deve, de igual modo, deixar de pôr-se.

É, a nosso ver, uma *ordinatio* tão simples, tão óbvia, que chega a ser inacreditável como, durante quase dois séculos e após 90 referências conhecidas, ela tivesse estado «bloqueada» à perspicácia de tantas dezenas de estudiosos! E foi só, finalmente, sob o peso de uma massa respeitável de documentação e de um crescendo de utilidade teórica que «sucumbimos» perante a simplicidade tremenda de uma solução tão imediata... E não só imediata, como cientificamente muito mais fecunda, na medida em que nos deixa o enigma em aberto e fornece, por acréscimo, elementos mais seguros para a aferência das soluções possíveis.

É na procura de tais soluções que se impõe agora caminhar. À partida, duas vias se desenham: ou é o próprio original que terá que ser encontrado — como nós próprios, por momentos, julgámos ter conseguido ⁽¹³⁾ — ou será, faltando este, um documento secundário que contenha parte da sua informação utilizável, seja calco, desenho, transcrição, referência ou outro.

Conscientes de numerosas limitações, optámos pela segunda destas vias. Apesar do nosso empenhamento, não tivemos ainda a fortuna de ver significativamente ampliados os recursos documentais disponíveis, pelo que consideramos não haver evidências

(13) Servindo de banco num pátio, a escassa dezena de metros da demolida «igreja velha», encontra-se uma pedra sulcada de riscos incompreensíveis, semelhantes a escrita; o corte aparenta ser moderno (embora rude) e, no dizer dos moradores, os grafitos foram feitos por uns «pedreiros», não há muito tempo. É possível que se trate aqui de um puro mito, uma fábula com um duplo sentido de «pedreiros», mas também se pode encarar a possibilidade de um acto de certo modo mágico : gravar símbolos e riscos de acaso numa pedra que era venerável só porque «teve letras que se não podiam ler!» Seja como for, a pedra tal como se encontra é insusceptível de confirmar a hipótese de identificação com o original perdido.

suficientes para as hipóteses que, apesar disso, passaremos a enunciar e que representam o nosso contributo para a reconstituição do texto.

O poeta Brás Garcia Mascarenhas tem no seu «Viriato Trágico» (1699) uns versos sempre muito citados nestas coisas e que dizem:

«Na villa hoje chamada Bobadella
Esteve antigamente uma cidade,
Que estam, de quanto fosse grande e bella,
Indiciando vestígios nesta idade.
Gastadas letras a memória d'ella,
Conservam na ruínosa antiguidade,
E cidade mui célebre a declaram
Se o tempo escureceo como a chamavam.»

Canto IV, oitava 74

Parece-nos evidente que, para dizer que «gastadas letras» se referem à Bobadela romana («grande e bella») e «cidade mui célebre a declaram», o autor conheceria a inscrição à «splendissimas civitas», o que não pode admirar-nos já que ele conhecia bem a então vila de Bobadela: de lá era seu pai, lá tinha sua avó, tios e primos... ⁽¹⁴⁾. Logo, a informação importante a extrair daqui é que a inscrição já seria, então, conhecida. Desta informação, contida na oitava 74, se aperceberam António de Vasconcelos e Regina Anacleto. Mas, mais adiante, escreve o mesmo autor:

«.....
E uma principal Julia Modesta
As portas à sua custa reedifica.
Permanece um letreiro antigo d'esta
Que muito claramente o testifica

Canto IV, oitava 89

⁽¹⁴⁾ Cf. ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Brás Garcia Mascarenhas: estudo de investigação histórica*, Coimbra, 1922, p. 144.

Beneficiando, portanto, de sólida cultura clássica ⁽¹⁵⁾ e, verosimilmente, de menor desgaste da epígrafe, Brás Garcia Mascarenhas leu melhor que o pároco de 1721 o nome «Julia Modesta» e com certeza o cargo «flaminica», suficientemente importante para a haver considerado uma «principal» da cidade! Leu, pois, e excelentemente, tudo o que hoje sabemos que estava na lápide original: *splendidissimæ civitati* na oitava 74 e *ivlia modesta flaminica* na 89... Mas, para além disso, refere ainda que essa personagem reedificou à sua custa umas portas que seriam, evidentemente, na cidade que quis publicamente homenagear...

Dada a natureza do texto, temos de ser severos na apreciação do valor da fonte, pois de imediato ocorre pensar-se numa «liberdade poética». Quanto à crítica externa, vimos já que Brás Garcia Mascarenhas tinha todas as possibilidades de conhecer e ler correctamente o original da inscrição; quanto à crítica interna, depois que António Ribeiro Garcia de Vasconcelos fez,

(15) Dele disse um contemporâneo: «tomou algũas noticias de lingoa latina, que ao depois soube com perfeição por sua muyta, & natural curiosidade, & prompto engenho» (BENTO MADEIRA GASTRO, *Breve resumo da vida de Brás Garcia Mascarenhas author deste poema*, [Coimbra, 1699], transcrito por ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Brás Garcia Mascarenhas: estudo de investigação histórica*, Coimbra, 1922, doc. CXII, p. 82 e p. 27). Era, com efeito, «um dos homens mais instruidos do seu tempo», no dizer do Prof. Carlos de Figueiredo [*idem*, p. 394]; da profundidade da sua cultura clássica relativamente aos aspectos materiais e culturais da civilização romana, falam eloquentemente as estâncias que consagrou à arte militar (Canto II, oits. 6, 8-37 ; Canto IV, oits. 14-25, 28-32), suficientemente notáveis para terem sido plagiadas por ANDRÉ DA SILVA MASCARENHAS na sua «*Destruçam da Espanha*» (Lv. III, oits. 3[^]-69, 71-86). Mas o seu conhecimento da Antiguidade não se esgotava na erudição livresca: conhecia nesta região diversos castros «pellas raízes desta serra» (cf. Canto I, oit. 21), as «reliquias» de Conímbriga em Condeixa-a-Velha (cf. Canto V, oit. 18), as ruínas de Pombeiro da Beira (a que, por equívoco, chama Aufragia ao longo de todo o Canto IV), «centumcele ou cela», que deve ter sido o primeiro a julgá-la pretório de um acampamento (cf. Canto V, oits. 12, 44) e tantas outras que conhecia *de visu*. Sabemos, por exemplo, que logo após o regresso do homizio no Brasil visitou, ainda no ano de 1632, a chamada «Cava de Viriato», junto a Viseu (cf. ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Brás Garcia (...)*, Coimbra, 1922, nota 1, p. 147).

em grande parte sobre o poema, o estudo biográfico do autor ⁽¹⁶⁾, também não é fácil recusar o seu valor como fonte histórica; e, em relação a esta informação concreta, não será significativo que o poeta se credite dizendo: «Permanece um leteiro antigo d'esta [Julia Modesta]/Que muito claramente o testifica»? Tais são para nós, de momento, suficientes garantias para propor a seguinte reconstituição possível, se não provável:

SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA
FLAMINICA EX PATRIMONIO PORTAS REFECIT

Que se traduzirá: «A esplendíssima cidade ⁽¹⁷⁾, a flaminica Julia Modesta, à sua custa, reedificou (estas) portas». É este o mais simples dos textos que considerámos, unicamente retroversão literal dos versos portugueses — que, por suposto, seriam dele tradução — levando em linha de conta o que já tínhamos estabelecido para a primeira parte do texto e, no que respeita à segunda, os hábitos epigráficos da região ⁽¹⁸⁾. Outras se poderiam

⁽¹⁶⁾ ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Brás Garcia Mascarenhas: estudo de investigação histórica*, Coimbra, 1922. Sep. «Revista da Universidade de Coimbra», Coimbra, I (1) Mar. 1912, p. 14-76; I (2-3) Jun.-Set. 1912, p. 294-345; I (4) Dez. 1912, p. 758-795; II (1) Mar. 1913, p. 160-234; II (2-3) Jun.-Set. 1913, p. 328-423; VIII 1922, p. 5-236.

⁽¹⁷⁾ «Devemos entender por *splendidissima civitas* o Génio da Civitas, embora não esteja declarado» (J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia* (...), III. Lisboa, 1913, p. 299).

⁽¹⁸⁾ Segundo os índices do *CIL II*, a expressão «EX PATRIMONIO SUO» ocorre na Península exclusivamente nas inscrições 396, 401 e 402, que são todas de Bobadela — Midões (cf. *CIL II, supplementum*, s. v. «Notabilia Varia», p. 1196). Como que a confirmar este facto apareceu, por volta de 1951, na Bobadela, uma outra inscrição com o mesmo formulário: [ROM(ae) ET?] Aya (*usto*) ELAV[IVS?]/[ET S]VI PARENTEOS] / [EX PATRIMONIO / / [POS]VERVNT (Museu Regional de Arqueologia de Arganil, n.º de inv. 26, de 1952). Ver sobre esta inscrição *Bob. Ep.* 5, a páginas 55-62. Não será descabido referir aqui igualmente um monumento epigráfico recolhido na Idanha, e onde se pode ler a mesma expressão: é uma inscrição monumental de um templo de Vénus, porventura aquele de que subsiste o *podium*, e que deve ter sido posta pelo mesmo Modestino que, em Midões ou Bobadela, elevou o Templo à Vitória e prestou homenagem ao Génio do Município. Neste caso ler-se-ia: «[VENERJIS TEMPLVM / [C(*aius*) CANTI[VS MODES-

encontrar mas esta, pela sua própria simplicidade, é a que imediatamente ocorre e melhor «responde» no conjunto, às condições prefixas: não colide em nada com o texto conhecido, dá sentido a toda a inscrição e adapta-se, excelentemente, ao espaço a preencher ⁽¹⁹⁾.

Mas o texto não é um fim em si: a nossa leitura suscita, desde já, observações e problemas que não pretendemos iludir. A primeira conclusão a extrair da nossa proposta de re(con)stituição, é a de que se trata de uma inscrição monumental: a «leitura» unívoca da inscrição não pode prescindir do seu contexto material e, na falta de mais do que a palavra *portas*, termo muito geral, a sua colocação devia deixar bem claro de que construções se tratava.

Supondo, por economia de hipótese, que a inscrição foi exumada não longe da «igreja velha», onde por muitos anos «se achou» e, sabendo-se que esta se situava dentro da área presumível do fórum romano, bem no centro da povoação actual, não custa admitir que se referisse às portas desse recinto. Por outro lado, julgamos possuir já evidências arqueológicas de que o fórum teria mais do que um acesso, o que confirmaria a restituição do texto, segundo Brás Garcia, com o uso do plural.

Uma dessas portas do fórum ainda se conserva razoavelmente (figura 5), não obstante a tenaz persistência com que tem sido agredida: o venerável «monumento nacional» serve hoje

TINYS [...? EX.] PATRIMONIO. SVO). O facto de utilizar esta expressão «Ex patrimonio suo» dá, quanto a nós, grande consistência à hipótese de ter sido posta pelo mesmo personagem, hipótese esta avançada pela primeira vez pelo Prof. Dr. Jorge de Alarcão, há já uns anos (cf. *Portugal Romano*, Coimbra, 1973, p. 164). A expressão, que aparece abreviada na Bobadela confirmando largo uso local (desde a 1.^a metade do século i?), não só se concentra extraordinariamente aqui, como eclipsa até todas as fórmulas epigráficas equivalentes (*de suo*, *de sua pecunia*, *propria pecunia*, etc.). Simples moda local, ou formulário de urna oficina epigráfica ainda por caracterizar? Esperamos voltar, brevemente, a este assunto.

⁽¹⁹⁾ Com efeito, obteríamos 35 letras e 3 espaços na primeira linha, «contra» 34 letras e 4 espaços na segunda, o que dá um total idêntico; só a abundância de *ii* na primeira poderia perturbar um paginador menos hábil!

(Dezembro 1980) de suporte a uma conduta de águas, o que dá finalmente razão — pelo absurdo — aos que pretenderam considerá-lo vestígio de «um magnífico aqueduto» (20).

Outra argumentação sobre o carácter monumental e a situação que atribuímos à epígrafe talvez possa encontrar-se no próprio poema de Brás Garcia Mascarenhas: para ele, a cidade era fortificada, mas como não há qualquer vestígio, ou sequer verosimilhança de muralha, não custa admitir que foi o imponente muro de silharia almofadada do foro que lhe inspirou os vibrantes episódios do escalamento da cidade pelas hostes de Briseo e Vandermillo... Os 4,35 m do muro, com os seus mais de 90 cm de espessura, enquadram perfeitamente na ideia que sabemos que ele possuía das obras militares romanas: «As muralhas que de pedra inda agora achamos, / Eram (...) / Ao revés de epipharas que hoje usamos / Mais baixas, e mais bem descortinadas» (Canto II, oitava 18).

Poder-se-á (?) então deduzir que, na primeira metade do século XVII, restavam ainda bons pedaços do muro que, para norte e sul, haviam de prolongar o «arco» e constituir o recinto fechado de um fórum-bloco imperial? Ousamos pensar que uma reutilização que é ainda hoje evidente no arco — convertido em época medieval ou moderna numa larga porta com tranca — terá logrado preservar até essa época, como parede de pátio ou de edifício, uma boa parte do muro romano, com sua porta, e que Brás Garcia Mascarenhas o teria conhecido. Só com a demolição da estrutura moderna, mais leve, e que se estendia para poente, é que rapidamente se foi degradando o muro, a ponto de, em 1721, ser assim descrito: «no meio da V(ill)a peguado a praça esta hũ Arco *in solidum* que parece Coiza ainda dos Guodos»(21). Neste conspecto parece-nos possível interpretar aqueles versos de

(20) JOSÉ A. MARQUES GOMES e JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Exposição distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da arte nacional*, Aveiro, 1883, p. 35. Foi esta, também, durante algum tempo, a opinião de Vergílio Correia (VERGÍLIO CORREIA, *O domínio Romano em Portugal*, in DAMIÃO PERES et al. *História de Portugal* (...) I, Barcelos, 1928, p. 269).

(21) Prior MIGUEL ALVES CARRILHO, *Informações paroquiais* (...), Bobadela, 1721, Maio 3, ms. A. U. C., foi. 3.

Brás Garcia Mascarenhas «gastadas letras a memoria d'ella, conservam na ruínosa antiguidade», como referência provável à localização *in situ* do «letreiro», embebido ainda «na ruínosa antiguidade» em que aquele muro estaria então convertido...

Que o celebrado «Arco da Bobadela» e outros silhares, que aí identificámos, faziam parte do número das portas do fórum, provar-se-á, sem dúvida, a seu tempo! Que a inscrição à *splendidissima civitas* se lhes refira, será já matéria de mais difícil demonstração, por agora uma especulação que não desanimamos de ver um dia confirmada, já que irão prosseguir as escavações iniciadas pelo GAAC (Grupo de Arqueologia e Arte do Centro) e que certamente farão com elas prosseguir os estudos de erudição e de conjunto que a importância temática desta estação pode justificar.

É que estas não são meras questões académicas: o emprego, por exemplo, da forma *refecit* (reedificou) na inscrição pode sugerir que os fundamentos de portas, ou mesmo de um fórum mais antigo, jazem sob as ruínas dos que, presentemente, se reconhecem, enquanto, por outro lado, o estudo dos vestígios monumentais se pode reflectir no estudo da inscrição, sugerindo ajustamentos sobre a sua cronologia: primeira metade do século segundo?

Após o problema do carácter monumental da inscrição, há uma segunda questão em aberto que consideramos susceptível de revisão face ao que a nossa hipótese de leitura traz de inovador: é o problema da identidade da *splendidissima civitas*. Para a Dr.^a Regina Anacleto, eia seria a *urbs* distante, a Roma Eterna, «associada, na sua perenidade, à pessoa augusta do Imperador» (22), hipótese sem dúvida sedutora mas que a nossa leitura não confirma: a *civitas splendidissima* fica de facto ali, na humilde Bobadela, contrafortes da Estrela, alto distrito de Coimbra.

Este epíteto (*splendidissima*), que ocorre em numerosíssimas inscrições de municípios e colónias romanas, nomeadamente na Península (*CIL II* 4114 e 4121, de Tarragona; *ILER* 2056, do circo de Mérida; etc.), parece mais relacionado com as *civitates*

(22) *Bob. Ep.*, pp. 23-24. Cf. *idem*, p. 61.

do q̄tie com a *urbs*: não conhecemos nenhum estudo dele, mas pode, talvez, fazer-se um paralelo cultural com o título *splendidus* (também *splendidissimus*) *equus Romanus*, que, a partir do séc. n, começa a aplicar-se a cavaleiros que, não tendo passado pelas milícias equestres, se distinguiram no exercício de funções do quadro municipal e regional. Deles diz Demougin: «Ces notables locaux ont accepté de veiller aux intérêts de plusieurs cités et surtout de patroner de nombreuses villes: plus de la moitié de nos *splendidi* ont été choisis comme patrons» (23).

Parece, pois, que aquele epíteto gravita, nas províncias, em torno da ideia de cidade e, neste caso, podemos pensar que a reconstrução das portas se insere no dispendio da *summa honoraria* a que o fiammato municipal obrigaria (24).

E então, como harmonizar o *splendor* desta cidade monumental, quase certamente uma fundação «de raiz» precoce e numa zona de importância política, com o aparente silêncio dos autores antigos?

Pensamos que, em boa medida, será este um falso problema, pois estando insuficientemente estudada toda a zona interior da Lusitânia e a identificação de muitas cidades estipendiárias e

(23) SÉGOLENE DEMOUGIN, *Splendidus equus Romanus*, «Epigraphica», Faenza, XXXVII (1-2), 1975, p. 178. A instituição do patronato é conhecida também na Bobadela (*CIL II* 399).

(24) Não sabemos quando (nem sequer se) teria sido obrigatório o dispêndio de uma dada *summa* no exercício do fiammato «municipal» (que não existia só nos «municípios» propriamente ditos, mas nas colónias e cidades estipendiárias). Seja por obrigação ou por liberalidade, o facto é que temos, na Península, inúmeros exemplos deste procedimento «ob honorem pontificatus» (*CIL II* 1663): é a organização de jogos municipais ou de espectáculos de teatro (*CIL II* 1074), é a oferta e distribuição de trigo em anos de carência (*CIL II* 53 e 1574), a instituição de banquetes, a doação, unicamente, de uma soma em dinheiro (*CIL II* 1936 e 5523) ou dos juros delà, para a realização anual de um espectáculo de pugilismo e o abastecimento das termas em óleo (*CIL II* 4514), etc. Muito vulgar deve ter sido a construção de diversas obras, como parece ser também o caso da nossa inscrição: é uma edícula (*CIL II* 1939), é um pórtico marmóreo (*CIL II* 1074), são estabelecimentos comerciais e celeiro (*CIL II* 2129), são diversas estátuas e pedestais (*CIL II* 2103, 2126 e 5523), etc., etc.

municípios ainda por estabelecer com segurança, o problema não pode decidir-se (pela negativa) antes do fim daqueles estudos ou (pela positiva) sem o achado de um monumento que nos esclareça sobre o nome da cidade, «se o tempo escureceu como a chamavam».

Acrescente-se, contudo, que, a nosso ver, é provável que fosse município romano: está, infelizmente, por demonstrar que o termo *civitas* tivesse significado jurídico. Mas, a poucos quilómetros, no Coito de Midões (concelho de Tábua) há urna bela inscrição monumental (*CIL II* 401) que Gaio Câncio Modestino dedicou ao *Genius Municipii* ⁽²⁵⁾. Alguns autores supõem-na proveniente da Bobadela, mas não há disso evidências.

INSCRIÇÃO N.º 3 (*CIL II* 396 = *ILER* 463 = *Bob. Ep.* 6)

Sobre o perdido monumento à Piedade poucas certezas parece haver: «Do monumento em si, nada se sabe ao certo. Conhece-se apenas a legenda, que se supõe bem copiada. Hübner deu-lhe o seu aval»⁽²⁶⁾.

Mesmo o que se cria seguro, verifica-se hoje não corresponder à realidade: diz-se, por exemplo, na «Bobadela Epigráfica», que teria sido encontrada e deslocada para Coja, para o palácio do Bispo de Coimbra, «com certeza» entre 1721 e 1758 ⁽²⁷⁾ : isto porque, não sendo referida pela «Informação Paroquial», datada de 6 de Maio de 1721, aparece no 1.º tomo da obra de Frei Tomás da Encarnação, naquela data. Tal não é, porém, tão evidente : lendo a obra de Encarnação — por sinal editada em 1759, como se pode ver no rosto (figura 6A) — verifica-se facilmente

⁽²⁵⁾ A leitura corrente (GENIO MUNICIPI... etc.) tem levado a pensar que se tratava de um génio de nome *Municeps*, mas uma análise mais cuidadosa da lápide, demonstra, no entanto, que «municipi» termina em «i alto», que pode significar nexo de dois *ii*, como acontece na palavra «MUNICIPI» das inscrições *CIL II* 1362 e 2135, por exemplo (cfr. JESUS VICTOR RODRIGUEZ ADRADOS, *Usus de la I longa en CIL II*, «Emerita», Madrid, XXXIX (1) 1971, p. 162-163). Seria, então, um genitivo: Génio do Município...

⁽²⁶⁾ *Bob. Ep.* p. 64.

⁽²⁷⁾ Cf. *Bob. Ep.* p. 63-64.

que o monumento foi feito transportar de Bobadela para Côja, por D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra entre 1483 e 1543 ⁽²⁸⁾: «In Beirensi Provincia apud oppidum *de Coja* in aedibus Episcopi Colimbriensis inscriptus est lapis, quem D. Georgius de Almeida Colimbriensis Episcopus ex antiquissimo aedificio oppidi *de Bobadela* asportari fecit» ⁽²⁹⁾.

A comprovar a antiguidade do seu achado pode citar-se o facto de já ter sido, possivelmente, referida pelo poeta Brás Garcia e de, em 1758, o palácio se encontrar desocupado desde há muito, inclusivamente com a capela arruinada ⁽³⁰⁾. Portanto, o edifício não só não foi construído no século xviii ⁽³¹⁾, como estava já tão velho que o povo dizia «ter sido doado em palácio aos Bispos de Coimbra, por uma grande Matrona Romana; e se apoia à [*sic*] tradição na referida inscrição» ⁽³²⁾, pormenor assaz curioso do folclore relativo a vestígios arqueológicos...

Ainda com respeito á história da inscrição, se andavam erradas as notícias acerca do seu «achamento», igualmente nos

⁽²⁸⁾ Dada a controvérsia acerca da investidura deste distinto prelado, tomamos estes milésimos da obra mais tardia do seu principal biógrafo (ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Lista Cronológica dos Bispos de Coimbra*, Coimbra, 1924, p. 19).

⁽²⁹⁾ FREI TOMÁS DA ENCARNAÇÃO, *Historia Ecclesiae Lusitanae per singula saecula ab Evangelio promulgato*, 7, Coimbra, 1759, p. 58.

⁽³⁰⁾ «I3 (...) fora da mesma vila, mais ha huma capela junta dos passos em que antigamente assistiam parte do anno os Bispos de Coimbra, arruinada de sorte que só se conservam as paredes, o altar, e a memoria de ter sido matriz da freguezia» (Vig.º BENTO MARQUES QUARESMA, *Informação Paroquial de 1758*, in: *Diccionario Geografico de Portugal*, manuscrito da T. T., transcrito por João Nuno Montenegro de Pina Aragão, *Aspectos Sociais e Económicos de Coja no século XVIII. Tese de licenciatura apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (políc.), Coimbra, 1968, p. XII).

⁽³¹⁾ O palácio original deve ser muito anterior á atribuição do título de «Senhores de Coja» aos bispos de Coimbra (25 de Setembro de 1472): Um documento de Julho de 1088 já refere o palácio do bispo de Coimbra, D. Bernardo. (Cf. ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Livro Preto da Sé de Coimbra*, I, Coimbra, 1972, doc. CLXVII, p. 262-263).

⁽³²⁾ BALTHASAR DA SILVA LISBOA, *Viagens feitas à ordem do Bispo Conde no paiz de Coja em 1782*. Códice 2549 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, B. G. U., foi. 8.

parecem controversas as do seu desaparecimento: o palácio foi demolido no século passado e dele só resta um troço de muro arruinado e o topónimo «o paço»; da inscrição dão-se vagamente conta os autores do «Inventário» da Academia: «parece que se encontra empregada como material de construção duma casa» (). Dir-se-ia, com efeito, que toda a gente em Coja está convencida disso, e a própria Dr.^a Regina Anacleto nos deu conta de prolongados esforços para a encontrar aí. Pessoalmente, estamos convencidos de que a inscrição foi despedaçada e dispersa, não sendo de afastar, contudo, a ideia de que algum fragmento — quicá importante — tenha ficado em Coja, na alvenaria de uma parede. Adiante se verá donde nos vem esta certeza.

Outra questão problemática é a tipologia do monumento: para muitos autores seria uma ara ⁽³⁴⁾, o que a nosso ver só pode ser conjectura; nisto, como em tudo o que diz respeito a monumentos perdidos, faltará sempre a certeza lapidar enquanto não encontrarmos... a lápide! Porque tudo indica, com efeito, que de uma lápide se tratava: não só o diz claramente Frei Tomás da Encarnação (ver *facsimile* na figura 6B), como o facto conhecido de estar na porta do palácio se acomoda mal à forma de ara; um autor que esteve em Coja em 1782 é mais explícito ainda, ao dizer que «foi imposta na verga da porta do dito palácio» ⁽³⁵⁾, e, noutro manuscrito, esclarece que é «na entrada do páteo»⁽³⁶⁾. Podemos pois imaginar que seria um texto cuja maior dimensão se dispunha no sentido da largura, como na inscrição que atrás vimos.

Todo o erro dos que a consideraram como ara decorre, salvo melhor opinião, da forma como Hübner dispôs o texto no

⁽³³⁾ A. NOGUEIRA GONÇALVES e VERGÍLIO CORREIA, *Inventário Artístico de Portugal, IV. Distrito de Coimbra*, Lisboa, 1952, p. 13.

⁽³⁴⁾ A. NOGUEIRA GONÇALVES e VERGÍLIO CORREIA, *Inventário Artístico de Portugal, IV: Distrito de Coimbra*, Lisboa, 1952, p. 165, copiado por CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL (compilador), *Concelho de Oliveira do Hospital: informação turística* (polie.) Oliveira do Hospital, 1979, p. 41.^a inurn. e *idem* (impresso) p. 34; JORGE DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, p. 165.

⁽³⁵⁾ BALTHASAR DA SILVA LISBOA, *Viagens feitas à ordem do Bispo Conde no paiz de Coja em 1782*. Cód. 2549 da B. G. U. C., fi. 8v.

título do *corpus*: tomando por base o de Encarnação, limitou-se a adaptá-lo: «arredondou-o» para seis linhas, «restituiu-o» à grafia original e «alindou» tudo com *puncti*... Ora, um olhar mais atento à mesma obra não deixa dúvidas de que as paginações são aí um mero «acidente» tipográfico. Nada têm a ver com a *ordinatio* de cada texto epigráfico, já que todas as inscrições se distribuem uniformemente numa mancha de 94 mm (figura 6B).

Ora se a paginação de Encarnação, Hübner e seus seguidores só por mero acaso pode corresponder à da epígrafe original, seria boa ocasião de analisar um texto de Carlos da Anunciação, a que se não tem dado grande importância: só Jordão e Regina Anacleto o transcrevem, sem ousar fazer a opção entre os dois textos: Levy Maria Jordão que sob o número 620 ⁽³⁷⁾ apresenta a versão de frei Tomás da Encarnação (sem interesse como vimos), fez-se eco no número 505 ⁽³⁸⁾, da de Carlos da Anunciação, cujo *facsimile* vai na figura 7 ⁽³⁹⁾.

Há em nosso entender algumas razões para admitir que seria esta, pelo menos nos seus traços gerais, a paginação da epígrafe perdida:

— A primeira, e não será este um grande argumento, é que não temos nas fontes disponíveis, outra mais verosímil.

⁽³⁶⁾ BALTHASAR DA SILVA LISBOA, *Viagem que de Coimbra à Villa de Coja fez no anno de 1782 o Doutor Balthesar da Silva Lisboa offerecida ao Exmo. e Brno. Sur. D. Francisco de Lemos de Faria Coutinho, do concelho de S. Mage. Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e Senhor Donatário da mesma Villa de Coja* (...), cópia manuscrita, in miscelânea sem título próprio (fis. 21-41) da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (série vermelha, n.º 697), § 12 foi. 25 v.

⁽³⁷⁾ LEVY MARIA JORDÃO, *Portugalliae Inscriptiones Romanas*, I. Lisboa, 1859, p. 264.

⁽³⁸⁾ LEVY MARIA JORDÃO, *Portugalliae Inscriptiones Romanas*, I. Lisboa, 1859, p. 221.

⁽³⁹⁾ CARLOS DA ANUNCIACÃO, *De locis quibus oblata quondam; quibus modo offerri congruat Liturgiam*, in: BERNARDO DA ANUNCIACÃO, *Colectio Institutionem Academiae Liturgicae Pontificiae exhibens, atque lucubraciones anni 1758. Annus II*, Coimbra, 1761, p. 438.

- A segunda é a função com que, já referimos, foi reaproveitada em Coja.
- A terceira é que existe um fragmento «inédito» que dificilmente se poderá sustentar que não pertença a este texto.

Será, talvez, excessivo dizê-lo «inédito», mas como não é estudado na bibliografia bobadellense, nem tão pouco em outras publicações, tão completamente como aqui, o termo representa razoavelmente a sua posição no panorama dos nossos conhecimentos, muito embora possua já uma pequena bibliografia ⁽⁴⁰⁾.

O fragmento, proveniente da Bobadela, onde teria sido achado «perto do arco»⁽⁴¹⁾ em data que ignoramos, é propriedade do Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, com o número de inventário 3895 (antigo).

Não sabemos quando nele deu entrada: podia já aí se encontrar em 1916, pois o pequeno roteiro que então se editou — e que o não refere — esclarece que «dentre os diversos monumentos (...) legendas mortuárias ou comemorativas, poucas serão mencionadas»⁽²⁾). Estaria este entre os não referidos?

De certeza, sabemos que em 1941 se achava exposto na sala 3 da «Galeria Romana», com o n.º 26 ⁽⁴¹⁾, que ainda vem

⁽⁴⁰⁾ MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO, *Secções de Arte e Arqueologia, II. Catálogo-Guia*, Coimbra, 1941, n.º 26, p. 11; BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, *Guia de Portugal III: Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*. Lisboa, 1944, p. 864; A. NOGUEIRA GONÇALVES e VERGILIO CORREIA, *Inventário Artístico de Portugal IV: distrito de Coimbra*, Lisboa, 1952, p. 165; M. DE LURDES RODRIGUES, *Inscrições Romanas do Museu Machado de Castro*, «Humanitas», Coimbra, XI, 1959-1960 (tem separata); ANA CÂNDIDA SILVA, *Subsídios para o Estudo da Epigrafia romana em Portugal. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras (...)* (polie.), Coimbra, 1968, n.º 17, p. 465-466; (ref. indir.), JORGE DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, p. 99; C. M. O. H., *Concelho de Oliveira do Hospital: Informação turística* (polie.), Oliveira do Hospital, 1979, p. 41.^a inum.

⁽⁴¹⁾ M. N. M. C., *Secções de Arte e Arqueologia, II. Catálogo-Guia*, Coimbra, 1941, p. 11.

⁽⁴²⁾ A. AUGUSTO N. GONÇALVES, *Museu Machado de Castro. Aotas*, Coimbra, 1916, p. 12.

incluído, em 1960, no catálogo de M. de Lurdes Rodrigues ⁽⁴³⁾ e que, em 1970, Fernando Dias Coelho só não o achou nas suas «deambulações» por aquele museu ⁽⁴⁴⁾ porque recolheu às reservas da instituição, onde o encontrámos em Março de 1981.

Como se pode ver pela foto da figura 8, a letra é capital monumental quadrada, em bisel bem marcado, elegante, do séc. n. Tem de altura (máxima) 37,5 cm, e de largura (máxima) 60 cm. É de granito, tem cerca de 20 cm de espessura ⁽⁴³⁾ e a superfície do campo epigráfico pouco regular.

Altura das letras:

1. 1: 8; 1. 2: 8,5 (8,2 para os *ii* e o *s*); 1. 3: 8.

Espaços interlineares:

1: 3,4+?; 2: 4/4,5; 3: 3,7/4,3; 4: ?

Lê-se:

[...]0 IN HON[OREM] *vel* (*orem*) [...]VI FLAMINIS
[...?] / [...]ÓRVM PAR *vel* RAP[...]

e traduz-se:

«... em honra de ... flàmine...»

Verifica-se facilmente que este monumento se adapta bem ao que seria a «retroversão» para caracteres epigráficos do título de Anunciação (Fig. 9). A coincidência é tão perfeita que pode até sustentar-se, com base nela, que a palavra *provinciae*, no final da segunda linha, estaria aí indevidamente abreviada.

Aceitamos que se considere abusiva esta conclusão, porque nenhuma das leituras feitas supostamente do original íntegro a

⁽⁴³⁾ M. DE LURDES RODRIGUES, *Inscrições Romanas do Museu Machado de Castro*, «Humanitas», Coimbra, XI-XII, 1959-60, p. 16.

⁽⁴⁴⁾ FERNANDO MANUEL DE VASCONCELOS DIAS COELHO, *Bohadela, Encruzilhada de Dúvidas: dissertação de licenciatura em Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras (...)*, (polie.), Coimbra, 1970, p. 87.

autoriza. Não incluímos na reconstituição provisória a invocação *Pietati Sacrum* apresentada em itálico pela nossa fonte principal de informação e omitida — com que fundamento ? — por Jordão. Fazemo-lo unicamente devido à falta de informação já que estamos convencidos de que existia no original: o facto de poder estar destacada do resto da mancha do texto, de aparecer em módulo diferente ou de estar muito mutilada podem ser, isoladamente ou no conjunto, explicações aceitáveis para a anomalia de transcrição detectada. Não tendo materiais para ensaiar a sua possível reconstituição preferimos deixar o *croquis* assim mesmo...

Funerária, votiva ou honorífica — qualquer destas classificações tem os seus defensores — trata-se, sem dúvida, de um magnífico e imponente monumento. Segundo a nossa reconstituição provisória, não poderia ter menos de 3,20 de largura! Talvez fosse moldurada, uma vez que temos a opinião de um erudito viajante que, podendo admirá-la em 1782, achou que «bem podia ser achada em algum túmulo sepulchral da família dos Júlios que habirão em Portugal» (45), com o que talvez não tivesse andado longe da verdade: a hipótese de ser funerária, ou «semi-funerária» na terminologia conciliadora de J. Leite de Vasconcelos (46) longe de lhe «diminuir (...) o alcance cultural» (47) é, a nosso ver, a mais verosímil e enriquecedora.

Em primeiro lugar, seria mais um exemplo a atestar, na Hispânia, a tendência já detectada por Cagnat, para a colocação dos monumentos funerários sob a invocação de divindades superiores do panteão clássico (48). Depois é, de tal carácter—«acentuado» pela fórmula *in honorem?**) — se poder concluir, com

(45) BALTHASAR DA SILVA LISBOA, *Viagens feitas à Ordem do Bispo Conde no paiz de Coja em 1782*, Cód. 2549 da B. G. L. C., foi. 8v.

(46) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Beligiões da Lusitânia (...) III*, Lisboa, 1913, p. 302.

(47) *Bob. Ep.*, nota 11, p. 68.

(48) Cf. RENÉ CAGNAT, *Cours d'épigraphie latine*, 4.ième éd. revue et augmentée, Paris, 1914, p. 282.

(49) Cf. ROBERT ETIENNE, *Le culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958, p. 348-349.

grande probabilidade, que o importante flâmine da Província ali teria sido sepultado e, portanto, dali seria também natural. Finalmente, é a possibilidade de, dadas as dimensões e tipologia suposta da peça, ser possível encarar a existência de um grande monumento funerário, um mausoléu, de que se conhecem tão escassos exemplos no território que é hoje Portugal. Não nos esqueçamos de que a inscrição foi levada por D. Jorge de Almeida de um «antiquíssimo edifício». Que mais poderia ele ser ?

Para o esclarecimento possível de todas estas questões, concorrerão talvez certas fontes marginais e manuscritos que Hübner não conhecia ou, conhecendo, não utilizou e que ainda trazemos em estudo; das eventuais alterações que a sua análise possa introduzir nestas conclusões provisórias, daremos conta no nosso «Inventário».

E parece-nos que o que ficou dito, é quanto basta à ideia que pretendíamos dar e que é a seguinte: apesar de aparentemente conhecidos, tanto o extravio da inscrição à *Pietas* (em Coja, reutilizada) como o achado do fragmento publicado (na Bobadela, junto ao Arco), a coincidência entre as duas peças é, no mínimo, perturbadora. Tudo indica que estamos perante um único monumento cuja história, plena de equívocos, apenas começamos a vislumbrar e à luz do qual boa parte do *dossier* epigráfico da Bobadela terá de ser revisto: reavaliação global das fontes, cronologia das duas mais importantes inscrições, hábitos epigráficos e prováveis oficinas, vivência cultural que supõem, etc.

Para terminar, não encontramos melhor que aquela exortação do poeta que tão bem se aplica a estas antiguidades que, pela sua mão, tentámos «desenterrar»:

«Mas investigue-as sempre o curioso,
Que Portugal, por falta dos passados,
He todo hum cemitério respetoso».

Canto V, oitava 40

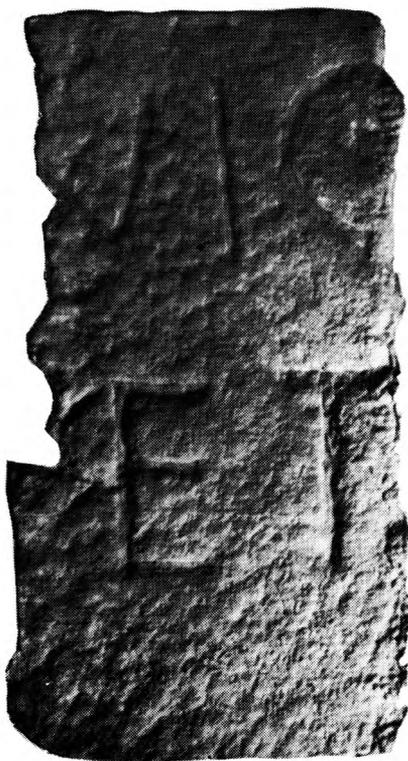


FIG. 1



segundo Martins
Sarmiento tamanho
natural



segundo Emilio
Hübner-esc. 3:1



segundo Regina
Anacleto esc.1:2



original

FIG. 2



FIG. 5

HISTORIA
ECCLESIAE
LUSITANAE

*Per singula secula ab Euangelio
promulgato:*



AUCTORE

D. THOMA AB INCARNATIONE

Canonico Regulari Lateranensi, Congregationis Re-
formatae S. Crucis, in Academia Pontificia Historiae
Ecclesiasticae Professore publico, & Do-
ctore Theologo Colimbrienti.

TOMUS I



COLIMBRIÆ: MDCCLIX.

Ex Prælo Academiae Pontificiae,
Superiorum permissu.



FIG. 6-A

in templo, cujus signa in petra inscripta postmodum appa-
rere

DIS MAR. SACR. NAUTÆ ET REMIG. O-
CEAN. : : : : NUSIN. TEMP. THEI. : : : : OB-
TULERUNT PRO TUENDIS : : : : :
E. V. D. D.

In Beirensi Provincia apud oppidum *de Coja* in aedibus
Episcopi Columbricentis inscriptus est lapis, quem D. Ge-
orgius de Almeida Columbricentis Episcopus ex antiquis-
simo edificio oppidi *de Bahadja* deportari fecit

PIETATI SACRUM
JULIA MODESTA EX PATRIMONIO SUO
IN HONOREM GENTIS : SEX. APONI
SCAËVI FLACCI MARTI SUI FLAMINIS
PROVINC. LUSIT. ET IN HONOREM
GENTIS JULIORUM PARENTUM SUO-
RUM

In Provincia Interamni apud Bracaram Augustam Ivis po-
pularum erat veneratio, ejus ara adolebat, & hujus cul-
tus maximus erat; de quo est iste titulus unde pari-
ter nobis imotescit Sacerdotem Iemnam ibi sedem
collocasse.

ISIB. AUG. SACRUM. LUCRETTIA. IIDA
SACERDOS. PERP. ROMÆ ET AUG. CON-
VENTUS. BRACARA AUG.
V. D.

Innumera propinodum Græcicæ, Carthagenensis, ac
Romane religionis a nostris veteribus Lusitanis observa-
te monumenta adducere, si frequenter ea ob oculos,
manusque versari non possent inter legendum eruditissi-
mum Resendum, & alios qui de Lusitanicæ antiquitatibus,
& summa indagazione, & fido vere conto in Regni, ac
Nationis gloriam libros suos prælo edidit. Hæc satis de-
regunt, quibus ritibus, ac Sacris Deos suos prosequen-
tur Lusitani, qui in Romanorum, Strabone teste, ritus
penitus transformati erant, ut nec proprie memoriam

FIG. 6-B

Apud Cojenſe Oppidum in oſtio atrii ante Palatium Epiſcopi Collimbrienſis quidam invenitur lapis illuc ex antiquiſſimo ædificio oppidi de Bobadella a D. Georgio de Almeida ejuſdem Dioceſis Epiſcopi aſportatus, prout legitur in vetulto codice hujus Regalis Monafterii S. Crucis Chartophilacio aſſervato. In hoc autem lapide per tres valde oblongas lineas ſequens reperitur inſcriptio.

Pietati Sacrum

JULIA MODESTET EX PATRIMONIO SUO IN HONOREM GENTIS :
SEX APONI SCAEVI FLACI MARITI SUI FLAMINIS PROVINC.
LUSIT. ET IN HONOREM GENTIS JULIORUM PARENTUM SUORUM.

Julia Modesta ex patrimonio suo in honorem gentis Sexti Aponii Scævi mariti sui Flamini Provinciæ Lusitanæ, & in honorem gentis Juliorum Parentum suorum.



FIG. 8

IVLLA·MODESTA·EX·PATRIMONIO·SVO·IN·HONOREM·GENTIS
SEX·APONI·SCAE·VI·FLACCI·MARITI·SVI·FL·AMINI·SPROVINCIAE
LV·SIT·ET·IN·HONOREM·GENTIS·VLIORVM·PARENTVM·SVORVM

FIG. 9

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

MANUEL LEITÃO

Funcionário da Câmara Municipal de Castelo Branco

A PROPÓSITO DAS INSCRIÇÕES DE SARZEDAS E SERTÃ

Conimbriga, XXI (1982), p. 127-133

RESUMO: Uma inscrição proveniente de Sarzedas, hoje desaparecida, foi interpretada como a prova da restauração da povoação por uma filha de Viriato. Reconstitui-se, a partir dessa interpretação fantasista, o epitáfio de *Veratia, Veratii filia*, que deverá passar a figurar no *corpus* das inscrições peninsulares.

O texto da Sertã, também desaparecido, interpretado de forma totalmente irrealista, não apresenta dados que permitam considerá-lo romano.

RÉSUMÉ: Une inscription trouvée à Sarzedas (Castelo Branco, *conventus Scallabitanus*), aujourd'hui perdue, a été interprétée comme la preuve de la restauration du village par une fille de Viriatius, chef de guerre des Lusitaniens. Les auteurs reconstituent ici, à partir de cette interprétation fantaisiste, l'épithaphe de *Veratia, Veratii filia*, qui doit prendre place dans le *corpus* des inscriptions de la Péninsule Ibérique.

Un texte de Sertã (*conventus Scallabitanus*), disparu lui aussi, lu d'une façon irrealiste, n'est pas susceptible de reconstitution; son caractère romain est même très douteux.

(Página deixada propositadamente em branco)

A PROPÓSITO DAS INSCRIÇÕES DE SARZEDAS E SERTÃ*

Sempre a epigrafia se prestou para outorgar antiguidade a terras cuja origem se perdeu na noite dos tempos. A fantasia dos autores, a ignorância das regras epigráficas e a vontade de atribuir aos Romanos tudo quanto fosse pedra lavrada — em muito contribuíram não só para proteger um rico património mas também para se forjarem lendas piedosas repetidas de geração em geração sem que alguém sobre elas se debruce com verdadeiro espírito científico.

Descobrimo siglas onde existem palavras, descobrimo palavras onde existem siglas — o mais simples epitáfio romano pode transformar-se em imponente inscrição comemorativa. Assim aconteceu com as duas inscrições perdidas, de que vamos falar.

1. O texto de Sarzedas

Por volta de 1880, quando se lavrava um olival junto da matriz de Sarzedas, encontrou-se uma placa rectangular em xisto, cujas dimensões se desconhecem. A primeira interpretação do texto foi dada pelo então pároco, P.^e Manuel António da Silva, que leu:

VERATIA VERATI FILIA REEDIFICAVIT HOC OPPI-
DVM SARZEDENSAE ET CONCESSIT EI PREVILEGIUM
CIVITATIS.

(*) Comunicação apresentada às I Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa (Castelo Branco, Abril 1979).

Mais ou menos à letra, o letreiro queria, pois, dizer:

«Viriatia, filha de Viriato, reedificou este castelo de Sarzedas e concedeu-lhe o privilégio de cidade».

Os erros de concordância e de escrita eram tidos, como habitualmente, à conta da pouca cultura do lapicida ou das gentes de antanho.

Assim interpretada, a inscrição assumia importância relevante, porquanto fazia remontar a origem da povoação ao tempo das gloriosas lutas entre Romanos e Lusitanos, atribuindo-lhe como fundadora nada menos do que uma filha de Viriato, o célebre, pois que de outro não se podia tratar.

Mas a pedra desapareceu — acabou, partida em pedaços, incorporada num forno de cozer pão.

Entretanto, para além de inúmera correspondência a seu respeito trocada entre personalidades da terra, insertas num artigo de arqueologia publicado nas págs. 3 e 6 do jornal «Terra da Beira» (1 de Agosto de 1930), outros trabalhos se lhe referiram, não pondo, contudo, em dúvida o seu conteúdo: Couceiro de ALBUQUERQUE, *O Castelo de Sarzedas*, «Estudos de Castelo Branco», n.º 7, Janeiro de 1963, p. 69-73; Francisco Duarte de MIRANDA e Godofredo Alberto dos Santos FERREIRA, *Documentos e notas para a monografia de Sarzedas*, separata de «Estudos de Castelo Branco», 1966, p. 17-37.

No entanto, já em 1910, no vol. XV d'«O Archeologo Português», p. 323, Leite de VASCONCELOS lançara luz sobre o assunto, considerando o texto autêntico mas mal interpretado, mormente através do desdobramento de siglas inexistentes. Falta-nos, infelizmente, um desenho do original; contudo, a versão de Leite de Vasconcelos (desconhecida dos citados autores) é verosímil, pelo que a seguimos na generalidade.

Considerando a inscrição um epitáfio, teríamos que nela incluir a identidade da defunta, uma fórmula funerária, a identificação do dedicante e a fórmula dedicatória.

A identificação da defunta foi bem lida: VERATIA VERATI(i) F (*ilia*). O antropónimo *Veratius* é conhecido doutras inscrições

peninsulares G) e a forma de identificação usando apenas os cognomes é por demais corrente na região. O vocábulo *filia* estaria em sigla, mas o P.^e Manuel da Silva não tinha obrigação de saber as regras de transcrição: aqui pôs por extenso o que estava em sigla, mais adiante considera no texto formas verbais que achou por bem subentender.

Desta forma, as siglas H. S. E.—*H(ic) S(ita) E(st)* — devem ter-se transformdo em *H(oc oppidum) S(arzedensae) E(t)*.

E a fórmula final *P(onendum) C(uravit)* foi interpretada *P(rivilegium) G(ivitatis)*.

Resta, pois, a identificação do dedicante. Poderá ter sido escrito o seu nome — com cujas letras se leu *Sarzedensae et concessit ei* — ou, mais verosimilmente, apenas o grau de parentesco MATER, PATER. Inclinamo-nos para esta segunda hipótese, descobrindo-o assim na versão do P.^e Manuel da Silva '*(concessi) TER* — do R só teria v^hsto a haste vertical. Leite de Vasconcelos sugere que EI poderia estar no monumento — julgamos que não: o emprego deste dativo é muito raro na epigrafia da região. A invenção do verbo *concessit* não teve certamente em conta as letras do monumento, que, aliás, poderiam estar levemente obliteradas (se aceitarmos que do R estava visível uma parte).

Por conseguinte, estamos com imensa probabilidade perante uma inscrição autêntica, que se deverá passar a incluir nos catálogos epigráficos e que se poderá reconstituir assim:

VERATIA VERATI(i) F (*ilia*) / H (*ic*) . S(*ita*) . E(*st*) / [MA vel PA]TER . P {*onendum*} . G (*uravit*).

Aqui jaz Verácia, filha de Verácio. A mãe (ou o pai) mandou colocar (esta memória).

Desconhecemos as dimensões do monumento, pelo que a transliteração apresentada é hipotética.

Pelo formulário, é texto datável do séc. i da nossa era.

⁽¹⁾ CIL II, 3433 e 4972¹⁰⁵. M. LOURDES ALBERTOS, «Emerita», XXXIII, 1965, p. 133, s. V. *nVerati(us)*».

2. *O texto da Sertã*

O texto da Sertã é mais sibilino.

Encontrado também por volta de 1880 na povoação de Perna do Galego, freguesia da Ermida, concelho da Sertã — anda hoje perdido. Mário Saa ⁽²⁾ escreve que ele «se acha guardado num pequeno museu da Sertã», informação que não se pode confirmar, sendo certo que já o autor do citado artigo de «Terra da Beira» lhe perdera o rasto. Soubémos que uma «pedra com letras» fora levada para Lisboa: tratar-se-á da mesma?

Pelo aspecto gráfico com que a inscrição é aí apresentada — e somente aí a vimos em letra de forma — parece-nos a metade direita duma placa. Mas não só nada nos garante que seja romana como consideramos puramente fantasiosa a interpretação do fragmento e — muito mais ainda! — a da metade que falta. A reconstituição é da autoria do Major Santos Ferreira e foi transmitida ao referido autor por António Couceiro d'Albuquerque. Reza assim ⁽³⁾ :

[VT SINT] STATVAE / [C(*onstantini*) . GJALLI / [ROM(*anae*)
GOMPJAR REI NIL / [LIC]ET / ⁵[...] [MAXVJMO CO(*n*)S(*ule*)
AE(*dilibus*) I [...] [ET] IVBA EGIT(*aniensis*) / [VIRI NOTA]-
BILIORVM / [PROPTER] SVMMA[E] / [POTESTATIS] NOMI-
NE[M] / ¹⁰[DE SEN (*atus*) SENT(*mím*)] ST AT ITA.

Na l. 7, a palavra VIRI está na transcrição paleográfica mas não foi interpretada por lapso — o autor deve tê-la entendido como VIR(*orwm*) — dos varões. A última letra das l. 8 e 9 ou foram reconstituídas ou figuram no texto original fora do campo epigráfico.

A tradução apresentada é como segue:

«Não é permitido haver estátuas de Constantino Gallo, comparte no Império Romano. Sendo cónsul (...) Máximo e

⁽²⁾ *As grandes vias da Lusitânia*, Lisboa, III, 1960, p. 282.

⁽³⁾ Damos a transcrição segundo as actuais regras epigráficas, com base no texto apresentado na «Terra da Beira».

edis (...) e Juba, egitanienses dos mais notáveis. Em razão do prestígio do Poder Supremo. Por sentença do Senado assim está resolvido».

Logicamente que tudo isto é inaceitável e nem chegamos a perceber como Mário Saa possa falar de «monumento, que parece de ordem vial, respeitante ao mauritano Juba, na época romana».

De facto só reencontrando a pedra se poderão tirar conclusões válidas. Desde já se avança, porém, numa recusa total das mencionadas interpretações. Não se nos afigura possível tratar-se de um marco, pois é difícil partir um miliário ao meio. Por outro lado, palavras como *summa*, *nomine*, são frequentes em textos bíblicos: não será preferentemente nessa direcção que se deverá caminhar? Julgamos que sim. Entretanto, é texto a não figurar (mesmo dubitativamente) em catálogos de epigrafia romana.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

FRANCISCO GERALDES

Decorador e projectista (Covilhã)

**JÚPITER SUPREMO SUMO — UMA INSCRIÇÃO INÉDITA
DE ORJAIS (COVILHÃ)**

Conimbriga, XXI (1982), p. 135-142

RESUMO: Uma dedicatória inédita a Júpiter, dos começos do Império, apresenta dois motivos de interesse: a dedicante é uma indígena, cujo nome (*Dobiteina*) apresenta particularidades filológicas a realçar; o deus é invocado sob dois epítetos — Supremo e Sumo — que, atestados pela primeira vez na epigrafia, se prendem decerto com a linguagem oral.

RÉSUMÉ: Une dédicace inédite à Iuppiter, du début de l'Empire, présente deux particularités: le dédicant est une indigène dont le nom (*.Dobiteina*) est important du point de vue philologique; la divinité est invoquée sous deux épithètes — *Supremus* et *Summus* — jusqu'ici inconnus des textes épigraphiques et pris sans doute du langage oral.

(Página deixada propositadamente em branco)

JÚPITER SUPREMO SUMO

UMA INSCRIÇÃO INÉDITA DE ORJAIS

Torna-se cada vez mais evidente que — tanto no Noroeste da Península Ibérica como ñas zonas da Lusitânia onde a população mantém traços pré-romanos na sua identificação — o culto a Júpiter se mostra florescente, a par da vitalidade indesmentível dos cultos indígenas.

Alain Tranoy e Patrick Le Roux vêm-no demonstrando nos últimos anos em relação ao Noroeste (1); os novos achados na área da Beira Baixa comprovam-no (1 2) ; a existencia dum possível santuário a Júpiter Repulsor na região de Nisa(3) e a abundância

(1) Uma primeira achega fora dada por ambos em *Rome et les indigènes dans le nord-ouest ibérique*, «Mélanges de la Casa de \ elázquez», IX, 19/3, p. 218-221. A ideia foi retomada por exemplo em *Nouveau témoignage du culte de Jupiter dans le conventus bracarus*, «Mínia», 2.^a série, ano II, n.º 3, 1979, p. 57-60, onde se escreve nomeadamente que a já longa lista de dedicatórias a Júpiter encontradas na região de Braga confirma «o importante papel deste culto nesta zona em que abundam aliás as divindades indígenas», acrescentando-se que tais dedicatórias «podem ocultar na realidade uma divindade indígena assimilada a este grande deus clássico» (p. 59). Mais recentemente, A. Tranoy frisou o mesmo aspecto: *Romanisation et monde indigène dans la Galice Antique: problèmes et perspectives*, «Primera Reunión Gallega de Estudios Clasicos», Santiago de Compostela 1981, p. 119.

(2) JOÃO LUÍS YAZ, *Inscrições Romanas do Museu do Fundão*, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 7-8; L. PLÁCIDO, *4ra inédita a Júpiter Ótimo Máximo*, «Conimbriga», XVII, 1978, p. 55-58.

(3) JOSÉ d'EXCARNAÇÃO, *Epigrafia Romana do Nordeste Alentejano — Nisa, Torre de Palma e Silveirona*, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 62-65.

de aras a I. O. M. no território amaiense⁽⁴⁾ — confirmam-no também.

Por isso se nos afigura do maior interesse o monumento que ora damos a conhecer: além de dedicado por um indígena, como a maior parte dos demais, documenta uma invocação até agora não registada epigraficamente (ao que saibamos).



A ara foi encontrada deitada, há uns vinte e cinco anos, na Quinta da Mourata, freguesia de Orjais, concelho da Covilhã, quando surribavam a terra para plantar uma vinha. É propriedade do Sr. João Borges Terenas Sobrinho, dono da quinta, em cuja casa está depositada até entrar para o Museu Municipal da Covilhã (em formação) ⁽⁵⁾.

O local de achado, à cota aproximada de 560 m, não muito afastado da E. N. 18 ao Km 32 500, situa-se cerca de dez metros a sul dum rochedo com sepultura cavada na rocha, hoje destruída. Aí se recolheram fragmentos de *tegulae*, *dolia* e cerâmica comum. Uns 1400 metros a sudeste fica a povoação da Borrallheira, onde, em 10 de Dezembro de 1953, foi encontrado um tesouro, datável do princípio do séc. m, hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia: dele constavam, entre outras peças, quarenta *aurei*, um colar, um par de brincos, quatro anéis de ouro, quatro fragmentos de colheres em prata ⁽⁶⁾.

⁽⁴⁾ J. d'Encarnação sublinhou esse facto na exposição apresentada ao V Colóquio de História Antiga (Oviedo, 1-3 Abril 1981), *A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império*. Rectificou então algumas leituras apresentadas por E. JALHAY, *Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo de Aramenha romana (concelho de Marvão)*, «Brotéria», XLV, 1947, p. 615-633.

⁽⁵⁾ Agradecemos-lhe a oportunidade de estudar o monumento e as facilidades concedidas para o fotografar.

⁽⁶⁾ MANUEL HELENO, *O tesouro da Borrallheira (Teixoso)*, «O Arqueólogo Português». 2.^a série, II, 1953, p. 213-226.

*
* *
*

Em granito de grão fino, cor acinzentada, a ara pesa 100kg; esfacelada nas arestas, está bastante gasta, pois há mais de vinte anos que se encontrava num muro da quinta, sujeita à acção desgastadora do tempo, criando musgos — a incisão das letras já pouco se nota à vista desarmada, sem iluminação rasante.

Sobre a cornija, saliente, dois toros lisos, que limitam uma depressão suave em jeito de fóculo. Sob ela duas molduras sucessivas, em garganta directa, separadas por um listei plano, a inferior mais estreita e curta, como aliás se pode ver pelos desenhos (onde, mais do que reproduzir exactamente a peça na actualidade, procurámos mostrar como deveria ter sido). A inscrição ocupa o fuste, apenas deteriorado no lado esquerdo — as mossas afectaram) minimamente o D (1. 1), bastante mais o A quebrado pela barra (1. 2), e a quase totalidade do I (1. 3) de que só resta um pouco da terminação inferior. A base tem moldura do tipo garganta reversa com listei. No todo, um monumento gracioso, denotando a tendência da(s) oficina(s) epigráfica^ da zona em dar(em) uma boa importância volumétrica ao capitel.

Dimensões :

$$66 \times \left\{ \begin{array}{l} 34 \text{ (cornija)} \\ 26,5 \text{ (fuste)} \\ 33 \text{ (base)} \end{array} \right\} \times \left\{ \begin{array}{l} 26 \\ 18 \\ 25,5 \end{array} \right.$$

Campo epigráfico: 25,5 × 26,5.

DOBITEIN/A DOQVIRI F (*ilia/* [I]OVI . SVP(remo) . SV/MO.
VOTVML (*ibens*)A (*nimo*)S [*olvit*].

Dobiteina, filha de Doquiro, cumpriu de boa mente o voto a Júpiter Supremo Sumo.

Altura das letras: 1. 1 e 2: 4,5; 1. 3: 4,5 e 3,5; 1. 4: 3,5.
Espaços: 1: 2; 2 e 3: 1,5; 4: 2; 5: 1,5.

*

**

Paginação muito cuidada, com alinhamento à esquerda e à direita; texto bem colocado em altura, regularmente. Nem quase se nota a incorrecção gramatical na transliteração DOBITEIN/A. A pontuação não existe sempre onde era necessária — presente (pontos redondos) a separar bem o teónimo e seus epítetos (1. 3 e 4), parece faltar no resto da epígrafe; e dizemos «parece», porque o mau estado da superfície epigrafada nos impossibilita uma certeza. Na 1. 2, o lapicida recorreu a um Q de corpo mais pequeno que as demais letras e haste oblíqua longa até quase ao vértice do V seguinte. Na 1. 4, o nexu VM une-se à barra do T anterior e parece estar também ligado ao L seguinte; a exiguidade do espaço obrigou, de resto, a encavalitar as últimas três letras, reduzindo o seu tamanho. Dum modo geral, porém, os caracteres apresentam-se actuários e atrevemo-nos a dizer que só não foram do tipo monumental quadrado devido à dificuldade de gravar em granito: veja-se a circularidade do 0 nas três primeiras linhas, toda a linha 1, a simetria do primeiro S da 1. 3, o P não fechado.

* *

A dedicante, uma indígena, identifica-se como é de uso: um só nome e filiação (nome do pai em genitivo seguido de *filia*).

Os antropónimos registados são caracteristicamente peninsulares, lusitânicos mesmo. Essa é, pelo menos, a conclusão a que chegamos, analisando a sua distribuição na Península. No I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Iberica (1974), pôde M. Lourdes Albertos actualizar os mapas 37 e 38 de J. Untermann (7): na pág. 80 das Actas (Salamanca 1976) apresenta aquele em que inclui *Doqairus*; na pág. 81, o mapa

(7) *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965.

assinala apenas uma *Dobiteina*, no que não há novidade em relação ao que a mesma autora publicara anos antes ⁽⁸⁾.

De ambos os antropónimos existem grafias várias, correspondentes quiçá a áreas linguísticas distintas. Da forma *Doquir*-assegura Untermann (*o. c.*, p. 105) que ela «está circunscrita à Lusitânia oriental». Quanto às variantes *Dobiteina* / *Doviteina* / *Dovidena* / *Dovitena*, escreve o mesmo linguista :

«Do ponto de vista fonético, depreende-se que *v* (escrito *v* ou *b*) se conserva a sul do Douro, enquanto que se perde a norte; igualmente, as formas com *t* predominam no sul e a com *d* no norte» (*o. c.*, p. 107).

O nosso exemplo confirma, pois, as teses apontadas.

*
* *

No entanto, é pelo inusitado da invocação a Júpiter que a ara de Orjais merece um lugar à parte.

Efectivamente, a divindade clássica do panteão romano surge aqui não como *I. O. M.* mas sim acompanhada de dois epítetos — *Supremus*, *Summus* — cuja ocorrência epigráfica não encontramos atestada. E o mais curioso é justamente que o seu uso na literatura parece abundante. Em Plauto, por exemplo:

— «*Serva, Iuppiter supreme, et me et meum gnatum mihi*» (*Cap.* 976);

— «*luno filia et Saturnus patruus et summus Iuppiter*» (*Cist.* 2.1.40);

— «*Iuppiter supreme*» (*Men.* 1114).

E em Cícero:

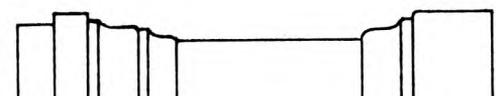
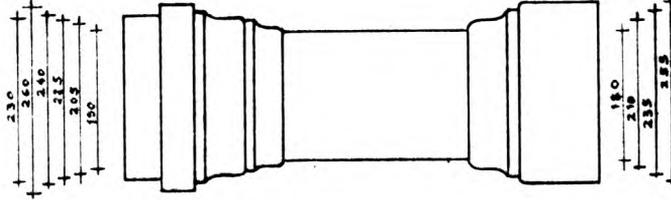
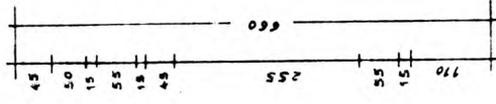
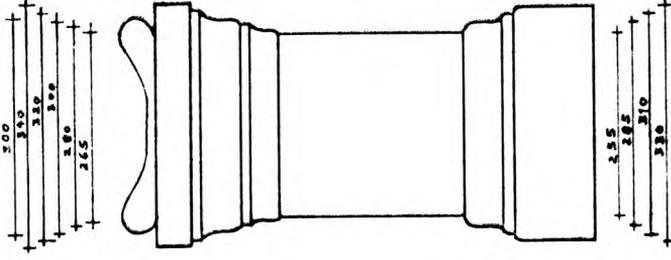
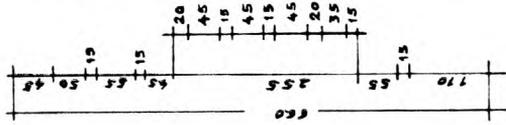
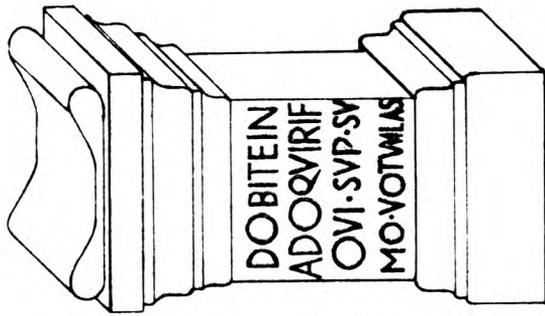
— «*Gratias tibi ago, summe Sol, vobisque, reliqui Caelites*» (*De Rep.* I, I (9)).

⁽⁸⁾ *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca, 1966, p. 106, mapa 4. Na realidade, além do exemplo de Hinojosa del Duero (HAE 1267 = *ILER* 2849), temos um outro em Idanha-a-Velha (*ILER* 2422); em ambas as inscrições o modo de identificação é idêntico ao da presente ara: a primeira diz-se *Auloni* /^o, a segunda *Maelonis* /^o.

Ocorre, pois, interrogarmo-nos sobre o real significado desta invocação — para mais, aqui com um dos epítetos abreviado e o outro escrito apenas com um M. As referências literárias citadas apontam para a utilização dos epítetos *Supremus* e *Summus* predominantemente na linguagem falada. Desta forma, eremos que o presente texto poderá representar um caso de transposição — directa, simples, ingénua — do falar corrente para a linguagem epigráfica, habitualmente mais estereotipada, obedecendo a outros cânones. E não nos parece inadmissível imaginar que, tendo ouvido elementos mais romanizados invocarem assim na vida corrente o deus supremo, a dedicante, ainda pouco integrada no esquema religioso dos Romanos ⁽⁹⁾, haja mandado passar para a pedra o que no quotidiano era hábito entender.

Até que ponto este *Iuppiter Supremus Summus* é a divindade clássica romana, na plena acepção da palavra, ou a encarnação dum deus supremo, resultante da interpenetração de dois mundos religiosos — o romano e o indígena? Torna-se difícil optar. Mas, a termos que optar, preferíamos ver em *Dobiteina* a mulher simples que, deslumbrada pelas roupagens em que se apresentava o deus do Romano vencedor, o venera como tal, assim mesmo, ausente de todo o contexto religioso indígena em que seus pais um dia se moveram e porventura a educaram.

(9) Pela paleografia, o texto pode datar-se do séc. I da nossa era.



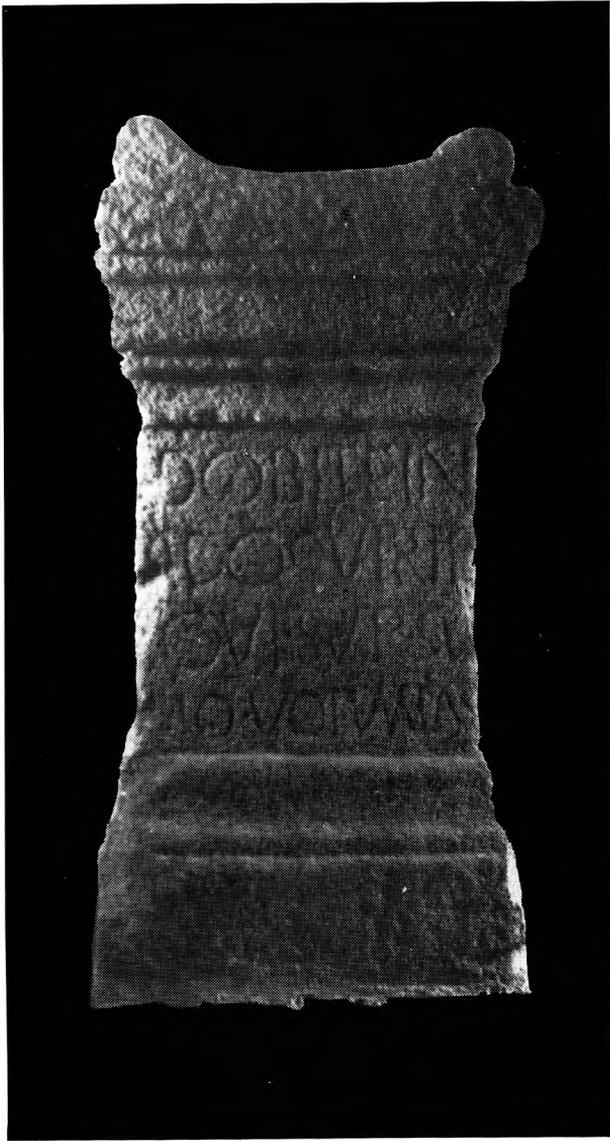
UN COVADO = 660 MM

alçado posterior

alçado lateral esquerdo

escala: 1:10

(Página deixada propositadamente em branco)





JOSÉ BELEZA MOREIRA

Professor do Ensino Secundário

UMA LÁPIDE ROMANA INÉDITA DE PORTO DE MÓS

Conimbriga, XXI, 1982, p. 143-149

SUMÁRIO: Publica-se uma inscrição funerária inédita que hoje se encontra em Ribeira de Baixo (Porto de Mós) e que teria sido encontrada em local próximo. A lápide, que datará dos fins do século I d.C., constitui o primeiro testemunho da *gens Aufidia* em Portugal.

RÉSUMÉ: Une inscription inédite trouvée à Ribeira de Baixo (Porto de Mós) est attribuée par l'auteur à la fin du 1er siècle ap. J.G. La *gens Aufidia* était jusqu'ici inconnue au Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA LÁPIDE ROMANA INÉDITA DE PORTO DE MÓS*

Encontra-se no lugar de Ribeira de Baixo, freguesia de S. João, concelho de Porto de Mós, uma placa romana em mármore com inscrição funerária, metida na parede, por sobre a porta de uma casa em ruínas, pertença dos herdeiros de Manuel Vieira do Rosário, a qual teria provindo de um antigo cemitério ali perto, em Santo Estêvão (1).

Náo nos consta que já tenha sido estudada.

Dimensões: 47x62,5x?

Campo epigráfico: 32,5x47

D (is) M (anibus) S(acrum) / AVFIDIAE / RVSTICAE /
AN(norum) ▼ XVII (septem et decem) * FILIAE l^oQ(uintus) *
LIGVRIVS / RVSTICVS * P(onendum) C(uravit)

Consagrado aos deuses Manes. Quinto Ligúrio Rústico mandou fazer à filha, Aufidia Rústica, de dezassete anos.

Altura das letras: 4.

Espaços interlineares: 1: 3,5/4; 2 e 3: 0,4; 4 e 5: 0,2; 6: 0,4; 7: 2,3.

(*) Desejamos expressar os nossos sinceros agradecimentos ao Ex.^{mo} Sr. Dr. José d'Encarnação pela prestimosa ajuda que se dignou prestar-nos, e sem a qual não teria sido possível o presente trabalho. Ao Dr. A. J. Nunes Pinto agradecemos a colaboração prestada na elaboração do mapa 2.

p) Agradecemos à Sr.^a D. Denise Vieira do Rosário Morgado esta informação, bem como a autorização que nos concedeu para o estudo da peça. Da zona procede igualmente a lápide referida por D. Domingos de Pinho Brandão («Conimbriga», XI, 1972, p. 127-129).

O monumento está completo e em bastante bom estado de conservação, apesar da fractura ocorrida no canto inferior direito. Tem moldura de garganta reversa limitando o campo epigráfico, que é rebaixado em relação a ela. Cobria-o espessa camada de cal, que não pudemos limpar por completo — daí que a foto obtida não seja da melhor qualidade. No entanto, a leitura faz-se sem dificuldades.

A paginação foi feita atendendo mais ao sentido do texto que a alinhamentos à esquerda ou à direita ou segundo um eixo de simetria. Assim, toda a inscrição nos aparece puxada para a esquerda, dando porém a impressão que se procurou dispor as linhas três a três, tendo em conta a necessidade de não cortar palavras. Pontuação triangular.

Os caracteres, muito bem gravados, são do tipo monumental quadrado: o *Q* bem circular, o *G* de haste pequena e vertical, a curvatura do *R* não toca a haste vertical, as barras do *F* estão muito em cima e são curtas.

O texto reveste-se do maior interesse pela onomástica que nos revela. Assim, *Aufidia Rustica* é, que saibamos, a primeira representante, encontrada em território português, da *gens Aufidia*, que embora de origem plebeia (*T.L.L.*, II, p. 1338 s.v. «Aufidius»), outros membros ilustres registou na Península, nomeadamente em Tarragona (ver mapa 1). O seu cognome, *Rusticus*, que curiosamente herda do pai em vez do gentílico ⁽²⁾, é típico da África ⁽³⁾ e regista-se sobretudo no sul da Península Ibérica, zona tradicionalmente mais em contacto com a África (ver mapa 2). Naturalmente relacionado com a agricultura, o cognome pode ser indicativo de família de proprietários rurais. De salientar também que se regista no período republicano (135/27) um *M. Aufidius Rusticus* (Kajanto, *o. c.*, p. 310).

⁽²⁾ Será o gentílico da mãe? Em Tarragona (*CIL* II 4326 = *ILER* 3876 = *RIT* 383) regista-se um exemplo que pode ser idêntico a este: Sulpicia Aeliana é filha de M. Vettidius Aelianus e de Sulpicia Calagurritana; ou seja, recebeu o gentílico da mãe e o cognome do pai. Ver outros exemplos de transmissão do gentílico materno em *CIL* II, p. 1199.

⁽³⁾ IIRO KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 310, indica que, de 344 exemplos registados no mundo romano, 135 provêm de África.

O gentílico *Ligarius*, que apenas identifica mais três personagens na Península Ibérica, todos dentro dos limites da Lusitânia ⁽⁴⁾, vem trazer uma importante achega ao muito debatido problema da existência de um estrato ligure na Hispânia ⁽⁵⁾, uma vez que a sua origem etimológica parece efectivamente assentar no topónimo *Liguria* (Kajanto, p. 196). Na realidade, toda a antroponímia patente nesta epígrafe aponta para a identificação de personagens não-autóctones, oriundos da Península Itálica, provavelmente com passagem pela costa africana.

A presença de invocação aos deuses Manes, o uso do dativo, a simplicidade com que são indicados os laços familiares e a paleografia, permitem datar a inscrição dos fins do séc. i da nossa era.

AUFIDIUS

1. Tarragona — *CIL* II 4122 (= *ILER* 1311); *CIL* II 4137 (= *ILER* 5816); *CIL* II 4145 (= *ILER* 5621); *CIL* II 4146 (= *ILER* 3889); *CIL* II 4196 (= *ILER* 1549); *CIL* II 4197 (= *ILER* 1605); *CIL* II 4320 (= *ILER* 5500); *CIL* II 4336 (= *ILER* 5169); *CIL* II 4448 (= *ILER* 4812).
2. Cós (Leiria) — *CIL* II 344.
3. Cerra de Pozza (cerca de Brozas) — *CIL* II 742 (= *ILER* 668).
4. Poza de la Sai (cerca de Brozas) — *CIL* II 746 (= *ILER* 929).
5. Caparra — *CIL* II 815.
6. Jerica — *CIL* II 3993 (= *ILER* 1274).

⁽⁴⁾ Mérida (*ILER* 3669), Idanha-a-Velha (*ILER* 4854), e Talavera de la Reina (*CIL* II 923 - *ILER* 3862).

⁽⁵⁾ Sobre esta questão ver: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, 1905, p. 54 e 273/4; RAMON MENENDEZ PIDAL, *Ligures o Ambroilrios en Portugal* «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», 2.^a série, 10 (1-2), 1944, p. 5-17; MARIA DE LOURDES ALBERTOS FIRMAT, *Nuevos Antroponimos Hispanicos*, «Emerita», XL, 1972, p. 296, s. v. «Ligustini», com mais bibliografia.

7. Barcelona — *CIL* II 4561 (=ILER 3708); *ILER* 1683 (=5631).
8. Villafranca de los Barros (Badajoz) — *CIL* II 5354 (=ILER 2050).
9. Salvatierra de los Barros — *CIL* II 1014 (=ILER 4885).
10. Denia — *CIL* II 3589 (=IL4740).
11. Palma de Mallorca — *CIL* II 5988 (4311).
12. Mosteiro de S. Paulo (Córdoba) — *CIL* II 2301 (6104).
13. Madrid — *CIL* II 4969-10 (*ILER* 5908).
14. Ribeira de Baixo (Porto de Mós).

RUSTICUS

1. Tarragona — *CIL* II 4126 (=ILER 1312); *CIL* II 4137 (=ILER5816); *CIL* II 4970⁴⁴⁵; 6026; 156; *CIL* II 4430 =*RIT* 470.
2. Penalva (Viseu) — *CIL* II 421 (=ILER 5043).
3. Mérida — *CIL* II 548 (=IL2673).
4. Barcelona — *CIL* II 4579 (4725).
5. Cartama — *CIL* II 1952 (414); *CIL* II 1953 (=ILER 1071); *CIL* II 1959 (=ILER 6467) (Rutici = Rustici?); *CIL* II 1961 (=ILER 4080); II 1962 (=ILER5218).
6. El Castillon-Antequera (Málaga) — *CIL* II 2015 (=ILER 1487).
7. Cádiz — *CIL* II 1882 (=ILER 2936); *ILER* 2792.
8. Granada — *CIL* II 5501 (2833).
9. Sagunto — *CIL* II 6028 (4612).
10. Valença — *CIL* II 3751 (=ILER4205); *CIL* II 6245-1 (=ILER 5927).
11. Oliva de Alicante (Valença) — II 5974 (3633).
12. Villalonga (Valencia) — *CIL* II 6009 (=ILER 2146)
13. Jimena de la Frontera — *CIL* II 1330 (=ILER 1501); *CIL* II 1332 (=ILER 5845); *CIL* II 1333 (=ILER 6536).

14. Entre Trujillo e Cáceres — *CIL* II 689 (Ustici = Rustici ?).
15. Valdefuente (Cáceres) — *ILER* 2681.
16. Andujar (Jaén) — *CIL* II 2121 {—*ILER* 2080 =6076}.
17. Lora del Rio (Sevilha) — *CIL* II 1056 (= *ILER* 1458).
18. Alcolea del Rio (Sevilha) — *CIL* II 1064 (= *ILER* 1459); *CIL* II 1070 (= *ILER* 4219).
19. Utrera (Sevilha) — *CIL* II 1282 (= *ILER* 1122); *CIL* II 1283 (= *ILER* 1293).
20. El Coronil (Sevilha) — *CIL* II 1371 {—*ILER* 1107}.
21. Villafranca de los Palacios (Sevilha) — *ILER* 6798.
22. Sevilha — *CIL* II 1175 (= *ILER* 2191).
23. Villalba de Alcor (Sevilha) — *CIL* II 1267 (= *ILER* 362).
24. Peñafior (Sevilha) — *CIL* II 2326 (= *ILER* 418).
25. Cordoba — *CIL* II 1653 (= *ILER* 5343); *CIL* II 2220 (= *ILER* 1548); *CIL* II 2242 {= *ILER* 3442}.
26. Ecija — *CIL* II 1510 (= *ILER* 3567).
27. Itálica — *CIL* II 1158 (= *ILER* 3192)
28. Cazaba de la Sierra (Toledo) — *CIL* II 1048 (= *ILER* 5371).
29. Languardia (Arula) — *ILER* 6775.
30. Priego (Bética) — *CIL* II 1656 {= *ILER* 3600}.
31. Castro del Rio (Bética) — *CIL* II 1570 (= *ILER* 1079).
32. Sabora (Attubi-Bética) — *CIL* II 1431 (= *ILER* 3970).
33. Hispalis (Sevilha) — *CIL* II 4962 ².
34. Málaga — *CIL* II 1967 (= *ILER* 503).
35. Elvas—«Conimbriga», XVI, 1977, p. 53.
36. S. Sebastião do Freixo (Leiria) — *CIL* II 348 (= *ILER* 4206).
37. Ribeira Plana (Leiria) — *CIL* II 361.
38. Ribeira de Baixo (Porto de Mós).



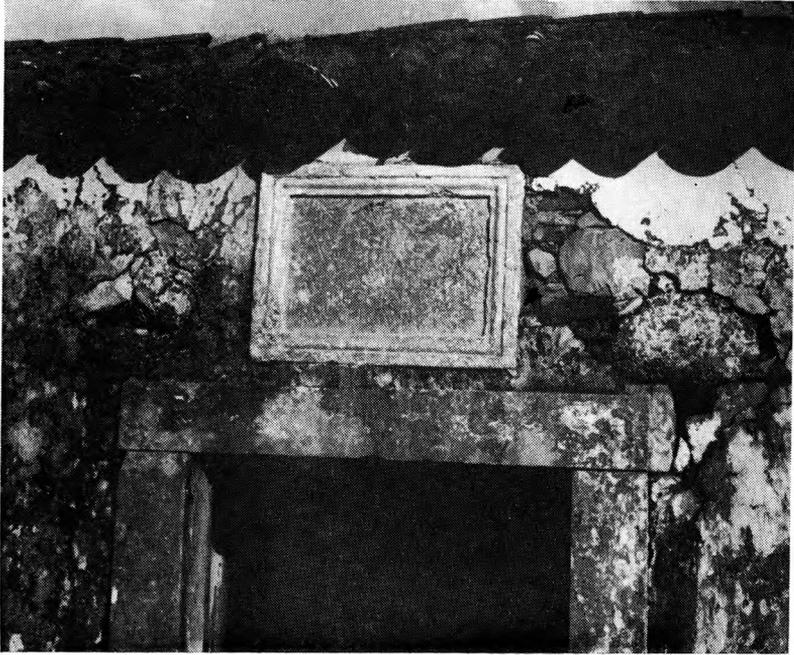
Mapa 1 — AUFIDIUS



Mapa 2 — RUSTICUS

(Página deixada propositadamente em branco)





SÁLETE DA PONTE

Conservadora do Museu Monográfico de Conimbriga

AS FIBULAS DO MUSEU MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Conimbriga, XXI (1982), p. 151-161

SUMÁRIO: Provenientes de estações arqueológicas do Baixo Mondego e do Algarve, o Museu da Figueira da Foz guarda um grupo de 13 fibulas, na sua maior parte já publicadas por Santos Rocha. Tendo sido recentemente tratadas no laboratório do Museu de Conimbriga, as fibulas justificam esta nova publicação, com melhor ilustração do que aquela que o seu descobridor pôde fazer no princípio do século.

RÉSUMÉ: Un groupe de 13 fibules trouvées dans des sites de l'âge du Fer ou romains de la basse vallée du Mondego et de l'Algarve, en partie déjà publiées par Santos Rocha, est ici repris. Le nettoyage récent des ces fibules au laboratoire du musée de Conimbriga permet aujourd'hui meilleure illustration et une étude plus poussée que celle que Santos Rocha a fait au début de ce siècle.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS FÍBULAS DO MUSEU MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Possui este museu (^x) 13 peças de bronze, provenientes do castro de Santa Olaia, freguesia de Ferreira-a-Nova, concelho da Figueira da Foz (n.ºs 1-3, 5-6), do castro de Tavadere, freguesia de Tavadere, concelho da Figueira da Foz (n.ºs 4, 7-9), da necrópole de Fonte Velha, freguesia de Bensafirim, concelho de Lagos (n.ºs 10-11) e da villa romana (?) da Pedrulha (Alhadas de Baixo), freguesia de Alhadas e concelho da Figueira da Foz (n.ºs 12-13). Receberam todas elas tratamento adequado (²) no Museu Monográfico de Conimbriga. Devido ao mau estado de conservação em que se encontravam, corriam o perigo de alteração de forma, mormente os n.ºs 1-9; após o tratamento, alguns exemplares (n.ºs 2-5, 7) apresentam um perfil bem mais definido do que o ilustrado pelos desenhos de Santos Rocha (³).

O fragmento n.º 1 resume-se ao fusilhão que, pela sua curvatura e existência de uma espira, se enquadra no grupo de

(q) Estudámos já, noutros artigos, duas outras fíbulas do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz: uma, de tipo Aucissa com marca DYRNAGVS, achada em Fonte Velha, nas «Actas do XII Congresso Nacional de Arqueologia», Saragoça, 1973, p. 363-368; outra, sem mola, proveniente de Santa Olaia em «Conimbriga», Coimbra, XIX, 1980, p. 159-162.

(²) Procedeu-se inicialmente a uma limpeza mecânica; posteriormente foram impregnadas numa solução alcoólica de benzotriazole a 3% e lacadas com Ineralac.

(³) Cf. ANTÓNIO DOS SANTOS ROCHA, *Memórias e Explorações Arqueológicas*, vol. II. *Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*, Coimbra, 1971 (= SANTOS ROCHA, *Memórias*), Est. III, 23; Est. IV, 24-25 (Santa Olaia); Est. XXVIII, 332-333 (castro de Tavadere).

fibulas da 1.^a Idade do Ferro (4). O perfil tanto pode sugerir a fibula de dupla mola(5) como o tipo Alcores (6) ou os seus protótipos itálicos (7). Julgamos, no entanto, que este fragmento terá pertencido a uma fibula de tipo Alcores do género da de Conimbriga (8) e não a uma de dupla mola, pois a espessura da espira e a sua orientação pressupõem a existência de um fio que funcionaria de eixo. Apoiamo-nos nos modelos de Gonimbriga (9) e de Alcores de Carmona (10*).

O tipo Alcores difunde-se em larga escala na zona situada a sul do Tejo nos finais do séc. VIII ou inícios do VII a.C.; no nosso território, para além deste exemplar de Santa Olaia, conhecemos algumas fibulas de Conimbriga (n) e da Horta das Pinas — Eivas (12).

(4) Cf. EMETERIO CUADRADO, *Precedentes y prototipos de la fibula anular hispánica*, Madrid, 1963 (= CUADRADO, *Precedentes*), p. 19, fig. 3 e p. 27, fig. 5; WILHELM SCHÜLE, *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlim, 1969 (= SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*), p. 144, fig. 41 e p. 146, fig. 47-48.

(5) Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 19, fig. 3; SCHULE, p. 144, fig. 41; WILHELM SCHULE, *V or formt n von fusszier und armbrust-Konstruktion der H allstatt-D-Fibeln*, «Madrider Mitteilungen», 2, 1961, Berlim, p. 55-69 (= SCHULE, *Fibeln*), fig. 11, n.ºs 1-11.

(6) Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 27, fig. 5; SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 146, fig. 47-48.

(7) Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 24, fig. 3, i, k.

(8) Cf. ADILIA MOUTINHO ALARCÃO e SÁLETE DA PONTE, *Fouilles de Conimbriga, voi. VII, (Trouvailles Diverses-Conclusions Générales)*, Paris, 1979 (= A. ALARCÃO e PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*), p. 110, Est. XXIV, 2. Este exemplar provém do nível de abandono do habitat indígena do sector termal na época claudiana.

(9) Cf. A. ALARCÃO e PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 110, Est. XXIV, 2.

(10) Cf. CUADRADO, *Precedentes*, fig. 5, a-e; SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 146, fig. 47.

(10*) Cf. A. ALARCÃO e PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 110, Est. XXIV, 2.

¹² Cf. ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Campos de urnas do concelho de Eivas*, Coimbra, 1958, p. 57, Est. XXIII, 193. Este exemplar tem de compr. total: 95 mm. Sugere um dos modelos de Alcores de Carmona, cf. SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 146, fig. 47 (tipo Schule 2 f).

Os n.ºs 2-4 integram-se no tipo Bencarron-Schüle 4b ⁽¹³⁾, que apresentam um arco de feição laminar, um pé longo terminado num pequeno apêndice caudal, um fusilhão recto e um eixo de mola rudimentar; o fusilhão situa-se ou à direita do arco ⁽¹⁴⁾ ou a meio do eixo, quando este se torna independente ⁽¹⁵⁾ ou quando o arco apresenta uma lâmina de duas faces nervuradas ⁽¹⁶⁾. É o caso dos nossos exemplares; o n.º 3, porém, só conserva as voltas correspondentes a cada uma das faces do arco bifurcado que Santos Rocha reproduz.

Conhecemos vários exemplares em Santa Olaia, Conimbriga ⁽¹⁷⁾, Quintos, Bencarron (Sevilha), Sanchorreja (Ávila) e na província de León⁽¹⁸⁾. Este tipo situa-se entre a 2.^a metade do séc. vu a.C. e os inícios do vi a.C. ⁽¹⁹⁾.

O n.º 5 aproxima-se morfologicamente do tipo Bencarron ⁽²⁰⁾, conquanto apresente o arco, a mola e o fusilhão feitos de um só arame; o eixo é o único elemento independente; porém, o fusilhão ainda se situa na extremidade do eixo e à direita do arco como no modelo clássico de Bencarron.

⁽¹³⁾ Cf. SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 147, fig. 51; CUADRADO, *Precedentes*, p. 32, fig. 6.

⁽¹⁴⁾ Cf. SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 147, fig. 51; CUADRADO, *Precedentes*, p. 32, fig. 6, a-f; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. III, Est. XXIV, 4.

⁽¹⁵⁾ Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 111, Est. XXIV, 3; SÁLETE DA PONTE, *Fibulas pré-romanas e romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», XII, 1973, p. 159-197 (— PONTE, *Fibulas de Conimbriga*), p. 166-168, Est. II, 4.

⁽¹⁶⁾ Cf. SANTOS ROCHA, *Memorias*, p. 45, Est. IV, 25. O arco bifurcado desintegrou-se devido ao estado de corrosão apresentado.

⁽¹⁷⁾ Cf. PONTE, *Fibulas de Conimbriga*, p. 168, Est. II, 4; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. III, Est. XXIV, 3-4; SCHULE, *Fibeln*, fig. 19, n.ºs 1-2 (o n.º 1 desintegrou-se); CUADRADO, *Precedentes*, fig. 6, b-c.

⁽¹⁸⁾ Cf. CUADRADO, *Precedentes*, fig. 6; SCHULE, *Fibeln*, fig. 18, n.º 1; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 112.

⁽¹⁹⁾ Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 111.

⁽²⁰⁾ Cf. SCHULE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 147, fig. 51; CUADRADO, *Precedentes*, p. 32, fig. 6.

Conhecemos, como paralelos para o n.º 5, dois exemplares de Conimbriga ⁽²¹⁾, os quais foram recolhidos em níveis de enchimento para a construção do forum augustano.

O n.º 6 pertence ao tipo Acebuchal-Schüle 4c ⁽²²⁾, que apresenta um arco de feição laminar e nervurado, mola bilateral de corda interior ou exterior ao arco, pé longo que ao dobrar-se forma um apêndice caudal coroado num botão ou numa cabeça de animal e eixo independente; o apêndice caudal da fibula agora estudada é semelhante ao de dois outros exemplares, um de Conimbriga e outro de Torre de Palma ⁽²³⁾. Esta modalidade acusa, em relação ao tipo Bencarron, duas diferenças estruturais bem distintas: o eixo independente e a mola bilateral; contudo, o primeiro elemento aparece já nalguns sub-tipos Bencarron ⁽²⁴⁾. O tipo Acebuchal aparece em toda a Península, e, em França, no Languedoc e na Aquitânia ⁽²⁵⁾; datamo-lo dos finais do séc. vu a.C. ou dos inícios do vi a.C.

O n.º 7 corresponde ao tipo Golfo de Leão ⁽²⁶⁾, que apresenta arco, mola e fusilhão feitos de um só arame; o arco é de feição filiforme ou laminar; a mola é bilateral de corda interior ou exterior ao arco; o pé é longo e termina num pequeno apêndice caudal que poderá ser ou não coroado por um botão; o eixo constitui uma peça independente.

Conhecemos no nosso território, para além do exemplar ilustrado do castro de Tavarede, outros em Conimbriga ⁽²⁷⁾ e Vaia-

⁽²¹⁾ Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 112, Est. XXIV, 5 e 7.

⁽²²⁾ Cf. Seni LE, *Die Meseta-Kulturen*, p. 147, fig. 52, 4 C; CUADRADO, *Precedentes*, p. 32-34, fig. 7; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 113-114.

⁽²³⁾ Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 113, Est. XXIV, 12. O exemplar de Torre de Palma (Monforte) está ainda inédito e encontra-se depositado no M. N. A. E.; foi achado no cemitério ao pé das Ermidas (Torre de Palma).

⁽²⁴⁾ Cf. *id.* ibidem, p. 112, Est. XXIV, 3, 5 e 7.

⁽²⁵⁾ Cf. *id.*, ibidem, p. 114.

⁽²⁶⁾ Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 34, fig. 8.

⁽²⁷⁾ Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 112, Est. XXIV, 9-10 e Est. XXV, 11; os dois primeiros foram recolhidos em níveis de enchimento; o último provém de um nível trajânico das termas.

monte ⁽²⁸⁾ ; aparece ainda no Languedoc, Catalunha, Sória e Guadajara na 2.^a metade do séc. vi-v a.C. ⁽²⁹⁾.

O n.º 8 integra-se no grupo de fibulas anulares hispánicas, ou seja, no tipo 11 de Cuadrado ⁽³⁰⁾ ; caracteriza-se por apresentar o arco, mola e fusilhão feitos de um só arame; o arco em forma de cinta ou fita é sublinhado por um sulco longitudinal; a mola é bilateral e de corda interior ao arco; o aro é de secção variável.

Esta modalidade é pouco vulgar na Península. Conhecemos, além do n.º 8, alguns exemplares de La Osera ⁽³¹⁾.

Este tipo situa-se nos finais do séc. iv ou nos inícios do ui a.C. ⁽³²⁾.

O n.º 9 corresponde ao grupo de fibulas ditas de «charneira e arco triangular» — tipo 28 de Ettlínger ⁽³³⁾. O nosso exemplar apresenta, não um arco de feição triangular, mas oval com charneira muito rudimentar; por um lado, o arco sugere-nos alguns modelos de tipo Nauheim — tipo Camulodunum B ⁽³⁴⁾ e, por outro, a charneira acusa influência dos primeiros modelos de charneira de arco triangular ⁽³⁵⁾. Assim, entendemos que o n.º 9

⁽²⁸⁾ Cf. SÁLETE DA PONTE, *Fíbula de Vaíamonte (Monforte)*, comunicação apresentada no «3.º Colóquio Internacional de Línguas e Culturas Paleo-Hispánicas», Lisboa, 1980, n.º 2-4.

⁽²⁹⁾ Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 36; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 112-114.

⁽³⁰⁾ Cf. EMETERIO CUADRADO, *La fíbula anular hispánica y sus problemas*, Salamanca, 1957 (= CUADRADO, *Problemas*), p. 18, fig. 26, 1-3.

⁽³¹⁾ Cf. CUADRADO, *Problemas*, p. 40 e 58, fig. 26, 2-3.

⁽³²⁾ Cf. *id.*, *ibidem*, p. 59.

⁽³³⁾ Cf. ELISABETH ETTLINGER, *Die Römischen Fibeln in der Schweiz*, Berna, 1973 (= ETTLINGER, *Die Fibeln in der Schweiz*), p. 89-92, Est. 8, n.ºs 6-18; Est. 9, n.ºs 1-5; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 118-119.

⁽³⁴⁾ Cf. C. F. C. HAWKES e M. F. HULL, *Camulodunum. First report on the excavations at Colchester 1930-1939*, Oxford, 1947 (= HAWKES e HULL, *Camulodunum*), p. 312; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 117, Est. XXVI, 43. Este exemplar apareceu numa camada trajânica das termas associado a material datado dos finais do séc. i a.C. e 1.º metade do i d.C.

⁽³⁵⁾ Cf. ETTLINGER, *Die Fibeln in der Schweiz*, Est. 8, n.ºs 6-9; MICHEL FEUGÈRE, *Les fibules gallo-romaines du Musée Denon à Châlon-sur-Saône*

não deverá situar-se antes dos finais do séc. i a.C. — inícios do i d.C., dado que a categoria em que se insere atinge o seu pleno desenvolvimento na 2.^a metade do séc. i d.C. (36).

Os n.ºs 10-12 correspondem ao grupo de fíbulas de tipo Aucissa(37), ou seja, ao tipo Camulodunum 17 (38), que apresenta um arco semicircular, pé curto e coroadado por um botão de recorte variável, descanso de feição triangular, fusilhão recto, cabeça em charneira e eixo com botões terminais simples ou decorativos.

Os n.ºs 10-11 pertencem ao tipo 17 B de Camulodunum, que apresenta arco semicircular, sublinhado a meio por uma moldura longitudinal relevada, pé curto biselado, placa e carteira de feição rectangular e decoradas com motivos geométricos e botões decorativos no pé e nos extremos do eixo. Esta modalidade surge com abundância em diversos locais romanos, nomeadamente em Vindonissa (39), Richborough (40), Saalburg (41) e Conimbriga (42), desde Tibério aos Flávios; conhecemos, ainda no nosso país, mais alguns paralelos no castro de S. Salvador — Santarém (43),

(Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Châlon-sur-Saône, vol. XLVIII), Châlon-sur-Saône, 1977, p. 77-158 (= FEUGÈRE, *Musée Denon*), p. 116, fig. 11, n.º 9 e Est. 9, n.º 50 (Alésia).

...(36) Cf. SHEPPARD FRERE, *Verulamium. Excavations*, vol. I, Oxonia, 1972 (FRERE, *Verulamium*), p. 13 e 116, fig.*. 30, n.º 18. O autor data-o de 43-60 d.C.; A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 118-119, Est. XXVII, 47, 50; o primeiro foi achado num nível trajânico das termas; o segundo, numa camada pré-flaviana da zona do templo.

(37) Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 119.

(38) Cf. HAWKES E HULL, *Camulodunum*, p. 322.

(39) Cf. ETLINGER, *Die Fibeln in der Schweiz*, p. 93-94, Est. 9, n.ºs 6-8.

(40) Cf. BARRY CUNLIFFE, *Fifth report on the excavations of the Roman fort at Richborough, Kent*, Oxónia, 1968, p. 77-93 (p. 84, Est. 30, n.º 42).

(41) Cf. HANS-GÜNTHER SIMON, *Das klein Kastell Degerfeld in Rutzbach, Kr. Friedberg (Hessen): Datierung und Funde*, «Saalburg-Jahrbuch», Berlim, 25, 1968, p. 5-64 (p. 29, fig. 9, n.º 1).

(42) Cf. A. ALARCÃO E PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 119, Est. XXVII, 56-58.

(43) Cf. SÁLETE DA PONTE, *Uma colecção de fíbulas do distrito de Santarém*, artigo a publicar no «Boletim Distrital de Lisboa», Lisboa, 1982 (=■ PONTE, *Distrito de Santarém*), n.º 11.

S. Miguel de Odrinhas — Sintra ⁽⁴⁴⁾ e Miróbriga ⁽⁴⁵⁾ mas desprovidos de contexto estratigráfico.

O n.º 12 integra-se no tipo 17C de Camulodunum ⁽⁴⁶⁾, porque apresenta um arco espalmado, de secção semicircular ou rectangular; a placa e a carteia são mais pequenas e mais sóbrias na decoração; o pé é curto; este e o eixo terminam em botões bastante simplios. Esta modalidade ocorre com frequência na Alemanha ⁽⁴⁷⁾, Inglaterra ⁽⁴⁸⁾ e em França ⁽⁴⁹⁾ nos meados do séc. I d.C.; os exemplares de Conimbriga ⁽⁵⁰⁾ fixam este modelo entre os períodos claudiano ⁽⁵¹⁾ e flaviano-trajánico ⁽⁵²⁾; reconhecemo-la, também, em Muge⁽⁵³⁾ mas sem qualquer dado estratigráfico.

O n.º 13 corresponde ao tipo Fowler Bl ⁽⁵⁴⁾, ou seja, ao grupo de fibulas anulares romanas que apresentam as extremidades do aro em forma de molduras anelares coroadas ou não de botões

⁽⁴⁴⁾ Cf. SÁLETE DA PONTE, *Algumas fibulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer*, artigo a publicar no «Boletim Cultural de Sintra», n.º 10.

⁽⁴⁵⁾ Cf. SÁLETE DA PONTE, *As fibulas de Miróbriga*, «Setúbal Arqueológica», Setúbal, 1982, (= PONTE, *Miróbriga*), n.º 14.

⁽⁴⁶⁾ Cf. HAWKES e HULL, *Camulodnum*, p. 322.

⁽⁴⁷⁾ Cf. GÜNTHER ULBERT, *Die römischen Donau-Kastelle Aislingen und Burghöfe*, Berlim, 1959, Est. 15, n.os 7-8; Est. 50, n.os 9-10; Est. 59, n.os 11 a 14; GÜNTHER ULBERT, *Das fruhrömische Kastell Rheingönheim. Die Funde aus den Jahren 1912 und 1913*, Berlim, 1969, Est. 22-23, n.os 1-10; WERNER KRAMER, *Cambodunumforschungen, 1953-1*, Kallmunz, Est. 15, n.os 1 a 5.

⁽⁴⁸⁾ Cf. HAWKES e HULL, *Camulodunum*, p. 323-324; J. W. BRAILSFORD, *Hod Hill I. Antiquities from Hod Hill in the Durden Collection*, Uondres, 1962, fig. 8, n.os C46-C52.

⁽⁴⁹⁾ Cf. U. LE RAT, *Les fibules gallo-romaines de Besançon*, Paris, 1956, Est. 7, n.os 140-150.

⁽⁵⁰⁾ Cf. A. ALARCÃO e PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 120, Est. XXVIII, 59-66.

⁽⁵¹⁾ Cf. *id.*, *ibidem*, p. 120, Est. XXVIII, 62 (nível claudiano da ínsula a norte das termas).

⁽⁵²⁾ Cf. *id.*, *ibidem*, p. 120, Est. XXVIII, 64 (nível flaviano do forum), 61, 63 e 65 (nível trajánico).

⁽⁵³⁾ Cf. PONTE, *Distrito de Santarém*, n.º 13.

⁽⁵⁴⁾ Cf. E. FOWLER, *The origins and developments of the penannular brooch in Europe*, «Proceedings of the Prehistoric Society», XXVI, 1960, p. 149-177 (p. 151).

cónicos. Esta modalidade ocorre em larga escala no mundo romano, desde o séc. i d.C. à 1.^a metade do m d.C. ⁽⁵⁵⁾; alguns dos exemplares de Conimbriga ⁽⁵⁶⁾ foram achados em camadas flavianas do forum e em níveis trajañicos para a reconstrução das termas; conhecemos mais exemplares em Alcácer do Sal⁽⁵⁷⁾, Miróbriga ⁽⁵⁸⁾, Vaiamonte ⁽⁵⁹⁾, Muge⁽⁶⁰⁾ e Vila Cardílio — Torres Novas ⁽⁶¹⁾, mas desprovidos de quaisquer referências estratigráficas.

CATÁLOGO

1. Fíbula de tipo Alcores (tipo Schüle 2f). Inv. n.º 7935. Fragmento que conserva o fusilhão em L e uma volta da mola rudimentar. Compr. fusilhão: 72 mm. (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 45, Est. V, 33 — Santa Olaia. O autor considerou-o um alfinete de cabelo do tipo que se encontraria associado a peças da Idade do Bronze em França, Alemanha, Boémia e na estação pré-micénica de Hissarlik).
2. Fíbula de tipo Bencarron (tipo Shüle 4b). Inv. n.º 2932. O arco é laminar e de secção semicircular; do eixo resta um dos extremos em forma de laço; o pé é longo e estreito; do descanso resta apenas parte da placa de feição triangular. Compr. total: 68 mm; alt. 30 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 45, Est. IV, n.º 24).
3. Id. Inv. n.º 5994. Fragmento que conserva o eixo, o enrolamento do fio do arco bifurcado e parte do fusilhão. Compr. eixo: 31 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 45, Est. IV, n.º 25).
4. Id. Inv. n.º 1812. Falta parte do pé e do descanso. O eixo é independente; o fusilhão forma a mola rudimentar e corda interior ao arco; este é de secção semicircular. Compr.: 36 mm; alt. 21 mm. (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, Est. III, n.º 23).
5. Id. Variante tipo Bencarron. Inv. n.º 3477. O eixo é independente; o fusilhão, na ponta direita do eixo, forma, da direita para a esquerda,

⁽⁵⁵⁾ Cf. A. ALARCÃO e PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 120.

⁽⁵⁶⁾ Cf. *id.*, *ibidem*, p. 120.

⁽⁵⁷⁾ Cf. SÁLETE DA PONTE, *Fibulas de Alcácer do Sal*, comunicação apresentada no IV Congresso Nacional de Arqueologia, Faro, 1980, n.ºs 30-31.

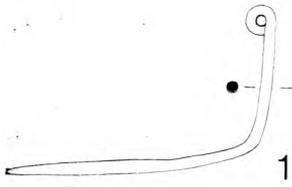
⁽⁵⁸⁾ Cf. PONTE, *Miróbriga*, n.ºs 16-19.

⁽⁵⁹⁾ Cf. PONTE, *Vaiamonte*, n.ºs 81-93.

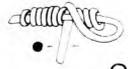
⁽⁶⁰⁾ Cf. PONTE, *Distrito de Santarém*, n. 14.

⁽⁶¹⁾ Cf. *id.*, *ibidem*, n.º 15.

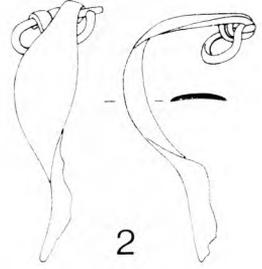
- a mola e o arco. O arco é laminar e de secção semicircular. Compr. total: 58 mm; alt.: 28 mm. (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 114, Est. XXVIII, n.º 333).
6. Fibula de tipo Acebuchal (tipo Shüle 4C). O arco é laminar e sublinhado longitudinalmente por 3 molduras muito gastas; o pé longo e estreito ao dobrar-se forma um apêndice caudal em forma de cabeça de animal; o descanso é de feição triangular; da mola bilateral restam apenas 3 voltas. Compr.: 81 mm; alt.: 25 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 45-46, Est. IV, n.º 28; GUILLERMO SCHÜLE, *Las mas antiguas fibulas con pie alto y ballesta*, Madrid, 1961, fig. 19, n.º 4; Cuadrado, *Precedentes*, fig. 7, h).
 7. Fibula de tipo Golfo de Leão. Inv. n.º 2261 B. Peça completa. O arco e secção são semicirculares; a mola é bilateral, de corda interior ao arco e consta de 4 voltas; o pé é estreito e longo; o descanso é de feição triangular. Compr.; 63 mm; alt.: 20 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 114, Est. XXVIII, 332).
 8. Fibula anular hispânica de tipo Cuadrado 11. Inv. n.º 5254. O arco é em forma de fita ou cinta, o aro, interrompido, é de secção facetada; a mola é bilateral, de corda interior ao arco e consta de 2 voltas. Diâm. aro: 45 mm; Compr. arco: 45 mm; alt. arco: 25 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 113-114, Est. XXIX, 343. Este autor observa que foram encontrados exemplares idênticos na necrópole íbero-púnica da Cruz del Negro e em Conimbriga; este último desaparecido).
 9. Fibula de tipo «Charneira e arco triangular» (tipo Ettlinger 28). Inv. n.º 8128. O arco é de feição oval e secção semicircular; o funcionamento da cabeça é em charneira. Resta parte do fusilhão, que é independente. Compr. total: 40 mm; alt.: 11 mm (cf. SANTOS ROCHA, *Memórias*, p. 45-46, Est. IV, 29).
 10. Fibula de tipo Camulodunum 17 B (Aucissa). Inv. n.º 4392. Falta-lhe parte do fusilhão. O arco é semicircular e sublinhado por uma moldura longitudinal relevada. Desenha um encordoado; o pé é curto e termina num botão cónico; a carteia e placa são decoradas, respectivamente, por um encordoado e duas finas molduras paralelas; o eixo é de ferro. Compr. total: 56 mm; alt.: 30 mm.
 11. Id. Inv. n.º 4394. Semelhante à anterior. Compr. total: 54 mm; alt. 32 mm.
 12. Fibula de tipo Camulodunum 17 C (Aucissa). Inv. n.º 5760. Fragmento que conserva o arco, charneira, eixo e arranque do fusilhão. O arco laminar e de secção semicircular é decorado por 2 estreitas faixas em forma de espinha. Compr. total: 35 mm.
 13. Fibula de tipo Fowler B 1 (anular romana). Inv. n.º 6988. O arco e secção são circulares, os seus extremos terminam em botões bicónicos. Diâm. aro: 40 mm.



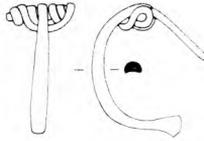
1



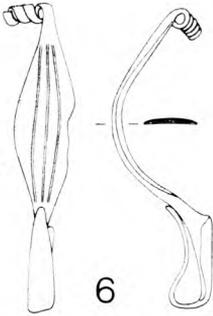
3



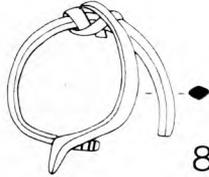
2



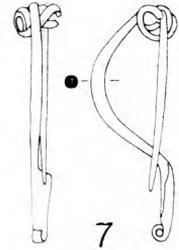
4



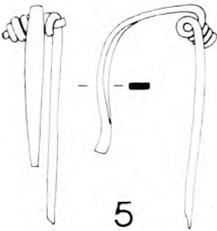
6



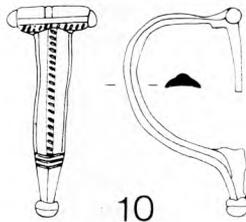
8



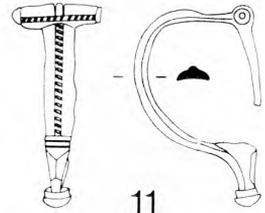
7



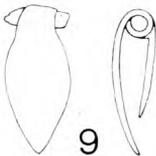
5



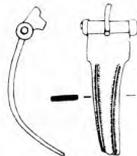
10



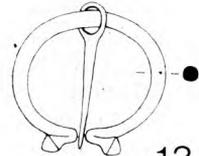
11



9



12



13

ADÍLIA M. ALARCÃO

Directora do Museu Monográfico de Conimbriga

SÁLETE DA PONTE

Conservadora do Museu Monográfico de Conimbriga

O TEMPEREIRO E A ANTIGUIDADE DO TEAR HORIZONTAL
DE PEDAIS

Conimbriga, XXI, 1982, p. 163-168

RESUMO: Dá-se a conhecer um tempereiro de madeira com pontas de ferro usado actualmente num tear horizontal de pedais em Condeixa-a-Nova e retoma-se o problema da antiguidade deste tipo de tear. Algumas peças de ferro encontradas em Conimbriga e publicadas, mas sem correcta interpretação, em *Fouilles de Conimbriga*, VII, parecem demonstrar que o tear horizontal era já conhecido na época romana tardia.

SUMMARY: Several small iron objects found at the site of Conimbriga and published in *Fouilles de Conimbriga*, VII, have now been properly recognized. They are like the metal tips from the temple — a horizontal ruler-like beam which maintains the width of the cloth uniform — of a warp-weighted horizontal loom still in use at Condeixa at the present day. This similarity seems to indicate that horizontal looms were already in use during the late empire.

(Página deixada propositadamente em branco)

O TEMPEREIRO E A ANTIGUIDADE DO TEAR HORIZONTAL DE PEDAIS

O tempereiro é uma peça usada no tear horizontal de pedais para regular a largura do tecido e mantê-lo sempre esticado à medida que o ão da trama vai passando pelos liços e forma o urdume.

Ilustramos neste artigo um modelo (*) cujo desenho (Est. I), não vimos ainda reproduzido em qualquer publicação (2). Conhecemos, além desta peça, mais 6 exemplares provenientes de Bendafé (Condeixa-a-Nova) (3), feitos de madeira e ferro e não só de ferro forjado como este acessório de tecelagem é habitualmente representado (4).

No exemplar conservado em Condeixa, as varetas são de madeira com secção em D e apresentam as extremidades formadas

(q Este exemplar pertence ao Exmo. Senhor Álvaro Pedro Augusto residente em Condeixa-a-Nova. A peça fazia parte de um tear horizontal de sua avó o qual foi há já alguns anos desmontado, restando poucos acessórios.

(2) Cf. ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO, BENJAMIM PEREIRA, *Tecnologia tradicional Portuguesa. O linho*, Lisboa, 1978 (= VEIGA DE OLIVEIRA, *O linho*) cf. ainda recensão bibliográfica a este volume no número 19, 1980, da revista «Conimbriga».

(3) Agradecemos a Miguel Pessoa, do Museu Monográfico de Conimbriga, por nos ter informado da existência destes exemplares em Bendafé os quais se encontram — segundo supomos — inéditos. A fotografia que reproduzimos é da sua autoria.

(4) Cf. VEIGA DE OLIVEIRA, *O linho*, fig. 91; cf. MARGARIDA RIBEIRO, *Contribuição para o Estudo de Teares Manuais*, «Revista de Etnografia», n.º 1, Porto, p. 14-15, fig. 11-12.

por uma peça de ferro com cabo em alvado e topo espalmado, munido de 3 dentes; cada uma das varetas é atravessada por 3 orifícios que, unidos por um cordão, determinam a maior ou menor largura do tecido. Esta união é reforçada por um anel de ferro. Nos exemplares da Bendafé as varetas são igualmente de madeira, atravessadas por três furos cada e unidos por um cordão durante a execução do trabalho; contudo, observa-se uma diferença curiosa: a secção das varetas é rectangular e estas não funcionam sobrepostas mas sim paralelamente (Est. III). Os terminais destes tempereiros são muito semelhantes e apenas ligeiramente maiores que os dois objectos provenientes de Conimbriga aqui ilustrados e que noutra lugar ⁽⁵⁾ classificámos — ainda que com muitas dúvidas — como instrumentos usados pelo estucador na preparação das camadas mais finas de revestimento do estuque. A repartição dos achados um pouco por toda a parte (ruas, criptopòrtico, termas), em estratos remexidos ou pertencentes ao *habitat* bárbaro não ajudava a interpretação funcional e cronológica de tais instrumentos. Perante os tempereiros do concelho de Condeixa-a-Nova, julgamos não haver dúvida de que os objectos de Conimbriga representados pelo n.º 44 (Est. II, n.º 1) são extremidades de objectos idênticos ou pelo menos bastante semelhantes; os restantes exemplares ilustrados pelo n.º 43 (Est. II, n.º 2) apresentam um espigão que exigiria outro tipo de encabamento o qual, à primeira vista, não parece ajustar-se facilmente a uma vareta de tempereiro com as dimensões e formatos até agora registados, sem que tal invalide a possibilidade de terem cumprido a mesma função.

O problema da antiguidade do tempereiro continua em aberto, já que os testemunhos materiais de tear horizontal de pedais referidos por vários autores ⁽⁶⁾ são demasiadamente ténues para

⁽⁵⁾ A. MOUTINHO ALARCÃO e S. DA PONTE, *Les métiers et leur outillage. Instruments de lissage, de retouchage et de modelage, Fouilles de Conimbriga*, VII, Paris, 1979, p. 26, Est. III, 43 e 44.

⁽⁶⁾ Cf. VEIGA DE OLIVEIRA, *O linho*, p. 125-126; cf. MARTA HOFFMANN, *The Warp-Weighted Loom*, 1964 (= HOFFMANN, *The Warp-Weighted Loom*), p. 333-336; cf. J. P. WILD, *Textile Manufacture in the Northern Roman Provinces*, Cambridge, 1970 (= WILD, *Textile Manufacture*), p. 53 e 75-78,

permitirem situá-lo na época romana. O seu aparecimento na Europa está associado à descrição feita por Alexander Neckam nos fins do séc. xii, pela primeira vez ilustrada numa iluminura do séc. XIII (7). O tear horizontal de pedais parece ter a sua origem mais remota na China, cujo modelo aparece representado em pedras esculpidas da época Han (206 a.C.-220 d.C.); o uso deste aparelho no mundo romano estará, porventura, associado à importação da seda Han que ocorreu, pelo menos, a partir de 395 d.C. (8).

A relação entre o citado tear chinês, o modelo que possa ter existido no Baixo Império Romano e o modelo que se impôs na Europa Ocidental em plena Idade Média, talvez não seja uma relação directa. Marta Hoffmann pensa que este último terá vindo do Oriente numa época intermediária relativamente tardia (9).

A descoberta em Conimbriga dos citados acessórios não aduz prova cronológica indiscutível. O n.º 44 provém de uma camada remexida e dos 11 exemplares idênticos, não ilustrados, 7 possuem a mesma situação, 1 foi encontrado numa canalização das termas flávio-trajânicas e 3 surgiram em níveis de destruição do *habitat* romano.

O n.º 43 e outro exemplar igual, não ilustrado, provém da camada de destruição do *forum*, havendo mais 17 encontrados em camadas remexidas. A destruição do *forum* e do quarteirão habitacional situado nas suas vizinhanças está relacionada com os ataques suévicos de 465 e 468; no entanto, dada a situação bastante superficial dessa camada não se pode afirmar que todos os objectos nela encontrados são contemporâneos ou anteriores, pois há que admitir a possibilidade de intrusão posteriori¹⁰).

Por outro lado, não é crível que os trabalhos agrícolas desenvolvidos ao longo dos séculos após o completo abandono de Conimbriga como local de habitação, sejam os responsáveis

(7) Cf. VEIGA DE OLIVEIRA, *O linho*, p. 126, fig. 68; cf. WILD, *Textile Manufacture*, p. 76.

(8) Cf. WILD, *Textile Manufacture*, p. 53 e 77.

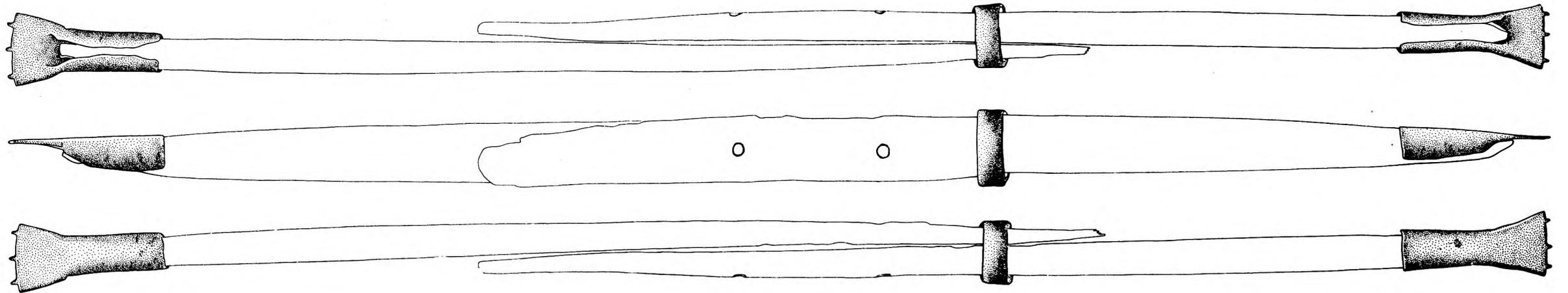
(9) Cf. HOFFMAN, *The Warp-Weighted Loom*, p. 336.

(10) O significado da camada de destruição de Conimbriga foi objecto de larga discussão em *A propos des céramiques de Conimbriga*, «Conimbriga», XIV, 1975, p. 79-84.

pelo aparecimento de 32 objectos tão semelhantes entre si, numa área relativamente concentrada e num contexto arqueológico onde faltam quase por completo testemunhos de ocupação posterior ao séc. vu ⁽ⁿ⁾.

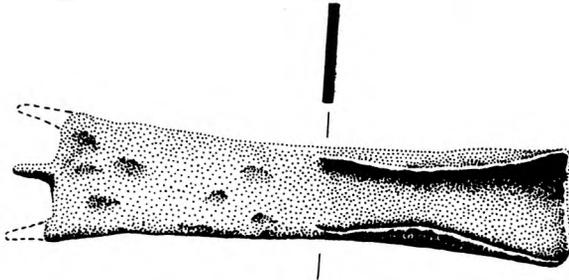
⁽ⁿ⁾ Cf. JORGE ALARCAO e ROBERT ÉTIENNE, *Fouilles de Conimbriga, I. VArchitecture*, Paris, 1977, p. 10.

Est. I

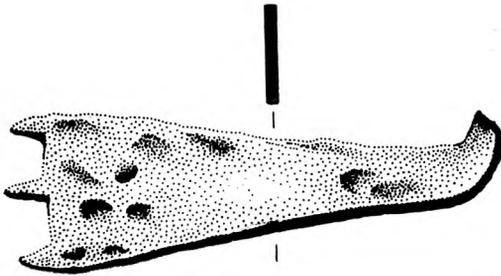


cms

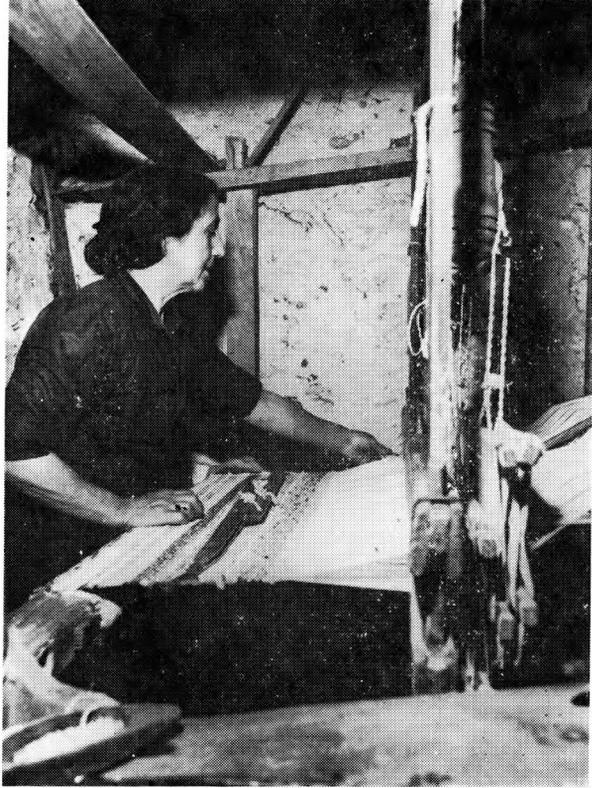
(Página deixada propositadamente em branco)



1



2



NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

1980

(Página deixada propositadamente em branco)

JANEIRO

Nazaré

Visando o estudo do património histórico-cultural do concelho, bem como a sua defesa e valorização, foi criado na Nazaré o Centro de Etnografia, Arqueologia e Valorização Cultural (CETA).

Correio da Manhã, 9-1-1980

Chaves

O Grupo Amador de Arqueologia de Chaves, deslocando-se às terras de Seara Velha, visitou diversos castros:

- no Alto dos Coroas, perto do Santuário de S. Caetano: indícios das três muralhas;
- Casas dos Castelões (entre Pai Mó e S. Caetano): povoado fortificado, com cerâmica à superfície;
- Outeiro dos Mouros: penedos com covas, cerâmica, uma moeda;
- Facho de Castelões: três barreiras de terra correspondentes às destruídas muralhas e grande fosso a Norte;
- «Castro» de Seara Velha, possível lugar de passagem para os romeiros de Compostela: vestígios antigos nas rochas (uma insculptura de serpente, por exemplo);
- Fraga Gorda: uma rocha de som metálico;
- Fragas Brancas (ou «Muradelhas»): pequeno castro.

Notícias de Chaves, 18-1-1980

Línguas pré-romanas

Em conferência pronunciada em Lisboa, o Prof. António Tovar salientou a importância da inscrição do Cabeço das Fráguas (Guarda) para a compreensão das línguas pré-romanas, nomeadamente do Lusitano, sobre cujos limites e características indo-europeias teceu considerações.

Diário de Notícias, 23-1-1980

Algarve

Promovido pelo Centro de Estudos Espeleológicos e Arqueológicos do Algarve, com sede em Moncarapacho, vai realizar-se a partir do dia 1 de

Conimhrica, 21 (1982), 169-188

Abril próximo, com a duração de três dias, o T Encontro Espéleo-Arqueológico do Algarve.

Visa este encontro, além de comemorar o centenário da espeleologia, dar a conhecer o que se faz no Algarve no campo espeleológico e arqueológico, a fim de se definirem normas de actuação.

Correio do Sul, 24-1-1980

A rouca

O complexo megalítico de Escariz (Arouca) encontra-se ameaçado pela incúria e pela ignorância. O espólio aí recolhido por D. Domingos de Pinho Brandão encontra-se depositado no Museu da Sé Episcopal do Porto, sem ter ainda sido estudado.

Jornal de Notícias, 27-1-1980

Torre de D. Chama

O castro de Torre de D. Chama (Mirandela) corre o perigo de sofrer estragos irreparáveis, se for por diante a ideia de abrir uma estrada de acesso à capelinha que coroa o monte onde o castro se situa.

Jornal de Notícias, 30-1-1980

Museu de Arqueologia e Pré-História da Faculdade de Ciências do Porto

Fundado, no início do século, pelo Prof. Mendes Corrêa, este museu dispõe de três secções: na de Pré-História de Portugal podem ver-se objectos do Paleolítico, utensílios solutrenses de Évora-Monte, materiais mesolíticos provenientes dos concheiros de Muge, e colecções da Idade dos Metais recolhidos em castros e necrópoles do norte do País. A segunda secção inclui peças de estações paleolíticas europeias e africanas, uma importante colecção de arte funerária egípcia (uma múmia, por exemplo), e cerâmica da Idade do Ferro da Alemanha. O terceiro sector é consagrado à hominização.

A Capital, 30-1-1980

FEVEREIRO

Viana do Castelo

Vão decorrer até Junho jornadas para formação de dinamizadores da defesa e levantamento do património histórico-arqueológico do Alto Minho. A iniciativa pertence ao Grupo Amador de Arqueologia de Viana (G.A.A.V.).

Diário Popular, 2-2-1980

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

Castelo Branco — Centro de Estudos Epigráficos da Beira

Com sede em Castelo Branco, foi criado o Centro de Estudos Epigráficos da Beira, cuja finalidade primordial é a salvaguarda e estudo dos muitos materiais epigráficos do distrito. Entre os seus objectivos destacam-se: a recolha no museu Francisco Tavares Proença Júnior das epígrafes dispersas; prospecção de novos achados; publicação de um boletim anual e organização do catálogo da epigrafia romana da Beira.

O Primeiro de Janeiro, 3-2-1980

Évora — exposição

No Museu Regional de Évora é inaugurada amanhã uma exposição de Arqueologia subordinada ao tema «As esteias epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal».

Esta exposição é organizada pelo Museu de Setúbal, onde já esteve patente.

O Diário, 7-2-1980

Cartografia arqueológica do Guadiana

Um acordo assinado entre arqueólogos portugueses e a Universidade de Sevilha criou uma Comissão Mista para o estudo do povoamento pré e proto-histórico do Baixo Guadiana, cujo programa se pode resumir no seguinte: «prospectar, com uma equipa em cada margem, o Guadiana, cartografar as estações arqueológicas identificadas e programar a sua futura escavação».

Jornal do Algarve, 8-2-1980

Vila do Conde — exposição

Uma exposição fotográfica sobre arquitectura romana em Portugal foi inaugurada na Câmara Municipal de Vila do Conde, depois da descoberta, perto daquela localidade, de uma necrópole romana.

Portugal Hoje, 21-2-1980

Sernancelhe — exposição

Com o apoio da Câmara Municipal e das escolas, o Centro Juvenil de Arqueologia de Viseu promove uma exposição fotográfica sobre a arqueologia do distrito de 25 a 29 do corrente.

O Comércio do Porto, 26-2-1980

Lisboa

Iniciadas em 1960, e interrompidas há uma dezena de anos, vão ser retomadas em breve as escavações no teatro romano situado na encosta do castelo de S. Jorge, em Lisboa. O monumento, em muito bom estado, poderá ser reconstituído, encarando-se até a hipótese de vir a ser utilizado para espectáculos.

Diário de Lisboa, 29-2-1980

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

MARÇO

Penamacor

A Câmara Municipal de Penamacor vai promover em 1982 um congresso luso-espanhol sobre os monumentos e achados arqueológicos do distrito de Castelo Branco e regiões espanholas raianas. O congresso será precedido da realização, nas diferentes freguesias, de sessões de informação e sensibilização das populações.

O Primeiro de Janeiro, 1-3-1980

Viana do Castelo

O GAAV — Grupo Amador de Arqueologia de Viana — criado vai para dois anos, está a empenhar-se na descoberta e na defesa do património cultural. Contando presentemente 50 sócios, voltou a publicar um boletim mensal.

O Primeiro de Janeiro, 4-3-1980

Castelo Branco — GEPAA

Formado em Agosto de 1975, e constituído por mais de 30 membros, o GEPAA — Grupo de Estudos para a Protecção Artística e Arqueológica — foi legalizado por escritura pública no dia 14. Tem como objectivo proceder ao levantamento do património cultural do concelho de Castelo Branco.

Jornal do Fundão, 14-3-1980

Torres Novas

Realizar-se-á, de 24 de Março a 5 de Abril, uma campanha de escavações em Villa Cardílio, dirigida por arqueólogos da Universidade de Coimbra e em que participará também um grupo de 10 alunos e alunas daquela Universidade.

O Almonda, 14-3-1980

Vila do Conde

Sob a orientação de Francisco Alves e Manuela Delgado, da Unidade Arqueológica da Universidade do Minho, prosseguem os trabalhos de recuperação da necrópole romana descoberta há mais de sessenta anos e agora redescoberta.

A necrópole, que data do séc. m d.C., devia ser vastíssima; «continua a fornecer tégulas, cerâmicas, pesos de tear, mós, e, num poço agora descoberto, diversos destes materiais envolvidos em terra preta e com vestígios da prática da incineração. O poço, que mede cerca de 1,50 de lado e é quadrado, poderá ainda conter uma câmara ou mais».

Informação Vilacondense, 20-3-1980

S. Miguel de Odrinhas

Deram entrada no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) dois monumentos romanos encontrados no vizinho lugar do Funchal: «uma grande estela de topo arredondado com inscrição» e «um fragmento de capreamento de cipo prismático, atribuído à 2.^a metade do séc. i d.C. ou 1.^a metade do século seguinte».

Jornal de Sintra, 21-3-1980

Bob adela [Oliveira do Hospital]

Com o apoio do município local, vai o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro levar a efeito a i.^a campanha de escavações arqueológicas na Bobadela.

A Comarca de Arganil, 27-3-1980

ABRIL

Cabeceiras de Basto

Foi encontrada em Santa Comba, freguesia de Refojos (Cabeceiras de Basto), a estátua decapitada de um guerreiro lusitano, com 2,10 m de comprimento e cerca de 400 kg de peso. A zona é rica noutros achados arqueológicos.

Jornal de Notícias, 9-4-1980

M angualde

As quintas da Raposeira, que se situam a uns 600 m de Mangualde, ao fundo poente da Senhora do Castelo, deram em 1889, numa escavação muito superficial, diversos achados arqueológicos: «um hipocausto, louçaria indígena, restos de arquitectura toscana, ansas de ânfora, mármore sacaráides, moedas de cobre e prata, todas dos Antoninos, desde Nerva a Trajano e Adriano. A maior parte dos objectos deu entrada nos museus de Belém e de Guimarães».

O Primeiro de Janeiro, 11-4-1980

Porto

«A Assembleia Distrital do Porto aprovou um programa para o levantamento da carta arqueológica do distrito, em colaboração com a Faculdade de Letras, dotando o empreendimento com uma verba de três mil contos, a dispender no próximo triénio».

O Diário, 12-4-1980

MAIO

Cabeceiras de Basto

Alertada pelas notícias publicadas no dia 9 de Abril acerca da estátua do guerreiro, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho deslocou-se ao local para estudar o monumento, estudo que publica. Dele se destaca o facto de o armamento e vestuário corresponderem às descrições que Estrabão faz dos Lusitanos: o escudo contém uma inscrição: **ARTIFICES / CALV-BRICENS/ES(...)? / F.G.** — datável do séc. i. É, sem dúvida, um exemplar de arte indígena do NO, que sobreviveu até ao período da ocupação romana, como o atesta a inscrição».

Jornal de Cabeceiras, 12-5-1980

Faro — IV Congresso Nacional de Arqueologia,

Com a presença de muitos arqueólogos nacionais e estrangeiros, realizou-se em Faro, de 19 a 25 de Maio, o IV Congresso Nacional de Arqueologia, cuja organização esteve a cargo do Centro de História das Universidades de Lisboa. Para além de comunicações nas diversas áreas da arqueologia (inclusive de arqueologia industrial), os congressistas fizeram uma visita de estudo ao povoado calcolítico de Santa Justa (Alcoutim), a Mértola, às ruínas romanas de Milreu e de Vila Moura e a Silves.

JUNHO

Castelo Branco

Perto do parque de campismo da cidade de Castelo Branco, foi identificada a 1.^a necrópole romana deste concelho, de que se encontrou uma sepultura forrada de *tegulae*.

Jornal do Fundão, 27-6-1980

JULHO

Baixo Guadiana

Os governadores civis de Huelva e de Faro, em comunicado final sobre as conversações havidas entre ambos, com o apoio de comissões especializadas, afirmam a sua intenção de dar «um forte impulso a um projecto luso-espanhol de prospecção e escavação selectiva de monumentos e sítios arqueológicos do Baixo Guadiana».

Jornal do Algarve, 4-7-1980

Manteigas

Numa experiência-piloto levada a cabo pelo FAOJ, grupos de jovens vão limpar as vias romanas existentes nas proximidades de Manteigas, no distrito da Guarda.

Correio da Manhã, 7-7-1980

Setúbal

Integradas no projecto de arqueologia urbana «Recuperar a Setúbal Romana», realizaram-se escavações na Praça de Bocage, em Setúbal, as quais — além doutros resultados — «revelaram a existência dum estabelecimento fabril de salga de peixe construído no século n». «Provou-se ainda que o local esteve inundado, originando uma camada de lodos sobre as estruturas romanas, o que explica que ainda recentemente se chamasse Largo do Sapal àquela zona da cidade».

O Diário, 14-7-1980

Macedo de Cavaleiros

«Foram encontrados nove esqueletos humanos fossilizados em Limãos, freguesia de Salselas (...). Os esqueletos, de indivíduos adultos, estavam alinhados, mas não havia junto deles quaisquer vestígios de muros ou sepulturas».

O Comércio do Porto, 29-7-1980

Braga

Em conferência de imprensa convocada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, foi feito um balanço da actividade desenvolvida e deu-se a notícia da revitalização do Museu D. Diogo de Sousa como Museu Distrital de Arqueologia, onde serão recolhidos os materiais arqueológicos, nomeadamente os das termas e os da necrópole da Rua do Caires recentemente encontrada.

Correio do Minho, 31-7-1980

AGOSTO

Fornelos (Vila Real)

«O Prof. Manuel Tuna achou ali, enterrado, um forno da época da romanização, integralmente construído em tijolo, com a abertura e toda a sua estrutura intacta. Está assim justificado o nome de Fornelos para a povoação, assim como o da povoação vizinha, de Barreiros, de onde ia a matéria-prima para os fornos.

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

Anteriormente, já havia aparecido uma telha da época romana, no lugar de S. Pedro de Fontes, o que se relaciona com as descobertas agora feitas».

Diário Popular, 5-8-1980

Torres Novas

Foi acordado entre a Câmara Municipal de Torres Novas e o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra um programa de cinco anos de escavações sucessivas, com dois períodos anuais de quinze dias cada um — Páscoa e férias grandes.

O segundo período do primeiro ano desses trabalhos, decorreu entre 14 e 26 de Julho findo. A área total descoberta nesta campanha de 80 foi de 384 m². Utilizaram-se nos trabalhos de prospecção arqueológica um magnetómetro e um sismógrafo. Participaram estudantes universitários, sob a orientação dos arqueólogos António João Nunes Monteiro e António J. Ferreira Quinteira.

O Almonda, 8-8-1980

Arganil

«Recomeçaram ontem, dia 11, as escavações da estação arqueológica da Lomba do Canho, que se prolongarão até Outubro com a participação de cerca de 90 estudantes (...)». Sob a orientação do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, os trabalhos incidirão fundamentalmente sobre o terreno envolvente da anta n.º 1 dos Moinhos de Vento, notável pelo seu rico espólio arqueológico, e o acampamento romano (...)».

A Comarca de Arganil, 12-8-1980

Idanha-a-Nova

«Com sede em Idanha-a-Nova foi constituída a Associação Regional de Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor, que adopta a sigla de *Arcife* e tem por objectivos a detecção, defesa, estudo científico, valorização e divulgação do património cultural e natural dos citados concelhos».

Notícias da Covilhã, 15-8-1980

Leiria

A região de Leiria vai ter — por iniciativa camarária — o seu Museu Arqueológico, destinado a recolher peças que andam dispersas, relativas à Pré-História, ao período romano e mesmo da Reconquista.

O Comércio do Porto, 20-8-1980

Alter do Chão

Estão a decorrer em Alter do Chão trabalhos de escavação na estação de Ferragial d'El-Rei, dirigidos por Brazão Ferreira, com o apoio das entidades e organismos locais.

O Primeiro de Janeiro, 21-8-1980

Chaves

Numa campanha desenvolvida nos últimos meses pela Câmara Municipal de Chaves, foram encontradas (e deram entrada no museu da cidade) mais de cem peças arqueológicas, entre as quais objectos de cerâmica e mós romanas.

Mensageiro de Bragança, 29-8-1980

Faro

Em visita efectuada a Estoi, o Governador Civil de Faro garantiu que iriam ser tomadas medidas tendentes à preservação das ruínas romanas de Milreu.

A Voz de Loulé, 31-8-1980

SETEMBRO

Albergaria-a-Velha

De 16 a 30 de Agosto, foram realizadas na povoação de Lavoura de Baixo, Crestelo, Branca, no concelho de Albergaria-a-Velha, escavações arqueológicas. Embora a localização, aí, da cidade de Talábriga, se encare com muitas reservas, o certo é que, numa área de cerca de 100 metros quadrados e a reduzida profundidade, foram descobertos um muro, cerâmicas e objectos romanos.

Jornal de Notícias, 4-9-1980

Tomar

Sob a orientação de Sálete da Ponte, está a decorrer na estação romana de S. Pedro de Caldeias a 4.^a campanha arqueológica, que terminará no dia 13. A equipa «procederá ao levantamento de um mosaico policromo descoberto no ano passado, em mau estado de conservação».

O Diário, 5-9-1980

Braga

Inúmeros vestígios da época romana, encontrados na freguesia de Palmeira, nomeadamente cerâmica e moedas, estão guardados na Quinta

da Touroa. Dai proveio também uma ara romana recolhida no Museu Pio XII. Julga-se igualmente que a fonte de Pardelhas já serviu ao tempo dos Romanos.

Diário Popular, 6-9-1980

Vidigueira

A equipa luso-francesa de arqueólogos responsável pelas escavações de Conimbriga julga ter encontrado no Alentejo uma villa romana ímpar pelo seu estado de conservação.

Trata-se de uma casa senhorial «muitíssimo imponente», no dizer de um dos arqueólogos da equipa das universidades de Coimbra e Bordéus (França) que, sob a direcção de Jorge Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet, trabalha no monumento, situado na freguesia de Vila de Frades, Vidigueira.

Mais de meia centena de pessoas — vinte técnicos, vinte trabalhadores camarários e quinze estudantes — concluem esta semana a segunda campanha de escavações, que será resumida depois de amanhã na Vidigueira por Jorge Alarcão, num colóquio-debate.

As pesquisas deverão prosseguir por mais três anos e deixarão a descoberto «um monumento que será local obrigatório de visita turística». Uma das ideias da equipa ao deslocar-se de Conimbriga foi investigar a estrutura agrária do Alentejo ao tempo dos Romanos.

A «villa» apresenta uma fachada de 60 metros, terá 10 a 15 metros de altura e uma largura de 20.

Teve duas épocas de ocupação, a primeira no século i e a segunda no século iv. É o facto de se manter toda a estrutura do rés-do-chão que torna único este monumento.

Os arqueólogos escavam presentemente as termas e a parte rústica da residência, destinada aos servos, aproveitada para necrópole durante a Idade Média.

Diário de Lisboa, 6-9-1980

Lisboa

«Encontra-se patente ao público, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, uma exposição de peças de escultura romana até agora encontradas em Portugal.

Para a mostra foram seleccionados os exemplares mais representativos sob os aspectos técnicos e temáticos. São apresentadas esculturas e relevos de pedra, mármore e granito, um núcleo de peças de bronze e uma excepcional peça de prata, abrangendo, no seu todo, um período amplo, situado principalmente entre os séc. i e m d.C.

A temática varia, desde os retratos de personagens (Adriano, Augusto, Júlia) a representações míticas de heróis e divindades, às esculturas que decoram frisos, aras, urnas, sarcófagos ou situlas.

No total, estão expostas setenta peças.

Com esta iniciativa, o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia pretende chamar a atenção do público para o conjunto mais significativo de estátuas romanas existentes em território português».

Correio do. Manhã, 10-9-1980

Alcohaça

Por iniciativa da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Alcobaça, vão iniciar-se as escavações arqueológicas na estação romana de Pirreitas, freguesia de Barrio. A equipa, ligada à Universidade de Lisboa, é chefiada pelo Dr. Pedro Barbosa.

Diário de Notícias, 14-9-1980

Ensino de Arqueologia

Um decreto recentemente promulgado cria a variante em Arqueologia, da licenciatura em História, que poderá funcionar nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e nas unidades de Arqueologia das universidades do Minho, Évora, Aveiro e Açores.

O funcionamento da variante terá início depois da proposta fundamentada da respectiva universidade; o plano de estudos e a tabela e regime de precedências serão fixados por portaria ministerial.

Jornal de Notícias, 16-9-1980

Marco de Canavezes

Está a decorrer, por iniciativa do Município, na área arqueológica do Freixo (a cidade de Oncóbriga?), uma campanha de escavações. «Trata-se de uma zona de ocupação romana, com provável tradição indígena, e ocupada continuamente desde os finais do Império Romano até aos nossos dias».

Jornal de Notícias, 16-9-1980

Revista, «Arqueologia»

Editada pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, surgiu uma nova revista, «Arqueologia», dirigida por Vítor de Oliveira Jorge. Destina-se a fornecer dados actualizados sobre trabalhos em curso e a divulgar a arqueologia entre um público não erudito.

Espinho Vareiro, 19-9-1980

Fundão

Os trabalhos de arqueologia que estão a ser realizados na Fonte das Cabeças permitem afirmar estar-se em presença de uma importante estação arqueológica.

Jornal do Fundão, 19-9-1980

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

Moura

A primeira pesquisa arqueológica realizada na zona do castelo de Moura revelou estar-se em presença dum grande povoado da segunda Idade do Ferro, sobre o qual assentou uma cidade romana.

Diário de Notícias, 27-9-1980

Serviços Regionais de Arqueologia

Por diploma ontem publicado no «Diário da República», foram criados os Serviços Regionais de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, nas zonas norte, centro e sul do País, que visam «responder cabalmente aos imperativos da defesa e aos de apoio à investigação e valorização» do património arqueológico português. Apoiarão esses Serviços comissões consultivas regionais.

Jornal de Notícias, 27-9-1980

OUTUBRO

Guarda

Várias estruturas arqueológicas integradas nas ruínas romanas do Mileu (Guarda) vão ser reconstruídas pelo município daquela cidade.

Rodoviária, Outubro de 1980

Chaves

Ao proceder-se ao fortalecimento dos pilares da ponte romana de Chaves, foram encontrados vários objectos datáveis da época romana, nomeadamente mós, um pedaço de tijoleira, uma estátua-menir e um padrão cilíndrico com inscrição.

O Comércio do Porto, 6-10-1980

Vila do Conde — Exposição

E hoje à tarde inaugurada na biblioteca municipal de Vila do Conde uma exposição sobre o tema «A Arqueologia Romana de Vila do Conde», a qual estará patente ao público até ao fim do mês.

A exposição consta dos materiais encontrados durante as escavações efectuadas em Março e Abril, junto à Avenida Coutinho Lanhoso.

Poriugal Hoje, 13-10-1980

Tomar

O Centro de Estudos e Protecção do Património de Tomar vem desenvolvendo intensa actividade na preservação de várias estações arqueológicas:

— *Bexiga*: em 1958, aí se encontraram muitos fragmentos de telhas, cerâmica e uma lápide tumular com inscrições;

— *Castelo de Porto Velho*: fragmentos de cerâmica «tina e lisa de cor encarnada escura»;

— *Póvoa*: dois túmulos, ponte romana com dois arcos, muralha romana, restos de uma estrada antiga e esgotos do tempo dos Romanos;

— *S. Silvestre de Beselga*: um mosaico romano junto da escadaria de acesso à igreja; numerosos fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, elementos de uma mó, cerâmica.

A Tarde, 18-10-1980

Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia

Foram estruturados numa perspectiva regionalizada os serviços do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. Reestruturou-se também o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de forma a transformá-lo num organismo virado para a investigação científica, para a divulgação do património arqueológico e para a acção cultural. A perspectiva de articular inteiramente o Departamento de Arqueologia e o MNAE, reunidos num mesmo espaço físico, permitirá conjugar um projecto de salvaguarda do património arqueológico com o projecto de investigação e divulgação.

A Tarde, 20-10-1980

Marco de Canaveses

A Câmara Municipal promove uma sessão para apresentar os trabalhos arqueológicos realizados na região do Freixo em Agosto e Setembro.

O Comércio do Porto, 20-10-1980

Mealhada

A Câmara da Mealhada votou a concessão dum subsídio para prosseguimento, sob a orientação de Jorge Alarcão, das explorações arqueológicas no lugar de Yimieira, onde se encontraram já esqueletos, moedas, pedras de mó e restos arquitectónicos.

O Primeiro de Janeiro, 22-10-1980

Balsa (Tavira)

No decurso da campanha de trabalhos arqueológicos realizados nesta zona por uma equipa da Faculdade de Letras de Lisboa, detectaram-se restos dum possível edifício termal, de que se conserva uma parte bastante

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

significativa do «frigidarium», uma piscina com escadaria em «opus signinum». Foi também posto a descoberto um troço de aqueduto, cujo fundo, igualmente em «opus signinum», se conserva ainda numa extensão de cerca de 30 metros.

O Primeiro de Janeiro, 23-10-1980

Orjais (Covilhã)

Foi considerada de interesse histórico e cultural a zona de Orjais. O Prof. Jorge Alarcão e um representante do município foram encarregados de coordenar as escavações a efectuar e de classificar o espólio obtido.

A Forja, 23-10-1980

Redondo

O «Grupo de Amigos do Redondo», através da sua Secção de Arqueologia, propõe-se dar a conhecer e defender o património concelhio.

Brados do Alentejo, 24-10-1980

Monforte

Encontram-se em estado de abandono as ruínas da *villa* romana de Torre de Palma, a estação arqueológica mais extensamente escavada no País.

Brados do Alentejo, 24-10-1980

Braga

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho participa na «Juve Minho» com dois stands; num deles funciona um mini-laboratório de tratamento e reconstituição de cerâmica; no outio, são comentados diapositivos sobre a arqueologia de Bracara Augusta.

Jornal de Famahção, 24-10-1980

Caídas da Rainha

Elementos do Núcleo Juvenil de Arqueologia da Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural do Oeste (AEDO), com sede nas Caldas da Rainha, participaram na IV campanha de escavações arqueológicas em S. Pedro de Caldeias (Paialvo, Tomar).

Gazeta das Caldas, 29-10-1980

Conimbriga, 21 (1982), 169-188

Tomar

A vila rústica romana de S. Pedro de Caldeias foi também escavada durante este Verão em mais uma campanha orientada por Sálete da Ponte, de Gonimbriga. Além dum mosaico de 5x5 m, que foi levado para restauro no Museu de Conimbriga, o espólio contém fragmentos de sigillata itálica e de vidro bem como moedas, permitindo datar a construção do séc. i d.C. e a sua destruição entre os sécs. iv e v.

A Capital, 30-10-1980

Lisboa

Vão funcionar em Lisboa, na sede da Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, com o apoio da delegação regional do FAOJ, cursos de iniciação à Arqueologia: Introdução à Pré-História, Paleolítico no Mundo, Antropologia e Paleoantropologia, Antropologia Cultural e Arqueologia Clássica.

O Dia, 30-10-1980

Castro Verde

O fortim romano do Cerro dos Namorados (Castro Verde), datável do séc. i d.C., foi mais uma vez objecto de estudo por parte de Manuel e Maria Maia, professores da Faculdade de Letras de Lisboa. Do maior interesse para o estudo da presença militar romana no sul de Portugal, esse e outros fortins precisam de ser escavados sistematicamente.

Diário Popular, 31-10-1980

NOVEMBRO

Tondela

Abriu no salão nobre da Câmara Municipal de Tondela uma exposição sobre a arqueologia do distrito de Viseu. A mostra, da responsabilidade do Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu, consta de 41 fotografias e é acompanhada de pequeno catálogo.

Jornal de Notícias, 4-11-1980

Mealhada

Na sua reunião, a Comissão Administrativa da Mealhada aprovou por unanimidade uma proposta do vereador Carlos Cabral relativa à *cilla* romana das Areias (Vimieira), donde constam diligências a efectuar junto de entidades públicas e privadas bem como a concessão dum subsídio e fornecimento de material.

Diário de Coimbra, 6-11-1980

Arganil—III Colóquio de Línguas e Culturas Páleo-Hispânicas

Encerrou em Arganil, no dia 8, o 111 Colóquio de Línguas e Culturas Páleo-Hispânicas, que decorreu em Lisboa, de 5 a 7 do corrente, com a presença de inúmeros investigadores nacionais e estrangeiros. Os participantes visitaram a estação arqueológica da Lomba do Canho e o Museu Arqueológico, ora inaugurado.

Diário de Xotícias, 11-11-1980

Castelo Branco

Fundada em Maio do corrente ano, a ARCINPE—Associação Regional Arqueológica de Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor — tem como objectivos a defesa, estudo e divulgação cultural e natural desses concelhos.

Jornal do Fundão, 21-11-1980

Covilhã

«De hoje a domingo vai decorrer nos Paços do Concelho e por iniciativa do pelouro da cultura da Câmara Municipal, um seminário sobre arqueologia conduzido pelo Prof. Jorge Alarcão».

O Primeiro de Janeiro, 21-11-1980

Idanha-a-Velha

Realizou-se no museu de Castelo Branco uma sessão cultural do Centro de Estudos Epigráficos da Beira subordinada ao tema «Conhecer Idanha-a-Velha». Propôs-se a criação dum museu que abrigue os mais de 300 monumentos epigráficos da Egitânia.

O Primeiro de Janeiro, 25-11-1980

Tróia

Organizada pelo Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, inaugurou-se hoje em Tróia uma exposição sobre Tróia romana.

O Comércio do Porto, 28-11-1980

Museu Xacionai de Arqueologia e Etologia (Lisboa)

Prosseguindo a ampliação e dinamização deste museu, foram ontem inauguradas duas exposições: «A Primeira Idade do Ferro no Sul de Portugal — Epigrafia e Cultura» e «Tesouros da Arqueologia Portuguesa». A primeira reúne uma colecção de mais de 400 peças, destacando-se 64 estelas epigrafadas, que testemunham uma avançada civilização criadora

do primeiro alfabeto do Ocidente. A segunda apresenta uma vasta e preciosa colecção de objectos de joalheria, abrangendo o período Calcolítico tardio até à Alta Idade Média.

Diário de Notícias, 29-11-1980

DEZEMBRO

Braga

Entrará em funcionamento muito em breve e ficará instalado em Braga o Centro Regional do Norte de Arqueologia.

Correio do Minho, 3-12-1980

Batalha

Enquanto as escavações não puderem recomeçar em S. Sebastião do Freixo (*Collipo*), urge travar o processo de degradação e depredação das ruínas, delimitando a zona arqueológica e comprando os terrenos.

Diário Popular, 12-12-1980

Evora

Foi homologado na Universidade de Évora o curso superior livre de Arqueologia, que, no presente ano lectivo, consta das disciplinas de Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Clássica.

Distrito de Portalegre, 12-12-1980

Castelo Branco — I Jornadas de Estudos Epigráficos da Beira

No final das I Jornadas de Estudos Epigráficos da Beira, realizadas em Castelo Branco a 29 e 30 de Novembro, foi proposto que as II Jornadas se realizassem nos dias 8, 9 e 10 de Outubro de 1982 no Fundão. Uma segunda proposta incluía as seguintes sugestões:

— que nas actas das Jornadas figure a relação de todas as obras publicadas sobre a epigrafia da Beira Baixa;

— que se defina a criação duma equipa nacional que proceda ao estudo de todas as inscrições romanas da Beira Baixa e se desenvolvam esforços no sentido da constituição dessa equipa e da sua entrada em função;

— que o CEEB (Centro de Estudos Epigráficos da Beira) contacte com as universidades e outras entidades ligadas à arqueologia, a fim de estas tomarem em consideração o apoio efectivo a esta equipa.

A terceira proposta solicitava, entre outras coisas, que ficasse a cargo do CEEB a elaboração do catálogo geral das inscrições da Beira Baixa.

Jornal do Fundão, 12-12-1980

Braga

O Dr. Rüger, especialista da UNESCO em Arqueologia Clássica e director do Museu de Bona, afirmou, em conferência de imprensa, que — com o auxílio da UNESCO — pode ser reconstruída a via romana que ligava Bracara Augusta a Astorga, «o complexo monumental com a maior concentração de marcos miliários jamais vista em todo o mundo romano».

Diário do Minho, 12-12-1980

Guarda

A capela de Mileu está a correr grave risco de ruína. Destelhada desde Junho, as paredes apresentam já perigosas fendas.

Correio da Manhã, 14-12-1980

Mei moa (Penamacor)

As estações arqueológicas desta freguesia deverão ser escavadas com urgência, porque as águas da albufeira duma barragem que vai ser construída aí, as submergirão.

Portugal Hoje, 14-12-1980

Viana do Castelo

O GAAY—Grupo Amador de Arqueologia de Viana — vai promover, de 22 a 28 do corrente, Jornadas do Património.

Aurora do Lima, 17-12-1980

Torres Novas

Urna *cilla* romana de alguma importância, comprovada por integrar um cemitério, acaba de ser assinalada no concelho de Torres Novas, noticiou ontem «O Almonda». As ruínas situam-se na estrada Ribeira Ruiva-Casal da Pinheira, soterradas a pouca profundidade.

O Comércio do Porto, 18-12-1980

F. cora

Inicia-se no próximo dia 12 de Janeiro o curso superior livre de Arqueologia da Universidade de Évora. Este curso tem o objectivo de «proporcionar a formação de meios humanos que nos seus locais profissionais de origem possam desenvolver investigação aplicada e assistir aos organismos sócio-culturais e administrativos locais e regionais nos problemas de salvaguarda do património arqueológico e artístico».

O Diário, 20-12-1980

Seleccção de J. D'ENCARNAÇÃO

REVISTAS

Recebidas regularmente no Instituto de Arqueologia

(Página deixada propositadamente em branco)

Indicam-se entre parênteses o número
e o ano do 1.º volume recebido.

ACME (XXX, 1977)

Facoltà di Lettere e Filosofia — MILANO (Itália)

ACTA ANTIQUA (Vili, 1960)

A Magyar Tudományos Akadémia—BUDAPEST (Hungria)

ACTA ARCHAEOLOGICA (XXX, 1959)

Archäologisches Institut—COPENHAGA (Dinamarca)

ACTA MYSEI MORAVIAE (XLIII, 1958)

Moravské Museum — BRNO (Checoslováquia)

ACTA MYSEI NAPOCENSIS (II, 1965)

Muzeul de Istorie al Transilvaniei — CLUJ (Roménia)

AEGYPTUS (LIY, 1974)

Università Cattolica — MILANO (Itália)

AFRICA (I, 1966)

Institut National d'Archéologie et d'Art — TUNIS (Tunísia)

ALBA REGIA (XVII, 1979)

Musée Roi Saint-Étienne — SZÉKESFEHERVÁR (Hungria)

AL-MASKUKAT (I, 1969)

Ministre of Culture and Information. Directorate General of Antiquities.
BAGHDAD (Iraque)

AMERICAN JOURNAL OF ARCHAEOLOGY (65, n.º 3, 1961)

Archeological Institute of America—PENNSYLVANIA (E. U. A.)

AMPURIAS (XXI, 1959)

Institut de Prehistoria I Arqueologia — BARCELONA (Espanha)

ANAIS DO MUNICIPIO DE FARO (IV, 1974)

Biblioteca Municipal — FARO (Portugal)

ANCIENT SOCIETY (I, 1970)

Katholieke Universiteit te — LEUVEN (Bélgica)

ANNALI (16-17, 1969-70)

Istituto Italiano de Numismática — ROMA (Itália)

Conimhriga, 21 (1982), 189-204

ANNALI DELLA SCUOLA NORMALE SUPERIORE DI PISA
(VII, 1972) — PISA (Italia)

L'ANNÉE ÉPIGRAPHIQUE (1973)
Presses Universitaires de France — PARIS (França)

ANNUAL REPORT OF THE AMERICAN NUMISMATIC
SOCIETY (1965)
American Numismatic Society — NEW YORK (U.S.A.)

THE ANTIQUARIES JOURNAL (L, 1970)
Society of Antiquaries of London — LONDON (Grã-Bretanha)

ANTIQUITÉS AFRICAINES (1, 1967)
Université de Provence—AIX-EN-PROVENCE (França)

ANTIQUITY (XLIV, 1970)
CAMBRIDGE (Grã-Bretanha)

ANZEIGER ÖSTERREICHISCHEN AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN (CVIII, 1971)
VIENA (Áustria)

ANUÁRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (1977)
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica — LISBOA (Portugal)

APVLVM (II, 1943-45)
Muzeul Unirii — ALBA IULIA (Roménia)

THE ARAB GULF (7, 1977)
Centre for Arab Gulf Studies — University of BASRAH (Iraque)

ARBOK FOR UNIVERSITETET I BERGEN — Humanistik Serie (1970)
University Library — BERGEN (Noruega)

ARCHAEOLOGIA HISTORICA (2, 1976)
Moravské Museum — BRNO (Checoslováquia)

THE ARCHEOLOGICAL JOURNAL (CXX, 1963)
The Royal Archaeological Institute — LONDON (Grã-Bretanha)

ARCHAEOLOGY (voi. 14, n.º 2, 1961)
NEW YORK (E. U. A.)

ARCHAEOOMETRY (3, 1960)
Research, Laboratory for Archaeology and the History of Art — OXFORD
(Grã-Bretanha)

ARCHÄOLOGISCHES KORRESPONDENZBLATT (1, 1971)
Römisch-Germanischen Zentralmuseums — MAINZ (R. F. A.)

ARCHÄOLOGISCHE NACHRICHTEN AUS BADEN (22, 1979)
Institut für ur-Frühgeschichte der Universität — FREIBURG (R. F. A.)

ARCHÄOLOGISCHER ANZEIGER (1962)

Deutsches Archäologisches Institut — BERLIM (F. R. A.)

ARCHEOLOGIA (1, 1964)

DIJON (França)

ARCHEOLOGIA (X, 1958)

Instytut Historii Kultury Materialnej — WARSZAWA (Polónia)

ARCHEOLOGIA CLASSICA (24, 1972)

Scuola Nazionale di Archeologia — ROMA (Itália)

ARCHEOLOGIE EN LANGUEDOC (2, 1979)

Fédération Archéologique d'Hérault — SÈTE (França)

ARCHÉOLOGIE MÉDIÉVALE (1971, 1)

Centre de Recherches Archéologiques Médiévales — CAEN (França)

ARCHÉOLOGIE SOVIÉTIQUE (3, 1977)

Institut d'Archéologie — MOSCOW (U. R. S. S.)

ARCHÉOLOGIE SUISSE (4, 1979)

Bulletin de la Société Suisse de Préhistoire et d'Archéologie

— BASEL (Suíça)

ARCHIVES D'ÉCOLOGIE PRÉHISTORIQUE (1, 1976)

École des Hautes Études en Sciences Sociales — TOULOUSE (França)

ARCHIVO ESPAÑOL DE ARQUEOLOGIA (XXXII, 1959)

Instituto Español de Arqueologia — MADRID (Espanha)

ARCHIVO DE PREHISTORIA LEVANTINA (VII, 1958)

Diputación Provincial — VALÈNCIA (Espanha)

ARHEOLOGIA MOLDOVEI (1, 1960)

Institutul di Istorie si Archeologie — IASI (Roménia)

ARHEOLOSKI VESTNIK (IX/X, 1958/59)

Biblioteka Slovenske Akademije Znanosti in Umetnosti

— LJUBLJANA (Jugoslávia)

ARQUEOLOGIA (1, 1980)

Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto — PORTO (Portugal)

ARQUEOLOGIA E HISTORIA (8.ª série, X, 1961)

Associação dos Arqueólogos Portugueses — LISBOA (Portugal)

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS (Nova Série, 1, 1951)

Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia — LISBOA (Portugal)

ARQUIPÉLAGO (1, 1979)

Instituto Universitário dos Açores — PONTA DELGADA (Açores —Portugal)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

- ARQUIVO DE BEJA (IV, 1947)
Câmara Municipal — BEJA (Portugal)
- ‘ATIQOT (II, 1959)
Department of Antiquities and Museums—JERUSALÉM (Israel)
- ATTI DELLA SOCIETÀ SAVONESE DI STORIA PATRIA
(XXXIV, 1962) —SAVONA (Itália)
- ATTI E MEMORIE DELLA SOCIETÀ TIBURTINA DI STORIA E
D’ARTE (XLIII, 1970)
TIVOLI (Itália)
- ATTI DELLA ACADEMIA NAZIONALE DEI LINCEI — RENDICONTI
DELLE ADUNANZE SOLENNI (VII, 3, 1968)
ROMA (Itália)
- ATTI DELLA ACCADEMIA NAZIONALE DEI LINCEI — RENDICONTI
MORALI (XVI)
ROMA (Itália)
- L’AVENTURE SOUS-MARINE (92, 1973)
IVRY SUR SEINE (França)
- BAJO ARAGÓN, PREHISTORIA (2, 1980)
ZARAGOZA (Espanha)
- BAYERISCHE VORGESCHICHTSBLÄTTER (31, 1966)
Institut für Vor-und Frühgeschichte — MÜNCHEN (R. F. A.)
- BEIRA ALTA (XX, 1961)
Junta Distritai — VISEU (Portugal)
- BERICHTEN VAN DE RIJKSDIENST VOOR HET OUD HEID KUND ING
BODEMONDERZOEK (9, 1959)
AMERSFOORT (Holanda)
- BERYTUS —ARCHAEOLOGICAL STUDIES (XVIII, 1969)
American University of Beirut — BEIRUTE (Líbano)
- BOLETIM CULTURAL CONCELHIO SANTO TIRSO (I, 1977)
Câmara Municipal — SANTO TIRSO (Portugal)
- BOLETIM CULTURAL DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA
(82, 1976)
LISBOA (Portugal)
- BOLETIM DO GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO
PORTO (1, 1978)
PORTO (Portugal)

- BOLETIM INFORMATIVO (3, 1970)
Centro de Informação Arqueológica — RIO DE JANEIRO (Brasil)
- BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1965)
LISBOA (Portugal)
- BOLETIN ARQUEOLÓGICO (57-60, 1957)
Real Sociedad Arqueológica Tarraconense — TARRAGONA (Espanha)
- BOLETIN AVRIENSE (III, 1973)
Museo Arqueológico Provincial — ORENSE (Espanha)
- BOLETIN DEL SEMINARIO DE ESTUDIOS DE ARTE Y ARQUEO-
LOGIA (1957, XXIII)
Facultad de Filosofia y Letras — VALLADOLID (Espanha)
- BOLLETINO DEL CENTRO DI STUDI PREISTORICI (I, 1964-65)
Centro Camuno di Studi Preistorici — CAPO DI PONTE (Italia)
- BONNER JAHRBÜCHER (171, 1971)
Rheinisches Landesmuseum Bonn, Bibliothek—BONN (R. F. A.)
- BOREAS (1, 1978)
Archäologisches Seminar der Universität—MÜNSTER (R. F. A.)
- BULLETIN D'ARCHÉOLOGIE ALGÉRIENNE (III, 1968)
Direction des Antiquités — ALGER (Argélia)
- BULLETIN D'ARCHÉOLOGIE MAROCAINE (I, 1956)
Musée Archéologique — RABAT (Marrocos)
- BULLETIN ARCHÉOLOGIQUE DU VEXIN FRANÇAIS (3, 1967)
Centre de Recherches Archéologiques du Vexin Français — ■ GUIRY-EN-
- VEXIN (França)
- BULLETIN DE L'ASSOCIATION PRO AVENTICO (19, 1967)
Musée Romain—AVENCHES (Suíça)
- BULLETIN DE LA COMMISSION ARCHÉOLOGIQUE DE
NARBONNE (33, 1971)
NARBONNE (França)
- BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE D'EURE ET
LOIRE (43, 1973)
CHARTRES (França)
- BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE ET HISTORIQUE
DU LIMOUSIN (C, 1973)
LIMOGES (França)
- BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE ET HISTORIQUE
DE L'ORLÉANAIS (42, 1972)
ORLEANS (França)

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE ET HISTORIQUE
DE VILLENEUVE-SUR-LOT (3-4, 1973-74)
VILLENEUVE-SUR-LOT (França)

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ D'HISTOIRE ET D'ARCHÉOLOGIE DE
VICHY ET DES ENVIRONS (63, 1965)
VICHY (França)

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE DU MIDI DE LA
FRANCE (4, 1969-74)
TOULOUSE (França)

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ NATIONALE DES ANTIQUAIRES DE
FRANCE (1960)
Département des Antiquités Grècques et Romaines
Musée du Louvre — PARIS (França)

BULLETIN DU COMITÉ ARCHÉOLOGIQUE DE LEZOUX (3, 1970)
LEZOUX (França)

BULLETIN D'INFORMATIONS PHILATELIQUES ET NUMISMATI-
QUES (51, 1974)
Centre Régional de Documentation Numismatique du Languedoc
— CASTRES (França)

BULLETIN OF THE INSTITUTE OF ARCHAEOLOGY (2, 1959)
University of London — LONDON (Grã-Bretanha)

BULLETTINO DELLA COMMISSIONE ARCHEOLOGICA COMUNALE
DI ROMA (81, 1972)
ROMA (Itália)

CAESARAUGUSTA (11-12, 1958)
Seminário de Arqueología y Numismática Aragonesas — ZARAGOZA
(Espanha)

CAHIERS D'ARCHÉOLOGIE DU NORD-EST (25, 1971)
LAON (França)

CAHIERS ARCHÉOLOGIQUES DE PICARDIE (4, 1977)
Société des Antiquaires de Picardie—AMIENS (França)

CAHIERS LIGURES DE PRÉHISTOIRE ET D'ARCHÉOLOGIE (8, 1958)
Institut International d'Études Ligures — MONTPELLIER (France)

CARPICA (1, 1968)
Muzeul de Istorie si Arta — BACAU (Roménia)

CEDAC CARTHAGE (1, 1978)
Institut National d'Archéologie et d'Art — TUNIS (Tunísia)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

CELTIBERIA (53, 1977)

Museo Provincial — SORIA (Espanha)

CLASSICAL NEWS AND VIEWS (XIX, 1, 1975)

Faculty of Arts — Department of Classical Studies

— OTTAWA — ONTARIO (Canadá)

CLANCI I GRADA (XI, 1975)

Muzej Istocne Bosne — TUZLA (Jugoslávia)

COMPTE-RENDUS DE L'ACADÉMIE DES INSCRIPTIONS &
BELLES-LETTRES (1972)

PARIS (França)

COMUNICAÇÕES DOS SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL
(XII, 1920)

LISBOA (Portugal)

CUADERNOS DE ARQUEOLOGIA DE DEUSTO (I, 1974)

Seminário de Arqueologia — BILBAO (Espanha)

CUADERNOS DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DE LA CIUDAD
(16, 1975)

Museu d'História de la *Ciutat* — BARCELONA (Espanha)

CUADERNOS DE ESTUDIOS BORJANOS (III, 1979)

Centro de Estudios Borjanos — ZARAGOZA (Espanha)

CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA (I, 1974)

Facultad de Filosofía y Letras/Departamento de Prehistoria y Arqueologia

MADRID (Espanha)

CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA CASTELLO-
NENSE (I, 1974)

Departamento de Arqueologia — CASTELLON DE LA PLANA (Espanha)

CUADERNOS DE TRABAJOS DE LA ESCUELA ESPAÑOLA DE
HISTORIA Y ARQUEOLOGIA EN ROMA (VI, 1952)

ROMA (Itália)

DACIA (II, 1958)

Institut d'Archéologie — BUCARESTE (Roménia)

DÉDALO (III, 1966)

Museu de Arqueologia e Etnologia — SÃO PAULO (Brasil)

O DISTRITO DE BRAGA (2, 1964)

Administração Distrital — BRAGA (Portugal)

DOSSIERS DE L'ARCHÉOLOGIE (Les) (1, 1973)

DIJON (França)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

DVRIYS (1, 1973)

Departamento de Filosofia Latina —* VALLADOLID (Espanha)

EMERITA (XXIX, 1961)

Instituto Antonio Nebrija —* MADRID (Espanha)

EPIGRAPHICA (24, 1962)

Istituto di Storia Antica—BOLOGNA (Itália)

ESTUDIOS DE ARQUEOLOGIA ALAVESA (1, 1966)

Museo Provincial de Arqueologia — VITORIA (Espanha)

ESTUDOS DE CASTELO BRANCO (40, 1972)

CASTELO BRANCO (Portugal)

ETHNOLOGY (I, 1962)

University of Pittsburgh Library — PENNSYLVANIA (E. U. A.)

ETUDES PREHISTORIQUES (1, 1971)

Société préhistorique de l'Ardèche — LYON (França)

FAVENTIA (1, 1979)

Universitat Autònoma — BARCELONA (Espanha)

FELIX RAVENNA (1, 1970)

Istituto di Antichità Ravennati e Bizantina dell'Università di Bologna
RAVENNA (Itália)

FIGLINA (1, 1976)

Laboratoire de Céramologie — LYON (França)

FINISTERRA (I, 1966)

Centro de Estudos Geográficos — LISBOA (Portugal)

FUNDBERICHT AUS BADEN-WÜRTTEMBERG (4, 1979)

Landesdenkmalamt Baden-Württemberg — STUTTGART (R. F. A.)

FUNDBERICHTE AUS HESSEN (15, 1975)

Landesamt für Denkmalpflege Hessen — WIESBADEN (R. F. A.)

GALLAECIA (1, 1975)

Faculdade de Geografia e História

— ■ SANTIAGO DE COMPOSTELA (Espanha)

GALLIA (XVIII, 1960)

Comité technique de la recherche archéologique (C. N. R. S.)

— PARIS (França)

GERMANIA (38, 1960)

Römisch-Germanische Kommission des Deutschen Archäologischen Instituts
FRANKFURT (Alemanha)

GLASNIK ZEMALJSKOG MUSEJA BOSNE I HERCEGOVINE U SARAVEJU (XXX-XXXI, 1977)
Zemaljski Musej Bosne i Hercegovine—SARAVEJO (Jugoslávia)

HABIS (1, 1970)
Universidad de SEVILLA (Espanha)

HISPANIA ANTIQVA (1, 1971)
Departamento de História Antigua—VALLADOLID (Espanha)

HUELVA ARQUEOLOGICA (III, 1977)
Museu de HUELVA (Espanha)

HUMANITAS (I, 1947)
Instituto de Estudos Clássicos — COIMBRA (Portugal)

L'INFORMATION ARCHÉOLOGIQUE (60-64, 1968)
LAGNY sur MARNE (França)

THE INTERNATIONAL JOURNAL OF NAUTICAL ARCHAEOLOGY
AND UNDERWATER EXPLORATION (1, 1972)
Council for Nautical Archaeology — LONDON (Grã-Bretanha)

ISRAEL EXPLORATION JOURNAL (20, 1970)
JERUSALÉM (Israel)

THE ISRAEL MUSEUM NEWS (8, 1970)
The Israel Museum — JERUSALÉM (Israel)

JAHRBUCH DES RÖMISCH-GERMANISCHEN ZENTRALMUSEUMS
MAINZ (6, 1959)
MAINZ (R. F. A.)

JAHRESHEFTE DES ÖSTERREICHISCHEN ARCHAEOLOGISCHEN
INSTITUT (XLVI, 1961-63)
VIENA (Áustria)

THE JOURNAL OF THE CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE
(1, 1976)
National Museums — OTTAWA (Canadá)

JOURNAL OF GLASS STUDIES (XX, 1978)
The Corning Museum of Glass — CORNING (New York) (E. U. A.)

THE JOURNAL OF OMAN STUDIES (I, 1975)
Ministry of Information and Culture — MUSCAT (OMÃO)

THE JOURNAL OF ROMAN STUDIES (II, 1961)
Society for the Promotion of Roman Studies — LONDON (Grã-Bretanha)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

KOKALOS (VI, 1960)

Istituto di Storia Antica, Facoltà di Lettere—PALERMO (Itália)

KÖLNER JAHRBUCH FÜR VOR-UND FRÜHGESCHICHTE (14, 1974)

Römisch Germanisches Museum — KÖLN (R. F. A.)

LATOMUS (XXII, 1963)

BRUXELLES (Bélgica)

LETOPIS (X, 1969)

Slovenske Akademije Znanosti in Umetnosti—LJUBLANA (Jugoslávia)

MADRIDER MITTEILUNGEN (1, 1960)

Deutsches Archäologisches Institut — MADRID (Espanha)

MAINAKE (I, 1979)

Museo de Malaga — MALAGA (Espanha)

MAINZER ZEITSCHRIFT (54, 1954)

Staatliches Amt für Vor-und Frühgeschichte — MAINZ (R. F. A.)

MEDDELANDEN FRAN LUNDS UNIVERSITETS HISTORISKA
MUSEUM (1962-63)

University Library of Lund — LUND (Suécia)

MEDITERRANEA (I, 1967)

BARCELONA (Espanha)

MÉLANGES D'ARCHÉOLOGIE ET D'HISTOIRE (LXXIII, 1961)

École Française de Rome — ROMA (Itália)

MÉLANGES DE L'ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME (LXXXIII, 1971)

ROMA (Itália)

MÉLANGES DE LA CASA DE VELÁZQUEZ (I, 1965)

Casa de Velázquez—MADRID (Espanha)

MÉMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE DU MIDI DE LA
FRANCE (27, 1961)

TOULOUSE (França)

MEMORIA (1972)

Instituto de Arqueologia y Prehistoria — BARCELONA (Espanha)

MEMORIA ANTIQVITATIS (1, 1969)

Muzeul Arheologic — NEAMT (Roménia)

MINIA (1, 1978)

ASP (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património
Cultural) — BRAGA (Portugal)

MITTEILUNGEN DES DEUTSCHEN ARCHÄOLOGISCHEN
INSTITUTS (1-2, 1948)

ROMA (Itália)

EL MUSEO DE PONTEVEDRA (XII, 1958)

PONTEVEDRA (Espanha)

MVSE (1, 1967)

Museum of Art and Archaeology — COLUMBIA, Missouri (E. U. A.)

MUSEUM NOTES (12, 1966)

The American Numismatic Society — NEW YORK (U. S. A.)

NORBA (1, 1980)

Facultad de Filosofia y Letras — CÁCERES (Espanha)

NVMISMA (40-41, 1959)

Fabrica Nacional de Moneda y Timbre—MADRID (Espanha)

THE NUMISMATIC CHRONICLE (XLIV, 1954)

The Royal Numismatic Society — LONDON (Grã-Bretanha)

NUMISMATIC LITERATURE (1, 1974)

The American Numismatic Society — NEW YORK (E. U. A.)

NUMMUS (VI, 1960)

Sociedade Portuguesa de Numismática — PORTO (Portugal)

OGAM (61, 1959)

RENNES (França)

ORIGINI (I, 1967)

Istituto di Paleontologia — ROMA (Italia)

ÖSTERREICHISCHES ARCHÄOLOGISCHES INSTITUT
GRABUNGEN (1965)

Universität dr. Karl Lueger — WIEN (Áustria)

OUDHEID KUNDIGE MEDEDELINGEN (L, 1969)

Rijksmuseum van Ondheden te Leiden - LEIDEN (Holanda)

PAPERS OF THE BRITISH SCHOOL AT ROME (XXVIII, 1960)

ROMA (Itália)

PEUCE (II, 1971)

Muzeul Delta Dunarii — TULCEA (Roménia)

POLISH ARCHAEOLOGICAL ABSTRACTS (1, 1972)

Instytutu Historii Kultury Materialnej — POZNÁN (Polónia)

PREISTORIA ALPINA (10, 1972)

Museo Tridentino di Scienze Naturali — TRENTO (Itália)

PRINCIPE DE VIANA (78-79, 1960)

Museo de Navarra — PAMPLONA (Espanha)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

PROCEEDINGS OF THE SOCIETY OF ANTIQUARIES OF SCOTLAND
(108, 1976-77)

National Museum of Antiquities of Scotland — EDIMBURGO (Escócia)

PROCEEDINGS OF THE ROYAL IRISH ACADEMY (60, 1959)

DUBLIN (Irlanda)

PROSPEZIONI ARCHEOLOGICHE (3, 1968)

Fondazione Lerici — ROMA (Itália)

PROVENCE HISTORIQUE (tomo XXII, 1972)

Musée d'Archéologie — MARSEILLE (França)

PYRENAE (I, 1965)

Instituto de Arqueologia y Prehistoria — BARCELONA (Espanha)

QUADERNS DE PREHISTORIA I ARQUEOLOGIA DE MATARÓ
I EL MARESME (I, 1977)

Museo Municipal — MATARÓ (Espanha)

RAZPRAVE (VII, 1969)

Biblioteka Slovenske Akademije Znanosti in Umetnosti

— LJUBLJANA (Jugoslávia)

REPORT OF THE DEPARTMENT OF ANTIQUITIES (1940-1948)

Department of Antiquities — NICOSIA (Chipre)

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO — SÉRIE DE
HISTÓRIA (I, 1966)

PORTO (Portugal)

REVISTA DE GUIMARÃES (LXX, 1960)

Sociedade Martins Sarmiento — GUIMARÃES (Portugal)

REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA (XVI, 1972-74)

Instituto de Estudos Românicos — COIMBRA (Portugal)

REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA (II, 1943)

Instituto de Estudos Históricos — COIMBRA (Portugal)

REVUE ARCHÉOLOGIQUE DU CENTRE (I, 1962)

VICHY (França)

REVUE ARCHÉOLOGIQUE DE NARBONNAISE (I, 1968)

Faculté des Lettres — MONTPELLIER (França)

REVUE ARCHÉOLOGIQUE DE L'OISE (2, 1972)

COMPIÈGNE (França)

REVUE DES ARCHÉOLOGUES ET HISTORIENS D'ART DE
LOUVAIN (I, 1968)

Collège Erasme — LOUVAIN-LA-NEUVE (Bélgica)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

- REVUE BELGE DE NUMISMATIQUE ET DE SIGILLOGRAPHIE
(CXI, 1965)
Société Royale de Numismatique de Belgique—BRUXELLES (Bélgica)
- REVUE DES ÉTUDES ANCIENNES (LXIV, 1962)
Université de Bordeaux III —BORDEAUX (França)
- LA REVUE DU LOUVRE (1975)
PARIS (França)
- REVUE DU NORD (XLIV, 1962)
Université de Lille III—VILLENEUVE D'ASCQ (França)
- REVUE NUMISMATIQUE (T. IV, 1940)
Société Française de Numismatique — PARIS (França)
- RIVISTA DI ARCHEOLOGIA CRISTIANA (XXXVI, 1960)
Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana — ROMA (Itália)
- RIVISTA INGAUNA E INTEMELIA (XIV, 1959)
Istituto Internazionale di Studi Liguri — BORDIGHERA (Itália)
- RIVISTA DELL'ISTITUTO NAZIONALE D'ARCHEOLOGIA E STORIA
DELL'ARTE (XI-XII, 1963).
ROMA (Italia)
- RIVISTA DI STUDI LIGURI (XXV, 1959)
Istituto Internazionale de Studi Liguri — BORDIGHERA (Itália)
- RUNA (Vili, 1956-57)
Instituto de Antropologia, Facultad de Filosofia y Letras
— BUENOS AIRES (Argentina)
- SAALBURG JAHRBUCH (XVIII, 1959-60)
Saalburgmuseum — SAALBURG (R. F. A.)
- SAGUNTUM (12, 1977)
Departamento de Prehistoria e Arqueologia — VALENCIA (Espanha)
- SAUTUOLA (1, 1975)
Museo de Prehistoria y Arqueologia—SANTANDER (Espanha)
- SAVARIA (1, 1963)
SZOMBATHELY (Hungria)
- SCHWEIZERISCHES LANDESMUSEUM (72, 1963)
ZURIQUE (Suíça)
- SEPTENTRION (9-10, 1972)
Saint-Martin — BOULOGNE (França)
- SETÚBAL ARQUEOLÓGICA (I, 1975)
Museu de Arqueologia e Etnografia — SETÚBAL (Portugal)
- SIBRIUM (V, 1960)
Centro de Studi Preistorici e Archeologici — VARESE (Itália)

STARINAR (XXVIII-XXIX, 1978)

Institut Archéologique — BELGRADO (Jugoslávia)

STUDI GENUENSI (II, 1958-59)

Istituto Internazionale di Studi Liguri — BORDIGHERA (Itália)

STUDI ROMANI (IX, 1961)

Istituto di Studi Romani — ROMA (Itália)

STUDI SARDI (XXII, 1971-72)

Università degli Studii — CAGLIARI (Itália)

STUDII SI CERCETARI DE ISTORIE VECHE (1, 1959)

Institut de Arheologie al Academiei — BUCARESTE (Roménia)

SUMER (XVI, 1960)

Directorate-General of Antiquities —* BAGHDAD (Iraque)

TABONA (3, 1975-76)

Dpto. de Arqueologia y Prehistoria — Universidad de la Laguna — TENE-
RIFE (Islas Canarias)

TEL AVIV (1, 1974)

Institute of Archeology — TEL AVIV (Israel)

TRABAJOS DE PREHISTORIA (XXVI, 1969)

Instituto Español de Prehistoria —* MADRID (Espanha)

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA (XVIII, 1960-61)

Instituto de Antropologia, Faculdade de Ciências — PORTO (Portugal)

TRIERER ZEITSCHRIFT (24/26, 1956-58)

Rheinisches Landesmuseum — TRIER (R. F. A.)

VARIA (I, 1979)

Departamento de Historia Antigua — VALÈNCIA (Espanha)

VJESNIK ZA ARHEOLOGIJU I HISTORIJU DALMATINSKU (LXX-
-LXXI, 1968-69)

Arheoloski Musej — SPLIT (Jugoslávia)

VLASTIVEDNY VESTNIK MORAVSKY (XXVIII-1, 1976)

Moravské Muzeum Historické — BRNO (Checoslováquia)

WAD-AL-HAYARA (I, 1974)

Institución Provincial de Cultura «Marqués de Santillana» — GUADALA-
JARA (Espanha)

WIADOMOSCI ARCHEOLOGICZNE (XLI, 1976)

Panstwowe Muzeum Archeologiczne — WARSZAWA (Polónia)

ZEPHYRUS (XIV, 1963)

Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico — Universidad de
SALAMANCA (Espanha)

Conimbriga, 21 (1982), 189-204

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

J. G. ELORZA, M.^a L. ALBERTOS, A. GONZALEZ, *Inscripciones Romanas en la Rioja*, Servicio de Cultura de la Excma. Diputación Provincial, «Biblioteca de Temas Riojanos», Logroño, 1980, 95 p., 37 fig.

Em «A modo de prólogo» justificam os autores que foram «a dispersão e escasso conhecimento» dos monumentos epigráficos de Logroño no mundo científico que os levou a empreender a publicação do presente volume.

No entanto, todo esse prólogo se destina sobretudo a discutir o tão falado problema da propriedade científica, mostrando os autores, nesse aspecto, grande distanciação face à tese de licenciatura de Esther Solovera. Não se definem os critérios de publicação; seria de esperar também uma crítica bibliográfica (não há no livro uma bibliografia geral), uma definição geográfica (não se apresenta um mapa que individualize, nomeadamente para os estrangeiros, a região em estudo), a referência a dificuldades metodológicas.

Dos 66 textos, numerados, apresentados por ordem alfabética do local de achado, é dada uma ficha individual: foto ou gravura, localização (local de achado), conservação (paradeiro), material, medidas, bibliografia, leitura (epigráfica e reconstituída) e pequeno comentário histórico (que, de onde em onde, aborda também os aspectos da paleografia).

Mais do que um elaborado estudo, puseram os autores à disposição dos epigrafistas um ficheiro, base de ulteriores trabalhos. Por isso se desculpará a falta dum comentário mais desenvolvido — por exemplo, à paginação, às características epigráficas (as linhas de pauta do n.º 6, o *apex* do n.º 11...), ao interesse histórico dum *municipium Graccurrensis* (n.º 10), ao *eques* do n.º 13, às variantes de leitura do n.º 9 (cuja figura, a n.º 4, não justifica sem mais a versão estranha proposta).

Como auxiliares da futura investigação são incluídos: 37 gravuras (fotos ou desenhos), algumas de boa qualidade; índices (antroponímico, étnico e toponímico, ocupações e condição social, tribos, localidades) ; uma tábuas de correspondências com o *CIL* e as *ILER*.

O comentário final (p. 51-53), de que lamentamos a deficiente apresentação gráfica, frisa: que a antroponímia patente neste *corpus* é predominantemente latina, que predominam as divindades do panteão greco-latino e que a língua e estrutura das inscrições «indicam uma assimilação aceitável do latim».

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Miscellanea, n.º 3 de *Tituli* (Pubblicazioni dell'Istituto di Epigrafia e Antichità Greche e Romane dell'Università di Roma), Edizioni di Storia e Letteratura, Roma, 1980, 224 p. + XXX de estampas.

Dá este volume uma ideia feliz da intensa actividade científica que o Istituto di Epigrafia e Antichità Greche e Romane dell'Università di Roma vem desenvolvendo, nomeadamente de 1971 a esta parte, sob a proficiente orientação de Silvio Panciera, no domínio da Epigrafia Grega e Latina.

São, ao todo, doze artigos, abordando variados temas, relativos, dum modo geral, à epigrafia de Roma e arredores ou dos seus museus, que tem sido sistematicamente revista: grafitos de ceramógrafos atenienses (M. Guarducci, p. 7-20), marcas em ânforas (G. Bevilacqua, p. 21-34), correcção de proveniências (E. Miranda, p. 35-39), a carreira dum quinquenal de Falerii (I. Manzella, p. 41-46), notas sobre o feriai de Spello (S. Priuli, p. 47-80), grafitos da Domus Aurea (H. Solin-R. Volpe, p. 81-93), inscrições gregas (p. 179-203).

Rosanna Friggeri e Carla Pelli estudaram exaustivamente (p. 95-172) e segundo critérios muito objectivos, a cronologia das indicações *vivo* e *morto* em 563 inscrições tumulares: trata-se de um hábito, atestado em Roma desde os começos do séc. i a.C. até à primeira metade do séc. i d.C., destinado a informar — nomeadamente em epitáfios de libertos — sobre quem, dentre os vivos (indicados por um V) e os mortos (assinalados com um 0) seria sepultado ali.

De interesse particular se reveste também a investigação, de âmbito cronológico, levada a efeito, por Rosalba Mancini quanto ao uso de *deo-deae* nos textos votivos de Roma. Esse trabalho — que vem na sequência do de M. T. Charlier-Raepsaet (ANRW II, 3, 1975, p. 232-282) sobre o uso da fórmula I. H. D. D. e de *deo-deae* nas inscrições das províncias ocidentais — baseou-se no *index verborum* do *CIL VI* e acabou por confirmar o leque cronológico encontrado por Charlier-Raepsaet: de 158 a 391 d.C., tendo revelado que Mitra, Esculápio, Silvano, Hércules, Celeste e Serápio são as divindades a que mais frequentemente o vocábulo *deus* é aplicado. Salientemos que a conotação de *interpretatio* atribuída na Península Ibérica ao uso desta palavra face a teónimos clássicos, não se põe na epigrafia de Roma.

Director do *CIL* na Akademie der Wissenschaften da República Democrática Alemã, Hans Krummrey apresenta, em Latim, nas págs. 207-215, as normas de edição previstas para os suplementos do *CIL*. Como Silvio Panciera afirma na introdução ao texto, trata-se duma tentativa para uniformizar critérios no domínio da epigrafia latina e grega. Aí se transcrevem as regras fundamentais, a fim de que sobre elas os epigrafistas emitam opiniões, formulem críticas, dêem achegas. É tarefa do maior interesse e bem andou Silvio Panciera em promover a sua divulgação. Este problema, que tem sido tema fundamental de algumas reuniões científicas, há-de ser encarado, a nosso ver, segundo duas coordenadas precisas: 1.ª) a necessidade de dar, na leitura interpretada, uma visão o mais possível

exacta do texto epigráfico tal como ele foi transmitido; 2.^a) as exigências tipográficas. Ou seja: *a clareza deve aliar-se à economia*. Somos, por isso, contra a multiplicação de sinais, contra a utilização de minúsculas para indicar as letras que estão na epígrafe, contra a transcrição do texto uma linha em cada linha (sem utilização da barra para a translineação); julgamos que um comentário paleográfico sucinto é imprescindível para esclarecer que letras se reconstituíram, se omitiram por lapso, se vêm mal, quantas poderão faltar... — evitando, assim, a adopção de sinais diacríticos para cada um destes casos.

Debruçámo-nos igualmente com atenção sobre o noticiário do Instituto (1976-77 a 1978-79). É, por exemplo, bem demonstrativo do dinamismo dos seus investigadores o facto de, nesses três anos, se terem estudado 17 000 novas inscrições da cidade de Roma e se terem defendido 20 teses em Epigrafia Latina e 11 em Epigrafia Grega.

As trinta estampas, que completam o volume, são de excelente qualidade.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

FULVIO MARIO BROILO, *Iscrizioni Lapidarie Latine del Museo Nazionale Concordiese di Portogruaro (I a.C. — III d.C.)*—I. Edição de Giorgio Bretschneider, Roma, 1980, 142 p., ilustr. *Collezioni e Musei Archeologici del Veneto*, n.º 16 (coleção dirigida por Gustavo Traversari).

Trabalho exemplar — é o mínimo que se pode dizer deste catálogo, pela sua clareza, metodologia e precisão. Uma obra que honra a investigação epigráfica italiana.

De excelente apresentação gráfica, óptimo o papel e muito boas fotografias, este I volume inclui o estudo de setenta monumentos epigráficos da antiga *Concordia*, guardados (salvo o n.º 8a) no Museu de Portogruaro, datáveis do Alto Império. Estudo a ser continuado num segundo volume, que conterà também as inscrições perdidas de Concórdia e seu território, bem como os textos existentes fora do museu, reservando-se para o terceiro as inscrições dos séculos IV-VI.

Um dos aspectos mais salientes da obra é a definição imediata dos «critérios de publicação» (p. 11-12). E se já a «premissa» (p. 9) nos mereceu atenção por acentuar que é o facto de as peças terem uma «origem homogénea e geograficamente bem delimitada» que permite detectar, pela sua análise, características comuns e modas preponderantes — é a clara enumeração do que se vai fazer, como e porquê, que nos parece digna de relevo, pois ela é fundamental e raramente se apresenta em publicações deste tipo.

Em primeiro lugar, *o critério de arrumação dos monumentos*: o do *CIL* para os textos religiosos, imperiais, senatoriais, equestres, militares e muni-

cipais; um critério tipológico (não de ordem alfabética dos gentilícios, como é habitual) para os textos de carácter privado. Confessemos que tivemos aqui uma certa dificuldade em discernir, por exemplo, porque é que o n.º 56 vem depois do 55, sendo ambos monumentos, privados, classificados como «stele in calcare del Carso», o primeiro dedicado a *Domitius Zosimus* e o segundo a uma *Saturnina*. Cremos que teria sido útil, neste caso, explicitar mais o critério: agrupamento por semelhanças textuais, pela condição social, pela onomástica, pela decoração?

Quanto ao processo de *descrição do monumento*, achamo-lo impecável : depois de, em título após o número de catálogo, se indicar o tipo de monumento, o material de que é feito e o número de inventário, dão-se em itálico as seguintes informações: medidas, colocação no museu, lugar de achado e permanência até ir para o museu e estado de conservação. A clareza e o bom poder de síntese são também aqui qualidades a assinalar, talvez só ausentes na descrição do n.º 34, peça bastante alterada pelo baixo-relevo em que se viria a transformar — necessita-se de certa perspicácia para discernir de imediato o que resta actualmente do texto original e como se procedeu à sua reconstituição.

Após uma descrição muito correcta e com ajustada terminologia (apesar de o estudo da decoração estar programado para outro volume), frisando-se mesmo como o monumento foi trabalhado — vem a interpretação do texto, em minúscula, sem indicação de pontuação, respeitando-se as linhas epigráficas com a altura das letras ao lado de cada uma.

Não se dá tradução e faz-se, em seguida, um comentário paleográfico simples. Não se alude, porém, sistematicamente, à paginação, aspecto que assume bastante interesse e que, se nos agradou ver assinalado na p. 54 (n.º 19), nos parece também importante em relação ao n.º 8 (p. 26): aí todo o espaço em branco deixado na l. 5 após TR.PL afigura-se-nos propositado, destinado a incluir as magistraturas seguintes eventualmente exercidas pelo homenageado, que, aliás, pouco depois assumiu a pretura (p. 28).

Atenção é dada aí, correctamente, a aspectos de execução das epígrafes: no n.º 23 (p. 60) explicita-se bem que o diferente módulo da invocação aos Manes implicou gravação anterior ao restante texto; e, no comentário ao n.º 58, tal problema é bem focado também — o monumento aguardava na oficina para ser terminado ao gosto do cliente e receber um texto; neste caso, até as linhas de pauta já gravadas acabaram por não serem respeitadas.

A paleografia serve habitualmente como critério de datação. Fulvio-mario Brodo soube ser cauteloso, comparando com textos de áreas vizinhas, atentando no conteúdo da epígrafe, não menosprezando os elementos decorativos (por exemplo o penteado — n.º 21).

Por último, o comentário histórico-prosopográfico, inteligente, rigoroso, feito a maior parte das vezes linha a linha, bem apoiado em bibliografia (citada sempre no texto e nunca em nota de rodapé), referindo-se quando oportuno outras inscrições e os testemunhos das fontes literárias. Essa análise resulta coerente e só num ou noutra pormenor pode por vezes

suscitar dúvidas. Indiquemos, a título de exemplo, algumas das muito escassas que nos ocorreram :

1) Na pág. 18, em relação a *T. Flavius Helius, frumentarius*, aponta-se a ausência de filiação como critério cronológico: tal não será antes um índice de que *Helius* é libertos?

2) Na p. 30 (n.º 10), será *Perses* (e não *Persa*) o nominativo correspondente ao dativo *Persae*, quando o próprio n.º 55 também refere um *Persa* ?

3) Na p. 46, as referências ao *primipilatus* são adequadas; importaria talvez citar o trabalho de S. J. DE LAET sobre o papel deste cargo militar como preliminar da carreira equestre (*Le rang social du Primipile à Vêpoque d'Auguste et de Tibère*, «L'Antiquité Classique» IX, 1940, p. 13-23).

E se na p. 25 (n.º 7) é uma questão de pormenor a leitura [P]ARTH[ICI] em vez de [P]ARTHI[CI] (que nos parece mais correcta), a interpretação do n.º 48 (p. 107-108) merece um pouco de reflexão: *Pardala*, ao contrário do que o Autor parece indicar, não é expressamente citado por Kajanto, que traz apenas *Pardulus*—• é cognome que não encontramos outras vezes e cuja terminação em *-a*, no masculino, radica precisamente na flexão grega. O monumento não foi reconstituído no final da 1.2, como a ausência de vestígios do gradim aí se nos afigura insinuar (pelo menos na foto)? Daí a nossa reconstituição, rejeitando o genitivo da 1.2, um tanto aberrante se considerarmos que o epitáfio começa pela saudação HAVETE —SER(vius) IVLI[VS]/ PARDALA... Era o epitáfio de *Servius Iulius Pardala* e sua filha *Iulia Serena*, seus libertos e libertas (cremos não se justificar um dativo na 1. 7). Na 1. 8, preferimos *V(ivi) F(ecerunt)* ou quando muito *V(ivus) F(ecit)* a *V(ivus) F(eci)*. As últimas duas linhas — IVLIAE CARPIM(e) / LIB(ertae)—foram acrescentadas depois, justificando-se assim o dativo, pela incompreensão das linhas precedentes.

A bibliografia, posterior ao *CIL*, é indicada no final de cada comentário, apontando-se também a proveniência das fotos.

Precedem ainda o catálogo propriamente dito — que é, de facto, muito mais do que um simples catálogo — duas utilíssimas informações: o elenco das abreviaturas e a explicitação dos sinais diacríticos usados.

No final do volume, o índice dos nomes (*nomina* e *cognomina*), anunciando-se desde já os índices epigráficos completos para o segundo volume, onde serão também mais desenvolvidos os comentários de conjunto. Segundo volume que, por isso mesmo, e atendendo ao que o primeiro nos mostra, ficamos a aguardar com o maior interesse.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Gerardo PEREIRA MENAUT, *Inscriptiones Romanas de Valentia*, Valência, 1979.
Diputación Provincial de Valencia, Série de Trabajos Varios n.º 64.
99 pág., XLVI estampas.

É trabalho bem apresentado e com fotografias em geral de boa qualidade, este *corpus* de inscrições da cidade de Valência (Espanha).

Em breve introdução (p. 5-15), aflora Pereira Menaut o problema da fundação de Valentia, considerando que a existência de dois grupos populacionais, os *Veterani* e os *Veteres*, corresponde a duas *deductiones* cronologicamente distintas; situa as epígrafes no seu contexto arqueológico; chama a atenção para o elevado número relativo de inscrições honoríficas bem como para a escassez de textos datáveis do Alto Império. Termina analisando as recolhas epigráficas anteriores.

Segue-se uma planta da cidade (a que faltará a legenda) ; notas para a leitura (explicitação da terminologia usada); tábuas dos sinais e bibliografia (identificada pelas abreviaturas a utilizar).

Multiplacam-se as edições regionais de catálogos de inscrições, sem que se veja por vezes a sua utilidade prática. Muito importaria, conseqüentemente, que os autores nos explicassem qual a intenção do seu trabalho, que lacuna vão preencher, que novidade trazem. Interessa também, logo de início, que se exponha claramente a metodologia seguida (critério de arrumação dos textos, elementos incluídos no estudo de cada um). Não o fez Pereira Menaut, na seqüência doutros autores — mas não podemos deixar de o sugerir.

De cada inscrição são abordados os seguintes aspectos: descrição e dimensões (inch das letras), procedência, bibliografia, leitura interpretada (em minúsculas, geralmente), variantes de leitura, comentário histórico muito sucinto (alusão a outros testemunhos dos nomes registados) e indicação da fotografia correspondente. Não há notas de rodapé e o critério de seqüência dos textos é o do CIL.

De *Nysus* (inscrição n.º 3) existe também a forma *Nisus* (GIL II 5144). O n.º 78 (*Otacilia Silvana*) não é seguramente original, como aliás G. Pereira suspeita; aos seus argumentos ajuntemos os de ordem paleográfica: a forma do F com a barra do meio mais curta, a terminação assimétrica da barra do T; assim como o insólito do texto (*quae feci mihi mimoria me viva filius fecit*) e a grafia *mimoria*. Já para o n.º 80 (GIL II 371) — CO.IV.IT/VALENTIA — hesitaríamos em chamar-lhe falso, pois não nos parece haver uma intenção de falsificação: trata-se preferentemente, em nosso entender, duma legenda que, por ter sido feita em 1724, na fachada dum edificio, visava dar-lhe um certo ar solene, clássico. Retirá-la-íamos do catálogo.

O volume termina por informações de extrema utilidade: índices de gentílicos, de cognomes e de outros itens, segundo o esquema do GIL; indicação do paradeiro actual dos monumentos, tábuas de correspondência dos textos nos vários catálogos (GIL, ILLER...).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Jacques DASSIÉ, *Manuel d'Archeologie Aérienne*, Paris, Edições TECNIP, 1978, 1 vol., 350 págs. ilustrado.

Notando desde logo que o termo *Arqueologia Aérea*, criado e utilizado pela primeira vez por R. Chevalier, abrange duas técnicas diferentes quanto aos meios utilizados — a cobertura vertical estereoscópica e a fotografia oblíqua a baixa altitude — J. Dassié adianta-nos a sua própria definição: método de prospecção utilizando os meios aeronáuticos e fotográficos para a detecção e registo de sítios presumivelmente arqueológicos (p. 10).

Longe do estilo compacto, pesado e confuso comum de muitos manuais, esta obra de J. Dassié é de leitura agradável, extremamente ilustrada, «recomendando-se pela sua precisão, clareza, minúcia, vontade de compreender e explicar» (R. Chevalier, *Prefácio*). Estas certamente algumas das razões pelas quais, desde a primeira página, o leitor se sente ao lado do autor, como que observando-lhe todos os movimentos, imitando-lhe os gestos, seguindo-lhe os raciocínios. Não faltam aqui chamadas de atenção para pequenos pormenores, esquecimentos banais que se revelariam inadmissíveis durante o voo, pequenas falhas em que o discípulo parece estar constantemente prestes a cair. Nada aqui foi esquecido, desde o momento em que se começa a desejar obter a fotografia oblíqua de determinado local, até à confiança final dos resultados sobre o terreno, passando pelas inúmeras considerações respeitantes ao voo, ao modo de obtenção das fotografias e ao tratamento exaustivo dos resultados obtidos.

Condensando tudo o que os autores anteriores haviam já dito sobre este tipo de fotografia, J. Dassié expõe-nos ao longo de todo o *Manuel d'Archéologie Aérienne*, os caminhos por ele próprio percorridos, não só os que inicialmente lhe terão provocado contratempos mas, fundamentalmente, os que se coroam de êxito e que recomenda, minuciosamente, ao leitor.

Estamos certos de que este Manual preencherá as três funções almejadas pelo autor — informação, incitação e iniciação — cativando o leitor a prosseguir o caminho já sulcado, passo a passo, etapa por etapa. Contudo, se um arqueólogo, já motivado pelos resultados indiscutíveis fornecidos pela fotografia aérea, procurar neste Manual as bases fundamentais para poder manusear e interpretar as coberturas mais acessíveis a todos as fotografias verticais de escala 1/25 000 ou 1/15 000 — sentir-se-á desiludido. Efectivamente, J. Dassié limita-se ao estudo «metódico e altamente científico» da fotografia oblíqua a baixa altitude, e embora referindo que os dois tipos de fotografia não são antagónicos, mas complementares, omite as numerosas potencialidades da fotografia vertical na prospecção arqueológica. Não devemos esquecer-nos que tal tipo de fotografia, cobrindo qualquer ponto do País, é facilmente acessível; dado o grande número de cópias existentes em vários organismos, não terá o investigador necessariamente que as comprar. Mesmo a aquisição de um estereoscópio (de bolso) é relativamente barata.

A escala a utilizar depende dos fins em vista. Uma escala aproximada de 1/25 000 será suficiente para detectar o traçado de uma via romana ou a

quadrícula geral de uma centurição. Vestígios de construções ou de fossas serão detectados em escalas maiores, sendo os resultados satisfatórios a 1/6 000 (BRADFORD, *Ancient Landscapes*, 1957, p. 58).

Os índices estruturais ou anomalias topográficas saltam à vista nas fotografias verticais: trata-se de vestígios sobressaindo nas linhas actuais da organização da paisagem, e que, por vezes, estão registados nas cartas, principalmente na disposição do parcelamento, o maior conservatório das formas arqueológicas. Uma mesma estrutura pode sofrer metamorfoses variadas: de um reduto proto-histórico ficou-nos um caminho, um fosso, mais além uma sebe. Dar-se-á particular atenção aos bosques geométricos isolados, pois podem recobrir ruínas (R. Chevalier, *Archéologie Aérienne*, in *Manuel de Photo-Interpretation*, Paris, 1970, p. 107).

A fotografia oblíqua a baixa altitude permite, contudo, melhores e mais espectaculares resultados, embora sejam de ter em conta as suas numerosas limitações. Desastroso seria que um leitor entusiasmado pela leitura deste Manual procurasse inferir de uma cobertura vertical os impressionantes vestígios copiosamente ilustrados na obra de J. Dassié! Do mesmo modo, algumas das informações fornecidas pelas verticais são impossíveis de captar nas oblíquas.

Baseada esta obra numa experiência e realidades francesas, devemos ter também presente que o autor reúne em si o piloto, o fotógrafo e o prospector. Para a obtenção da fotografia oblíqua a baixa altitude está pois pressuposta, perante uma realidade diferente, a existência relativamente próxima de aero-clubes com aviões em condições de voar; um piloto disposto a aceitar toda uma série de condições desde a velocidade à rota, da altura de voo às manobras, apenas a troco do combustível pago pelo interessado, não referindo já a aparelhagem fotográfica, mesmo de «amador», hoje a preços proibitivos.

Uma análise da cobertura vertical — que caberia perfeitamente num dos primeiros capítulos — feita com a mesma minúcia que o autor dedica à fotografia oblíqua, permitiria a muitos investigadores o aproveitamento de todo um manancial disponível ainda sumária ou incorrectamente utilizado na prospecção arqueológica. Contudo, esta obra, como primeiro Manual da Arqueologia Aérea, assente em bases sérias e científicas e preenchendo uma das lacunas desde há muito sentidas, ultrapassa as fronteiras da França, e estamos certos, os professores não deixarão de recomendá-lo aos seus alunos, assim como ilustrarão as aulas com várias das suas excelentes fotogravuras. A obra termina com uma extensa e pertinente bibliografia que permitirá ao leitor aprofundar os seus conhecimentos no tema tratado.

NUNES MONTEIRO

INDEX NOMINUM

A

- Abação* — Guimarães, 92.
Acidinus, Q. Gargilius Macer, 64.
Açores, Ilhas, 181.
Adra — Almeria, 40, 64, 93.
Adriano, 75, 175, 180.
Aeliana, Sulpicia, 146.
Aelianus, M. Yettidius, 146.
Aelius Optatus, L., 25.
Aeronius Montanus, Q., 26.
África, 14, 19, 20, 39, 59, 70, 85, 146.
Agripinus, Manius Antistius, 46.
Alandroal, 96.
Alapraia — Cascais, 91.
Alarcão, Jorge de, 115, 180, 183, 184, 186.
 -----, Segismundo de, 71.
Albanus Tuscus, 60.
Albergaria-a-Velha, 179.
Albertos, M. L., 11, 68, 75, 140, 207.
Albuquerque — Espanha, 38.
Albuquerque, António Couceiro d', 132.
Alcácer do Sal, 47, 96, 160.
Alcalá de Henares — Espanha, 74, 98.
Alcaudete — Jaén, 25.
Alcobaça, 52, 181.
Alcolea del Rio — Sevilha, 149.
Alcores de Carmona —* Espanha, 154.
Alcoutim, 176.
Aldeia Gavinha — Alenquer, 45, 79, 80, 82.
Alemanha, 159, 160, 172.
Alenquer, 60, 77, 79, 96.
Alentejo, 14, 180.
Alfeizerão — Alcobaça, 77, 96.
Algarve, 13, 151, 171, 172.
Alhadas — Figueira da Foz, 153.
 —• *de Baixo* — Figueira da Foz, 153.
Aljubarrota — Alcobaça, 26.
Almeida, J. Mendes de, 43-45.
 —, Jorge de, 120, 126.
Almeria — Espanha, 40, 93.
Almoster — Santarém, 67.
Almourol, 52, 60.
Alter do Chão, 179.
Alto dos Coroas — Chaves, 171.
Alves, Francisco, 174.
Ammaia, hoje Aramenha, 64.
Amoena, Cassia, 12.
 —, Iulia, 10, 12, 16, 90-91, 94.
Amoenus, a, 11, 12, 15, 47, 68, 94.
 —, C. ïulius, 12.
 —, L. ïulius, 12.
Amoreira de Óbidos, antes Eburobrittium, 77.
Ampúrias — Espanha, 93.
Anacleto, Regina, 104-106, 109, 112, 117, 121, 122.
Andrade, Freire de, 104.
Andujar — Jaén, 149.
Anicius, 24.
 — *Optatus*, Lucius, 22, 27, 94.

Annia Corinthia, 40.
 — *Maxsuma*, 82.
Antequera — Málaga, 64, 148.
Antestius Persicus, L., 46.
Antistia Maela, 46.
Antistiana, 46, 98.
Antistius, 45, 46.
 — *Agripinus*, Manius, 46.
 — *Facundus*, Marcus, 43, 45, 94.
 — *Vetus*, G., 46.
Antonino Pio, 26, 74.
Antoninos, 175.
Antonio Flavino, 86.
Antonius Gallus, Q., 40.
Anunciação, Carlos da, 122, 124.
Aquila, Q. Coelius, 77.
Aquitânia — França, 156.
Aracillum, 46.
Aramenha, antes Ammaia, 64.
Arcão, rio, 31.
Arco, 31, 85, 94.
 — * , Lucius Valerius, 28, 30, 32, 94.
Arcóhriga — Espanha, 31.
Areias — Vimieira (Mealhada), 185.
Arganil, 114, 178, 186.
Arouca, 172.
Arrius Optatus, C., 25.
Arroyo de la Luz — Cáceres, 40, 92.
Arroyomolinos — Cáceres, 30.
Arruda dos Vinhos, 82.
Arula—Espanha, 149.
Arva—• Bética, 27.
Astigi — Bética, 81.
Astorga—Espanha, 19, 63, 188.
Atimetio, 38, 41, 94.
 — *Victor*, Quintus Bovius, 36,
 41, 94.
Atimetus, 38.
Atlântico, Oceano, 46.
Attius, 25-27.
 — *Ianuaris*, 26.
 — *Montanus*, 22, 23, 27, 94.
 —————, Q., 26.
 —————*Nisus*, L., 25.
 —————■ *Severus*, P., 27.

Attubi — Bética, 149.
Aufidia Rustica, 145, 146.
Aufidius, a, 146-148.
 — *Rusticus*, M., 146.
Aufragia, 113.
Augusto, 11, 34, 42, 44, 46, 180.
 ———, Álvaro Pedro, 165.
Aureliano, 21.
Aveiro, 181.
Avenida Coutinho Lanhoso — Vila
 do Conde, 182.
Avieno, 69.
Ávila — Espanha, 155.
Avita, Caecilia, 75.
Avitus, a, 75-77, 94.
 ———, L. Iulius, 75, 76.
 ———, Marcus Caecilius, 71, 72, 94.
 ———, Q. Caecilius, 75.
Avô —• Oliveira do Hospital, 108,
 109.
Azevedo, L. Marinho de, 72.
Azutira — Torres Vedras, 34.

B

Radajoz — Espanha, 30, 52, 148.
Raleares, Ilhas, 20, 26.
Raisa — Tavira, 39, 96, 183.
Randinelli, B., 57.
Rara — Tarragona, 80.
Rarbosa, Pedro, 181.
Barcelona — Espanha, 19, 70, 148.
Barreiros — Vila Real, 177.
Batalha, 187.
Barrio — Alcobaça, 181.
Beira, 173.
 ———*Baixa*, 129, 137, 187.
 ——— *Litoral*, 13.
Beja, 14, 26, 39, 53, 77.
Belém — Lisboa, 175.
Belo, A. Ricardo, 10, 11, 17, 22,
 23, 28, 33, 43, 45, 50, 54, 55, 58,
 61, 62, 66, 67, 72, 78, 79, 81, 88.
Bencarron — Sevilha, 155.

Bendafé — Condeixa-a-Nova, 165, 166.

Bensafrim—Lagos, 91, 153.

Berciu, I., 13, 14.

Bernardo, 120.

Beselga, S. Silvestre — Tornar, 183.

Bélica, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 31, 98, 149.

Bevilacqua, G., 208.

Bexiga — Tornar, 183.

Blázquez, J. M., 16.

Bobadela — Oliveira do Hospital, 101, 103-106, 108, 112, 114, 115, 117-120, 123, 126, 175.

Bocchus, L. Cornelius, 47.

Boémia — Checoslováquia, 160.

Bona — Alemanha, 188.

Bordéus—França, 180.

Borradeira — Covilhã, 138.

Boutia, 47, 85, 94.

—, Cornelia, 43, 46, 48, 94.

—, Iulia, 48.

—, Licinia, 47.

Bovius, 38, 66-68, 94.

— *Atimetio Victor*, Quintus, 36, 41, 94.

— *Marcianus*, Quintus, 36, 41, 94.

— *Potitus*, Quintus, 36, 94.

Bracara Augusta, hoje Braga, 184, 188.

Braga, 58, 137, 177, 179, 184, 187.

Bragança, 38.

Branca — Albergaria-a-Velha, 179.

Brandão, Domingos de Pinho, 172.

Brasil, 113.

Briseo, 116.

Broilo, Fulviomario, 209, 210.

Brozas—Espanha, 147.

Bruto, Décimo Júnio, 8.

Bujalance — Córdova, 96.

Bulia Begia—Tunisia, 14.

Burgos — Espanha, 46, 96, 98.

C

Cabeça — Sintra, 90.

Cabeceiras de Basto, 175, 176.

Cabeço das Fráguas —• Guarda, 171.

Cabo da Boca —• Portugal, 69.

Cabra—Córdova, 64, 74.

Cabral, Carlos, 185.

Cáceres—Espanha, 19, 30, 31, 39, 40, 53, 67, 75, 92, 96, 98, 149.

Cadafais —• Alenquer, 40, 96.

Cadaval, 77.

Cádiz — Espanha, 20, 24, 38, 46, 92, 148.

Caecilia Avita, 75.

— *Marcella*, 76.

— *Marina*, 19.

— *Mauriola*, Quinta, 19.

— *Maxuma*, 48.

Caeciliana, 74.

Caecilianus, 74, 94.

—, Caecilius, 74.

—, L. Caecilius, 74.

-----, M. Fulvius, 74.

—, Quintus Caecilius, 71, 72, 75, 77, 94.

—, Sextus Sentius, 75.

Caecilius, 19-20, 74, 77.

-----, Q., 74.

—*—*Avitus*, Marcus, 71, 72, 94.

— -----, Q., 75.

-----*Caecilianus*, 74.

— —, L., 74.

-----, Quintus, 71, 72, 75, 77, 94.

—• *Celer Bectus*, L., 19.

—• *Gaetulicus*, C., 17, 18, 74, 94.

— *Gallus*, C., 74.

— ■, L., 74.

-----, P., 19.

-----* *Mettelus Pius*, Q., 19, 75.

-----*Optatus*, L., 19.

Caesonius Macer Bufinianus, C., 64, 68.

Caetóbriga, hoje Setúbal, 74.

- Cagnat*, 125.
Calagurritano, Sulpicia, 146.
Caldas da Rainha, 184.
Caldeias, S. Pedro—'Tomar, 178, 184, 185.
Caleus Marcianus, T., 39.
Calventius Vetus Carminius, L., 19, 64.
Campillo de Arena — Jaén, 20.
Camugem — Alentejo, 11.
Câncio Modestino, Gaio, 119.
Cantabria — Espanha, 86.
Caparide — Cascais, 91.
Cáparra—Espanha, 64, 96, 147.
Cardilio, vila romana — Torres Vedras, 87, 160, 174.
Carisia Quintilla, 53.
Carminius, L. Calventius Vetus, 19, 64.
-----*Lusitanicus*, L., 19.
——— *Macer*, Publius, 64.
Carpima, Iulia, 211.
Cartamo — Espanha, 96, 148.
Carvalho — Odemira, 56.
Carvoeira— Torres Vedras, 19, 34, 71, 78.
Casal da Pinheira — Torres Novas, 188.
Casas dos Castelões — Chaves, 171.
Cascais, 91.
Casillas — Espanha, 52.
Cassia Amoena, 12.
Cassianus, Q. Coelius, 77.
Cassius Reburus, L., 59.
Castellón — Espanha, 40.
Castelo Rranco, 127, 129, 173, 174, 176, 178, 186, 187.
Castra Caecilia—• Astorga, 19.
Castro Pn torio — Roma, 27.
——— *del Rio* — Bética, 63, 149.
——— *Verde*, 185.
Catalunha — Espanha, 157.
Cauche el Viejo— Málaga, 80.
Cava de Viriato—Viseu, 113,
Cazalla de la Sierra — Toledo, 149.
Celas, S. Maria — Coimbra, 78.
Celer Rectus, L. Caecilius, 19.
Cerra de Pozza—Brozas, 147.
Cerro dos Namorados — Castro Verde, 185.
César, Júlio, 9, 11.
Charlier-Raepsaet, M. T., 208.
Chaves, 171, 179, 182.
Chevalier, R., 213.
China, 167.
Chorazin —• Israel, 83.
Cicero, 141.
Cid Priego, C., 63.
Cirene — Libia, 64.
Cisalpinia, 87.
Cláudio, 64.
Codiceira — Sintra, 90.
Coelho, Fernando Dias, 124.
Coelius Aquila, Q., 77.
——— *Cassianus*, Q., 77.
Coimbra, 38, 78, 101, 105, 107, 117, 119, 120, 123, 174, 178, 180, 181.
Coja — Arganil, 104, 119-121, 123, 126.
Colares — Sintra, 67, 90.
Collipo — Batalha, 53, 68, 75, 86, 87, 187.
Columbeira — Bombarmi, 9.
Cómodo, 60, 77.
Conceição — Ourique, 91.
Concordia — Portogruaro, 209.
Condeixa-a-Nova, 163, 165, 166.
Condeixa-a-Velha, 113.
Conímbriga, 31, 37, 38, 47, 51, 52, 68, 75, 82, 87, 113, 151, 153-156, 158-161, 163, 165-167, 180, 185.
Constantinus Gallus, 132.
Córdova—Espanha, 20, 46, 63, 64, 74, 96, 98, 148, 149.
Cória — Espanha, 30, 39, 52, 98.
Corinthia, Annia, 40.
Cornelia, 46, 47.
———* *Routia*, 43, 46, 48, 94.
Cornelius Rocchus, L., 47.
-----*Eridanus*, M., 47.

Cornelius Macer, Publius, 64.
Coroado, Fernando, 89.
Correia, Mendes, 172.
 Cós — Leiria, 147.
Covilhã, 135, 138, 184, 186.
Crasso, P. Licinio, 80.
Crescens, 30, 31, 94.
 -----, Fabius, 31.
 ———, L. Iulius, 31.
 ———, Marcus Iulius, 28, 30, 94.
Crescens, rio, 30.
Crestelo — Albergaria-a-Velha, 179.
Creta, Ilha, 64.
 Cries cZeZ Negro — Espanha, 161.
Cuba — Alentejo, 64.

D

Dassié, Jacques, 213, 214.
Delgado, Manuela, 174.
Demougin, Ségolene, 118.
Dénia — Espanha, 148.
Deonna, W., 16.
Diocleciano, 21.
Djedi — África do Norte, 20.
Dobiteina, 135, 139-142.
Dois Portos—Torres Yedras, 77.
Domitius Zosimus, 210.
Domus Aurea — Roma, 208.
Doquirus, 139, 140.
Douro, rio, 11, 141.

E

Eburobrittium, ho je Amoreira de Óbidos, 77.
Ecija—Espanha, 98, 149.
EGitânia, 68, 186.
El Castillon — Antequera, 148.
 -----*Coronil* — Sevilha, 149.
El-Oued — Argélia, 83.
Elche — Espanha, 96.

Elorza, J. C., 207.
Eivas, 25, 86, 91, 149, 154.
Encarnação, José d', 103, 145.
 —, Tomás da, 119, 121, 122.
Eridanus, M. Cornelius, 47.
Ermida — Sertã, 132.
Ermidas — Torre de Palma, 156.
Escariz—Arouca, 172.
Espanha, 212.
Estói — Faro, 179.
Estrabão, 8, 69, 176.
Estrela, Serra, 117.
Estremoz, 29-30, 53, 86.
Étienne, Robert, 180.
Europa, 167.
Évora, 39, 47, 52, 74, 86, 96, 173, 181, 187, 188.
Évora-Monte — Estremoz, 172.

F

Fabius Crescens, L., 31.
Fabre, G., 15.
Facho de Castelões — Chaves, 171.
Facundus, 46, 94.
 ———, Marcus Antistius, 43, 45, 94.
Falerii—Itália, 208.
Faro, 19, 24, 25, 81, 176, 179.
Ferragial dIEl-Rei — Alter do Chão, 179.
Ferreira, Brazão, 179.
 ———, Delfim, 89.
 ———, F. Bandeira, 43, 45.
 ———, Santos, 132.
Fer reir a-a-Nova — Figueira da Foz, 153.
Ferreira do Zêzere, 24.
Fidius Macer, M., 64.
Figueira da Foz, 151, 153.
Flavianus, Pultarius, 67.
Flavina, Antonio, 86.
Flávio Quadrado, 48.
Flávios, 158.
Flavius Helius, T., 211.

Fonte das Cabeças — Fundão, 181.
Fonte Velha—Bensafrim, 153.
Fontes, S. Pedro — Fornelos, 178.
Fornelos — Vila Real, 177.
Fraga Gorda—Chaves, 171.
Fragas Brancas ou *Muradelhas*
 —Chaves, 171.
França, 12, 156, 159, 160, 180, 214.
Freixo, talvez a antiga cidade de
 Oncóbriga — Marco de Canaveses, 181, 183.
 —, S. Sebastião — Leiria, 30, 149,
 187.
Frejenal de la Sierra — Espanha, 98.
Friggeri, Rosanna, 208.
Fronteira — Bensafrim, 91.
Fronto, 52, 94.
 —, Quintus Iulius, 49, 50, 94.
Fulvius Caecilianus, M., 74.
 ----- *Tuscus*, M., 60.
Funchal — Sintra, 90, 175.
Fundão, 86, 181, 187.

G

Gaetula, Iulia, 20.
Gaetulicus, 19, 94.
 -----, C. Iulius, 20.
 -----, Iulius, 20.
 —, C. Caecilius, 17, 18, 74, 94.
Gaetulus, L. Numisius, 20.
 —, Porcius, 20.
Gala, Labéria, 86.
Galba, 40.
Galiza — Espanha, 70.
Gallus, 74.
 -----, C. Caecilius, 74.
 -----, L. Caecilius, 74.
 —, P. Caecilius, 19.
 —*—, Q. Antonius, 40.
Gargilius Macer Acidinus, Q., 64.
Godella — Valência, 20.
Gonzalez, A., 207.
Graça do Divor — Évora, 47.

Graccurris, antigo município romano
 — Logroño, 207.
Granada — Espanha, 64, 148.
Grava — Pontevedra, 25.
Gruier, J., 22, 28.
Guadalajara—Espanha, 157.
Guadalquivir, rio, 8, 24, 59, 69.
Guadiana, rio, 59, 173, 176.
Guarda, 52, 171, 177, 182, 188.
Guarducci, M., 208.
Guimarães, 92, 175.

H

Helius, T. Flavius, 211.
Herdade da Salsa—Serpa, 15.
Herennius Mascellio, Marcus, 63.
Herminios, Montes, 109.
Hinojosa del Duero — Espanha, 52,
 141.
Hispalis, hoje Sevilha, 149.
Hispânia, 11, 13, 19, 20, 24-26, 31,
 38-40, 45, 46, 51, 52, 57, 64, 67,
 69, 70, 76, 81, 125, 147.
 -----*Citerior*, 26.
 — *Ulterior*, 59, 75, 80.
H ispell um, 21.
Hissarlik, 160.
Hoffmann, Marta, 167.
Horácio, 89.
Horta das Pinas — Eivas, 154.
Hübner, E., 9, 18, 22, 23, 79, 80,
 105, 106, 109, 110, 119, 121, 122,
 126.
Huelva — Espanha, 176.

I

Ianuaris, C. Attius, 26.
Ibahernando — Cáceres, 39.
Ibiza—Baleares, 20, 74.
Icelus, 40.

Idanha-a-Nova, 178, 186.
Idanha-a-Velha, 29, 30, 38, 48, 52,
 53, 91, 114, 141, 147, 186.
Ierdbriga, cidade romana dos arde-
 dores de Alenquer, 77.
Inglaterra, 159.
Itália, 21, 42.
Itálica—■ Espanha, 38, 40, 63, 96,
 149.
Iulia, 32-34, 94.
 ——— *Amoena*, 10, 12, 16, 90-91, 94.
 ——— *Boutia*, 48.
 ——— *Carpima*, 211.
 —*— *Gaetula*, 20.
 — *Marcella*, 71, 72, 75, 94.
 — *Modesta*, 107, 108, 110, 112-
 -114.
 ——— *Quintilla*, 49, 50, 53, 94.
 ——— *Serena*, 211.
 ——— *Tonceta*, 12.
Iulius, 30.
 ——— *Amoenus*, C., 12.
 ————, L., 12.
 ——— L., 75, 76.
 ——— *Crescens*, L., 31.
 —*———*, Marcus, 28, 30, 94.
 ——— *Fronto*, Quintus, 49, 50, 94.
 ——— *Gaetulicus*, 20.
 —, C., 20.
 ——— *Marcellus*, M., 76.
 ——— *Bardala*, Servius, 211.
 ——— *Rufinus*, C., 68.

J

Jaén—Espanha, 20, 25, 46, 96,
 149.
Játiva — Espanha, 96.
Jerica — Espanha, 147.
Jerusalém—Palestina, 14.
Jimena de la Frontera — Espanha,
 148.
Jordão, Levy Maria, 22, 23, 28, 81,
 122, 125.

Jorge, Vitor de Oliveira, 181.
Juba, 132, 133.
Jugurta, 19.
Juliá, Dolores, 15.
Julia, 180.
Júnio Bruto, Décimo, 8.
Juromenha—Eivas, 81.

K

Kajanto, I., 11, 19, 20, 24, 26, 30,
 31, 39, 45, 64, 81, 211.
Krummrey, Hans, 208.

L

La Osera—Espanha, 157.
Labéria Gala, 86.
Lácio — Itália, 25.
Lagos — Algarve, 153.
Lambrino, S., 16.
Lamego, 76.
Lameiras — Sintra, 41.
Languardia — Arula, 149.
Languedoc — França, 156, 157.
Largo do Sapal — Setúbal, 177.
Las Cuevas — Sória, 98.
Lavoura de Baixo — Gres telo (Bran-
 ca), 179.
Le Roux, Patrick, 137.
Leal, Pinho, 17, 28, 72, 79.
Leão, reino, 78, 96.
Leiria, 52, 147, 149, 178.
León, província—Espanha, 155.
Lérida — Espanha, 81.
Levy Maria Jordão — Vide: *Jordão*,
 Levy Maria.
Licinia Boutia, 47.
 ——— *Maxsuma*, 43, 45, 94.
 ———• *Tusca*, 60.
Licinio Crasso, P., 80.
 ——— *Sura*, L., 80.
Licinius, 45, 80-81.

Licinius Rufus, L., 80-81.
 -----*Saturninus*, Q., 81.
 -----*Temporanus*, Lucius, 79, 94.
Liguria — Itália, 147.
Li gurius, 147.
 -----*Rusticus*, Quintus, 145.
Limãos ■ — Salselas, 177.
Linares — Espanha, 96.
Liria — Espanha, 40, 93.
Lisboa, 9-12, 14, 16, 18, 19, 23-26,
 29, 31, 34, 36, 39-41, 45-48, 52,
 59, 67, 69, 76, 80, 88, 96, 98,
 132, 171, 173, 176, 178, 180, 181,
 183, 185, 186.
Logroño — Espanha, 207.
Lomba do Canho — Arganil, 178,
 186.
Lora del Rio — Sevilha, 26, 149.
Loulé, 52.
Lourel — Sintra, 38.
Louriceira — Torres Yedras, 38, 65,
 68.
Lucena — Espanha, 96.
Lucius, 10.
Lusitânia, 9, 11, 13, 15, 19, 20, 24,
 25, 30, 39, 40, 45, 46, 48, 52, 55,
 60, 64, 74, 76, 81, 86, 88, 118,
 137, 147.
 ——— *Ocidental*, 12, 38.
 -----*Oriental*, 141.
Lusitanicus, L. Carminius, 19.
Luz — Tavira, 96.

M

Macedo de Cavaleiros, 177.
Maceira — Leiria, 47.
Macer, 64, 65, 94.
 ——— -, M. Fidius, 64.
 -----, Publius Carminius, 64.
 ——— -, Publius Cornelius, 64.
 -----*Acidinus*, Q. Gargilius, 64.
 ——— *Rufinianus*, C. Caesonius, 64,
 68.

Macrinus, 64.
Macro, 61.
Madrid — Espanha, 148.
Maecianus Montanus, Maecius, 26.
Maela, 46.
 -----, Antistia, 46.
Mafra, 31.
Mahón, 26.
Maia, Manuel, 185.
 ———, Maria, 185.
Maiorca, Ilha, 19.
Málaga — Espanha, 20, 69, 80, 96,
 148, 149.
Malececa, hoje talvez Marateca, 74.
Mancini, Rosalba, 208.
Mangualde, 175.
Mansuelli, G., 87.
Manteigas, ill.
Manzella, L., 208.
Maquiz — Jaén, 96.
Marateca, antes talvez Malececa, 74.
Marcella, 75, 76, 94.
 ———, Caecilia, 76.
 ———, Iulia, 71, 72, 75, 94.
Marcellus, M. Iulius, 76.
Marcianus, 39-40, 94.
 ———, Quintus Bovius, 36, 41, 94.
 ———, T. Caleus, 39.
 -----, T. Marcus, 40.
Marcus, 39.
 ——— *Marcianus*, T., 40.
Marco de Canaveses, 181, 183.
Marcus, 28, 43, 71, 72.
Marina, Caecilia, 19.
Marrocos, 14.
Martin, J. F., 74.
Mascarenhas, Brás Garcia de, 108,
 109, 112, 113, 115-117, 120.
Mascellio, 63.
 -----•, Marcus Herennius, 63.
Mascellius, 61-65, 94.
Matacões — Torres Vedras, 34, 42,
 49, 50, 52, 54, 61, 75, 84.
Maternus, 11.
Mauriola, Quinta Caecilia, 19.

- Mauritânia*, 16, 26.
 —*—• *Tingitana*, 20, 26, 75.
Maximus, a, 45, 47, 132.
Maxsuma, 45, 94.
 -----, *Annia*, 82.
 ---- -, *Licinia*, 43, 45, 94.
Maxuma, *Caecilia*, 48.
Mayet, *Françoise*, 180.
Mealhada, 183, 185.
Medellin—'Espanha, 81.
Meimoa — *Penamacor*, 188.
Meixedo — *Bragança*, 38.
Mérida—Espanha, 12, 13, 19, 24,
 26, 30, 38-40, 46, 51-53, 74, 92,
 96, 98, 117, 147, 148.
Mértola, 24, 176.
Messejana—*Aljustrel*, 47.
Metellinum, hoje *Medellin*, 81.
Mettelus Pius, *Q. Caecilius*, 19, 75.
Midões—• *Tábua*, 114, 119.
Mileu—*Guarda*, 52, 182, 188.
Milreu — *Estói*, 176, 179.
Minho, 59, 172, 174, 176, 177, 181,
 184.
Miranda, *E.*, 208.
Mirandela, 172.
Miróbriga, hoje *Santiago do Cacém*,
 25, 26, 77, 159, 160.
Modesta, *lidia*, 107, 108, 110, 112-
 -114.
Modestino, *Gaio Câncio*, 114, 115,
 119.
Monasterio — *Espanha*, 98.
Moncarapacho — *Olhão*, 171.
Mondego, *rio*, 8, 77, 151.
Monforle do Alentejo, 18, 156, 184.
Mons Lunae, designação da Serra
 de *Sintra* segundo *Ptolomeu*, 69.
Monsanto — *Idanha-a-Nova*, 26.
 —■, *Serra* — *Lisboa*, 24.
Montanus, 26, 27, 94.
 -----, *Attius*, 22, 27, 94.
 ———, *M. Raecius*, 26.
 ———, *Maecius Maecianus*, 26.
 -----, *Q. Aeronius*, 26.
Montanus, *Q. Attius*, 26.
Monte do Castelo — *Torres Vedras*,
 32, 35.
 ——— *das Oliveiras* — *Jerusalém*, 14.
Monteiro, *António João Nunes*, 178.
Montelavar—'Sintra, 67, 85.
Montemor-o-Novo, 47.
Montoro — *Espanha*, 64.
Morgado, *Denise Vieira do Rosá-*
rio, 145.
Mosteiro de S. Paulo — *Córdova*,
 148.
Mota, *S. Miguel* — *Alandroal*, 96.
Moura, 182.
Muge, 159, 160, 172.
Munigua — *Espanha*, 63.
Muradelhas—'Vide: *Fragas Bran-*
cas.
Muratori, *A.*, 17, 18.
- N
- Narbonense*, 25.
Nazaré, 171.
Neckam, *Alexander*, 167.
Nerva, 175.
Visa, 64, 137.
Nisus, *L. Attius*, 25.
 —■— ou *Nysus*, 212.
Norba, hoje *Cáceres*, 75.
Nossa Senhora da Oliveira — *Mata-*
cães, 50.
Numisius Gaetulus, *L.*, 20.
Nunes, *Castro*, 105, 106.
Nysus — Vide : *Nisus*
- O
- Odemira*, 56.
Odrinhas, *S. Miguel* — *Sintra*, 15,
 27, 36, 52, 59, 60, 64, 88, 159,
 175.
O eiras, 38.

disipo, hoje Lisboa, 5, 8, 9, 27, 31, 34, 75, 77, 86.
Oliva — Espanha, 52.
 — de *Alicante* — Espanha, 148.
Oliveira do Hospital, 101, 103, 175.
divenga, 98.
Oncóbriga, hoje talvez Freixo, c.
 Marco de Canaveses, 181.
Onda —• Espanha, 96.
Optatus, 24-26, 94.
 -----, C. Arrius, 25.
 -----, L. Aelius, 25.
 — —, L. Caecilius, 19.
 -----, Lucius Anicius, 22, 23, 27, 94.
 -----, Q- Valerius, 25.
Orjais — Covilhã, 135, 137, 138, 141, 184.
Oropesa — Espanha, 3L
Òstia — Itália, 59.
Osuna — Espanha, 64.
Otacilia Silvana, 212.
Ourique, 47, 91.
Outeiro dos Mouros — Chaves, 171.
Oviedo — Espanha, 138.

P

Pai Mó — Chaves, 171.
Paialvo — Tomar, 184.
Palência — Espanha, 76.
Palestina, 82.
Palma de Maiorca — Baleares, 26, 148.
Palmeira — Braga, 179.
Pandera, Silvio, 208.
Panóias — Ourique, 47.
Pardala, Servius Iulius, 211.
Pardelhas — Palmeira, 180.
Paternus, 12.
Pedrulha — Alhadas de Baixo, 153.
Pelli, Carla, 208.
Penacova, 52.
Peñaflor — Espanha, 26, 96, 149.

Peñalba de Castro — Burgos, 96.
Penalva — Viseu, 148.
Penamacor, 174, 178, 186, 188.
Penedo — Torres Vedras, 9.
Península Ibérica, 11, 14, 19, 21, 24, 30, 34, 39, 46, 56, 57, 59, 63, 69, 73-75, 114, 117, 118, 127, 137, 140, 146, 147, 156, 157.
 -----*Itálica*, 147.
Pereira Menaut, Gerardo, 212.
Perna do Galego — Sertã, 132.
Pero Pinheiro — Loures, 85.
Persa, 211.
Persicus, L. Antestius, 46.
Pessoa, Miguel, 165.
Pias — Serpa, 98.
Pinto, A. J. Nunes, 145.
Pirreitas — Barrio, 181.
Pius, Q. Caecilius Mettelus, 19, 75.
Plauto, 141.
Plínio, 77.
Pclíbio, 88.
Pombeiro da Beira — Arganil, 113.
Ponte, Sálete da, 179, 185.
Pontevedra —• Espanha, 25.
Porcius Gaetulus, 20.
Porcuna — Espanha, 98.
Porto, 172, 175, 181.
Porto de Mós, 143, 145, 149.
Portogruaro — Itália, 209.
Portugal, 26, 125, 126, 143, 172, 180, 185, 186.
Potitianus, 40.
Potitus, 40, 92-94.
 -----, Quintus Bovius, 36, 94.
Póvoa — Tomar, 183.
Poza de la Sal — Brozas, 147.
Praça de Bocage — Setúbal, 177.
Praia de Santa Cruz — Torres Vedras, 10, 19, 34, 47-48, 67.
Priego — Bética, 149.
Priuli, S., 208.
Promontorium Lunae, designação do Cabo da Roca, segundo Ptolomeu, 69.

Ptolomeu, 69.
Publius, 43.
Puebla de Castro — Espanha, 81.
Pultarius Flavianus, 67.

Q

Quadrado, Flávio, 48.
Quinta do Caracol — Alenquer, 79.
 -----*Juncal* — Torres Vedras,
 49-52, 84.
 —•— *da Macheia* — Torres Vedras,
 42, 47-49, 80, 84, 88, 98.
 ——— *Mourata* — Orjais, 138.
 ———* — *Portucheira* —• Torres Ve-
 dras, 53, 54, 56, 58, 60-64.
 -----*Rainha* — Torres Vedras,
 71, 72, 78.
 ----- *Touroa*—Braga, 179-180.
Quinteira, Antonio J. Ferreira, 178.
Quintilla, 52-53, 94.
 ———*, Carisia, 53.
 ——— -, Iulia, 49, 50, 53, 94.
Quintos —* Beja, 155.

R

Raecius Montanus, M., 26.
Raposeira —* Mangualde, 175.
Reburrus, 54, 58-59, 85, 94.
 ----- -, L. Cassius, 59.
Rectus, L. Caecilius Celer, 19.
Redondo — Évora, 74, 184.
Refojos —• Cabeceiras de Basto, 175.
Reina —* Badajoz, 30.
Reno, rio, 30.
República Democrática Alemã, 208.
Resende, André de, 12, 17, 18, 22,
 23, 89.
Reus — Tarragona, 91.
Ribeira de Raixo — Porto de Mós,
 143, 145, 148, 149.

Ribeira Plana — Feiria, 149.
 ———*Ruiva*—Torres Novas, 188.
Richborough—Inglaterra, 158.
Rocha, Santos, 151, 153, 155.
Rodrigues, Maria de Lourdes, 124.
Roma—Itália, 20, 25, 27, 38, 40,
 46, 59, 70, 117, 208, 209.
Rua do Caires—Braga, 177.
Rufinianus, C. Caesonius Macer, 64,
 68.
Rufinus, C. Iulius, 68.
Rufus, 66-68, 94.
 ———, C. Turranius, 68.
 ——— -, L. Licinius, 80-81
Rüger, Dr. ,188.
Runa—Torres Vedras, 8.
Rustica, Aufidius, 145, 146.
Rusticus, 146, 148-149.
 ———, M. Aufidius, 146.
 -----, Quintus Ligurius, 145.

S

Saa, Mário, 132, 133.
Saalburg — Áustria, 158.
Sabina, 75.
Sabora—Attubi (Bética), 149.
Sacóias — Bragança, 38.
Sado, rio, 31.
Sagunto — Espanha, 74, 75, 96, 98,
 148.
Salamanca —• Espanha, 19.
Salgado, Vicente, 22, 23.
Salselas — Macedo de Cavaleiros,
 177.
Salvatierra de los Rarros — Espa-
 nha, 148.
Sancho I (D.), rei de Portugal, 78.
Sanchorreja—Ávila, 155.
Sanlúcar de Rarrameda —• Espanha,
 69.
Santa Comba—Refojos, 175.

- Santa Justa*—Alcoutim, 176.
 -----• *Maria* — Torres Vedras, 10,
 17, 22, 32, 35.
 -----do *Castelo* — Torres Ye-
 dras, 33, 34, 35, 65, 68.
 -----* *de Celas* — Coimbra, 78.
 -----*Olaia* — Ferreira-a-Nova, 153-
 -155, 160.
Santander — Espanha, 98.
Santañy — Espanha, 98.
Santarém, 96, 158.
Santiago do Cacém, antes Miróbriga,
 25, 76, 77.
 -----de *Compostela* — Espanha, 171.
Santo Estêvão — Porto de Mós, 145.
Santos, Ezequiel, 89.
São Caetano — Chaves, 171.
 -----*G ião* — Torres Vedras, 9, 10,
 12, 13, 15-20, 22-24, 34, 88, 90.
 -----*João* — Porto de Mós, 145.
 -----• — *Baptista* — Torres Ye-
 dras, 27.
 -----*Jorge* — Lisboa, 173.
 -----*Miguel da Mota* — Alandroal,
 96.
 -----• — ■ — *de Odrinhas* — Sintra, 15,
 27, 36, 52, 59, 60, 64, 88, 159, 175.
 -----*Pedro* — Torres Vedras, 27, 65.
 -----* *de Caldeias* — Tomar,
 179, 184, 185.
 -----*Fontes* — Fornelos,
 178.
 -----*Salvador* —• Santarém, 158.
 -----*Sebastião do Freixo* — Leiria,
 30, 149, 187.
 -----*Silvestre de Beselga* — Tomar,
 183.
 -----*Vicente*—Torres Vedras, 8.
Sardenha, Ilha, 14.
Sarmento, Francisco Martins, 105,
 106.
Sarzedas — Castelo Branco, 127,
 129.
Sasamón — Burgos, 46, 98.
Saturnina, 210.
Saturninus, Q. Licinius, 81.
Scallabis, hoje Santarém, 77.
Schulze, 38.
Seara Velha—Chaves, 171.
Segisama — Espanha, 63.
Sempronius, L., 20.
Senhora do Castelo — Mangualde,
 175.
Sentius Caecilianus, Sextus, 75,
Serena, Iulia, 211.
Sernancelhe — Moimenta da Beira,
 173.
Serpa, 15.
Serra de Gredos—Espanha, 19.
 -----• *S. Julião* — Torres Ve-
 dras, 41, 63, 67, 71, 72, 75, 77,
 78.
Sertã, 127, 129, 132.
Setúbal, antes Caetóbriga, 74, 173,
 177, 186.
Severus, P. Attius, 27.
Sevilha — Espanha, 40, 93, 96, 149,
 155, 173.
Siguenza — Espanha, 31.
Sílio Itálico, 57.
Silva, Manuel António da, 129, 131.
Silvana, Otacilia, 212.
Silveirona — Estremoz, 29, 53.
Silves, 23, 176.
Sines, 76.
Sintra, 38, 45, 47, 90, 159, 175.
 -----, Serra, 69.
Sisandro — Torres Vedras, 16, 35,
 87.
Sobrinho, João Borges Terenas, 138.
Solin, H., 208.
Solovera, Esther, 207.
Sória—Espanha, 98, 157.
Spello — Itália, 208.
Stacte, Terentia, 78.
Strada, J., 17, 22, 27, 28.
Sulpicia Aeliana, 146.
 -----*Calagur ritana*, 146.
Sura, L. Licinio, 80.
Susa — Itália, 42.

T

Tábua, 119.
Tácito, 40.
Talábriga, 179.
Talavera de la Reina—Espanha, 147.
Tarragona—Espanha, 12, 26, 38-40, 46, 52, 63, 64, 74, 80, 81, 91, 93, 96, 98, 117, 146-148.
Tavarede—Figueira da Foz, 153, 156.
Tavira, 183.
Tejo, rio, 8, 11, 25, 41, 45, 46, 59, 69, 70, 77, 87, 88, 154.
Tell—'África do Norte, 19.
Tempestivus, 81.
Temporanus, 81, 94.
 —, Lucius Licinius, 79, 94.
Tentúgal — Montemor-o-Yelho, 46, 98.
Terena — Alandroal, 76.
Terentia Stacte, 78.
Teresa (D.), filha de D. Sancho I e rainha de Leão, 78.
Testaccio — Itália, 12.
Tibério, 158.
Tingitana — ■ Vide: *Mauritânea Tingitana*.
Titus, 43.
Toledo — Espanha, 76, 149.
Tomar, 179, 183-185.
Tonceta, lídia, 12.
Tondela, 185.
Torre de D. Miguel — Espanha, 52.
 ----- *Dona Chama* — Mirandela, 172.
 — — *Palma* — Monforte do Alentejo, 156, 184.
Torremenga — Espanha, 52.
Torrequemada — Cáceres, 30.
Torres, M. Madeira, 28, 50, 66, 67, 72.
Torres — Alcalá de Henares, 98.
Torres Novas, 87, 160, 178, 188.

Torres Yedras, 5, 7-10, 12, 16, 17, 19, 22, 25, 27, 32, 34-36, 38, 42, 45, 49, 54, 55, 61, 62, 65, 67, 69-71, 77, 84-87, 89, 90, 92, 96, 98.
Tortosa—• Espanha, 20, 81.
Tovar, A., 8, 19, 31, 171.
Toya — Espanha, 98.
Trajano, 80, 175.
Tranoy, Alain, 137.
Trindade, Leonel, 62, 89.
Tróia — Setúbal, 25, 47, 186.
Trujillo — Espanha, 30, 149.
Truôbriga, 77.
Tuna, Manuel, 177.
Tunísia, 14.
Turcifal — Sintra, 8.
Turranius Rufus, G., 68.
Tusca, 54, 59-60, 94.
 —, Licinia, 60.
Tuscus, 54, 59-60, 94.
 —, Albanus, 60.
 —, M. Fulvius, 60.

U

Untermann, J., 140, 141.
Utrera—Sevilha, 149.

V

Vaiamonte — Monforte, 156-157, 160.
Valado —• Alcobça, 52.
Valde fuente — Cáceres, 149.
Valdelacasa — Cáceres, 98.
Valença do Minho, 64, 148.
Valência — Espanha, 20, 38, 64, 148, 212.
Valerius, 31.
 — — *Arco*, Lucius, 28, 30, 94.
 — — *Optatus*, Q., 25.
Vandermillo, 116.
Várzea do Douro, 40, 92.

- Vasconcelos*, Antonio de, 112, 113.
 -----, J. Leite de, 16, 125, 130.
Veiga, Estácio da, 87.
Veratia, 127, 129-131.
Veratius, 127, 129-131.
Vespasiano, 24, 67.
Vettidius Aelianus, M., 146.
 G. Antistius, 46.
 --- *Carminius*, L. Calventius, 19,
 64.
Viana del Bollo — Espanha, 98.
 --- *do Castelo*, 172, 174, 188.
Victor, 38-39, 94.
 --- , Quintus Bovius Atimetio, 36,
 41, 94.
Vicus Caecilius, 19.
Vidigueira, 180.
Vieira, J., 28.
Vigo — Espanha, 70.
Vila do Conde, 173, 182.
 ----- *de Frades* — Vidigueira, 180.
Vilamoura — Loulé, 176.
 ----- *Real*, 177.
Villafranca de los Barros — Bada-
 joz, 148.
 -----• *Palacios* — Sevilha, 149.
Villagarcía — ■ Badajoz, 30.
Villagorda — Jaén, 46.
Villalba de Alcor — Sevilha, 149.
Villalís—Leão, 96.
Villalonga — Valencia, 148.
Villamiel — Espanha, 52.
Villanañe—Burgos, 98.
Villar — Espanha, 52.
Villaverde — Santander, 98.
Vimieira—Mealhada, 183, 185.
Vindonissa — Suíça, 158.
Viriata, 130.
Viriato, 109, 113, 127, 130.
Viseu, 52, 113, 148, 173, 185.
Vivei—Castellón, 40, 93.
Vives, J., 9, 18, 23, 29, 43, 80.
Volpe, R., 208.
Volubilis — Marrocos, 14, 20, 75.
Voluptas, 67.
- W
- Wolski*, W., 13-15.
- Z
- Zalamea de la Serena* — Espanha,
 15, 24.
Zambujal — Torres Vedras, 8.
Zosimus, Domitius, 210.

INDEX RERUM

A

- Acampamento romano* —* Arganil, 178.
- Achados diversos* — Especificação
- Ânforas, 78, 175.
- Cerâmicas, 138, 174, 179, 183.
- finas, 183.
- «Dolia», 88, 138.
- Esgotos romanos, 183.
- Estátua-menir, 182.
- Estrada romana, 183.
- «Imbrices», 183.
- Jarro púnico-tartéssico, 70.
- Lápide tumular, 183.
- Louçaria, 175.
- Lucernas, 55.
- Mármore sacaráides, 175.
- Moedas, 175, 179, 183.
- Mós, 174, 182, 183.
- Muralhas ou muros, 88, 179, 183.
- Objectos romanos, 179.
- Padrão cilíndrico com uma inscrição, 182.
- Pesos de tear, 174.
- Ponte romana, 183.
- Telhas (tegulae), 138, 174, 176, 178, 183.
- Tempereiro, 166.
- Tesouro, 138.
- Tijoleiras, 55, 182.
- Túmulos, 183
- «*Amici Nemesiaci*» — Associação de fiéis da deusa grega Némesis, 40.
- Arco honorífico* — Bará (Tarragona), 80.
- Arqueologia* — Cursos, 181, 185-188.
- *aérea*, 213-214.
- *urbana* — Setúbal, 177.
- Arquitectura* — Lápides funerárias, 62-63.
- *romana em Portugal*, 173.
- Assembleia Distrital do Porto*, 175.
- Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural do Oeste [AEDO]* — Caldas da Rainha, 184.
- *para a Defesa da Património Cultural da Região de Alcobaca*, 181.
- *de Estudos Arqueológicos e Etnológicos* — Lisboa, 185.
- *Regional Arqueológica de Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor [ARCINPE]* — Castelo Branco, 178, 186.
- Astros* — Cultos na Hispânia durante a Antiguidade, 57-58, 68-71.

B

- Ribliografia arqueológica* — Revistas recebidas no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 191-204.
- Riblioteca Municipal de Vila do Conde?*, 182.

G

- Câmara Municipal de Chaves*, 179.
 -----*da Covilhã*, 186.
 -----*Mealhada*, 186.
 -----*de Penamacor*, 174.
 -----*Tondela*, 185.
 -----*Torres Novas*, 178.
 -----*Vila do Conde*, 173.
 -----*Viseu*, 173.
- Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos*
 Aquífer, 48.
 Augustal, 24, 25.
 Auxília no exército romano, 20.
 Bispos de Coimbra, 119, 120, 126.
 Centurião da Legio VII Gemina, 19.
 Cônsul, 19, 80, 132.
 -----sufecto, 19.
 Duúnviros, 24, 46, 53, 59, 60, 64, 74-77, 81.
 Edis, 19, 53, 68, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 132, 133.
 Flámines provinciais, 26, 47, 74, 126.
 Flaminica, 101, 107, 110, 113, 114.
 General romano, 46.
 Governador da Hispânia Ulterior, 80.
 ----- Lusitânia, 19, 64, 68, 74.
 ----- Tingitana, 26.
- Imperadores romanos — Vide :
 Adriano, Antonino Pio, Antoninos, Augusto, Aureliano, César, Cláudio, Cómodo, Constantinus Gallus, Diocleciano, Flávios, Galba, Júlia, Nerva, Tibério, Trajano, Vespasiano.
- Legado de Augusto, 46.
 — imperial, 75.
 «Magister», 64.
 Magistrados municipais, 19, 24.
 Membro da «ordo decurionum», 24.
- Pontífice, 74.
 — perpétuo, 46.
 Pretor, 20.
 Primipilatus, 211.
 Procônsul da província de Creta e Cirene, 64.
 «Quattuorviri», 76.
 Questores, 19, 20, 64.
 Sêxviro, 26, 47, 63.
 Tribuno da Legio III Augusta, 47.
- Carta Arqueológica do Distrito do Porto*, 175.
Cartogra fia arqueológica do Guadiana, 173, 176.
- Castelos*
 Moura, 182.
 Porto Velho — Tomar, 183.
- Castros*
 Santa Olaia, 153-155.
 São Salvador — Santarém, 158.
 Seara Velha — Chaves, 171.
 Tavarede, 153, 156.
 Torre de Dona Chama, 172.
- Centro de Estudos Epigráficos da Beira [CEEb]* — Castelo Branco, 173, 186, 187.
 ----- *Espeleológicos e Arqueológicos do Algarve*, 171.
 ----- *e Protecção do Património de Tomar*, 183.
 ----- *Etnografia, Arqueologia e Valorização Cultural [CETA]* — Nazaré, 171.
 ----- *História das Universidades de Lisboa*, 176.
 ----- *Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu*, 173, 185.
 ----- *Regional do Norte de Arqueologia*, 187.
- Centum Cellae* — Belmonte, 113.
Cerâmicas comuns, 138, 174, 179, 183, Ânforas, 25, 27, 38, 78.
 ----- hispânicas, 59.
 Jarro púnico-tartéssico, 70.
 Lucernas, 38, 55.

- Circo de Mérida*, 117.
- Classes sociais*
 Cavaleiros, 46, 118.
 Cidadãos latinos (cives latini), 24, 41.
 —'romanos (cives romani), 18, 23, 24, 26, 30, 84.
 Clientes, 19, 46.
 Escravos, 24, 26, 38, 39, 41, 59, 64, 65, 67.
 Ingenui, 41, 45.
 Libertos, 24-26, 39-41, 45, 59, 64, 65, 75, 81, 211.
 Peregrinos, 85.
 Senadores, 15, 39, 46, 67.
- Colóquios*
 História Antiga (V), 138.
 Linguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Iberica (I), 140.
 Línguas e Culturas Páleo-Hispânicas (III), 186.
- Concílio de Braga* (I) — Repressão do grafismo pagão das epígrafes, 58.
- Conferências* — Centro de Estudos Epigráficos da Beira, 186.
- Congressos*
 Internacional de História de Arte (XVI), 107.
 Luso-Espanhol de Arqueologia do Distrito de Castelo Branco, 174.
 Nacional de Arqueologia (IV), 176
- Constitutio Antoniniana*, 21.
- Conventus*
 Emeritense, 30, 53.
 Escalabitano, 30, 39, 47, 52, 77, 82, 87, 127.
 Pacense, 25, 30, 40, 41, 47, 53, 81.
- Corpos militares*
 Legio III Augusta, 47.
 —'VII Gemina, 19.
- Crescente lunar* — Iconografia funerária hispânica, 68-71.
- Cultos greco-orientais*, 39.
 — *siderais* — Hispânia, 57-58, 68-71.
- Cultura castreja* — Decoração de epígrafes, 57-58.
- Culturas agrícolas na Hispânia Romana*
 Cereais, 88.
 Oliveira, 88.
 Vinhas, 88.
- D
- Decoração de epígrafes* — Tipo astral, 56-58, 68.
- Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural*, 183.
- Deuses, divindades e figuras mitológicas*
 Apoio Augusto, 75.
 Celeste, 208.
 Diana (Dea Caelestis), 69, 70.
 Endovélico, 76.
 Esculápio, 26, 208.
 Génio do Município — Bobadela ou Midões, 114, 119.
 Hades, 57.
 Hércules, 40, 208.
 Juno, 141.
 Júpiter, 26.
 — Ótimo Máximo, 138, 141.
 — Repulsor, 137.
 ——— Supremo Sumo, 135-142.
 Liber Pater, 88.
 Manes, 21, 27, 32, 34, 37, 49, 50, 53, 60, 71-73, 78, 83, 85, 145, 147, 210.
 Minerva, 53.
 Mitra, 208.
 Navia, 31.
 Némésis, 40.
 Piedade, 104, 119, 126.
 Saturno, 141.
 Serápis, 208.

Silvano, 208.
 Tanit, 69.
 Trebaruna, 64.
 Vénus, 114.
 Vitoria Eterna, 103, 106.
Dòlmen — Moinhos de Vento (Arganil), 178.

E

Edito de Máximo, 15.
Encontro Espèleo-Arqueológico do Algarve (I), 172.

Epigrafia

Concordia, 209-211.
 Logroño, 207.
 Valência, 212.
 —*— *greco-latina*
 Roma, 208-209.
 ----- — Vide também : *Inscrições*.

Escavações arqueológicas

Areias, 185; Baixo Guadiana, 173, 176; Bobadela, 175; Castelo de Moura, 182; Ferragial d'El-Rei-Alter do Chão, 179; Fonte das Cabeças-Fundão, 181; Freixo-Marco de Canaveses, 181, 183; Lavoura de Baixo, 179; Meimosa-Penamacor, 188; Orjais, 184; Lomba do Canho, 178; Pirreitas, 181; Praça de Bocage-Setúbal, 177; S. Sebastião do Freixo, 187; S. Pedro de Caldeias, 179, 184, 185; Torres Novas, 178, 188; Vila Cardílio, 174; Vila do Conde, 174; Vila de Frades, 180.

Esculturas

Aras, 16, 26, 52, 64, 84, 88, 104, 121, 135-142, 180.
 Árulas, 35-42, 75.
 Cípos funerários, 17-27, 84, 175.
 Cupas, 10-17, 38, 47, 60, 84.

Estátua, 26.
 -----equestre de Hispellum, 21.
 -----de guerreiro lusitano, 175, 176.
 Esteias, 173, 175, 186-187.
 ——— -funerárias, 53-71, 79-84.
 Pedestais funerários, 27-32, 42-49, 84.
 Placas funerárias, 32-35, 47, 49-53, 84.
 Relógio de sol, 48.
 Sarcófago de S. Julião, 78.
 «Tabella», 12.
 Tampa de arca cinerária, 71-78, 84.

Estabelecimento fabril de salga de peixe (séc. II)—Setúbal, 177.

Exposições arqueológicas

Coimbra, 107; Évora, 173; Lisboa (Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia), 180-181, 186-187; Sernancelhe, 173; Tondela, 185; Tróia romana, 186; Vila do Conde, 173.

F

Faculdade de Ciências do Porto, 172.

-----*Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, 181.

-----*Letras da Universidade de Coimbra*, 105, 178, 181.

----- — *Lisboa*, 178, 181, 183, 185.

-----*-----*do Porto*, 175, 181.

Fíbulas — Existências

Museu Municipal da Figueira da Foz, 151-161.

-----Tipos

Acebuchal-Schüle 4 c, 156, 161.

Alcores-Schüle 2 f, 154, 160.

Aucissa-Camulodunum 17, 153, 158, 161.

- Bencarron-Schüle 4 b, 155, 156, 160.
 Camulodunum 17 B, 158, 161.
 Camulodunum 17 C, 159, 161.
 Cuadrado 11, 157, 161.
 Ettlinger 28, 157-158, 161.
 Fowler B 1, 159, 161.
 Golfo de Leão, 156, 161.
 Nauheim-Camulodunum B, 157-158.
- Fiammato municipal* — Obrigações que lhe competiam, 118.
- Forno romano* — Fornelos, 177.
- Fortificação miliarense* — Zambujal, 8.
- Fortim romano* — Cerro dos Namorados, 185.
- Forum*
 Bobadela, 115-118.
 Conímbriga, 156, 160.
- G
- Gens*
 Anicia, 24, 94.
 Antistia, 45, 46, 94.
 Attia, 24, 25, 94.
 Aufidia, 143, 146.
 Bovia, 38, 94.
 Caecilia, 18-19, 74, 94.
 Cornelia, 47, 94.
 Flavia, 75.
 Iulia, 11, 12, 52, 75, 94, 125.
 Licinia, 80, 94.
 Valeria, 47, 94.
- Grupo Amador de Arqueologia de Chaves*, 171.
- *Viana (G.A.A. F.)*, 172, 174, 188.
 ---- *de Amigos do Redondo*, 184.
 ----- *Arqueologia e Arte do Centro (G.A.A.C.)*, 117, 175.
 ---- • *Estudos Arqueológicos do Porto*, 181.
- *para a Protecção Artística e Arqueológica* — Castelo Branco, 174.
- H
- Han* — Dinastias chinesas, 167.
- I
- Inscrições*
 Anf orária, 12.
 Funerárias, 5-99, 119-131, 143-149.
 Religiosa, 132-133.
 Votivas, 101-126.
 ----- *greco-latinas* — Roma, 208-209
 — *latinas* — Concordia, 209-211.
 ----- *romanas* — Corpus Logroño, 207.
 Valência, 212.
- Instituto de Arqueologia da Faculdade de Leiras da Universidade de Coimbra*, 105, 178.
 — *Português do Património Cultural*, 182, 183.
- Istituto di Epigrafia e Antichità Greche e Romane deW Università di Roma*, 208.
- Itinerário de Antonino*, 74.
- J
- Joalharia portuguesa arqueológica*, 186-187.
- Jornadas Arqueológicas da Reira Raixa (I)*, 129.
 —*— *de Estudos Epigráficos da Reira (I)*, 187.
 ----- *do Património do Grupo Amador de Arqueologia de Viana*, 188.

L

- Lagar romano*—■ S. Gião, 88.
Lápides funerárias — Representações arquitectónicas, 62-63.
Leis
 Iulia Municipalis, 12, 18.
 Malacitana, 76.
 Salpensana, 76.
 Ursonensis, 76.
Lingua p ále o-his p ànie as —• Colóquio, 186.
 ————*pré-romanas* — Conferência, 171.
Lua — Culto funerário na Península Ibérica, 68-71.
Lucernas de bronze, 16.
Lux Divina, santuário de uma divindade lunar — Sanlúcar de Barrameda, 69.

M

- Madrinha do Céu*, designação da Lua na região de Torres Vedras, 69.
Marcas
 De ânforas
 Aelii Optati, 25.
 Atimetio, 38.
 De cerâmicas — Potitus, 40.
 De fibula — DYRNACVS, 153.
 De lucernas
 Atimetus, 38.
 Palma, 55.
 De sigillata sud-gálica—Reburrus, 59.
Marcos miliários, 77, 188.
Materiais
 Bronze, 16, 153.
 Cobre, 175.
 Ouro, 138.
 Prata, 138, 175.
 Seda, 167.

- Megálitos* — Escariz, 172.
Minas — Lusitânia, 25.
Moedas — Vide : *Numismática*.
Mosaicos
 Emeritense de Annius Ponius, 82.
 Herodianos — Palestina, 82.
 Polícromo — S. Pedro de Caldeias, 179, 185.
 São Julião, 78.
Município romano — Organização na Hispânia, 76-77.
Museus
 Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 173, 186.
 ————Pré-História da Faculdade de Ciências do Porto, 172.
 Arqueológico de Arganil, 114, 186.
 ————'Leiria, 178.
 —*———S. Miguel de Odrinhas, 36, 175.
 Bona (Alemanha), 188.
 Coimbra, 101.
 Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 105.
 «D. Diogo de Sousa» —Braga, 177.
 «Francisco Tavares Proença Júnior» — Castelo Branco, 173, 186.
 Guimarães, 175.
 Monográfico de Conímbriga, 151, 153, 165, 185.
 Municipal da Covilhã, 138.
 ————Figueira da Foz, 151, 153.
 ————do Fundão, 86.
 ————de Torres Vedras, 5, 7, 9, 16, 28, 35, 45, 49, 55, 70, 71, 84-86, 89.
 Nacional de Arqueologia e Etnologia—Lisboa, 10, 138, 156, 175, 180, 181, 183, 186.
 ————«Machado de Castro» —• —Coimbra, 123.
 «Pio XII» — Braga, 180.

Portogruaro, 209.
Regional de Évora, 173.
Sé Episcopal do Porto, 172.

N

Necrópoles

Castelo Branco, 176.
Cruz del Negro, 161.
Fonte Velha, 153.
Horta das Pinas, 154.
Rua do Caires — Braga, 177.
Vila do Conde, 173, 174.
Numismática, 35, 138, 185.

O

Objectos de uso

Anéis de ouro, 138.
Brincos (par), 138.
Colar, 138.
Colheres de prata, 138.
Onomástica grega, 41, 76, 87.

P

Palácio do Bispo de Coimbra — Coja, 119-121.

Pint —* Grupo da onomástica indígena da Península Ibérica, 56.

Ponte romana — Chaves, 182.

Pocos

Calaicos, 69.
Cántabros, 46.
Celtiberos, 57, 69.
Getulos, 19, 20.
Igaeditani, 30, 48.
Lusitanos, 9, 127, 130, 176.
Mouros, 78.
Romanos, 130, 142.
Tuaregues, 83.
Túrdulos, 8.

Pretório de um acampamento romano, 113.

Produtos agrícolas

Azeite, 25.
Vinho, 88.

Profissões

Armador de navios, 27.
Caudicário, 76.
Frumentarius, 211.
Médico pacense, 25.
Mercator, 12.
Negotiator, 27.
Tabularius da Lusitânia, 24.

R

Retrato em monumento funerário (imago), 43, 48.

Rosácea — Decoração de esteias funerárias, 81-83.

S

Serviços Regionais de Arqueologia — Instituto Português do Património Cultural, 182.

Sigillata

Itálica, 185.
Sud-gálica, 59.
Sol — Culto, 58, 69.

T

Tear horizontal de pedais, 163-168.

Teatro romano—Castelo de S. Jorge de Lisboa, 173.

Tempereiro — Peça de tear, 163-168.

Templos

Vénus — Idanha, 114.
Vitória —• Bobadela ou Midões, 114.

Termas

- Balsa — Tavira, 183-184.
 Braga, 177.
 Conímbriga, 156, 160, 167.

Tesouros

- Denários — Columbeira, 9.
 Diversos — Borrallheira, 138.

Tessera hospitalis, 46, 63.*Tribos*

- Galéria 5, 17, 21, 24, 28, 30, 32-34, 40, 43, 49-51, 71, 72, 74, 77, 86, 94.
 Quirina, 74, 77, 87.

Universidade dos Açores, 181.

- de Aveiro*, 181.
 -----*Coimbra*, 174, 178, 181.
 -----* — *Évora*, 181, 187, 188.
 ----- — *Lisboa*, 181.
 — *do Minho*, 174, 176, 177, 181, 184.
 -----*Nova de Lisboa*, 181.
 -----*do Porto*, 181.
 -----*de Sevilha*, 173.
Universidades de Lisboa, 176.
Università di Roma, 208.

U

UNESCO, 188.*Unidade de Arqueologia da Universidade dos Açores*, 181.

- • ----- • ----- — *de Aveiro*, 181.
 ----- — *Évora*, 181.
 ----- .----- — *do Minho*, 174, 176, 177, 181, 184.

V

Vias romanas

- Bracara Augusta — Astorga, 188.
 Cádiz — Roma, 46.
 Manteigas, 177.

Vidros

- Fragmentos, 35, 185.
 Tesselas, 78.

ÍNDICE GERAL

VASCO GIL MANTAS — <i>Inscrições Romanas do Museu Municipal de Torres Vedras</i>	5
A. E. MAIA DO AMARAL — <i>Sobre irês inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)</i>	101
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO E MANUEL LEITÃO — <i>A propósito das Inscrições de Sarzedas e Sertão</i>	127
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO E FRANCISCO GERALDES — <i>Júpiter Supremo Sumo — Uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã)</i>	135
JOSÉ BELEZA MOREIRA — <i>Uma lápide romana inédita de Porto Mós</i>	143
SÁLETE DA PONTE — <i>As fíbulas do Museu Municipal da Figueira da Foz</i>	151
ADÍLIA M. ALARCÃO E SÁLETE DA PONTE — <i>Tempereiro e a antiguidade do tear de pedais</i>	163
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — <i>Noticiário arqueológico</i>	169
<i>Recensões bibliográficas</i>	205
<i>índice</i>	215

(Página deixada propositadamente em branco)

**COMPOSTO E IMPRESSO
NA GRÁFICA DE COIMBRA
BAIRRO DE S. JOSÉ, 2— COIMBRA**

750 ex. — Agosto de 1982

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS À LIVRARIA DISTRIBUIDORA:
Casa do Castelo, Editora—Rua da Sofia, 47-49
3000 Coimbra — Portugal

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. T auschverkerhr erwünscht*

